

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - CAMPUS DE MARÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Alexandra Filipak**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS NO BRASIL (2003-2015):  
ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE MULHERES RURAIS E DE  
MOVIMENTOS SOCIAIS MISTOS**

**MARÍLIA, SP**

**2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - CAMPUS DE MARÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Alexandra Filipak**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS NO BRASIL (2003-2015):  
ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE MULHERES RURAIS E DE  
MOVIMENTOS SOCIAIS MISTOS**

Tese apresentada para banca de Defesa de  
Doutorado Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e  
Ciências, da Universidade Estadual Paulista  
UNESP

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirian Cláudia  
Lourenção Simonetti.

**Marília, SP**

**2017**

F483p Filipak, Alexandra.  
Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos / Alexandra Filipak. – Marília, 2017.  
267 f. ; 30 cm.

Orientador: Mirian Cláudia Lourenção Simonetti.  
Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 254-267

1. Políticas públicas. 2. Movimentos sociais rurais. 3. Mulheres do campo. I. Título.

CDD 320.6

ALEXANDRA FILIPAK

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS NO BRASIL (2003-2015):  
ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE MULHERES RURAIS E DE  
MOVIMENTOS SOCIAIS MISTOS**

Tese apresentada para banca de Exame Geral de Qualificação de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mirian Cláudia Lourenção Simonetti  
Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”  
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

---

Karla Emmanuela Ribeiro Hora  
Universidade Federal de Goiás

---

Rosemeire Aparecida Scopinho  
Universidade Federal de São Carlos

---

Lidia Maria Vianna Possas  
Universidade Estadual Paulista

---

José Geraldo Alberto Bertoncini Poker  
Universidade Estadual Paulista

*Às Mulheres Margaridas*  
*À Luna e ao Tales com todo o meu amor*  
*À Sany com minha admiração*

## AGRADECIMENTOS

Desejei escrever um trabalho que tivesse vida, impressa nas palavras, frases, narrativas escritas, imagens, cores, pensamentos, emoções, sonhos das pessoas nas quais uma tese em Ciências Sociais se faz. E nesse trabalho, vida das mulheres que constroem e reconstróem nossa esperança num mundo melhor. E lutam por isso, nas diversas possibilidades de resistências individuais e coletivas diante de um mundo que, em suas estruturas e relações, não cria espaço de igualdades para elas.

Então, gostaria de agradecer a essas mulheres que trouxeram vida a esse trabalho mostrando que é necessário buscarmos uma ciência humanizada e comprometida com as transformações sociais e com a construção da igualdade de gênero e classe em nossas sociedades e que me transformaram como pesquisadora e como pessoa. Mostraram-me que o feminismo é coletivo, e que, fazendo parte uma da vida da outra, andamos melhores: **“Companheira me ajuda. Que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem. Mas com você ando melhor”!**

Tânia Baldão que mora no assentamento Córrego Rico, muito próximo a mim e que faz parte da nossa possibilidade de recriação das nossas vidas com o trabalho coletivo no campo e com a participação política nos espaços de resistência e decisão.

Tatiana Cardoso, lá da beira do mar, uma imensidão linda e livre em sua comunidade, que tão gentilmente me recebeu e construiu comigo uma possibilidade de trabalho emancipador.

Graça e Jordânia, mulheres lindas que se ajudaram para me ajudar. Que entenderam que falar de si e de suas lutas ajuda também outras mulheres a se libertar. E que colocam suas vidas em sintonia com a luta pela vida autônoma de outras mulheres unidas pelas identidades.

Maria Lucivanda, que me ensinou muito. Uma experiência e conhecimentos que me falam constantemente, nos pensamentos, acompanhando minha vida que está diferente depois dela.

Também gostaria de agradecer a outras mulheres que fizeram parte dessa caminhada de se ressignificar mulher, militante e pesquisadora:

Mirian Simonetti que de forma ímpar e rara orientou esse trabalho e que tão gentilmente se colocou na minha vida. Tenha certeza que você é uma das mulheres que me inspiram e me fazem acreditar cada vez mais em coisas boas!

Luna Filipak, minha filha, obrigada por todos os dias me ensinar a ser uma mãe que lhe conduz para um caminho que possa te tornar livre como mulher. Obrigada por sua força e história. Obrigada pela leveza de colorir minha vida todos os dias.

Sany Spínola Aleixo, minha companheira e amor. Alguém que andou por tantos caminhos de pedras e se fez forte de forma admirável. Você divide comigo todos esses sonhos e me faz ser melhor sempre. Por isso, continuo a sonhar contigo.

Marcia Filipak, Mercedes Penafiel e Renata Filipak, mãe, avó e irmã. Vocês são as feministas mais maravilhosas, lutadoras e resistentes que esse mundo poderia produzir. Fiz-me em vocês e por vocês, sou eu.

Queria agradecer à Karla Hora, Lídia Possas e Rosimeire Scopinho pela disposição em contribuir com esse trabalho fazendo parte das bancas de avaliação, com preciosas contribuições. Karla, nossas histórias se encontram em tempos diferentes e ajudaram a construir essa admiração e amizade que tenho por você: no movimento social, na universidade, no governo federal e na vida. Rose, da mesma forma, seu brilho como professora me inspira a ser melhor sempre.

Já que esse agradecimento quis dar prioridade ao gênero feminino, depois dessas mulheres lindas, gostaria de agradecer a algumas pessoas que também se fazem importante nessa caminhada:

Tales Bernardo, meu filho, sol brilhante, sua alegria me contagia todos os dias e me faz seguir os caminhos com mais amor. Obrigada por se fazer um menino-homem que se propõe a questionar o poder desigual dado a eles e entendido como natural.

Obrigada ao Professor José Geraldo Poker também por se dispor a participar da banca desse trabalho.

Agradeço às organizações feministas e aos movimentos sociais do campo que estão presentes na minha vida e na minha formação e que fizeram parte, de alguma forma, desse trabalho. São escolas permanentes de aprendizado: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, MST – Movimento Sem Terra, Marcha das Margaridas, MMC - Movimento de Mulheres Camponesas, CONAQ – Confederação Nacional dos Quilombolas.

Por fim agradeço às Instituições: Diretoria de Políticas para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Agrário, UNESP Marília e Instituto Federal de São Paulo.

**Música das Marcha das Margaridas:**

**Olha Brasília está florida**

**Estão chegando as decididas**

**Olha Brasília está florida,**

**É o querer, é o querer das Margaridas.**

**Somos de todos os novelos**

**De todos tipos de cabelo**

**Grandes, miúdas, bem erguidas, somos nós as Margaridas.**

**Nós que viemos sempre lutando**

**Este país alimentando**

**Estamos aqui para lembrar:**

**Este país tem que mudar !**

**Água limpa pra beber**

**Saúde antes de adoecer**

**Terra limpa pra plantar**

**Fome de todos acalmar...**

**E pra quem abusa do bastão**

**Por ser patrão, por ser mandão, por ser machão**

**não pode não, não pode não....**

**Olha Brasília está florida**

**Estão chegando as decididas**

**Olha Brasília está florida,**

**É o querer, é o querer das Margaridas.**

**Composição: Loucas de Pedra Lilás, Grupo Teatral de Mulheres de Recife/PE.**

## RESUMO

Esse trabalho tem como questão central a análise das políticas públicas para mulheres rurais no Brasil, a partir da percepção de movimentos sociais mistos e de mulheres rurais, a relação dessas políticas com as perspectivas de gênero, de classe e feministas, considerando suas configurações, seus limites e possibilidades na redução das desigualdades de gênero através do desenvolvimento da autonomia das mulheres do campo. Foram analisadas as políticas públicas de gênero específicas para as mulheres rurais, considerando sua capacidade de promoção de mudanças nas comunidades rurais e na vida das mulheres e de causar transformação nas relações sociais vividas por elas em contextos rurais locais, sem deixar de ter como foco as transformações sociais mais amplas na construção de um desenvolvimento rural baseado na inclusão social, reconhecimento cultural, participação política, conservação ambiental, geração de trabalho e renda. Na análise das políticas públicas de gênero para o rural, partimos do pressuposto de que essas se transformaram em agenda pública na década de 2000, nos diferentes níveis de atuação do Estado, a partir da organização política e da pressão dos movimentos sociais do campo, nas suas organizações de gênero, mistas ou femininas, e das aberturas dos governos com características progressistas e populares nessa década. Nesse período o rural no Brasil passou pela construção de novas percepções que requisitaram ações públicas, como a construção das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em seus distintos desdobramentos. Da mesma forma as ações voltadas às mulheres rurais são colocadas como forma de minimização de desigualdades e condição necessária para a construção do chamado rural sustentável e solidário. As políticas públicas para as mulheres rurais dialogam com as perspectivas da economia feminista tanto no seu planejamento quanto nas execuções das ações. A realização do trabalho produtivo na agricultura de base familiar pelas mulheres ainda é pouco visível e pouco valorizado. Isso se deve, sobretudo, à concepção de que as atividades por elas desempenhadas são extensão do doméstico, restringindo-se às tarefas historicamente entendidas como papel feminino. Entretanto, a produção familiar é protagonizada pelas mulheres, na medida em que realizam tanto as tarefas agrícolas quanto as domésticas, chamadas de produtivas e reprodutivas. Foram observadas, nesse trabalho, as políticas públicas para as mulheres rurais estabelecidas na Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal órgão de Estado responsável pela implementação das políticas analisadas, no período de 2003 a 2015. Em termos metodológicos esse trabalho contou com momentos de pesquisa de campo através de coletas de dados documentais na DPMR/MDA, pesquisa participante em dois momentos de visibilidade pública do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Marcha das Margaridas e nos momentos da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), em 2013, e entrevistas com mulheres rurais. Orientações teóricas também foram estabelecidas para se atingir os objetivos desse trabalho: estudos de gênero, economia feminista, os conceitos Estado ampliado e hegemonia de Gramsci, entre outros. Como resultados pode-se perceber que há uma experiência construída nas políticas públicas de gênero com capacidades de desenvolver a autonomia econômica das mulheres rurais e transformar as relações de gênero no campo. Porém, elas são contra-hegemônicas e abrem campos de disputas constates para que sejam implementadas em torno dos direitos da mulher. Há também uma fragilidade nas políticas já implantadas, tendo essas que ser disputadas, constantemente, pelos movimentos e organizações sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Mulheres Rurais, Movimentos Sociais, Economia Feminista, Feminismos.

## ABSTRACT

This work has as a central question the analysis of public policies for rural women in Brazil, based on the perception of mixed social movements and rural women, the relation of these policies to the perspectives of gender, class and feminists, considering their configurations, their limits and possibilities in the reduction of gender inequalities through the development of the autonomy of rural women. Specific gender public policies for rural women were analyzed, considering their capacity to promote changes in rural communities and women's lives and to transform their social relations in local rural contexts, while focusing on the social transformations based on social inclusion, cultural recognition, political participation, environmental conservation, generation of work and income. In the analysis of public policies from gender to rural, we start from the assumption that these became a public agenda in the decade of 2000, at different levels of State performance, from the political organization and pressure of the rural social movements, in their gender, mixed or feminine organizations, and the openings of governments with progressive and popular characteristics in that decade. During this period the rural in Brazil went through the construction of new perceptions that required public actions, such as the construction of public policies aimed at family agriculture in its different developments. In the same way, the actions directed at rural women are placed as a way of minimizing inequalities and a necessary condition for the construction of a sustainable and solidary rural. Public policies for rural women dialogue with the perspectives of feminist economics in both their planning and the execution of actions. The realization of productive work in family-based agriculture by women is still poorly visible and undervalued. This is due, above all, to the conception that the activities they carry out are an extension of the domestic one, being restricted to the tasks historically understood as feminine role. However, family production is carried out by women, insofar as they perform both agricultural and domestic tasks, called productive and reproductive tasks. In this study, the public policies for rural women established in the Directorate of Policies for Rural Women (DPMR) of the Ministry of Agrarian Development (MDA) of the Federal Government responsible for implementing the policies analyzed in the period of 2003 to 2015. In methodological terms, this work had moments of field research through documentary data collection in the DPMR / MDA, a participant research in two moments of public visibility of the Movement of Landless Rural Workers (MST) and the Marcha das Margaridas and at the National Conference on Sustainable Rural Development and Solidarity (CNDRSS) in 2013, and interviews with rural women. Theoretical orientations were also established to achieve the objectives of this work: gender studies, feminist economics, the concepts Expanded State and Gramsci's hegemony, among others. As results it can be seen that there is an experience built in the public policies of gender with capacities to develop the economic autonomy of the rural women and to transform the gender relations in the field. However, they are counter-hegemonic and open up areas of disputed disputes to be implemented around women's rights. There is also a fragility in policies already in place, and these must be constantly contested by social movements and organizations.

Keywords: Public Policies, Rural Women, Social Movements, Feminist Economics, Feminisms.

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 – Proporção da População de 16 anos ou mais de idade que cuida de Afazeres Domésticos, por Sexo, segundo Localização do Domicílio – Brasil, 2014                                 | 88  |
| Tabela 2 – Média de horas semanais dedicadas aos Afazeres Domésticos pela População de 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Localização do Domicílio – Brasil, 2014                | 89  |
| Tabela 3 – Execução PNDTR por documento emitido, segundo período definido   | 169 |
| Tabela 4 – Execução do PNDTR, segundo período definido  | 171 |
| Tabela 5 – Número de projetos contratados, número de mulheres beneficiárias e valores contratados no POPMR, de 2006 a 2014, por triênio   | 191 |
| Tabela 6 – Número de projetos contratados, número de mulheres beneficiárias e valores contratados no POPMR, de 2011 a 2014  | 193 |
| Tabela 7 – Relação de Instituições de Ensino Superior que contrataram Termos de Execução Descentralizada para execução das ações do POPMR e número de mulheres beneficiárias, ano de 2014 | 194 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 – Eixos Temáticos da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, bem como a relação entre os eixos gerais e transversais | 138 |
| Quadro 2 – Estados com IES contratados pelo Edital CNPQ que possuem ação específica para Mulheres   | 175 |
| Quadro 3 – Contratos de Repasse acordados através de Chamadas Públicas  | 181 |

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1: Figura oficial que representa o PNDTR postada juntamente com a fala de Tereza Arruda sobre os retrocessos atuais das políticas públicas para as mulheres rurais                                     | 40  |
| Figura 2: Fluxo Circular de Renda e Fluxo Circular de Renda Ampliado  | 78  |
| Figura 3: Número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pela população de 16 anos ou mais segundo o sexo   | 88  |
| Figura 4: Banner utilizado durante a Mostra Nacional de Cultura e Produção Camponesa  | 115 |
| Figura 5: Mulheres de Grupo Produtivo do Assentamento João do Vale, em Açailândia, MA, comercializando Fava Branca na Mostra Nacional de Cultura e Produção Camponesa   | 116 |
| Figura 6: Mulheres Sem Terra Comercializando artesanato na Mostra Nacional de Cultura e Produção Camponesa  | 117 |
| Figura 7: Casa de Farinha organizada pelas mulheres do Nordeste do Brasil   | 118 |
| Figura 8: Mulheres Quebradeiras de Coco na Marcha das Margaridas em 2015  | 129 |
| Figura 9: Figura utilizada pelas organizações da 5ª Marcha das Margaridas   | 132 |
| Figura 10: Figura utilizada pelas organizações da 5ª Marcha das Margaridas  | 133 |
| Figura 11: Figura utilizada pelas organizações da 5ª Marcha das Margaridas  | 134 |
| Figura 12: Conferência Setorial de Mulheres do estado da Bahia, que aconteceu nos dias 5 e 6 de junho de 2013, na cidade de Feira de Santana reunindo 200 mulheres rurais                                     | 141 |
| Figura 13: Estratégia de mobilização de mulheres para participação das conferências locais e estadual   | 142 |
| Figura 14: Estratégia de mobilização de mulheres para participação das conferências local e estadual  | 142 |
| Figura 15: Atividade de mobilização e debate com as mulheres rurais do Rio Grande do Sul, em Santa Maria, em 12 de julho de 2013  | 143 |
| Figura 16: Conferência Setorial de Mulheres do estado de Goiás, realizada na cidade de Goiânia  | 143 |
| Figura 17: Conferência Setorial de Mulheres realizada no estado do Mato Grosso do Sul   | 144 |
| Figura 18: Conferência Setorial de Mulheres realizada no estado do Paraná, na cidade de Apucarana, em 6 de agosto de 2013   | 144 |
| Figura 19: Plenária de Mulheres Rurais participantes da Etapa Nacional da II CNDRSS como estratégia de mobilização e garantia de presença política do debate de gênero e feminista no conjunto da Conferência | 146 |
| Figura 20: Plenária de Mulheres Rurais participantes da Etapa Nacional da II CNDRSS como estratégia de mobilização e garantia de presença política do debate de gênero e feminista no conjunto da Conferência | 146 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 21: Alteração da Institucionalização das Políticas para as Mulheres no Ministério do Desenvolvimento Agrário  | 155 |
| Figura 22: Organograma de ações institucionais para o Desenvolvimento da Autonomia Econômica de Mulheres Rurais  | 156 |
| Figura 23: Ônibus Expresso Cidadã utilizado nos Mutirões de Documentação da Trabalhadora Rural no estado do Maranhão   | 167 |
| Figura 24: Barco Cidadã utilizado pelo PNDTR nos mutirões em localidades ribeirinhas onde o acesso é realizado via fluvial, principalmente na Região Norte do país   | 168 |
| Figura 25: Figura utilizada pela DPMR para divulgação do PNDTR   | 171 |
| Figura 26: Folder utilizado na divulgação da marca de 1 milhão de mulheres rurais documentadas pelo PNDTR  | 171 |
| Figura 27: Tânia Mara Baldão   | 207 |
| Figura 28: Da esquerda para a direita a segunda mulher, Tânia participando da atividade de capacitação em processamento mínimo de alimentos agroecológicos, com mulheres do Assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, SP, no dia 2 de setembro de 2016 | 213 |
| Figura 29: Tatiana Mendonça Cardoso  | 214 |
| Figura 30: Ao final da entrevista, um registro do encontro realizado para essa pesquisa  | 216 |
| Figura 31: Centro Comunitário da Enseada da Baleia   | 219 |
| Figura 32: Folder de divulgação do trabalho em artesanato do grupo de mulheres da Enseada da Baleia.   | 222 |
| Figura 33: Comunidade Enseada da Baleia  | 223 |
| Figura 34: As mulheres e as redes de pesca: trabalho produtivo e sustentável.  | 224 |
| Figura 35: Maria da Graça Epifânio da Silva  | 226 |
| Figura 36: Jordânia juntamente com Graça   | 231 |
| Figura 37: Lucivanda em atividade no Curso “Feminismo e Agroecologia”, em Belo Horizonte, MG.  | 240 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 1: Orçamento executado pela DPMR em relação ao total do orçamento do MDA em 2014, em porcentagem                                  | 161 |
| Gráfico 2: Orçamento previsto para a DPRM/MDA nos anos de 2003 a 2014   | 161 |
| Gráfico 3: Número de contratos do crédito apoio mulher, Brasil, 2009-2011   | 185 |
| Gráfico 4: Valor total investido para ações de ATER para mulheres, em valores nominais, por ano, Brasil, 2004 – 2014 e linha de tendência | 198 |
| Gráfico 5: Percentual de mulheres entre os/as beneficiários/as de chamadas públicas de ATER 2011 a 2014                                   | 199 |
| Gráfico 6: Número de mulheres previstas em projetos contratados de Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais – 2011 a 2014   | 200 |

## LISTA DE SIGLAS

AEGRE – Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia  
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras  
AMESOL – Associação de Mulheres na Economia Solidária  
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia  
APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil  
ASCOM – Assessoria de Comunicação  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
BSM – Programa Brasil Sem Miséria  
CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural  
CF8 – Centro Feminista 8 de Março  
CI – Carteira de Identidade  
CNDRSS – Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas  
COHAB – Companhia Nacional de Habitação  
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas  
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário  
CONFREM – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Costeiras e Marinhas  
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação  
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPDA – Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DAP – Declaração de Aptidão da Produtora  
DAV – Declaração Anual de Vendas

DOU – Diário Oficial da União

DPMR – Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais do estado de São Paulo

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETRAF – Federação dos Trabalhadores/as Rurais da Agricultura Familiar

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GEA – Grupo de Estudos Agrários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSP – Instituto Federal de São Paulo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITESP – Instituto de Terras de São Paulo

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MEI – Microempreendedor Individual

MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil

MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

MJ – Ministério da Justiça

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MNP – Movimento Nacional de Pescadoras

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPS – Ministério da Previdência Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

N'GOLO – Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais

NOW – National Organization of Women

OEPM – Organismos Estaduais de Políticas para Mulheres

OMAQUESP – Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPM – Organismos de Políticas para Mulheres

OPPA – Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAE – Programa Nacional de Aquisição de Alimentos

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNDRSS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNSIPCF – Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta

POPMR – Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais

PPA – Plano Plurianual

PPIGRE – Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação no Campo

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

RN – Registro de Nascimento

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEB – Secretaria de Educação Básica

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SIATER – Sistema informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário

TED – Termo de Execução Descentralizada

UBM – União Brasileira de Mulheres

UCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>APRESENTAÇÃO</b>   | 19  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | 25  |
| <b>CAMINHOS DE PESQUISA: ESCOLHAS METODOLÓGICAS</b>   | 33  |
| <b>1 GÊNERO E MULHERES RURAIS: DIÁLOGOS TEÓRICOS</b>  | 42  |
| 1.1 O lugar do conceito de gênero na sociedade de classes: limites e possibilidades dos estudos de gênero de orientação marxista                        | 43  |
| 1.2 A construção da categoria de análise gênero no conjunto de debate entre naturalização e construção social   | 49  |
| 1.2.1 O lugar das subjetividades na construção teórica histórica das ciências sociais em diálogo com o gênero   | 53  |
| 1.2.2 Conceito de gênero enquanto categoria relacional  | 59  |
| 1.3 Feminismos numa perspectiva histórica   | 63  |
| <b>2 ECONOMIA FEMINISTA E AS MULHERES RURAIS NO BRASIL</b>  | 70  |
| 2.1 A Economia Feminista nos debates dos estudos de gênero  | 70  |
| 2.2 Aportes da Economia Feminista: a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico e de cuidados  | 74  |
| 2.2.1 Ampliando o Fluxo Circular de Renda   | 77  |
| 2.3 As análises socioeconômicas de gênero e a construção de caminhos para a superação de desigualdades  | 82  |
| <b>3 QUEM NÃO PODE COM A MULHER, NÃO ASSANHA O FORMIGUEIRO: MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTRA-HEGEMONIA NAS DISPUTAS POR UM FEMINISMO DE ESTADO</b>           | 93  |
| 3.1 Lutas sociais, movimentos sociais e afirmação política feminista  | 94  |
| 3.2 Estado ampliado e hegemonia como base teórica para a análise das políticas públicas para as mulheres rurais   | 99  |
| 3.3 A discussão de gênero e feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST como construção da resistência e luta das mulheres de campo | 105 |
| 3.3.1 Lutar, Construir Reforma Agrária Popular! As marcas feministas e de gênero no VI Congresso Nacional do MST, 2014                                  | 114 |
| 3.4 Marcha das Margaridas como manifestação feminista das organizações das  |     |

|  |     |
|--|-----|
| mulheres rurais: simbologia, discurso e influência nas políticas públicas de gênero para o campo no Brasil               | 123 |
| 3.4.1 5ª Marcha as Margaridas e as políticas públicas para mulheres rurais   | 130 |
| 3.5 Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS – 2013                                | 135 |
| <b>4 HISTÓRICO E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO PARA MULHERES RURAIS NO PERÍODO RECENTE (2003 – 2015)</b> | 148 |
| 4.1 Políticas Públicas, gênero e desenvolvimento rural no Brasil: aspectos teóricos                                      | 149 |
| 4.2 Políticas Públicas para as Mulheres Rurais: aspectos históricos  | 152 |
| 4.2.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR  | 163 |
| 4.2.2 Políticas de Participação Social no Desenvolvimento Territorial  | 172 |
| 4.2.3 Parcerias com Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres - OEPMs   | 177 |
| 4.2.4 Acesso à Terra   | 182 |
| 4.2.5 Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais  | 187 |
| 4.2.6 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para Mulheres  | 194 |
| 4.3 Contextos Institucionais e as influências dos feminismos nas Políticas Públicas para as Mulheres Rurais              | 200 |
| <b>5 O QUE AS MULHERES RURAIS TÊM A DIZER SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS?</b>   | 205 |
| 5.1 Tânia Mara Baldão  | 207 |
| 5.2 Tatiana Mendonça Cardoso   | 214 |
| 5.3 Maria das Graças Epifânio da Silva   | 226 |
| 5.4 Jordânia Fernanda da Silva Mariano   | 231 |
| 5.5 Maria Lucivanda Rodrigo  | 240 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | 246 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>  | 254 |

## APRESENTAÇÃO

Quando olhar para si mesma e perceber que a busca incessante por felicidades e liberdades não se torna tão somente um legado individual, mas sim uma busca coletiva, é o momento de entender que toda trajetória de experiências vividas e divididas resultam em uma espécie de síntese do pensamento de que vale a pena viver.

Isso posso dizer de todas as formas, com poesia ou prosa, ciência ou senso comum, saber acadêmico ou popular, ambos ou nenhum, que a vida se torna tão grande e valiosa quanto mais olhares se juntarem para ver, refletir e intervir no que tolhe as liberdades e felicidades. Não necessariamente nessa ordem. E nem, tampouco, somente no sentido real. Mas também no figurado, simbólico, místico.

Coloco, portanto, a explanação dos motivos, caminhos, intenções e alcances dessa tese numa explicação simples como essa: a de que ela se torna fruto de uma história individual que se faz coletiva e transforma, por isso, a vida em algo contraditoriamente bom especialmente pela possibilidade de participação na luta social.

Essa tese dialoga, assim, com as desigualdades vividas nas sociedades e que transformam o viver em algo doloroso e injusto, do ponto de vista crítico. Da crítica social mesmo. E faz esse diálogo porque elas incidem diretamente no que sou e no que somos em nossas diferentes identidades e construções sociais e subjetivas: mulheres, trabalhadoras, agricultoras, Sem Terra, indígenas, pescadoras. Feministas.

Então, não poderia ser diferente do que expressar de diversas formas, diferentes disputas e alternativas para se construir um mundo melhor. E aqui isso não é clichê. Essa tese, mesmo em seu rigor acadêmico e posição de poder que tem por ser uma narrativa científica, se faz nessa simplicidade de buscar enfrentar as desigualdades de gênero vividas por mim e por elas. Pelas mulheres rurais brasileiras, que em sua coletividade transformam as suas e a minha vida na conquista cotidiana das felicidades e liberdades feministas que merecemos ter. E ser.

Os feminismos, desde suas primeiras expressões, têm demonstrado capacidade de transformar a vida pública e a cultura nos espaços sociais em que se manifesta. Talvez seja possível dizer que o feminismo, enquanto corrente de pensamento, construiu tantas mudanças sociais, políticas e teóricas que, desde então, a história, a política e a cultura nas sociedades passa a ser vista sob uma perspectiva diferente, com mais possibilidades de explicações e com mais instrumentos sensíveis e humanizados para interpretação das desigualdades. Da

necessidade das mulheres em manifestar a dor da exclusão e da opressão vivida, à categoria de análise, o gênero passa a ter tanta importância para as ciências sociais quanto a categoria de classe social. Porque uma e outra são estruturantes nas explicações sociais. Afirmção essa disputada, conflitiva, contra-hegemônica, nos diferentes espaços de discussão. Mas colocada aqui na centralidade que merece tendo em vista esse estudo realizado.

As categorias de análise gênero e classe social, portanto, foram escolhas teóricas para essa tese, expressão das experiências que tive em minha trajetória individual e coletiva, subjetiva e material. Porque, como já disse a poesia, somos as coisas que moram dentro de nós. E as coisas que moram dentro de nós, moram a partir de nossas experiências de vida. Um mundo interno que é fruto de um mundo externo.

De família de trabalhadoras mulheres atrizes de suas próprias histórias, passei pelo que considero diferentes escolas de aprendizagens que foram responsáveis pelo que sou como mulher, profissional, militante, em constante construção e desconstrução. Meus primeiros contatos com o rural, com os movimentos sociais do campo e com as discussões de gênero aconteceram durante o tempo em que estudava Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná, a partir da participação em projetos de pesquisa e extensão ligados aos temas movimentos sociais do campo, reforma agrária, alfabetização de jovens e adultos, políticas públicas de educação, educação do campo, mulheres rurais, economia solidária. Esses temas marcaram e marcam, até hoje, a minha existência.

Particpei do primeiro ano do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, que propunha parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Universidades para projetos de alfabetização de jovens e adultos nas áreas de reforma agrária desenvolvendo atividades de extensão em assentamentos e acampamentos do MST na região de Ponta Grossa, no Paraná, para formar alfabetizadoras/es e organizar, acompanhar turmas de alfabetização. As capacitações desenvolvidas dialogavam com a metodologia Paulo Freire de alfabetização e toda a sua discussão sobre a educação, incluindo as reflexões relacionadas à função política da educação, leitura da palavra e do mundo, as chamadas Pedagogia da Autonomia e Pedagogia do Oprimido.

Essas experiências, assim que formada, levaram-me a continuar trabalhando profissionalmente e comprometidamente com as questões sociais relacionadas ao campo e à reforma agrária. Participar do movimento social, para mim representava a materialidade desse compromisso pessoal. E essa materialidade deu-se através de minha integração no MST, militando nos setores de Educação, Gênero, Formação Política, no final dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000.

Trabalhei em atividades de coordenação pedagógica de escolas vinculadas ao MST que mantinham convênios com universidades e escolas técnicas para oferecer educação formal para jovens agricultoras/es.

A militância social levou-me a participar de inúmeras manifestações locais e nacionais que se tornaram processos intensos de formação política e teórica. Por diversas vezes fui à Brasília no papel de parte da organização coletiva de construção de uma sociedade diferente, um campo com igualdade e solidariedade, o direito à educação do campo, uma reforma agrária de fato. Nesse conjunto de idas e vindas e em diversos cursos de formação estudei a teoria crítica, o marxismo em específico e conduzi minha atuação tendo como olhar esses marcos teóricos.

A perspectiva feminista nesses espaços de disputas entre sociedade civil e Estado e na construção de agendas públicas para os direitos das/dos trabalhadoras/es do campo acompanhou, nessa minha trajetória, a própria história da construção da perspectiva de gênero no interior do MST: dos momentos em que as direções entendiam que a transformação da sociedade e dos meios de produção capitalistas é que iriam garantir a igualdade entre homens e mulheres, portanto a luta anticapitalista era prioritária e a de gênero marginalizada nesse sentido, até a resistência interna das mulheres do MST pela discussão feminista, a construção do Setor de Gênero e a integração desse movimento numa coletividade maior, de mulheres trabalhadoras, pelas transformações das relações de gênero no campo, nas florestas e nas águas brasileiras.

Das mobilizações em Brasília das quais participei, uma delas, lembro-me vagamente (e esse lembrar vagamente digo em função de minha extrema juventude na época e da intensidade de atividades em que me encontrava participando), era composta só por mulheres. Muitas, de todo os lugares do país, agricultoras, Sem Terras, muitas Margaridas. No momento de escrita dessa tese, ocorreu-me a súbita lembrança clara de que participei da 1ª Marcha das Margaridas no ano 2000. Processo de reflexão teórica que cumpre também o papel de nos fazer revisitar a vida, em todos os seus aspectos. É a pesquisadora que, para além da produção da pesquisa, transforma-se a si mesma nos diferentes momentos da investigação.

Dessa história participei, e de muitas outras individuais que compõem a história coletiva. Muitas delas de vivências pessoais de opressão de gênero vividas no interior de um movimento social que em suas estruturas e nas subjetividades, reproduz as relações desiguais e patriarcais da sociedade. Nesses entremeios fui construindo um espaço político e pessoal de atuação profissional e militante no MST. Portanto, aqui, nesse período, os entendimentos

identitários de classe social e gênero colocaram marcas em mim, materializadas no trabalho e na vida.

No ano de 2006 fui selecionada para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Minha decisão de fazer mestrado foi a de buscar, através da pesquisa e da produção do conhecimento, responder questões que a minha inserção profissional e social no mundo do trabalho, nas comunidades rurais e nos movimentos sociais me colocavam, assim como de propor um processo de problematização da minha própria prática e da prática desses sujeitos individuais e coletivos com os quais eu me relacionava através do trabalho e da militância.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que participava ativamente das lutas pela educação para as populações do campo e das questões de gênero, deparei-me especificamente com a implantação das Políticas Públicas de Educação do Campo no Paraná, fazendo parte de meu trabalho ajudar a pensá-las e executá-las. Assim transformei em pesquisa minha própria prática, direcionando-me a uma caminhada mais reflexiva e criteriosa da minha trajetória.

Propus vincular a experiência vivida ao estudo, articulando a função social que a pesquisa tem tanto no que se refere à produção de conhecimentos, quanto na intervenção que essa produção possa garantir.

Nessa busca pela crítica, desconstrução e reconstrução de mim e de minha própria prática, produzi algumas rupturas pessoais e sociais procurando me aproximar das felicidades e liberdades às quais me referi no início dessa apresentação. Foram rupturas na vida pessoal, que considero política, sobretudo com o papel social de mulher que havia assumido nesse contexto. Assim como o distanciamento da atuação militante no MST. Rupturas feministas, digo hoje com reflexão.

Esse distanciamento também se expressou de forma teórica. Nesse período tive contato com as teorias sociais contemporâneas, a crítica ao marxismo e a pós-modernidade por assim dizer, muito em função da orientação que recebi e das possibilidades que essas escolas de análise traziam para os estudos de gênero e para os feminismos, o que pessoalmente me interessava muito. Meus caminhos teóricos foram, então, alterados, acompanhando as mudanças que eu vinha vivendo, o que me possibilitou, de certa forma, uma visão mais aprofundada e plural das ciências sociais.

Durante o tempo de mestrado atuando no âmbito da extensão universitária, na UEPG, participei de alguns projetos, grupos de pesquisa e congressos científicos os quais me deram oportunidade de trabalhar produzindo nesse contexto intervenções na realidade sociocultural de comunidades rurais em um patamar diferente do que eu vinha atuando até

então: com a oportunidade de unir pesquisa e extensão e vivenciar o mundo acadêmico dessa forma. Os trabalhos que mais marcaram esse tempo foram os relacionados aos grupos de mulheres em assentamentos rurais e formação em gênero e diversidade para professoras/es das escolas da Rede Pública do Paraná.

Essas escolas e trabalhos levaram-me a prestar concursos para docente em instituições públicas de ensino. Fui professora da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, uma conquista popular dos movimentos sociais do campo de educação superior principalmente voltada para agricultoras/es, Sem Terras, enfim, para os povos do campo residentes na Fronteira Sul que se apresentava em níveis de exclusão altíssimos em vários aspectos, incluindo os relacionados ao direito à educação.

Por escolhas pessoais, também me tornei professora do Instituto Federal de São Paulo. Nesse intervalo entre uma instituição e outra, trabalhei na coordenação da Assistência Técnica e Extensão Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em São Paulo e iniciei o Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista – UNESP, em Marília, SP, com proposta de pesquisa sobre segurança alimentar e reforma agrária, especificamente a política pública Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Desenvolvi um trabalho no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, em Brasília, com políticas de construção de equipamentos públicos para a agricultura familiar e reforma agrária.

Ir para Brasília, trabalhar no Governo Federal de caráter popular, para mim representou a possibilidade de contribuir com a implementação de políticas públicas voltadas para a construção dessa tão sonhada agricultura familiar sustentável e solidária.

Assim, fui trabalhar como consultora na Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário – DPMR/MDA no ano de 2013. Esse trabalho me aproximou das discussões sobre a Economia Feminista e principalmente dos Movimentos Sociais de Mulheres, ligados ao campo. Essa relação da construção das políticas para as mulheres rurais, do feminismo marxista, do protagonismo das mulheres do campo e da intervenção pública nas desigualdades de gênero foram tão fortes que, de fato, reconfiguraram meu comprometimento social com a militância, a política, o trabalho e a pesquisa.

Aproximei-me das principais políticas públicas desenvolvidas no âmbito no governo federal que são desenvolvidas com recorte de gênero e classe. As chamadas políticas públicas para as mulheres rurais. Trabalhei especificamente acompanhando a intencionalidade metodológica e de qualificação de gestão dessas políticas em termos de integração das

diferentes ações com as mulheres e com a agricultura familiar e reforma agrária, através do envolvimento entre governo federal e governos estaduais. Essas ações foram chamadas de Convênios com as Secretarias de Políticas para as Mulheres Estaduais - SPMs, criados através de editais públicos e desenvolvidos em parceria entre a DPMR/MDA e as SPMs Estaduais. Essa experiência foi bastante relevante para a delimitação do tema, objeto e objetivos dessa pesquisa uma vez que a vivência dessa proposta incentivou-me a conhecer e acompanhar o conjunto das políticas públicas para as mulheres do campo, desde sua formulação até sua implementação.

Essa reaproximação da teoria crítica e do gênero fez-me rever e recolocar a centralidade da luta de classes e do feminismo na minha vida política e intelectual. Principalmente em tempos de retrocessos nas conquistas das/dos trabalhadoras/es e na democracia, pelos quais o país está passando, o que redireciona de forma intensa e visível a mobilização social com um caráter forte de luta de classes e de gênero.

Um tempo em que a Primavera das Mulheres, a Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras, enfrentam o conservadorismo que devolve para elas as conquistas de direitos já adquiridos na história marca a grande diferença que as mulheres têm feito na cena pública e política brasileira.

Dessa forma e nesse contexto nasceu e se desenvolveu essa pesquisa. Porque não poderia ser diferente para mim. Escrever uma tese fruto de uma pesquisa desenvolvida por alguns anos teria que fazer sentido na relação de como me coloco no mundo. E não haveria sentido pesquisar algo distante de minha prática. Complexa prática em busca da práxis.

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como questão central a análise das políticas públicas para mulheres rurais no Brasil, a partir da percepção de movimentos sociais mistos e de mulheres rurais, a relação dessas políticas com as perspectivas de gênero, de classe e feministas, considerando suas configurações, seus limites e possibilidades na redução das desigualdades de gênero através do desenvolvimento da autonomia das mulheres do campo.

Foram analisadas as políticas públicas de gênero específicas para as mulheres rurais, no seu conjunto, considerando sua capacidade de promoção de mudanças nas comunidades rurais e na vida das mulheres e de causar transformação nas relações sociais vividas por elas em contextos rurais locais, sem deixar de ter como foco as transformações sociais mais amplas que se relacionam com o conjunto de discussões a respeito da construção de um desenvolvimento rural baseado na inclusão social, reconhecimento cultural, participação política, sustentabilidade, geração de trabalho e renda.

As mulheres rurais são as protagonistas nesse estudo. Assim, elas estão sendo entendidas como sujeitos sociais, caracterizadas pelo gênero e autoidentificadas a partir de seu lugar de vida e trabalho: espaço rural, ou campo, utilizados como sinônimos. O termo Mulheres Rurais (ou Mulheres do Campo também utilizado nesse trabalho a partir do mesmo sentido) é entendido como termo que congrega as diferentes expressões, identidades e características que podem ser atribuídas às mulheres trabalhadoras rurais. Tem um recorte de classe social, ou seja, refere-se às mulheres que produzem sua existência através do seu trabalho na agricultura familiar em suas diferentes expressões. Também carrega em si as expressões de identidade possíveis e reivindicadas por grupos sociais de mulheres relacionadas com o meio rural: mulheres pequenas agricultoras, mulheres de comunidades tradicionais como quilombolas, pescadoras, ribeirinhas, indígenas, mulheres extrativistas, assentadas de Reforma Agrária, entre outras. Do ponto de vista institucional, são consideradas:

as agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário, mulheres extrativistas, mulheres das águas, pescadoras artesanais, indígenas, mulheres quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiras, mulheres faxinalenses, mulheres caiçaras, pantaneiras, mulheres pertencentes às populações de fundo e fecho de pasto, mulheres catadoras de mangaba, ciganas, pomeranas e retireiras do Araguaia em suas diferentes condições etárias. São mais de 14 milhões de pessoas no meio rural, representando 48% da população destas áreas (HORA, 2015, p. 1).

Na análise das políticas públicas de gênero para o rural, partimos do pressuposto de que essas se transformaram em agenda pública na década de 2000, nos diferentes níveis de

atuação do Estado, a partir da organização política e da pressão dos movimentos sociais do campo, nas suas organizações de gênero, mistas ou femininas, e das aberturas dos governos com características progressistas e populares nessa década. Contudo, consideramos os diferentes movimentos conjunturais de disputas por espaços políticos, tanto no que se refere à sua construção e conquistas de espaços, narrativas e ações em relação às mulheres e à agricultura familiar, quanto às mudanças políticas que acometem direitos ora conquistados.

Os movimentos sociais, que são centrais nesse estudo, são definidos por diversos autores nas Ciências Sociais. Para Maria da Glória Gohn, eles são entendidos como:

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2003, p. 13)

Por movimentos sociais mistos entende-se aqueles que são formados por homens e mulheres. Esse termo foi criado e utilizado a partir da influência dos estudos feministas que analisam as organizações formadas somente pelas mulheres como uma forma de resistência ao direito à manifestação de gênero. Ou seja, o feminismo, em algum momento, nega a conduta dos homens falarem pelas mulheres, dando ênfase à auto-organização das mulheres como representativa de si mesmas (CISNE, 2015). Os movimentos sociais do campo assumem essa configuração na qual se organizam movimentos somente compostos por mulheres como é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural – MMTR. Esses movimentos nascem desse conjunto de críticas feministas e a partir dos movimentos sociais mistos. Porém é perceptível a organização de gênero, com representatividade das mulheres, dentro dos próprios movimentos sociais mistos, como é o caso do Setor de Gênero do MST.

O atual contexto das ações públicas, sociais, políticas e econômicas no espaço rural apontam para a necessidade de ampliação e de efetivação de ações que orientem um desenvolvimento rural sustentável. Essa necessidade foi impulsionada pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo, da floresta e das águas, da sociedade em geral, a respeito da necessidade da produção de alimentos saudáveis combinada com a conservação de recursos naturais e a inclusão de povos e comunidades em uma condição de vida onde se afirme sua cultura, identidade e se garanta trabalho, renda e organização social com preservação ambiental. É nesse sentido que se entende o chamado Desenvolvimento

Rural Sustentável e Solidário.

Trata-se, portanto, de uma necessidade que vem se desenhando de forma crescente a partir da crítica ao modelo de desenvolvimento rural que gera as desigualdades mais severas no campo brasileiro.

Essas desigualdades perpassam desde as condições econômicas dos povos e populações do campo, onde a pobreza ainda persiste em grandes partes das regiões do país, até as negações de direitos sociais, civis, culturais, ambientais. Direitos como, por exemplo, o direito ao trabalho, a terra, à afirmação de identidades e etnias. Aqui o recorte de gênero se faz presente uma vez que essas desigualdades se agravam quando se trata das mulheres rurais.

A construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável passa pela necessidade de olhar para essas diferentes dimensões que caracterizam o modo de vida, o trabalho, as relações sociais, políticas e culturais dos povos e populações do campo. No Brasil, um conjunto de políticas públicas foi dialogando com a possibilidade de construção de um rural que agregue essas diferentes perspectivas, dentro da chamada Agricultura Familiar, a partir dos anos 2003.

Nesse conjunto de discussões, o rural passou pela construção de novas percepções que requisitaram ações públicas, como a construção das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em seus distintos desdobramentos. Nas áreas de produção e acesso às tecnologias, o destaque foi para as inúmeras ações voltadas para a Agroecologia no âmbito das diferentes instituições, como por exemplo, universidades, organizações da sociedade civil e governos. Da mesma forma, as ações voltadas às mulheres do campo de acordo com a necessidade de reconhecimento dessa identidade como trabalhadora assim como da sua inclusão nas relações produtivas no meio rural como forma de minimização de desigualdades e condição importante para a construção desse rural sustentável e solidário.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, lançado em 2014 como fruto e síntese do processo de Conferência de Desenvolvimento Rural realizada no ano de 2013, com a participação de média de 40 mil pessoas envolvidas como sujeitos e agentes da agricultura familiar, a afirmação social e política da agricultura familiar se deu com a participação social, a produção de um conjunto de conhecimentos voltados à realidade rural e a crítica a um modelo de desenvolvimento que exclui a possibilidade de avanços sociais, culturais, tecnológicos e ambientais da produção de alimentos.

A partir dos anos de 1980, com a retomada das mobilizações da sociedade civil, distintos atores e atrizes sociais que compõem o rural brasileiro passaram a se organizar de forma mais intensa, reivindicando o reconhecimento da diversidade que se apresentava no campo e demandando a chegada de políticas coerentes com um Estado republicano e democrático a essa parcela majoritária da população rural. O conjunto

desses segmentos sociais passa a se reconhecer como agricultores e agricultoras familiares, identidade que incorpora como elementos conceituais a produção com utilização direta da mão de obra da família, a gestão familiar e coletiva da unidade produtiva e o reconhecimento do espaço de trabalho como local de vida e de reprodução social e cultural. A construção dessa identidade foi marcada pela demanda por políticas específicas e diferenciadas, o que levou a conquistas como o direito previdenciário dos trabalhadores rurais e à criação de uma institucionalidade no governo federal voltada ao fortalecimento da agricultura familiar: o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Após 2003, consolida-se a institucionalização da agenda da agricultura familiar, com uma transformação qualitativa e quantitativa dos instrumentos de políticas agrícolas e agrárias voltadas ao desenvolvimento sustentável do meio rural (MDA, 2014, p.7).

Essas ações ampliaram a visibilidade da diversidade de segmentos socioprodutivos do público da agricultura familiar, evidenciando suas desigualdades internas e a expressão delas no desenvolvimento rural. A partir dessa visibilidade a compreensão do espaço rural passou a envolver o conjunto de sujeitos que compõem a unidade familiar, a partir de seus interesses e necessidades, rompendo com a lógica da família como bloco homogêneo. Como expressão desse processo deu-se a institucionalização de políticas públicas direcionadas à autonomia das mulheres rurais, em uma estratégia baseada no fortalecimento de sua organização produtiva e na garantia de direitos econômicos (MDA, 2014).

Nessa mesma Conferência podemos citar duas conquistas das mulheres rurais, a partir de suas organizações e movimentos estrategicamente participantes desse processo, possibilitadas a partir da perspectiva de participação social na construção das políticas públicas de desenvolvimento rural metodologicamente central nas ações governamentais nesse período. Essas conquistas se expressaram em propostas aprovadas que se tornaram parte do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (MDA, 2014) que, como um instrumento fundamental para gestão do desenvolvimento rural, orientaram o planejamento, elaboração e implantação das políticas públicas para o Brasil Rural nos próximos anos. Uma das conquistas foi a participação de 50% de mulheres como beneficiárias da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER pública no país e a outra refere-se à destinação de 30% dos recursos públicos da agricultura familiar para projetos voltados para as mulheres rurais.

Ampliaram-se, portanto, nesse conjunto de conhecimentos e ações voltadas para o desenvolvimento rural, a visibilidade sobre uma parcela da população rural ainda não atendida e a necessidade de especialização e adequação a diferentes temáticas, públicos e espaços territoriais. E nessa construção havia a compreensão da necessidade de uma avaliação crítica pela permanência de gargalos que deveriam ser enfrentados. As políticas públicas para as mulheres rurais dialogaram, portanto, com a caracterização das condições de vida e de

trabalho delas e com a importância da reelaboração das relações de gênero para as transformações necessárias no meio rural.

A realização do trabalho produtivo na agricultura de base familiar pelas mulheres ainda é pouco visível e não valorizado. Isso se deve, sobretudo, à concepção de que as atividades por elas desempenhadas são extensão do doméstico, restringindo-se às tarefas historicamente entendidas como papel feminino. Entretanto, a produção familiar é protagonizada pelas mulheres, na medida em que realizam tanto as tarefas agrícolas quanto as domésticas. A atuação das mulheres nas áreas de criações de animais de pequeno porte, plantações de hortaliças, produção e beneficiamento de frutas, leite, pescado e artesanato, etc., nos chamados quintais produtivos, geram renda e auto sustentação das famílias. A área de conhecimento Economia Feminista auxilia como instrumento teórico para essa compreensão.

Na implantação e manejo de quintais produtivos a participação da mulher é mais significativa, quando comparado a dos demais membros da família (Rosa et al, 2007). Nesses quintais, o trabalho feminino evidencia-se, geralmente, devido à proximidade com a casa e o fato dos produtos originados ali influenciarem, diretamente, na dieta alimentar da família, composta por frutas, hortaliças, condimentos, plantas medicinais, além de pequenos animais. Neste sentido a pesquisa de Emma Siliprandi (2009) mostra como as mulheres estão mais sensibilizadas à transição agroecológica e à produção orgânica, assim como caracteriza o trabalho da mulher no campo.

As mulheres reúnem-se para realizar atividades aprendidas na socialização de gênero feminina como beneficiamento de alimentos (pães, geleias, conservas), costura e artesanato, e muitas vezes, estas são as únicas atividades em capacitação disponíveis para elas. A valorização das atividades consideradas femininas implica reconhecer a qualificação das mulheres, que é naturalizada por ter sido apreendida em sua socialização de gênero. As mulheres agricultoras são profundas conhecedoras da seleção de sementes, domesticação de espécies, experimentos de combinação entre plantas que asseguram a qualidade da alimentação familiar, a estabilidade do ecossistema e a biodiversidade. Elas orientam a produção por critérios próprios como, por exemplo: vaca que produz pouco leite, de modo que não seja necessário ordenhá-la todos os dias, milho que não dá caruncho, feijão que cozinha rápido. Essas práticas são reunidas na caracterização de vida e de trabalho das mulheres e foram consideradas sobremaneira no planejamento das políticas públicas.

Muitos grupos produtivos de mulheres que fazem produtos artesanais como doces, geleias, queijos e pães, iniciam-se quando umas começam a ensinar às outras. Apenas quando esse conhecimento coletivo chega ao limite é que elas procuram apoio externo. Em geral,

relacionado com partes das atividades consideradas masculinas, como a manutenção de máquinas ou a comercialização. A socialização de gênero feminina, reforçada na educação formal, tende a criar um estranhamento das mulheres em relação às tecnologias ou novas formas de produção, diferentes daquelas que estão acostumadas a vivenciar e reproduzir em seus meios. Trocar experiências sobre as exigências de mercado e da produção podem, muitas vezes, parecer mais uma dificuldade do que uma realidade a ser ajustada e entendida de acordo com os diversos níveis de organização destas mulheres.

O desafio no âmbito do trabalho produtivo da mulher rural está na viabilidade de produção e comercialização, uma vez que grande parte da produção exigem boas práticas e qualificação dos processos produtivos: sistemas de inspeção, processos de certificação, apresentação visual dos produtos e etc. Muitas são as formas e meios alternativos para promoção dos produtos da agricultura familiar e outras categorias, porém a formalidade do comércio no mercado local/regional se faz necessária na tentativa de garantir à mulher rural a autonomia financeira e econômica necessária, discussão essa central tanto nas organizações políticas feministas, quanto nas políticas de Estado analisadas.

Das necessidades aos fatores que contribuem para marginalização da organização produtiva de mulheres, podemos destacar a sua divisão com o espaço-tempo doméstico, ou seja, a divisão do tempo com os trabalhos voltados aos cuidados. Este fator é uma questão já muito debatida para a promoção da mulher no reconhecimento de suas atividades, sendo necessário ampliar os conceitos e entendimento do arranjo institucional dos locais.

As mudanças na realidade exposta dependem, sobremaneira, da organização das mulheres e de políticas públicas que possam romper com as desigualdades de gênero em várias esferas da vida cotidiana da mulher rural, como implementações de políticas sociais ou a oferta de equipamentos públicos que reduzam as tarefas do trabalho doméstico e de cuidados, garantindo a participação das mulheres em espaços de decisão.

Na perspectiva da economia feminista as mulheres têm produzido a partir de suas práticas, colocando o cuidado da vida como um objetivo a ser perseguido. Isso significa valorizar o trabalho das mulheres não apenas em termos monetários, mas pelo próprio sentido e contribuição deste para a produção da vida, que envolve a construção de relações, a promoção de saúde e cuidados. Mas, além do reconhecimento, há a necessidade evidente de que é preciso avançar no sentido da redistribuição desse trabalho, seja no interior das famílias e comunidades, seja na sociedade por meio de políticas públicas de Estado. As políticas de socialização do cuidado de crianças, por exemplo, ainda são muito incipientes no meio rural e demandam uma formulação condizente com a realidade do campo, das águas e da floresta.

A organização das mulheres, suas experiências, práticas e propostas políticas, em suas diferentes representações, apontam caminhos para mudanças nas bases concretas e nas visões orientadoras do atual modelo de desenvolvimento, que o reduz ao crescimento ilimitado. Esses caminhos construídos pelas mulheres questionam a própria noção de desenvolvimento, afirmando a soberania sobre os territórios, a soberania alimentar e a agroecologia, a redistribuição dos trabalhos domésticos e de cuidados, bem como a redistribuição da riqueza, no sentido da construção de relações baseadas na igualdade, liberdade e autonomia, assim como na relação harmoniosa com a natureza. A necessidade de incentivar ações na geração de autonomia social, econômica e política das mulheres rurais é fundamental, para isso torna-se prioritário articular as políticas, demandas, capacitações e atividades de formação, que visam principalmente, alterar as situações de desigualdade em suas vidas. Somente neste caminho, que poderá haver mudanças concretas e permanentes na vida das mulheres rurais (NOBRE et al, 2015).

As políticas do governo federal, ainda que recentes, impactam sobre as condições de vida de mulheres rurais. Porém, a diminuição da pobreza das mulheres ainda não está acompanhada de uma transformação mais ampla. A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas do Brasil tem uma história, por um lado de negação e silenciamento e por outro, vinculada à apresentação de propostas formuladas por movimentos de mulheres e entidades numa agenda de gênero que foi sendo construída pelos governos brasileiros segundo as pressões sociais desenhadas por esses grupos.

As políticas públicas e programas governamentais na perspectiva de gênero têm organizado iniciativas que incidem sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Sua capacidade de contribuição na modificação de padrões patriarcais arraigados nas relações sociais, políticas e culturais ainda pode ser considerada inicial e em disputa constate.

Entretanto, é possível perceber que as ações de intervenção pública desenvolvidas no período analisado (2003-2015) buscam ser realizadas em diálogo com a realidade socioeconômica de grupos e comunidades locais valorizando o papel das mulheres no trabalho, gerando renda e inclusão produtiva, capacitando-as, incentivando-as à sua participação política e garantindo espaços de socialização do trabalho doméstico e de cuidados.

Foram observadas, nesse trabalho, as políticas públicas para as mulheres rurais estabelecidas na Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal<sup>1</sup>, a saber: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR, Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres – ATER, Políticas de Acesso à Terra, de Articulação e Mobilização Territorial e de Parceria com os Organismos Estaduais de Políticas para Mulheres – OEPMs.

A análise das políticas públicas proposta tem como centro da reflexão a característica de participação social adotada, metodologicamente e politicamente, pelos governos no período analisado, ou seja, a participação dos movimentos sociais do campo em suas acepções feministas, especialmente os mistos, no planejamento, elaboração e implementação das políticas públicas para as mulheres rurais. Essa percepção coloca-se como centro da análise uma vez que no conjunto das relações sociopolíticas da década de 2000, há essa clara indicação de que as ações de governo foram construídas no âmbito das relações Estado e sociedade civil, dentro de uma ótica participativa enquanto metodologia e a partir das lutas sociais históricas desses movimentos sociais que se traduzem em conquistas. Destaque, nesse caso, para os movimentos sociais do campo e para os movimentos feministas.

Nesse trabalho, assim, dialogamos com dois movimentos do campo mistos como foco de análise a partir de seu protagonismo na construção das políticas públicas de gênero para o rural: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em seu Setor de Gênero e a Marcha das Margaridas que congrega diferentes organizações (mistas ou de mulheres) do campo. A escolha por movimentos sociais mistos expressa-se sobremaneira na imensa contradição e resistência das mulheres na construção desses espaços em suas organizações e no seu potencial de, a partir dessas contradições, protagonizar fortemente as ações públicas de gênero.

---

<sup>1</sup> Durante a realização dessa pesquisa e elaboração desse texto, a conjuntura política do país alterou-se incidindo de forma incisiva na organização institucional que abarca as discussões de gênero e do rural no Brasil. Foi extinto, através de decreto presidencial, o Ministério do Desenvolvimento Agrário passando sua atribuição inicialmente para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e posteriormente para a Casa Civil da Presidência da República. A Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, alterou e revogou os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispunha sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, extinguindo o MDA e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social; o Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, transfere as competências do MDA, que estavam com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República (SEDA, 2017). Toda a referência que se faz nesse texto ao MDA e à Diretoria de Políticas para as Mulheres (DPMR) considera essas alterações incluindo a crítica aos retrocessos que representam para as políticas públicas voltadas às Mulheres Rurais no Brasil.

## CAMINHOS DE PESQUISA: ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Um conjunto de caminhos foi escolhido para se realizar a presente pesquisa que está compreendida a partir de discussões teóricas já realizadas no âmbito da metodologia e epistemologia das ciências sociais. Há uma multiplicidade de argumentos e de conhecimentos e tendências nesse campo que levam o pesquisador e a pesquisadora a mergulharem na compreensão do como e por que fazer pesquisa em ciências sociais e escolher caminhos que dialoguem com sua possibilidade de construção de determinado conhecimento.

O trabalho apresentado, nesse sentido, parte de alguns pressupostos teóricos e de algumas características das pesquisas em ciências sociais que se tornam premissas de todo o caminho metodológico escolhido e buscam garantir a cientificidade do processo realizado que resulta nessa tese.

Grande parte das críticas e reconstruções em termos de métodos nas ciências sociais é referenciada nas ideias de que não há leis generalizáveis que regem o comportamento de grupos humanos como supostamente há nas ciências naturais. Mesmo as pesquisas de cunho quantitativo que se valem de dados para quantificação e análise estatística para interpretar determinada realidade humana e social, que mais se aproximam dos métodos da ciência natural, não generalizam comportamentos e sim apresentam tendências diagnosticadas de forma numérica. Contudo muitas vezes são acompanhadas de análises qualitativas para complementar o tratamento dos dados quantitativos, de forma adicional.

A partir do início do século XX, a ciência social diversificou-se e ganhou confiança e prestígio, assumindo assim diferentes formas, olhares e tendências da produção do conhecimento. Essa ampla diversificação dos métodos em ciências sociais, a partir da década de 1970, sob grande parte de influência das teorias feministas, desafiaram muitos pressupostos. Gênero, raça e etnia, em termos teóricos e metodológicos, tiveram grande crescimento e o feminismo contribuiu, sobremaneira, para a ampliação e a pluralização metodológica nas ciências sociais (SOMEKH et al, 2015).

O trabalho de Somekh e Lewin (2015) traz um olhar apurado das características da produção de conhecimento em ciência social, sob uma perspectiva histórica, analítica e epistemológica, dando destaque para o fato de como o feminismo e as pesquisas de gênero particularmente contribuíram para algumas mudanças e tendências para fazer pesquisa nessa área na contemporaneidade.

O trabalho de Butler (1990) fez outra importante contribuição ao questionar a noção de que categorias – como a de “mulher” – possam ser usadas como termos estáveis e permanentes, ressaltando que a categoria “mulher” contém diversas variáveis. Por

exemplo, para mencionar apenas três: “negra”, “lésbica” ou “maltratada”. A pesquisa feminista “situa a construção social de gênero no centro da nossa investigação” (LATHIER, 1991: 71), reconstruindo o processo de pesquisa em todos os níveis, desde o objeto de estudo escolhido, até os relacionamentos com participantes, métodos de coletas de dados, escolha de conceitos analíticos e abordagens quanto à apresentação do relatório (SOMEKH et al, 2015. p. 29).

Dado esse destaque histórico para a influência das pesquisas feministas nas redefinições dos caminhos de pesquisa para as ciências sociais como um todo, esse trabalho assume-se em sua perspectiva metodológica, como um trabalho o qual situa a construção social de gênero no centro da discussão, com recorte feminista nas escolhas teóricas e nos caminhos de pesquisa escolhidos.

Também partimos do entendimento de que hoje existe a possibilidade de se construir uma ciência comprometida com a crítica social e com os processos de transformação da sociedade. Essa pesquisa, portanto, apresenta-se nesse primeiro compromisso que se traduz em métodos: um processo comprometido com a transformação das diferentes desigualdades de gênero e de classe que atravessam a vida das mulheres rurais, tanto na escolha teórica estabelecida, quanto na prática social e subjetiva da pesquisadora e das mulheres rurais, que se misturam e produzem uma complexidade de resultados de interações, parte dos quais descritos e sistematizados aqui.

Essa premissa foi demarcada, na história das ciências sociais, de forma a se estabelecer no conjunto das discussões das linhas metodológicas e métodos de produção de conhecimento. Foi fortemente discutida a partir do trabalho dos teóricos da Escola de Frankfurt, no século XX e demonstra a dimensão política de ser uma pesquisadora em ciências sociais que “busca o conhecimento, a compreensão de indivíduos, grupos e organizações sociais num mundo onde não se outorga *status* de forma equitativa e os pesquisadores sentem a responsabilidade de agir efetivamente.” (SOMEKH et al, 2015, p. 29).

As chamadas metodologias feministas, nesse sentido, são caminhos de produção de conhecimento que considera a pesquisa como processo inerentemente político. Segundo Khatidja Chandler e Diane Burns (2015, p. 111, 112) “foi o feminismo de segunda onda que começou a contestar as formas tradicionais de produção de conhecimento, argumentando que até então as experiências das mulheres tinham sido excluídas para manter a desigualdade nas relações de gênero.” E foi o feminismo de terceira onda, inspirado por princípios pós-estruturalistas que ajudou a pluralizar as categorias que antes eram consideradas invariáveis. A categoria “mulher”, assim, ganhou novas e plurais características, como “mulher negra”, “mulher trabalhadora”, “mulher lésbica”, tentando dar conta das análises da realidade que acaba exigindo um olhar para as diferentes expressões do que é ser e viver como mulher.

Gênero, portanto, se cruza com as noções de classe social, etnia, trabalho, modo de vida. Dessa forma, e nesse conjunto de discussões é que se coloca a categoria de “mulher rural”, utilizada nessa pesquisa, também chamada de “mulher trabalhadora rural”, “mulher do campo”.

Nesse debate há a crítica de que, a partir do feminismo de terceira onda, ou pós-estruturalista, as distintas fragmentações das categorias centrais, como a de “mulher”, por exemplo, acabam gerando consequências para as análises com foco na unidade e ação política de forma geral. Para esse dilema, há uma discussão que tenta equilibrar os dois eixos de análise.

Por certo, se a categoria “mulher” tem de ser utilizada, ela deve ao mesmo tempo reconhecer a diferenciação interna e diversos eixos de opressão, resistir aos perigos do essencialismo (a noção de que as identidades se fixam de determinadas maneiras) e estar cientes da construção social dos rótulos envolvidos, bem como de suas realidades materiais. Por outro lado, se optarmos por abolir as categorias completamente, isso implica o risco de fragmentação, com consequências para a ação política. O sucesso das campanhas pela justiça social é mais provável onde existe unidade e não fragmentação (CHANDLER e BURNS, 2015, p. 113).

Dessa forma, para evitar a fragmentação, a noção de essencialismo estratégico vem ganhando terreno. Para Chandler e Burns (2015),

O essencialismo estratégico é possibilidade de formar alianças visando à ação coletiva. Ele oferece um modo de lidar eventualmente com a polêmica questão de como atender às especificidades de um grupo sem correr o risco de total fragmentação (cuja conclusão lógica leva-nos a um nível de análise individual, em lugar da grupal), ao mesmo tempo em que protege contra “narrativas grandiosas” à custa da especificidade (CHANDLER e BURNS, 2015, p. 113).

Consideramos essa tentativa epistemológica de equilíbrio nesse trabalho quando tratamos de “mulher rural”, buscando a não fragmentação e a busca de uma análise também de estrutura, mas sem incorrer no equívoco das grandes narrativas. A utilização da categoria gênero, cruzada com a de classe social, o uso da especificidade do ser rural na categoria mulher tenta demonstrar isso.

Em termos de estratégias metodológicas, a coleta de dados deste trabalho tem como orientação principal esses aspectos: uma pesquisa com caráter de gênero e feminista e em compromisso com as transformações das desigualdades sociais e opressões de gênero. Desta forma, um primeiro passo foi a revisão de literatura para proposição de diálogos teóricos enquanto chaves de análise, o que acompanhou todos os momentos desse trabalho. As escolhas teóricas, sobretudo as categorias gênero, classe social e mulher rural, assim como as perspectivas dos feminismos, da economia feminista e da teoria crítica aparecem vivas nesse trabalho. Há uma forte definição teórica no conjunto dos movimentos sociais do campo em suas organizações de gênero construída no conjunto da luta social e inspirada pelo crescente

feminismo enquanto organização social, política e teórica que influenciou sobremaneira as diretrizes das políticas públicas para as mulheres rurais. Essa constatação que vem da participação dessa pesquisadora nesse contexto delineou as escolhas teóricas desta pesquisa.

Os momentos de pesquisa de campo caracterizaram-se por coletas de informações documentais no Ministério do Desenvolvimento Agrário, Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR/MDA, órgão de Estado responsável pela implementação das políticas analisadas. Essa coleta se deu nos anos de 2013 e 2014, e a pesquisa documental desenvolvida nos movimentos sociais do campo em relação às suas organizações de gênero e feministas.

Também foi realizada pesquisa participante em dois momentos de visibilidade pública do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e da Marcha das Margaridas e nos momentos da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS, em 2013, que resultou na gravação e transcrição de falas de representantes dos movimentos, de mulheres rurais e de representantes do Estado, participação e registro em caderno de campo das mobilizações e conferência, pesquisa e produção de registros de imagens. A pesquisa participante dividiu-se em duas formas metodológicas: pesquisa participante presencial e pesquisa participante virtual, conforme a literatura em metodologia das ciências sociais nos aponta enquanto possibilidades e práticas atuais de pesquisa (SOMEKH et al, 2015).

Esses dois momentos de coleta de informações em campo chamados aqui de pesquisa participante se deram nos momentos de maior e intensa participação da pesquisadora tanto no trabalho de implementação das políticas públicas, como Consultora da DPMR/MDA, quanto no acompanhamento e participação dos movimentos sociais do campo, nas organizações das mulheres, nas ações reivindicatórias e nas de participação social nas ações do Estado.

No conjunto dessa pesquisa, as experiências vividas e as vozes das mulheres rurais foram tratadas como significativas no sentido de que devem desempenhar um papel central nos estudos de caráter feminista. Assim, buscamos situar as vozes e experiências das mulheres dentro de um contexto político e social, que ajuda a afastar as tendências individualizantes nas análises. Como centralidades do processo o objetivo foi dar vozes às mulheres e fundamentar a pesquisa nas experiências delas.

Foi realizado o registro das falas das mulheres rurais enquanto uma forma de não apenas descrever uma determinada realidade e vivência de um grupo humano, ou menos de atribuir um significado ao dito de forma verticalizada, mas sim como um registro que apresenta a possibilidade de uma construção de significados conjunta entre pesquisadora e mulheres participantes da pesquisa pautados no compromisso assumido e nas ações

desenvolvidas por ambas relacionadas à transformação das desigualdades de gênero no campo, principalmente vinculados aos movimentos sociais do campo os quais se relacionam diretamente com a construção das políticas públicas.

Nessa etapa da pesquisa, houve uma relação estabelecida entre pesquisadora e as mulheres participantes que levou em consideração alguns pressupostos já levantados aqui. A escolha de produzir percepções sobre as políticas públicas com as mulheres rurais e, somente com elas, traz o caráter de escolha de gênero e feminista dessa pesquisa. Isto significa dizer que esse trabalho se compromete com a trajetória e visibilidade dessas mulheres e ressignifica suas vivências e experiências como central nessa produção de conhecimento. Em termos teóricos e metodológicos, nas pesquisas de caráter feminista nas ciências sociais, essa possibilidade de perpassar pelas subjetividades da pesquisadora e pesquisadas, fazendo as análises a partir das trocas estabelecidas e das similaridades de experiências, é chamada de reflexividade (CHANDLER e BURNS, 2015). Aqui com o cuidado da não personalização exacerbada individual da pesquisadora em detrimento das experiências sociais e políticas das mulheres rurais e das práticas sociais e políticas.

Outro aspecto destacável, nesse sentido é que a escolha de quais mulheres seriam participantes desse processo se deu de forma integrada com a trajetória da própria pesquisadora. O que, na relação de construção da pesquisa, passou a traduzir o compromisso que se apresenta, nesse estudo, com as transformações das opressões e desigualdades de gênero e com a crítica social.

A relação entre pesquisadora e participantes da pesquisa, assim, levou em consideração que “o conhecimento confere poder e, portanto, ao coletarem dados, os pesquisadores devem atentar para os possíveis efeitos que a participação em pesquisa pode ter nos participantes” (SOMEKH et al, 2015, p.30).

A forma de distribuição de poder dentro do relacionamento pesquisadora-participantes da pesquisa considera a construção de uma relação de confiança (história da pesquisadora somada às histórias das mulheres). A confiabilidade dos dados qualitativos apresentados dialoga com esses argumentos. Por conta disso, as mulheres sujeitos de pesquisa foram escolhidas conjuntamente a partir da rede de relações estabelecidas no meio feminista e rural das quais, pesquisadora e participantes da pesquisa, se encontram, assim como se encontram suas experiências e histórias de vida.

Propusemos assim, de acordo com o caráter qualitativo dessa pesquisa, realizar entrevistas gravadas em áudio com as mulheres rurais, de forma semiestruturada e aberta, ou

seja, com um roteiro pré-definido, mas com flexibilidade de acordo com o contexto da realização da entrevista.

Alguns critérios foram pré-estabelecidos para a escolha das mulheres a serem entrevistadas, de forma a organizar grupos de mulheres a participarem da pesquisa, a saber:

- Mulheres Rurais pela característica de trabalho e localização – assentadas de Reforma Agrária, agricultoras familiares, agricultoras quilombolas, indígenas ou extrativistas da floresta da Região Sudeste (região essa de maior atuação política e acadêmica da pesquisadora).
- Mulheres Rurais pela característica da participação política – mulheres lideranças ou participantes de movimentos sociais feministas ou de organizações de gênero do campo.
- Mulheres Rurais por organização social – mulheres participantes ou lideranças de grupos produtivos de mulheres, formais (associação ou cooperativa) ou informais (coletivos, grupos).

Foram selecionadas 5 mulheres que apresentavam características descritas em pelo menos dois dos três grupos caracterizados, para serem entrevistadas. Essa seleção se deu a partir de indicações realizadas dentro dos grupos de atuação, conhecimento e experiência da pesquisadora. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas na íntegra e autorizadas pelas participantes, assim como o material fotográfico produzido.

Esse texto, como sistematização do processo de pesquisa e reflexão realizado, organiza-se em 5 capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Gênero e Mulheres Rurais: diálogos teóricos” aborda alguns fundamentos teóricos da interpretação das desigualdades vividas pelas mulheres no âmbito do trabalho e a construção epistemológica do campo dos estudos de gênero que dialoga com o conjunto teórico das ciências sociais. Apresenta uma revisão das teorias de orientação marxista entendidas como as que fundamentam o planejamento e execução das políticas públicas. Também aborda um levantamento histórico dos estudos feministas e uma reflexão sobre a construção teórica do campo dos estudos de gênero que conversa tanto com as aspirações da teoria crítica quanto com as escolas contemporâneas de análise que destacam as subjetividades e a relação delas com a construção do conceito de gênero enquanto categoria relacional.

O segundo capítulo também tem um caráter teórico e traz para a pesquisa fundamentos, a partir de revisão de literatura, do campo de estudos chamado Economia Feminista. Conceitos como divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e de cuidados, trabalho produtivo e reprodutivo, invisibilidade do trabalho da mulher e a aplicação desses

conceitos na caracterização da mulher rural são chaves nesse capítulo. Trata também do debate sobre os aspectos socioeconômicos da vida e do trabalho das mulheres rurais a partir da análise de dados estatísticos produzidos nos últimos anos com recorte de gênero.

O capítulo três que tem como título “Quem não pode com a mulher, não assanha o formigueiro: movimentos sociais e contra-hegemonia nas disputas por um feminismo de Estado” trata das participações de movimentos sociais do campo que tiveram influência de forma explícita nas políticas públicas para mulheres rurais, a partir de suas pautas de gênero. Também apresenta um arranjo institucional de participação da sociedade civil de forma ampla nos planejamentos das políticas públicas de desenvolvimento rural em seu recorte de gênero. As relações conflitivas e disputadas entre Estado e sociedade civil serão olhadas a partir de algumas categorias de Gramsci como Estado ampliado, sociedade civil e hegemonia.

O quarto capítulo “Histórico e configurações das Políticas Públicas para Mulheres Rurais no período recente (2003 – 2015)” apresenta a organização das informações documentais coletadas durante as pesquisas realizadas em Brasília (Estado) e nos Movimentos Sociais. Apresenta uma análise histórica e os detalhes das políticas de gênero para mulheres rurais no Brasil, seu processo de planejamento e implementação, destacando os limites, as possibilidades e as configurações atuais, incluindo a correlação de forças entre Estado e movimentos, numa perspectiva crítica.

O último capítulo chamado “O que as mulheres rurais têm a dizer sobre as políticas públicas?” trata da análise qualitativa das falas das mulheres em relação com suas histórias e experiências e suas percepções a respeito das políticas públicas para mulheres rurais.

Gostaria de encerrar essa introdução destacando o cenário atual das políticas públicas de gênero no contexto sociopolítico do país que apontam a necessidade de permanentes lutas feministas em torno da questão.

Ao mesmo tempo em que há alguns meses anteriores a Diretora de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais do MDA, Célia Watanabe declarou em reportagem veiculada na imprensa oficial do MDA (MDA, 2015) alguns investimentos em projetos de estruturação produtiva para grupos de mulheres rurais, e intensificação de emissão de Declaração de Aptidão da Produtora (DAP) nos Mutirões de Documentação através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Tereza Cristina Arruda, coordenadora do PNDTR na DPMR/MDA, postou com pesar em sua página pessoal de rede social em 22 de junho de 2016:

Bem... nada melhor do que fechar esse ciclo de trabalho divulgando um pouco das ações do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). Tive o prazer de trabalhar com este Programa por 06 anos, e no último ano, o

coordenando. Vi histórias lindas, de fazer chorar... pessoas que tiraram seus primeiros documentos aos 76 anos (sim, pode acreditar), que saíram do mutirão aposentadas, conseguindo acessar um auxílio previdenciário e tendo um documento que registra sua história. Estou aqui chorando e rezando para que esse governo interino não faça essa maldade e colocar fim a esse Programa tão lindo e tão importante para o meio rural (Tereza Arruda, 2016).



Figura 1: Figura oficial que representa o PNDTR postada juntamente com a falade Tereza Arruda sobre os retrocessos atuais das políticas públicas para as mulheres rurais.

O governo que se define durante o afastamento da Presidenta Dilma, antes ainda da efetivação do golpe parlamentar no Brasil<sup>2</sup> dado com o processo de Impeachment em 2016, criou um programa de extinção do MDA e demissão coletiva das trabalhadoras das políticas públicas da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e de outras instâncias de execução das políticas para a agricultura familiar, assim como um desmonte das ações federais com caráter de gênero, raça e etnia, direitos humanos. A extinção do MDA, com a transferência das secretarias ligadas à reforma agrária e do INCRA para a Casa Civil, extinguindo a atividade-fim deste Ministério, a fragilização dos Programas já em efetivo funcionamento ligados à agricultura familiar pela não liberação de novos recursos e pelo contingenciamento progressivo muda drasticamente as características e formas de ação do Estado em relação aos movimentos sociais do campo e às políticas com recorte de gênero.

O que fica, por hora, é o pensamento de que as políticas públicas para as mulheres rurais são de fato bastante frágeis diante do conjunto de disputas por hegemonia no interior do

<sup>2</sup> Alguns textos vinculados a estudos na área das Ciências Sociais já tratam a respeito do Golpe de 2016, como por exemplo, o Livro "A Resistência ao Golpe" publicado pelo Projeto Editorial Práxis organizado por Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum e Wilson Ramos Filho, que trata do Impeachment sem crime de responsabilidade da Presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores. O livro foi lançado em maio de 2016.

Estado e no conjunto das relações Estado e sociedade civil. A ideia de Simone de Beauvoir, que atravessou gerações de movimentos feministas e que se faz presente quase como domínio público, expressa muito bem algo explícito sobre as políticas de gênero para as mulheres rurais: a de que qualquer ação política de Estado com caráter de efetivação de direitos das mulheres é frágil diante das estruturas patriarcais da sociedade.

Essa ideia mesmo escrita em outro momento histórico, conjuntura ou contexto, expressa uma chave de análise para as sínteses complexas que se propõe nesse estudo: basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. As mulheres terão que se manter vigilantes durante toda a sua vida.

## CAPÍTULO 1 – GÊNERO E MULHERES RURAIS: DIÁLOGOS TEÓRICOS

O feminismo nasce e se constitui questionando questões vertebrais do capitalismo.  
Nalu Faria, representante da Marcha Mundial das Mulheres no Festival  
Internacional da Utopia, Maricá, RJ, em 23 de junho de 2016<sup>3</sup>.

Tratar das políticas públicas sob perspectiva da crítica social e das elaborações feministas contemporâneas demanda desafios de análise que combinam elementos de caracterização do recorte de gênero nas políticas de Estado atuais, as formas da condução das políticas, incluindo as diversas esferas de atuação institucional e não institucional com perspectivas teóricas que dão suporte para essa análise.

Fundamentalmente é preciso dialogar com construções teóricas que considerem as complexidades atuais das relações e arranjos construídos no âmbito da cultura, da sociedade, da política e do Estado, com certo olhar sensível e humanizado que possibilite compreender e dialogar com os desafios postos quando se discute superação de desigualdades de gênero no mundo rural.

Lançar mão de um aporte teórico, nesse sentido, nos convida a não deixar de tratar as questões sociais e políticas numa perspectiva crítica, mas tampouco deixar de olhar para além dos conceitos gerais das relações Estado e sociedade civil, observando elementos importantes que as atravessam até chegar à reflexão sobre as execuções das políticas públicas que perpassam, evidentemente, essas relações.

Dessa forma, algumas perspectivas são importantes para a análise que nessa pesquisa se propõe. Noções relacionadas ao trabalho na sociedade capitalista, classes sociais, feminismos, relações de gênero, economia feminista, movimentos sociais, Estado, sociedade civil, arranjos institucionais, subjetividades, identidades, cultura, campo e rural são algumas que podem nortear observações mais pertinentes sobre a política pública.

Para o presente capítulo pretende-se dialogar com conceitos e formulações no sentido de ir definindo algumas diretrizes teóricas para se alcançar o objetivo dessa pesquisa: propor uma análise das políticas públicas de gênero para as mulheres rurais.

Assim foram organizadas três seções, onde a primeira trata, especificamente, dos fundamentos teóricos da interpretação das desigualdades vividas pelas mulheres no âmbito do trabalho e a construção epistemológica do campo dos estudos de gênero nesse conjunto teórico e político. Apresenta diálogos sobre as teorias de orientação marxista entendidas como as que fundamentaram a perspectiva de política pública analisada, sob o olhar para as

---

<sup>3</sup> Fala registrada a partir de declaração de Nalu Faria publicamente veiculada em rede social acessada pela pesquisadora: <https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil/?fref=ts> Acessada em: 23/06/2016

mulheres trabalhadoras rurais e a relação destas com o trabalho e a vida no campo. Alguns estudos foram utilizados para essa seção como os de clássicos da sociologia em Marx (2008), Marx e Engels (2003) e outros como Saffioti (2013, 2000, 1999, 1992).

A segunda seção trata de um levantamento histórico dos estudos feministas e uma reflexão sobre a construção teórica do campo dos estudos de gênero que são fundamentos das perspectivas que interpretam e analisam a situação das mulheres do campo no Brasil. Também trata de um resgate de como as subjetividades compuseram as teorias sociológicas contemporâneas e a relação destas com a construção do conceito de gênero enquanto categoria relacional. Estudos de Saffioti (2013), Citeli (2001), Joan Scott (1995), George Mead (1999), Margareth Rago (1998) foram utilizados para esses temas.

Uma última seção, através de autoras e autores como Beauvoir (1980), Mendéz (2006), Nancy Fraser (2009), Grossi (2004), foram discutidos elementos históricos do campo de estudos dos feminismos trazendo para o texto análises que serão fundamentais para a reflexão sobre as mulheres trabalhadoras rurais, as políticas públicas de gênero.

### **1.1 O lugar do conceito de gênero na sociedade de classes: limites e possibilidades dos estudos de gênero de orientação marxista**

Para tal estudo é importante trazer bases teóricas que abordem visões críticas e históricas dos processos sociais, uma vez que as políticas públicas se definem e redefinem nas construções históricas e nas relações sociais considerando as suas distintas complexidades.

A discussão sobre as classes sociais numa sociedade capitalista, considerando a complexidade das sociedades atuais, continua sendo chave de discussão das ciências sociais.

Nos estudos de orientação marxista, a categoria “mulher e trabalho” foi uma das primeiras a serem debatidas referentes à opressão da mulher. Joan Scott (1995), fazendo uma análise da categoria gênero em seu desenvolvimento histórico e sua compreensão analítica, argumenta sobre essa centralidade. Para a autora, essa perspectiva é centrada na análise da subordinação da mulher às posições subalternas e aos homens, na economia e na política, através das relações de trabalho.

Há, pois, nesse conjunto de discussão, a argumentação sobre a importância dos estudos marxistas para a constituição dos estudos feministas. Há uma contribuição do marxismo para o embasamento de teorias que desnaturalizam e historicizam as categorias, relações e instituições sociais. Assim como há uma contribuição histórica do marxismo ao movimento feminista (ANDRADE, 2011).

No debate teórico feminista, sob algumas perspectivas, a discussão dos conceitos de classe social, sociedade de classes, comporta e se funde com a discussão de gênero. Um dos marcos fundadores dos estudos de gênero, nessa perspectiva da economia feminista que abrange a crítica à sociedade capitalista e patriarcal, foram os estudos de Saffioti (1992, 2013), que se tornam no campo dos estudos sociológicos, referência para o pensamento feminista e para as pesquisas nessa área de conhecimento.

Como fundamentos teóricos, os estudos da autora são chaves de interpretação que contribuem para essa pesquisa uma vez que trata da ideia central de que problematizar a situação de desigualdades de gênero referente às condições desiguais vividas por mulheres trabalhadoras rurais, passa, necessariamente pela crítica à sociedade de classes. Essa crítica se mistura, em forma de práxis, com o engajamento da luta das mulheres do campo.

Dessa forma, os estudos de Saffioti demonstram, a partir do entendimento da inserção da mulher na sociedade capitalista, que as mulheres vivem uma dupla desigualdade: uma subvalorização das suas capacidades e uma inserção periférica no mundo do trabalho e no modo de produção. E, sobretudo, entende que essa inferiorização social feminina faz parte da manutenção das estruturas para a reprodução da sociedade capitalista (SAFFIOTI, 2013).

Podemos questionar, todavia, onde o gênero se coloca nessa análise não polarizada, porém necessária, da dicotomia capital e trabalho?

O sistema capitalista, nessa perspectiva, renovou-se e configurou-se em inúmeras complexidades. Uma das ideias discutidas no olhar para as relações sociais atuais é a de que as mulheres continuam aprisionadas. “A opressão das mulheres continua sendo, para os capitalistas, um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho.” (GONÇALVES, 2013, p. 24). Isto significa dizer que o entendimento nessa perspectiva é o de que a dominação capitalista de classe se efetiva produzindo e reproduzindo desigualdades que também são de gênero, raça, classe, etc. E que capitalismo e condições plenas de igualdade e liberdade não são compatíveis (SAFFIOTI, 2013).

Assim, o debate feminista à respeito das desigualdades de gênero passa pela discussão das transformações sociais, do trabalho, do modo de produção e da sociedade de classes, conceitos esses fundamentados na teoria crítica. Contudo, ao longo do tempo, esses conceitos são reinseridos na discussão teórica de forma que possam trazer chaves de análises dadas as características contemporâneas das sociedades e grupos sociais. Interessa-nos, portanto, nessa pesquisa, tanto as perspectivas teóricas que são fundamentos do olhar para a mulher trabalhadora rural e as desigualdades de gênero vividas por elas quanto a complexidade e pluralidade das pesquisas atuais que trazem elementos necessários para esse tema.

Na acepção crítica, a sociedade capitalista fundamenta-se nas relações de produção, na apropriação do trabalho pelo capital e, entre outros elementos, numa sociedade dividida em classes sociais. As relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade e condicionam o processo da vida social (MARX, 2008).

Nas palavras de Saffioti (2013), há uma interpretação de como a estrutura de classes numa sociedade é limitativa das potencialidades humanas e que as desigualdades geradas, nesse contexto, passam pela questão do gênero:

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovarem constantemente, as crenças pelas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (contingente esse que pode variar e efetivamente varia segundo as condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classes) como se a ordem social competitiva não se expandisse suficientemente, isto é, como se a liberdade formal não se tornasse completa e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência. Do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva. Na verdade, quer quando os mencionados fatores naturais justificam uma discriminação social *de fato*, quer quando justificam uma discriminação social *de jure*, não cabe pensá-las como mecanismos autônomos operando contra a ordem social capitalista. Ao contrário, uma visão globalizadora da sociedade de classes, não poderá deixar de percebê-las como mecanismos coadjuvantes da realização histórica do sistema capitalista de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 59).

A partir desse argumento, a autora situa as desigualdades sociais vividas por mulheres na sociedade de classes (o que chama, nesse momento de seus estudos de *caracteres naturais de certo contingente populacional*), como um mecanismo de manutenção e realização histórica do sistema capitalista.

Situa, pois, a análise da chamada discriminação social por sexo (amplia essa análise para raça também) no entendimento de que nas relações de produção, os caracteres de sexo operam como marcas sociais que hierarquizam os membros de uma sociedade historicamente dada (SAFFIOTI, 2013, p. 60). Nesse sentido, as desigualdades entre homens e mulheres são discutidas no interior das relações de trabalho, assim como são produzidas nesse contexto.

Outro elemento teórico que compõe esse olhar sobre o conceito de gênero na interpretação crítica da sociedade capitalista, é o entendimento da noção do trabalho como *locus* das relações sociais onde se reproduzem também as desigualdades de gênero.

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar a relação dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética *sociedade capitalista* e das relações que elas mantêm entre si o com o todo social na qual se inserem (SAFFIOTI, 2013, p. 60).

Dessa forma, Saffioti (2013) afirma que, no âmbito da economia, as relações desiguais são atravessadas pelo gênero e, na perspectiva do trabalho, a análise refere-se à mulher trabalhadora, referente às camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços.

A complexa subordinação feminina num sistema de acumulação capitalista também foi analisada por Andrade (2011) que destaca, levantando a importância dos estudos marxistas para os estudos de gênero:

Graças a essa perspectiva, fenômenos vinculados à vida familiar tiveram seu aspecto econômico desnudado. Desta maneira, tornaram visível o controle da mão de obra feminina e infantil através da instituição casamento – que permite ao capitalismo regular a participação feminina no mundo do trabalho produtivo e a expandir ou reduzir a dimensão do exército de reserva constituído por uma força de trabalho subremunerada. Ao mesmo tempo nos permitiu atentar para a relação entre a suposta “vocalização materna natural da mulher”, que resulta na sua responsabilização pelas atividades domésticas, e a divisão sexual do trabalho nos espaços produtivos (ANDRADE, 2011, p. 59).

Foram essas abordagens, portanto, que trouxeram para o centro da discussão a opressão vivida pela mulher no conjunto da sociedade, no âmbito do trabalho, visto que considera-se uma análise de gênero não desvinculada de sua historicidade, contextualidade e materialidade.

Em diferentes tempos históricos, a mulher ocupou invariavelmente um papel econômico fundamental tanto na produção quanto na reprodução da vida. O sistema capitalista, além de explicitar a natureza dos fatores que promovem uma sociedade dividida em classes sociais, justifica na tradição a exclusão da produção de bens e serviços de setores das camadas trabalhadoras, como é o caso das mulheres. O sexo, nesse caso, passa a ser fator de inferiorização social da mulher. O que contribui de forma positiva para a manutenção e atualização das diferenças de classes sociais (SAFFIOTI, 2013, p. 64-66). “A mulher faz, portanto, a imagem do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Nesse caso, a autora admite que as barreiras que a sociedade de classes coloca à realização plena da mulher não têm uma uniformidade, isto é, analisa as diferentes formas de desigualdades vividas pelas mulheres no âmbito do trabalho, afirmando que as oportunidades sociais oferecidas a elas variam de acordo com o contexto social analisado e com os interesses do sistema de produção, vinculados à condição que essas mulheres assumem, nessa perspectiva, de classe trabalhadora (SAFFIOTI, 2013, p. 66, 67).

Ao mesmo tempo em que o trabalho da mulher, nos diferentes aspectos, em sua subvalorização, é utilizado para a produção da subsistência e, no processo de industrialização,

explorado nos processos de assalariamento com apropriação de parcelas invariavelmente menor que as dos homens, existem implicações relacionadas à marginalização do trabalho da mulher no sistema produtivo e da não remuneração pelo trabalho desenvolvido. Acrescenta-se aqui, portanto, a análise sob o prisma da marginalização do trabalho da mulher e da própria condição de ser mulher na sociedade (SAFFIOTI, 2013, p. 68).

Ainda nessa pesquisa, esse conceito será tratado como invisibilidade do trabalho da mulher vinculado à discussão sobre a divisão sexual do trabalho, sobretudo quando se refere ao trabalho doméstico não remunerado e especificamente ao trabalho na agricultura, considerando as relações estabelecidas no âmbito da unidade de produção familiar (HIRATA, 2002, HIRATA e KERGOAT, 2007; MELO e DI SABATO, 2006).

Para Saffioti, o considerado trabalho marginalizado da mulher, nas suas diferentes formas, garante a manutenção da sociedade:

[...] a sociedade necessita do trabalho das mulheres cujos rendimentos são imprescindíveis para sua sobrevivência. Trata-se aqui de uma questão de sobrevivência da sociedade por dois motivos: primeiro porque o equilíbrio da sociedade é incompatível com a generalização dos problemas sociais e seus efeitos disnômicos; segundo porque as mulheres constituem metade da humanidade, sendo, pois, mesmo que se atente apenas para sua condição de reprodutoras, imprescindíveis à conservação da sociedade (SAFFIOTI, 2013, p. 70).

A situação feminina, nessa interpretação, é determinada pela totalidade histórica na qual está inserida. E, dessa forma, na análise do trabalho nas sociedades capitalistas, além de se considerar o trabalho produtivo da mulher como necessário à indústria, nos processos de industrialização das sociedades, considera-se como fator de desigualdade e opressão tanto da estrutura quanto das relações subjetivas entre homens e mulheres estabelecidas nesse contexto, o trabalho reprodutivo desenvolvido pelas mulheres no âmbito doméstico, não remunerado e não reconhecido.

Nas palavras de Saffioti (2013, p. 74):

[...] o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, “diminuindo para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho.

Explicando a construção histórica das desigualdades entre homens e mulheres no âmbito do trabalho, a autora além de colocar como central na sua análise a manutenção da exploração do trabalho de forma conjugada com a discriminação do trabalho da mulher, levanta a questão de que nesse processo, o homem branco é dominante e privilegiado no sistema, que assim denomina-se de patriarcal. Assim, os preconceitos de raça e sexo

desempenham um papel central na manutenção do domínio do homem branco e na acumulação do capital (SAFFIOTI, 2013).

Ainda tratando da questão, Saffioti continua desenvolvendo alguns argumentos. Trata da sobrecarga de trabalho vivida pela mulher quando se divide em trabalhadora assalariada em um subgrupo desvalorizado e assume socialmente os papéis de cuidadora do lar e das crianças, papel esse que se conecta com o formato de família nas sociedades capitalistas que Marx e Engels trataram no escrito *A Sagrada Família* (MARX e ENGELS, 2003).

Sobre a estrutura familiar, Saffioti analisa:

Inegavelmente, portanto, o estágio de desenvolvimento da estrutura familiar, ou, mais detalhadamente, a maneira pela qual a mulher desempenha suas funções no setor da sexualidade, da reprodução e da socialização dos filhos, exerce ponderável influência sobre o trabalho feminino (SAFFIOTI, 2013, p. 94).

Além de discutir que, em última instância, os papéis femininos são regulados pela estrutura econômica da nação, a autora transcende essa análise tratando do papel que foi destinado à mulher na estrutura da família, sendo esse um dos pilares da desigualdade e submissão das mulheres. Esses papéis, nessa acepção, são construídos historicamente.

A ideia que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. As famílias proletárias, por sua vez, e na medida de suas possibilidades, adotam, num simulacro de prestígio, a ideologia da classe dominante: a mulher deve ser exclusivamente dona de casa, guardiã do lar (SAFFIOTI, 2013, p.95).

Ainda, nesse conjunto complexo de determinações dos papéis das mulheres e da necessidade do sistema capitalista em demandar a mão de obra feminina realizando a manutenção da mulher no seu trabalho reprodutivo doméstico, a mulher vive a chamada sobrecarga de trabalho, realizando-os acumulativamente – o produtivo e o reprodutivo.

Nessa relação entre trabalho produtivo e reprodutivo que implica à mulher uma condição de desigualdade, Andrade (2011) em estudo realizado sobre o marxismo e a questão feminina, discute que “o trabalho reservado às mulheres na esfera produtiva, bem como a sua precarização e baixa remuneração, refletem sua posição na hierarquia de gênero existente tanto na família como no mundo do trabalho” (ANDRADE, 2011, p. 60).

Além desse argumento relacionado à construção histórica do “lugar” da mulher no mundo do trabalho e nas estruturas sociais, a autora trata também de que tanto a produção quanto a reprodução estão condicionadas para alimentar todo um sistema social. E que a divisão sexual do trabalho contribui sobremaneira para a subordinação da mulher (ANDRADE, 2011).

Enfim, é possível perceber, sob esses estudos e argumentos apresentados que a condição de desigualdade vivida pelas mulheres na sociedade capitalista tem uma forte ligação com a determinação dos papéis sociais estabelecidos a ela, como a reprodução da vida na estrutura familiar, como também a marginalização dos processos produtivos com a ocupação em trabalhos mal remunerados, ou não remunerados, não vistos e não reconhecidos. Esse conjunto de entendimentos é visto e apontado por pesquisas em relação às mulheres trabalhadoras rurais no contexto atual. O debate é feito sobre a exclusão econômica vivida por essas mulheres que desenvolvem um trabalho invisível e vivem sob a desigualdade gerada na divisão sexual do trabalho nas unidades produtivas familiares (NEVES e MEDEIROS, 2013; LOPES e BUTTO, 2010; BUTTO et al, 2012; BUTTO, 2014; SCOTT et al, 2010; HIRATA, 2002; MELO e DI SABATO, 2006).

## **1.2 A construção da categoria de análise gênero no conjunto do debate entre naturalização e construção social**

Em outras palavras, há uma naturalização das desigualdades referente ao sexo que, para as ciências sociais, deveriam ser entendidas como construções sociais. A justificativa para considerar a mulher como categoria subalterna ao homem e nas relações de trabalho estão relacionadas à biologia, isto é, em termos históricos, a mulher é considerada como ser inferior no conjunto das relações sociais e de trabalho, inferiorização essa justificada nas características naturais relacionadas ao corpo como força física, maternidade e nas características comportamentais naturalizadas como fragilidade, emotividade. “Já que os problemas de ordem natural são, por assim dizer, tornados sociais pela civilização, é neste nível que as soluções devem ser encontradas” (SAFFIOTI, 2013, p. 86).

Considerando esse entendimento, as teorias sociológicas questionaram, todavia, a naturalização das desigualdades vividas nas relações de gênero pelas mulheres. Noção essa clássica dos estudos de gênero, levantadas desde a gênese dessa discussão e que se torna ainda central nos estudos atuais (CITELI, 2001).

Há uma crítica e uma proposta de desconstrução da naturalização ou biologização das desigualdades vividas pelas mulheres feitas tanto na teoria quanto nos movimentos feministas, assim como uma indicação recorrente do tratamento que deva ser dado às diferenças naturais como um tratamento social. Ou seja, o que Saffioti já tratava nos estudos iniciais da situação da mulher na sociedade de classes, hoje continua sendo chave de análise.

Nas palavras de Citeli (2001), ainda na metade do século XIX, cientistas mulheres questionaram a determinação de diferenças em habilidades ligadas ao sexo biológico, destinando às mulheres posições inferiores.

Quase um século depois, desnaturalizar hierarquias de poder baseadas em diferenças de sexo tem sido um dos eixos centrais dos estudos de gênero. Estabelecer a distinção entre os componentes — natural/biológico em relação a sexo e social/cultural em relação a gênero — foi, e continua sendo, um recurso utilizado pelos estudos de gênero para destacar essencialismos de toda ordem que há séculos sustentam argumentos biologizantes para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente (CITELI, 2001, p. 132).

A autora afirma que desde a década de 1970, vários estudos vêm tratando do binômio sexo/gênero afirmando, sob a orientação geral de desconstruir e questionar a justificação das diferenças entre homens e mulheres colocadas no âmbito da biologia, que sexo representaria a anatomia, a natureza, e gênero “representaria as forças sociais, políticas e institucionais que moldam os comportamentos e as constelações simbólicas sobre o feminino e o masculino” (CITELI, 2001, p. 133).

A própria produção do conhecimento científico é questionada. As supostas objetividade, neutralidade e isenção da ciência são colocadas em questão pelos estudos de gênero que com isso questionam as ciências que tomam o corpo da mulher como justificador das desigualdades sociais de gênero e construção de papéis sociais. As ciências sociais vêm questionando a construção dos conhecimentos afirmando que fazer ciência também carrega em si influências do tempo e do conjunto de relações estabelecidas no processo científico, que são desconsideradas pela visão da neutralidade científica.

Assim, os estudos de gênero refutam as bases do determinismo biológico entendido como:

o conjunto de teorias segundo as quais a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades — ou comportamentos e variações das habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade humanos — derivam de limites ou privilégios inscritos na constituição biológica (CITELI, 2001, p. 134).

O determinismo é, pois, construído na história da ciência acompanhado de pressupostos sexistas, racistas e permanece até a atualidade sendo base de metáforas poderosas sobre as desigualdades reforçadas pelos estereótipos de gênero (CITELI, 2001).

Para Citeli, porém, a participação das feministas nos estudos de gênero é influente na produção científica e acadêmica que desconstrói os argumentos do determinismo biológico. Para a autora, “as elaborações feministas (a ordem do conhecimento é a ordem da sociedade) são corroboradas a partir da demonstração de que as novas vozes e atrizes sociais em nossa

cultura têm influência sobre parte da produção científica e jornalística recente.” (CITELI, 2001, p. 143).

No que se refere ao conceito de gênero enquanto categoria analítica, para além das teorias que analisam o gênero enquanto determinismo biológico, neste trabalho utiliza-se a noção de gênero como categoria relacional e como construção social (SCOTT, 1995; RAGO, 1998).

Scott (1995) afirma que a categoria gênero surge no conjunto da desconstrução teórica dos estudos sobre mulheres que utilizavam as justificativas das diferenças biológicas naturalizadas para teorizar sobre as desigualdades entre homens e mulheres no conjunto dos fenômenos e das realidades.

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade (SCOTT, 1995, p. 72).

De fato, o feminismo no contexto dos estudos teóricos vinculados às ideias e desejos de mudanças sociais, inaugura uma desconstrução dos estudos sobre mulheres desenvolvidos até então, marcando a categoria gênero como uma categoria de análise que carrega em si o entendimento da construção social, o que também pode ser chamado de relacional. É, portanto, nas relações sociais que são construídas as desigualdades de gênero.

A construção da categoria gênero designa uma série de rompimentos com as formas tradicionais e excludentes de produção do conhecimento científico, como resistência e construção de caminhos para os estudos das ciências sociais. “‘Gênero’ parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo” (SCOTT, 1995, p.75). Assim, o uso do termo gênero foi constituído como uma busca de legitimidade para os estudos feministas dos anos 1980 (SCOTT, 1995).

O termo gênero também sugere que o estudo das mulheres deve ser realizado numa esfera que inclui também o estudo dos homens, e que a experiência de um sexo está necessariamente ligada à experiência do outro. Esse entendimento legitima a ideia de que gênero designa a construção social entre os sexos. Nas palavras de Scott (1995):

Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar a luz e de que os homens tem uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995, p. 76).

No conjunto do desenvolvimento desse campo de estudos, as ciências humanas vêm empregando a categoria de gênero utilizando, em síntese, três posições teóricas distintas. Segundo Scott (1995), uma delas explica as origens do patriarcado, analisa a subordinação das mulheres e encontra explicações na necessidade masculina de dominar as mulheres. Essa abordagem recebe críticas no sentido de que a desigualdade de gênero é vista como fixa. As análises continuam baseando-se nas diferenças físicas sem que sejam vinculadas a uma interpretação de construção social e cultural. Diferenças essas que são utilizadas para explicar tanto a apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem, quanto da objetificação sexual das mulheres pelos homens.

Outra abordagem é desenvolvida por uma orientação marxista que considera o gênero a partir de uma explicação material. As feministas marxistas utilizam da teoria da história para explicar as desigualdades de gênero, sobretudo as produzidas no sistema econômico.

As teorias feministas marxistas apresentam-se numa complexidade de debates que foram sendo desenvolvidos ao longo da história desse campo de estudos, como nos mostra Scott (1995). As críticas a essa abordagem variam entre a utilização do termo gênero sempre vinculado às estruturas econômicas e que as relações de gênero podem ser determinadas também sob outros aspectos como as subjetividades, a cultura, a psique.

Aberturas conceituais foram produzidas nesse contexto que ampliam o olhar da relação do gênero com as estruturas socioeconômicas. A relação entre os sexos passa a ser entendida, nesse sentido, como uma relação que opera tanto através das estruturas socioeconômicas quanto através das estruturas de sexo-gênero.

Os estudos feministas americanos também produziram questões que ultrapassam as análises centradas no modo de produção e a relação do gênero com as estruturas econômicas, porém sem deixar de dialogar com os fundamentos históricos e materiais dessa discussão. Além da afirmação de que a sexualidade é produzida em contextos históricos, como sugeriria Michel Foucault, em meados da década de 1980 e sob influência dessa premissa, as teorias estavam centradas na política sexual. Vínculos entre a sociedade e as estruturas psíquicas foram estudados, assim como a formação das identidades de gênero. Amplia-se, portanto, a abordagem incluindo-se discussões sobre ideologia, cultura, psicologia. A crítica central que ainda permanece nos estudos de gênero de orientação marxista é a de que o conceito de gênero, dependendo da forma como é utilizado, é compreendido e tratado como um subproduto das estruturas econômicas, perdendo seu potencial de *status* analítico (SCOTT, 1995).

Uma terceira síntese de abordagens refere-se às noções de gênero a partir do pós-estruturalismo francês baseado principalmente em Lacan e Freud, das teorias anglo-americanas de relação do objeto em Gilligan e Chodorow. Essas abordagens buscam explicar a produção da identidade de gênero do sujeito a partir de escolas de psicanálise.

A questão colocada, nessa abordagem, passa pela crítica aos limites dos conceitos de gênero presos às esferas subjetivas e nas relações domésticas, familiares. Também a crítica de que tais estudos não chegam a pensar a construção da subjetividade dentro de contextos históricos e sociais. Para Scott (1995), o que está faltando, de fato, é uma forma de conceber a realidade social em termos de gênero.

Analisando o campo de estudos, há uma disputa pelas narrativas de gênero na contemporaneidade. Essas abordagens, ora se misturam, ora são centros de disputas sobre como estudar, produzir conhecimento e interpretar as relações de gênero nas sociedades atuais, em suas legitimidades.

Para essa pesquisa, o desafio é dialogar tanto com as abordagens que não abrem mão do conceito de classe social e de produção das desigualdades de gênero vividas pelas mulheres nas relações estabelecidas no âmbito do trabalho, mas assumindo o desafio da crítica já elaborada sobre essa perspectiva: o de superar a fixidez do conceito de gênero produzido nas estruturas econômicas. Porque a própria pesquisa nos mostra que, para analisar as relações de gênero no meio rural, na agricultura familiar e reforma agrária, e a atuação das políticas públicas, não é viável abrir mão desse recorte de análise. Porém, em algum momento, esses conceitos limitam uma reflexão da complexidade das opressões de gênero vividas nesse meio que extrapolam a condição de classe e as relações de trabalho. O desafio de pesquisa, portanto, é o de articular as chaves de análise da abordagem dos estudos de gênero e feministas marxistas com as elaborações contemporâneas que trazem para o centro da questão o olhar sobre as subjetividades, as identidades e as relações de poder nesse conjunto de análise.

### 1.2.1 O lugar das subjetividades na construção teórica histórica das ciências sociais em diálogo com o gênero

Em se tratando de elaborações teóricas contemporâneas, a relação entre ciências sociais e subjetividades são abordadas com necessária orientação para um olhar menos fragmentado, insuficiente ou subestimado da sociedade, ou ainda, podemos dizer que essa crítica é feita através de elementos que redefinem nas ciências sociais o já criticado e rotulado objeto do trabalho dos cientistas: “o social”.

Vários trabalhos atuais abordam a temática, os quais nem sempre dialogam entre si, porém se analisados nesse contexto de reflexão teórica, apontam centralidades das perspectivas atuais da teoria social. Giddens (1991) tratando das discussões sobre a reflexividade e fundindo estrutura e ação nas análises; Archer (2007) criando modelos teóricos de análise que questionam o fusionismo de Bourdieu e Giddens e trata da agência como chave de uma nova sociologia; Lahire (2004) tratando de uma sociologia das heterogeneidades; Garfinkel (2006) quando considera que as ordens sociais apresentam íntima relação com dispositivos individuais imprevisíveis; Honneth (2003) quando trata da teoria do reconhecimento; Latour (2005) e Law (2004) trabalhando com a perspectiva de redefinir o social, com a teoria do ator-rede e com as reflexões sobre as performances e o papel dos não-humanos na composição de diferentes associações.

Essas teorias nos convidam a considerar, de certa forma, a crítica à ciência moderna a universalidade de conceitos presente na ciência positivista em geral e em específico na prática dos cientistas sociais, levantando questionamentos acerca de aspectos dessas sociologias e seu papel diante da complexidade da sociedade atual. Redefinem, assim, alguns métodos de análise e paradigmas que a partir das mudanças sociais acabam não sendo capazes de explicar aspectos complexos da sociedade.

As crises da razão, da ideia de progresso e de sujeito que fazem questionar a visão de homem como ser unicamente racional, universal e central e tratar da crise da sociedade, das ciências e das culturas ocidentais (HELLER, 1999, MORIN, 2002, SANTOS, 2002, 2003, 2005), já amplamente discutidas, apontam também para essa redefinição das formas de análise trazendo para o centro a emergência de uma ciência que se redefine no olhar multidisciplinar e considera as complexidades sociais como elementos necessários de serem considerados em termos de teoria.

Em entrevista, Morin<sup>4</sup> levanta perspectivas relacionadas com essas redefinições que dialogam, de certa forma, com essa pesquisa. Ele afirma que há uma necessidade de unir ciência e humanismo.

De fato, este é o grande perigo, um dos grandes perigos da nossa época, porque a economia, o cálculo econômico... A economia é baseada em cálculos e tudo que foge ao cálculo é eliminado do pensamento econômico. Isto faz com que, infelizmente ou felizmente... o que foge ao cálculo é a emoção, a vida, o sentimento, a natureza humana. Então, temos um conhecimento abstrato. O conhecimento da sociedade não pode ser somente baseado no cálculo. Os problemas sociais não podem ser reduzidos a cálculos. Não podemos dizer que só o desenvolvimento da

---

<sup>4</sup> Entrevista publicada em:

[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/49/entrevistados/edgar\\_morin\\_2000.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/49/entrevistados/edgar_morin_2000.htm) acesso em 20/08/2015

economia resolve todos os demais problemas humanos. E temos de reagir contra esta ideia simplista e redutora. Acho que você teve razão de mostrar e apontar que tudo isso diz respeito à definição do ser humano. Por muito tempo, acreditou-se que o ser humano era chamado o *Homo sapiens*, isto é, o homem racional, e o *Homo faber*, o homem que fabrica ferramentas. Bem, de fato, somos *Homo faber*. Eu também sou, através da caneta ou do computador. *Homo sapiens*, a racionalidade, é excelente. Só que é sabido que a racionalidade só abstrata deixa de ser racional. Você sabe que não há pensamento racional sem emoção. Até mesmo o matemático tem paixão pela matemática, ou seja, não podemos pensar... A razão fria são unicamente os computadores. Eles é que têm a razão fria. Não têm sentimentos, nem vida. Se os deixássemos governar a humanidade seria um perigo. Portanto, somos seres capazes de emoções e de loucuras também. E, no fundo, a dificuldade da vida é navegar, não é? Nunca perder a racionalidade, mas, também, nunca perder o sentimento, sobretudo o amor. Do mesmo modo, como você disse, somos homens de economia. É claro, temos interesses econômicos, mas somos *Homo ludens* [homem lúdico] também. Gostamos de jogo. Não são só os jogos infantis. Os adultos adoram jogar. E não só jogar baralho ou ir ver uma partida de futebol. O jogo faz parte da vida. Do mesmo modo, a prosa. De fato, ela faz parte da vida porque são as coisas obrigatórias e necessárias que fazemos, mas que não nos interessam. Mas o importante eu disse há pouco: a prosa serve para sobreviver. Mas a poesia é viver, é o próprio desabrochar. É a comunicação, a comunhão. Se tivermos essa definição aberta do ser humano, levaremos em conta toda a dimensão humana. Mas se ela for fechada e econômica, a perderemos (Morin, 2000).

Tanto E. Morin como B. S. Santos tiveram um papel importante ao tecer a crítica elaborada da modernidade e das interpretações insuficientes do mundo influenciadas por ela, incluindo a crítica que envolve vários aspectos que deveria trazer elementos importantes para novos aspectos relacionados à ciência do social.

Esses elementos dialogam, de certa forma, com as críticas à interpretação de classes, com a crise da busca de uma grande teoria explicativa da sociedade que influencia sobremaneira a sociologia contemporânea. Criam, assim, novos conceitos para o olhar sobre o mundo.

Em termos históricos, depois de Marx, Weber e Durkheim o que temos é um pluralismo teórico. Esse pluralismo, porém, traz em si, marcas de disputas sobre o que é o objeto da sociologia. E nessa disputa, em termos de teoria social, existem elementos importantes que ressignificam aspectos das ciências sociais com o intuito da construção de uma perspectiva mais humanizada, e de uma teoria social que desloca seus olhares e constrói métodos de análise que consideram outros elementos antes não abordados.

Historicamente analisando, alguns aspectos levantados por estudiosos da teoria social foram construindo chaves de análise que ajudam a olhar para as complexas relações sociais e para a sociedade como um todo.

Por exemplo, George Mead e o interacionismo simbólico influenciaram sobremaneira essa construção de possibilidades de olhares da ciência do social incluindo, nesse campo as subjetividades. Mead ocupa, pois, um lugar importante nas diferentes obras que compõem esse debate.

A incorporação da intersubjetividade para uma teoria sociológica é uma das marcas importantes dos trabalhos de Mead e a contribuição dos estudos dele e dos interacionistas simbólicos para as teorias contemporâneas. Assim como os movimentos teóricos de busca de subjetividades contribuíram na inauguração de aspectos antes marginalizados teoricamente, como as elaborações dos feminismos e dos estudos de gênero.

Ainda que a sociologia contemporânea considere Mead um clássico, podemos dizer que os temas centrais contemporâneos da sociologia passam por Mead, como ação, indivíduo, reflexividade.

Habermas foi o autor que retomou Mead definitivamente e podemos dizer que é o lugar que Mead ocupa na obra de Habermas que o traz na centralidade do debate da sociologia contemporânea. Mead, portanto, aparece na raiz da sociologia do Século XX.

Em termos teóricos, Mead trabalha com a noção de self como central no seu texto, que aparece junto com a ideia de sociedade. Ele expressa essa relação no texto *Espíritu, Persona y Sociedad* quando trata de “yo” e “mi” como fases da pessoa:

Existe un nuevo todo social debido a la aparición del tipo de espíritu individual que he descrito, y debido a la persona con su afirmación de sí misma o su identificación con la comunidad. La persona es la fase importante del desarrollo, porque tal sociedad sólo surge gracias a la posibilidad de la internalización de esa actitud social en las reacciones de toda la comunidad (Mead, 1999, p. 166).

Significa teoricamente que a noção de self (eu) é idissociável da ideia de sociedade. Podemos dizer que esse é um dos princípios teóricos centrais presentes no texto de Mead, na escola do interacionismo simbólico, o fato de entender mente e self como produtos sociais.

Parte do texto citado trata da análise do espírito consciente de si na comunidade. O reconhecimento do indivíduo como pessoa e o processo de utilização da consciência de si passa pelo fato de que ele adota atitudes comuns na comunidade, adapta-se ao lugar em que se insere que proporciona a afirmação de si e a dedicação à comunidade (Mead, 1999, p. 167).

Essa formulação leva ao entendimento de que são nas interações sociais, que o espírito é consciente de si e que reside aí, portanto, uma gênese social da formação da personalidade.

O conceito de “mí” na análise de Mead trata do grupo de reações organizadas que respondem ao ato social do indivíduo. “Mi” refere-se à fase da pessoa que se mantém na comunidade através do seu reconhecimento à medida que reconhece os outros. Assim, define “self” como a organização da experiência e “mí” como o indivíduo no fluxo da experiência.

Essa relação entre indivíduos que compõem o social (que Mead diferencia de sociedade) é expressa na ideia de que a pessoa é o outro organizado, generalizado. E que não

há experiência de uma pessoa por ela mesma. Essa relação enquanto consciência de si e composição do social, só existe para Mead, na relação com o outro.

Cuando aparece una persona, ella siempre involucra una experiencia de otra; no podría haber una experiencia de una persona simplemente por sí misma. La planta o el animal inferior reaccionan a su medio, pero no hay experiencia de una persona. Cuando una persona aparece en la experiencia, aparece en contraste con el otro, y hemos venido delineando la condición en que este otro aparece en la experiencia del animal humano, a saber, en la presencia de esa clase de estímulo, en la actividad cooperativa que provoca en el individuo la misma reacción que provoca en el otro. Cuando la reacción del otro se convierte en parte esencial de la experiencia o conducta del individuo; cuando adoptar la actitud del otro se torna parte esencial de su conducta, entonces el individuo aparece en su propia experiencia como una persona; y mientras tal cosa no suceda no surgirá como hermana (Mead, 1999, p. 168).

Trata, ainda das definições de indivíduo e sociedade, figurando componentes que compõem a pessoa como “otro” e “yo”. “Yo” pode ser entendido como a instância da criatividade. Ao recriar, o indivíduo cria para se relacionar com o outro. Assim, para Mead,

(...) en la medida en que dichas reacciones pueden ser provocadas en el individuo de modo que éste pueda reaccionar a ellas, en esa medida tendremos los contenidos que componen a la persona: el "otro" y el "yo". La distinción se expresa en nuestra experiencia en lo que llamamos el reconocimiento de los otros y el reconocimiento de nosotros en los otros. No podemos realizarnos a nosotros mismos sino en el grado en que reconocemos al otro en su relación con nosotros. Sólo cuando adopta la actitud del otro, puede el individuo realizarse a sí mismo como persona (Mead, 1999, p.168).

Podemos dizer, portanto, que o indivíduo interage com os outros, com a sociedade e com ele mesmo nessa complexidade da formação do social argumentada por Mead. Isto significa dizer que a interação com o outro e através da experiência produz soluções para os problemas. O “mí”, assim, pode ser entendido como a experiência organizada na relação social.

Em termos de indivíduo, numa análise mais complexa, Mead trata do self como nunca foi tratado antes por outro autor. Ele não trabalha com a ideia de self unitário, indivíduo racional, liberal ou como self indivíduo criado pelas condições da sociedade. Ele supera o desajuste indivíduo-sociedade. Mead utiliza um recurso teórico para habilitar o indivíduo superando a perspectiva do indivíduo liberal.

Enfim, nos interessa nessa revisão da teoria de Mead, como de fato ele propõe a relação indivíduo e sociedade e essa relação como produto social.

Em síntese, Mead trata da historicidade do individual como a autoconsciência, ou seja, avanço histórico do indivíduo na sociedade; do desenvolvimento da autoconsciência a partir das relações sociais; e o papel essencial individual na formação do self atribuído aos "papéis de adoção" e a internalização do sociocultural.

De certa forma, Mead supera a oposição entre indivíduo e sociedade nas interpretações positivistas das ciências sociais, complexificando a noção teórica de indivíduo, o que para esse trabalho importa porque considera-se esse elemento como orientador de uma gama de novos olhares sociológicos. Considera-se, assim, essa complexidade trazida por Mead como um elemento que se torna fundante de olhares científicos diferenciados para o mundo atual.

Gadea (2013), em artigo que discute a existência de uma relação conceitual entre o interacionismo simbólico com os estudos sobre cultura e poder, o denominado pós-estruturalismo e a chamada crítica pós-moderna, comenta aspectos do debate acadêmico relacionado ao pensamento de Mead e de outros autores interacionistas simbólicos que influenciam sobremaneira a sociologia contemporânea.

O autor apresenta a ideia de que nos estudos sobre cultura e poder, a cultura é compreendida como prática social que encontra-se numa sequencialidade de interações e símbolos, que congregam uma realidade social nomeada e classificada e que as ações das pessoas e as classificações têm significados. Nessa perspectiva, a interação é entendida como a forma como se experimenta a maneira de classificar o mundo e a maneira que se espera que o indivíduo se comporte nele. A capacidade de pensamento é moldada pela interação social e é através dela que as pessoas aprendem significados e símbolos que permitem sua atuação no mundo (Gadea, 2013, p. 244).

Tal aspecto presente na análise do autor traz como elemento a presença da influência do interacionismo simbólico na forma como se entende cultura. Há um imenso debate sobre essa questão, estando na centralidade dele o papel do indivíduo e da interação social na produção da cultura.

Gadea afirma ainda que há uma possibilidade de desconstrução da perspectiva de que a linguagem e as regras de cultura são derivadas de estruturas sociais.

Isso leva a considerar que a “linguagem” e as conjunturais “regras da cultura” não são derivadas, necessariamente, de “estruturas sociais subjacentes” ou de “sistemas de significados estáveis”, senão de interações sociais em que as pessoas definem as situações vividas, atribuindo-lhes nomes e significados (Gadea, 2013, p. 245).

A partir dessa argumentação, afirma a necessidade da análise de que linguagem e regra da cultura são derivadas de interações sociais. É o rompimento com uma forma estruturalista de interpretação influenciado pelos conceitos tratados no interacionismo simbólico.

Assim, considerar a “forma da relação” de importância no contexto da análise sobre a cultura e o poder é percebê-la, em última instância, não necessariamente emanada de uma teoria do poder construída sobre bases estruturalistas. Não se pode perder de vista que, aparentemente, em toda ação individual “sabe-se” que um si mesmo

(MEAD, 1982 [1934]) está presente na interpretação de uma situação vivida tal qual um texto a ser desvendado (Gadea, 2013, p. 45).

Em termos teóricos, Mead e o interacionismo simbólico influenciaram, durante toda a história do debate acadêmico, as teorias sociais contemporâneas, orientando uma revisão da forma clássica em se tratar indivíduo e sociedade e, dando um destaque especial para a presença das subjetividades como centralidade nos métodos e interpretações da sociologia em tempos atuais. Nesse sentido, além de outros tantos campos de estudo, os estudos de gênero e os feminismos acabam por serem elaborados preocupados com a produção social das subjetividades que, inicialmente analisa as relações de gênero e a condição da mulher cunhada nas estruturas da sociedade e avança, sob influência desse desenvolvimento das teorias das ciências sociais, com um olhar voltado para as subjetividades, as relações de poder, a agência humana e uma gama de conceitos oriundos dessa construção.

### 1.2.2 Conceito de gênero enquanto categoria relacional

Tratando do conceito de gênero na perspectiva relacional, que para esse trabalho torna-se chave, podemos afirmar que, para Scott, definir gênero exige assumir o desafio de tanto lidar com o sujeito individual e suas subjetividades quanto e, sobretudo, com a organização social, articulando a natureza de suas interrelações, incluindo também a necessidade de articular o gênero com o conceito de poder, não unificado e centralizado mas, sim um poder social constituído de relações desiguais através do discurso, produzidas em campos de forças sociais (SCOTT, 1995).

Outro conceito que acompanha essa definição é o de agência humana,

concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para constituir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem – uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação (SCOTT, 1995, p. 86).

A partir desses pressupostos, gênero para Scott está definido numa conexão entre duas proposições. A primeira trata do gênero enquanto constitutivo das relações sociais baseadas entre as diferenças percebidas entre os sexos. A segunda proposição afirma que gênero é uma forma prioritária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995).

No que se refere às discussões clássicas do gênero na perspectiva do feminismo marxista, que dialoga com os fundamentos da Economia Feminista enquanto campo de estudos, Scott busca trazer para a discussão a presença de elementos e elaborações que abrem

possibilidades de um olhar para além da fixidez do conceito de gênero antes visto somente como constituído nas estruturas sociais e econômicas. Temas como divisão sexual do trabalho podem ser analisados sob óticas que incluem os sujeitos e suas subjetividades nesse processo.

É nesta perspectiva que Joan Scott, conhecida anteriormente por seus trabalhos na área da História Social, ao procurar explicar alternativamente o “problema” da trabalhadora, a divisão sexual do trabalho, a oposição entre o lar e o trabalho, inverte radicalmente o caminho tradicional da interpretação histórica, enfatizando a importância do discurso na constituição de uma questão socioeconômica. A divisão sexual do trabalho é, então, percebida como efeito do discurso (RAGO, 1998, p. 5,6).

Margareth Rago, em texto que apresenta estudos sobre a construção de uma epistemologia feminista, avança na discussão de como a filosofia pós-moderna contribui com o lugar da categoria gênero na produção do conhecimento. Que em alguns aspectos, uma filosofia contemporânea pode oferecer instrumentos de análise que convergem num diálogo com a complexidade atual, destacando que as análises de cunho marxista relegaram a um segundo plano as dimensões simbólicas e subjetivas em detrimento do campo da economia e da política. De toda forma, Rago define gênero em sua categoria relacional, citando Scott.

No caso dos estudos feministas, o sucesso da categoria do gênero se explica, em grande parte, por ter dado uma resposta interessante ao impasse teórico existente, quando se questionava a lógica da identidade e se decretava o eclipse do sujeito. Categoria relacional, como observa Joan Scott, encontrou campo extremamente favorável num momento de grande mudança das referências teóricas vigentes nas Ciências Humanas, e em que a dimensão da Cultura passava a ser privilegiada sobre as determinações da Sociedade. Assim como outras correntes de pensamento, a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Portanto, a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura passavam a ser priorizados em relação às explicações econômicas ou políticas (RAGO, 1998, p.15).

Na busca de discutir a construção de uma epistemologia feminista, Rago (1998) destaca diversos deslocamentos teóricos produzidos pelo feminismo no campo dos estudos de gênero. Afirma que o gênero encontrou nas teorias pós-modernas um campo fértil para atuar. Porém, na história do conceito em seu viés relacional, considerando a disputa por espaços e legitimidades nas ciências, o conceito de gênero transita bem nas teorias pós-modernas, porém também aparece em termos de desigualdades vividas pelas mulheres na teoria crítica, através, sobretudo, do movimento feminista de esquerda.

Para Rago esse entendimento leva ao argumento de que existem várias teorias feministas no campo dos estudos de gênero e que essas teorias resultam tanto da crítica quanto das proposições acerca das teorias sociológicas que incluem as subjetividades como forma de conhecimento e as críticas sociais.

Na consideração da existência de uma/várias epistemologia/s feminista/s, valeria então destacarmos, de início, dois pontos: o primeiro aponta para a participação do feminismo na ampla crítica cultural, teórica, epistemológica em curso, ao lado da Psicanálise, da Hermenêutica, da Teoria Crítica Marxista, do Desconstrutivismo e do Pósmodernismo. Esta crítica revela o caráter particular de categorias dominantes, que se apresentam como universais; propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental, marxista incluso, que não se pensa em sua dimensão sexualizada, enquanto criação masculina, logo excludente. Portanto, denuncia uma racionalidade que opera num campo ensimesmado, isto é, a partir da lógica da identidade e que não dá conta de pensar a diferença. É neste ponto que o feminismo se encontra especialmente com o pensamento pós-moderno, com a crítica do sujeito, com as formulações de Derrida e Foucault, entre outras. O segundo, embutido no primeiro, traz as propostas desta nova forma de conceber a produção do conhecimento, do projeto feminista de ciência alternativa, que se quer potencialmente emancipador (RAGO, 1998, p.4).

Ainda tratando das características do conceito de gênero em sua perspectiva relacional, Margareth Rago analisa os deslocamentos produzidos no interior das teorias feministas sobre o gênero e a mulher, tanto na perspectiva de sujeito, quanto de relações sociais. Destaca, nesse reflexão, aspectos importantes a serem considerados nos estudos de gênero envolvendo a condição da mulher enquanto indivíduo social, cultural, fruto dessas relações. Isto é, agrega elementos na consideração do gênero enquanto categoria relacional:

Do mesmo modo, as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais. Vale ainda notar a aproximação entre as formulações da teoria feminista e a valorização da cultura pelo pós-modernismo, ao contrário da sociedade para o marxismo. Nesse contexto, a História Cultural ganha terreno entre os historiadores, enfatizando a importância da linguagem, das representações sociais culturalmente constituídas, esclarecendo que não há anterioridade das relações econômicas e sociais em relação às culturais. O discurso, visto como prática, passa a ser percebido como a principal matéria-prima do historiador, entendendo-se que se ele não cria o mundo, apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados (RAGO, 1998, p. 6).

A partir dessas referências é possível trazer para essa pesquisa essa múltipla condição de análise para o conceito de gênero no conjunto das teorias feministas considerando a história da construção desse conceito, sua pluralidade, sua relação com a atuação política e acadêmica do movimento feminista, sua capacidade de promover deslocamentos de análise no campo das ciências sociais, suas transformações e permanências.

Gênero, em síntese, pode ser abordado como o conhecimento sobre a diferença sexual, ou seja, uma leitura social, cultural e econômica que estabelece significações às diferenças corpóreas percebidas no conjunto das relações sociais e que se tornam desigualdades. Tratam-

se, portanto de diferenças socialmente construídas sobre o “masculino” e o “feminino” que se expressam dentre outras maneiras, na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, no âmbito doméstico, na produção e reprodução, podendo ser considerada uma categoria de análise histórica e social, constitutiva das relações sociais (MATOS, 2009).

Por último destacamos como Saffioti (2000, 1999) percebe o conceito de gênero em relação às estruturas sociais e às subjetividades. Para a autora, a noção de gênero leva à compreensão da construção social do ser homem e ser mulher. Essa construção social pressupõe a desnaturalização das identidades e das desigualdades entre os sexos e que se coloca como um elemento estruturante das relações sociais. Nas palavras de Cisne e Gurgel (2008, p. 83), analisando Saffioti, gênero é uma categoria estrutural simbólica já que pressupõe um espaço concreto no qual “a representação é a subjetivação da objetividade que na condição de mola propulsora da ação volta para o mundo da objetividade.” (SAFFIOTI, 2000, p. 74).

Retomando a relação de gênero tanto com as estruturas quanto com as subjetividades, Cisne e Gurgel sintetizam essa reflexão:

Assim na perspectiva de totalidade as relações de gênero em articulação com as relações de classe e de raça etnia estruturam e consolidam o real em suas múltiplas complexidades. Como base analítica, gênero desvenda as desigualdades entre homens e mulheres situados como sujeitos numa ordem determinada pela produção troca e consumo e também evidencia as dimensões simbólicas, normatizadas e socializadas na produção das subjetividades. Constitui-se, assim, como suporte da singularidade, base para dizer histórico das mulheres que, articuladas pelo feminismo, sejam protagonistas de uma nova ordem (CISNE e GURGEL, 2008, p.83).

Isto significa dizer que, tanto em relação às estruturas sociais quanto em relação às diferentes categorias que deslocam o olhar das estruturas para os sujeitos, o conceito de gênero transita de forma a fazer o diálogo crítico recheado de proposições acerca dos silenciamentos da ciência com relação ao gênero enquanto categoria relacional, assim como sobre as desigualdades vividas pelas mulheres nos âmbitos da economia, da cultura, das relações de poder e as opressões em termos subjetivos e objetivos.

Ou seja, a própria contribuição das feministas marxistas defende um engendramento da crítica reflexiva da ortodoxia teórico-metodológica de Marx a partir da experiência de mulheres em suas organizações e das demandas sociais. E aqui se coloca o potencial político da categoria gênero em torno da luta emancipatória, que nessa pesquisa faz muito sentido tendo em vista a relação íntima entre os movimentos sociais do campo de mulheres e mistos, em suas representações de gênero, pois possibilita a compreensão de processos macro e micro que compõem a totalidade da opressão/dominação das mulheres, compreendida como um

sistema estruturado que pode ser caracterizado como de natureza patriarcal-capitalista de gênero (CISNE e GURGEL, 2008, p. 84).

### **1.3 Feminismos numa perspectiva histórica**

Foram, sem dúvida, os movimentos feministas que contribuíram com as elaborações e os estudos acadêmicos nessa área. Historicamente, essas elaborações passaram por diferentes características e agendas. Apontaram e denunciaram desigualdades e opressões vividas pelas mulheres e os silenciamentos violentos sobre o feminino ao longo da história, na política, na economia, na ciência, na arte.

O feminismo, enquanto sujeito político e teórico, nasceu vinculado ao questionamento da dominação e exploração que demarcam as experiências das mulheres na sociedade patriarcal. Em termos teóricos, em suas expressões primeiras, vincula-se à crítica social estruturante da ordem patriarcal-capitalista, a partir de um confronto direto com o capital.

O feminismo, como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como o Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos. Assim o feminismo, ao longo de sua história, trouxe à tona questões que não apenas estavam ligadas aos interesses das mulheres mas também confrontavam diretamente o capital. Destacamos, especialmente, a contestação à família nuclear burguesa e monogâmica e a denúncia da exploração da força de trabalho feminina, geralmente em atividades não pagas, como na reprodutiva, que podem ser consideradas pedras fundamentais para a sustentabilidade do capitalismo (CISNE & GURGEL, 2008, p 70).

Estudos demonstram, numa perspectiva histórica que combina mudanças e permanências e que se desenvolve de forma cíclica e vinculada às práticas sociais, que a história dos feminismos pode ser abordada nas chamadas Ondas do Feminismo.

A chamada primeira Onda do Feminismo, desde o século XIX até início do XX tratou das reivindicações ligadas especialmente ao sufrágio das mulheres, direitos trabalhistas e educacionais. Essas lutas foram acompanhadas, no sentido teórico, pela crítica ao capitalismo.

Esse contexto é o do surgimento público e organizado do feminismo enquanto sujeito social, político e teórico: na França, em 1789, em praça pública, quando as mulheres se organizaram e questionaram a ordem estabelecida levantando o reconhecimento e exigência de seus direitos (CISNE e GURGEL, 2008).

Nesse conjunto de denúncias, reconhecimento de opressões e desigualdades, nesse período histórico, o que estava colocado eram direitos que podemos chamar de clássicos, políticos, sociais, econômicos: direito ao voto, ao trabalho remunerado, de propriedade, de herança. A Segunda Onda do Feminismo entrelaçou, a partir dos anos de 1960, na crítica ao

capitalismo organizado pelo Estado, diferentes dimensões das injustiças de gênero: econômicas, culturais e políticas. O ingresso das mulheres no mundo do trabalho não teve como centralidade as mudanças das situações de desigualdades vividas por elas. Assim, marco da tentativa de compreensão desse fenômeno, Simone de Beauvoir escreveu “O Segundo Sexo”, em 1949, onde constatou que apesar das conquistas civis, as mulheres ainda estavam delegadas e presas a um mundo exclusivamente feminino (MENDÉZ, 2006; GROSSI, 2004).

Não se deve, entretanto, acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. Uma senhora importante e bem pensante fez recentemente um inquérito entre as operárias das fábricas Renault; afirma que preferem ficar em casa a trabalhar na fábrica. Sem dúvida, pois elas só conseguem a independência econômica no meio de uma classe economicamente oprimida; e por outro lado as tarefas realizadas na fábrica não as dispensam dos cuidados do lar. Na hora atual (...) em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens” (BEAUVOIR, 1980, p. 450).

Foi a partir desse estudo de Beauvoir que se considerou que a temática mulher passou a ter um caráter político de crítica à dominação masculina. Essa crítica pode ser considerada no nível material e no nível simbólico. Os estudos feministas iniciados por esta obra desenvolveram-se nos países do primeiro mundo após as revoltas de maio de 1968. A questão da mulher tomou, portanto, um lugar importante nos estudos de diferentes disciplinas (GROSSI, 2004).

O feminismo de segunda onda deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres no conjunto da sociedade capitalista. Foi nesse período que a categoria “gênero” foi criada no conjunto das lutas do feminismo e do movimento de mulheres. Estes movimentos passaram a ganhar visibilidade nos anos 60, nos Estados Unidos. Tiveram também como centralidade o trabalho de Betty Friedan, “A mística feminina”, publicado nos Estados Unidos em 1963, e a organização, em 1966, do NOW – National Organization of Women (PEDRO, 2005, p. 79).

O surgimento do conceito de gênero no interior do movimento feminista nasceu do questionamento do masculino universal. “Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o ‘homem universal’ não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. Como exemplos podemos citar: o direito de ‘ter filhos quando quiser, se quiser’” (PEDRO, 2005, p. 80).

Essa análise, de fato, representou um salto no pensamento feminista apontando o desafio de questionar e desestruturar as relações de gênero vigentes.

Entretanto, embora não seja adequado estabelecer uma correlação direta entre as primeiras aspirações feministas — século XIX e início do XX — e os movimentos que eclodiram, no mundo, a partir dos anos 60, é fato que, a partir dessas primeiras manifestações, começou a se formar, em toda a sociedade, um caldo de cultura que passou a questionar e a desestruturar as relações de gênero vigentes. Alguns fatores contribuíram para formular novas relações entre homens e mulheres: o acesso ao mundo do trabalho, em atividades produtivas e remuneradas; a crescente escolarização; a abertura da participação política feminina, através de partidos políticos, associações e sindicatos; a expansão de uma produção intelectual dedicada a discutir as desigualdades entre homens e mulheres; a divulgação das idéias feministas através de periódicos e de outras publicações (MENDÉZ, 2006, p. 56).

Para Nancy Fraser (2009), a segunda onda do feminismo marcou uma época. Com importância histórica considerável, causou mudanças nas relações sociais, na ação de governos e Estado, nos estudos acadêmicos. Ela situa a segunda onda no contexto da história recente do capitalismo e em linhas gerais traça uma análise crítica desse momento do movimento feminista com o intuito de recuperar a teorização feminista socialista, o que para ela “ainda parece oferecer nossa melhor esperança para esclarecer as perspectivas de justiça de gênero na atualidade” (FRASER, 2009, p. 13).

O questionamento de Fraser reside nas práticas e análises da segunda onda do feminismo que entendem que esse teve grande repercussão nas transformações no âmbito da cultura, porém pouca eficácia na transformação das instituições. E o faz olhando para os ideais de igualdade de gênero contruídos anteriormente.

Esta avaliação tem duplo sentido: por um lado, os ideais feministas de igualdade de gênero, tão controversos nas décadas anteriores, agora se acomodam diretamente no *mainstream* social; por outro lado, eles ainda têm que ser compreendidos na prática. Assim, as críticas feministas de, por exemplo, assédio sexual, tráfico sexual e desigualdade salarial, que pareciam revolucionárias não faz muito tempo, são princípios amplamente apoiados hoje; contudo esta mudança drástica de comportamento no nível das atitudes não tem de forma alguma eliminado essas práticas. E, assim, frequentemente se argumenta: a segunda onda do feminismo tem provocado uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas *mentalités* (contudo) não tem se transformado em mudança estrutural, institucional (FRASER, 2009, p 13).

Porém a tese “falha institucional com sucesso cultural” não representa a significação histórica que a segunda onda do feminismo apresenta e seu potencial de transformações. Aproximar as mudanças culturais das transformações nas estruturas, para Fraser, é uma percepção importante que dá às esperanças feministas, seu potencial de construção das igualdades de gênero. Porém, em sua análise, “as mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda, saudáveis em si próprias, serviram para legitimar uma transformação estrutural da sociedade capitalista que avança diretamente contra as visões feministas de uma sociedade justa.” (FRASER, 2009, p. 14).

Ou seja, a relação entre as mudanças culturais que o feminismo provocou em sua segunda onda e o avanço da sociedade capitalista é próxima.

o que foi verdadeiramente novo sobre a segunda onda foi o modo pelo qual ela entrelaçou, em uma crítica ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado, três dimensões analiticamente distintas de injustiça de gênero: econômica, cultural e política. Sujeitando o capitalismo organizado pelo Estado a um exame multifacetado e abrangente no qual essas três perspectivas se misturaram livremente, as feministas geraram uma crítica que foi simultaneamente ramificada e sistemática. Porém, nas décadas seguintes, as três dimensões de injustiça tornaram-se separadas, tanto entre si, quanto da crítica ao capitalismo. Com a fragmentação da crítica feminista vieram a incorporação seletiva e a recuperação parcial de algumas de suas tendências. Separadas umas das outras e da crítica social que as tinha integrado, as esperanças da segunda onda foram recrutadas a serviço de um projeto que estava profundamente em conflito com a nossa ampla visão holística de uma sociedade justa. Em um bom exemplo da perspicácia da história, desejos utópicos acharam uma segunda vida como correntes de sentimento que legitimaram a transição para uma nova forma de capitalismo: pós-fordista, transnacional, neoliberal (FRASER, 2009, p. 14).

Nancy Fraser, dessa forma analisa a segunda onda do feminismo tanto em seu potencial transformador que em si próprio está contido, quanto na relação com esse momento histórico do movimento feminista, político e teórico, da não transformação das estruturas, ou enfim, da legitimação do avanço e desenvolvimento do capitalismo. Essa análise, de fato, aprofunda o olhar para os momentos históricos do feminismo, trazendo à tona as complexidades, dessa construção que, sem dúvida, refletem nas relações entre Estado e movimentos sociais, sociedade civil, relacionadas às questões de gênero. O que para esse trabalho parece importante destacar, pensando na relação das mulheres rurais organizadas em torno das bandeiras feministas, a conquista e execução das políticas públicas tanto para as assentadas de reforma agrária, quanto para as mulheres agricultoras em suas diferentes construções sociais, econômicas e culturais.

Assim, a autora destaca um primeiro momento da segunda onda, a crítica feminista ao capitalismo de Estado, ou nas suas palavras, capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado e a relação deste com três perspectivas feministas de justiça: a redistribuição, o reconhecimento e a representação. Situa esse movimento a partir da nova esquerda anti-imperialista e a crítica radical ao androcentrismo das sociedades capitalistas, através do Estado no pós-guerra. Ela identifica, nesse momento da análise, a promessa emancipatória do movimento feminista através de seu sentimento expandido de injustiça e sua crítica estrutural da sociedade.

Nesse contexto é que estão colocadas as bases das discussões sobre a divisão sexual do trabalho como uma desigualdade que advém das estruturas da sociedade, porém carrega em si aspectos do negligenciamento, silenciamento e opressões vivenciados no âmbito também das subjetividades pelas mulheres trabalhadoras. Mas o debate central aqui estava na crítica à dimensão econômica da injustiça de gênero e a crítica da economia política no projeto de

emancipação das mulheres. Ou seja, o debate sobre as condições de opressão vividas pelas mulheres no âmbito do trabalho, incluindo o produtivo e o reprodutivo em seus valores de uso e troca, e as desigualdades geradas, estão localizados aqui. Essa perspectiva demarcou a necessidade de se propor e garantir fortes instituições políticas capazes de organizar a vida econômica a serviço da justiça (FRASER, 2009).

Em um segundo momento, Fraser esboça algumas tendências do feminismo que convergem com os interesses do capitalismo neoliberal, levantando a questão de uma possível reorientação do feminismo, tendo em vista essa crítica, examinando as perspectivas de retomada da promessa emancipatória do feminismo no contexto atual.

A chamada terceira onda marcada do final da década de 1980 pode ser entendida como uma continuação da segunda onda com elaborações que não foram abordadas naquele contexto. Dialogam com aspectos das interpretações contemporâneas de sociedade, Estado e movimentos sociais e com os deslocamentos teóricos também criticados e disputados atualmente.

Evidentemente, as tendências e contextos dos diferentes feminismos durante a história não podem ser compreendidas como uma linha progressiva. Existem ligações entre um contexto e outro, influências, disputas, permanências e mudanças qualitativas na forma de interpretar as relações de gênero no mundo atual.

Olhando, historicamente, para a construção do feminismo no Brasil, tanto em seu aspecto político quanto teórico há que se fazer algumas considerações. A primeira é a de que essa construção sofre, sobremaneira, influência do feminismo em suas diferentes tradições intelectuais do ocidente, principalmente, durante o pós-guerra do século XX. A segunda percepção é a de que o feminismo no Brasil é composto tanto pela luta política realizada pelas mulheres em diferentes movimentos sociais e organização, em suas peculiaridades locais, quanto na organização teórica das ideias advindas da crítica à dominação masculina em seus diferentes aspectos. Esta combinação encontra, sem dúvida, disputas e tensionamentos acerca do lugar de cada uma delas, tanto das produções acadêmicas quanto das ações militantes.

Obviamente, os movimentos feministas no Brasil têm características de seu próprio tempo e conjuntura, o que nos garante uma análise das particularidades desses arranjos sem perder a noção das totalidades dos processos sociais e teóricos.

Demarcadamente, é possível dar destaque ao desenvolvimento dos movimentos de fundamentos feministas (em suas organizações e frentes de gênero), ligados ao campo, à luta pela reforma agrária que dos anos 1980 para cá vêm se fortalecendo e criando espaços políticos e teóricos de discussões e práticas sobre a mulher rural e trabalhadora.

Em texto que analisa a história e contribuição da Revista de Estudos Feministas para o desenvolvimento desse campo de estudos no Brasil, a professora Mirian Pillar Grossi levanta um marco importante de início dos estudos sobre a mulher que foi a tese de livre docência da professora Heleieth Saffioti, defendida na Universidade de São Paulo - USP em 1967, temos pouco mais de três décadas de tradição (GROSSI, 2004). Tempo recente, porém, que dialoga com as construções teóricas feministas de outros países, tanto na América quanto na Europa.

Diante do contexto da ditadura militar, o feminismo apresenta, em sua gênese, aspectos particulares como o caráter de luta de classes que marca as primeiras publicações feministas. Há, portanto, uma combinação entre esse forte compromisso político dos estudos feministas na década de 1970 com a pesquisa, financiada por agências internacionais, realizadas no conjunto das camadas médias intelectualizadas, tratando de caracterizar “a mulher brasileira”. A pós-graduação desenvolvida nesse período assim como a consolidação de grupos de pesquisa voltados para os estudos de gênero, também apresentam um papel importante nesse conjunto. Esses determinantes ajudaram a criar uma tradição, ainda que nova, porém altamente sólida dos estudos de gênero e da mulher, que se consolidaram nos anos 1990 (GROSSI, 2004).

Porém, nessa solidez, há uma pluralidade no campo de estudos e ação política que já foi estudado e demonstrado. Nas palavras de Grossi (2004, p. 218) é possível afirmar que:

que nem todas as pessoas e os grupos que trabalham com questões que eu considero de gênero, se reconheçam no rótulo feminista. Em nossa pesquisa, realizada com um universo de mais de 1000 instituições, constatamos que não podíamos denominar de movimento feminista, grupos que ora se auto-denominavam como “de mulheres”, ora se consideravam “feministas”, ora se diziam trabalhar com “questões ou políticas de gênero”. Partindo destes dados e analisando os trabalhos apresentados em diferentes eventos da área considero que há vários tipos de pesquisas sendo realizadas atualmente no Brasil: pesquisas sobre mulheres, pesquisas sobre homens, pesquisas que analisam as relações de gênero, pesquisas preocupadas com questões teóricas, pesquisas sobre o movimento feminista e de mulheres, etc... No campo teórico, apesar da grande maioria das pesquisadoras se considerar feminista, algumas não se identificam como tal, em parte porque o termo feminismo remete para muitas delas a um caráter militante no qual muitas não se reconhecem (e, neste caso, particularmente jovens pesquisadoras que não se sentem discriminadas ou vítimas da opressão masculina), em parte porque algumas delas que trabalham com homens e masculinidades se sentem mal-vistas dentro do campo. Outras não se reconhecem como feministas e sim como cientistas sociais porque acham que o conceito de gênero é um conceito como outros da teoria social contemporânea (como classe, geração ou raça).

Ou seja, é com um olhar plural para o feminismo que se situa a presente análise a fim de observar os movimentos sociais do campo e sua interface com a luta pela questão das mulheres, de caráter feminista e a configuração das políticas públicas, nesse sentido. Por isso mesmo, a referência passa pela ideia de feminismos na consideração desse caráter plural do campo de estudos e da militância.

Marlise Matos em estudos desenvolvidos que retomam o olhar para os feminismos desde o sul global, analisa a experiência de uma *quarta onda* dos movimentos e estudos feministas no Brasil e na América Latina. Esse momento é analisado como uma nova proposta teórica feminista elaborada a partir das experiências, estudos realizados e das agendas mais recentes dos feminismos do sul em contraponto a um olhar essencialmente ocidentalizado utilizado nas teorias mais hegemônicas no âmbito dos feminismos (MATOS, 2010).

Para a autora, um feminismo de quarta onda, no Brasil, caracteriza-se por aspectos que estão sobremaneira presentes no contexto sociopolítico analisado nesta pesquisa, especialmente os aspectos relacionados às institucionalizações das ações públicas de gênero e a radicalidade dos movimentos sociais feministas no compromisso com as transformações sociais. Matos (2010) acrescenta, assim, às análises já estabelecidas, a possibilidade de percepção dessa quarta fase do feminismo brasileiro a qual se aproxima, em termos de análises a partir de experiências, do olhar para as políticas públicas proposto nesse trabalho. A autora levanta quatro aspectos do feminismo de quarta onda:

- 1) da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo, por intermédio da entrada (parcial) delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo destes países;
- 2) da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas especialmente no âmbito federal (mas também, no Brasil, de amplitude estadual e municipal);
- 3) da consolidação no processo de institucionalização das ONGs e das redes feministas e, em especial, sob a influência e a capacidade de articulação e financiamento do feminismo transnacional e da agenda internacional de instituições globais e regionais (United Nations Development Fund for Women, United Nations Children's Fund, Organização Internacional do Trabalho, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, entre outras) referidas aos direitos das mulheres;
- 4) uma nova moldura teórica (frame) para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, em que são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos e outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul (MATOS, 2010, p. 80)

O feminismo nesse período atual reflete essa complexa ocupação de espaços públicos pelas mulheres com suas agendas, demandas e teorias, que se traduz em espaços institucionalizados nos governos, nos organismos internacionais e nas Organizações Não Governamentais e que consolida políticas públicas que questionam os poderes patriarcais na sociedade como um todo. Podemos analisar, nesse sentido que os movimentos sociais do campo e as políticas públicas para mulheres rurais, são expressões desse feminismo contemporâneo analisado por Matos (2010).

## CAPÍTULO 2 - ECONOMIA FEMINISTA E AS MULHERES RURAIS NO BRASIL

*O mundo vê a economia como algo que produz lucro, e nós vemos, a partir do feminismo a economia como tudo o que é de sustentação da vida humana e por isso as mulheres estão no centro dessa proposta.”. Maria Fernanda representante da SOF – Sempre Viva Organização Feminista na I Mostra de Economia Feminista e Solidária, São Paulo, SP, 9 de agosto de 2014.*<sup>5</sup>

A análise apresentada neste capítulo pretende trazer elementos para a reflexão acerca das políticas públicas de gênero para as mulheres rurais, que se desenvolveram no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Governo Federal na última década, em diálogo com a área de conhecimento da Economia Feminista.

A primeira seção faz uma revisão de literatura sobre Economia Feminista e a construção dessa perspectiva teórica no debate dos estudos de gênero.

A segunda seção traz o debate sobre aspectos econômicos da vida e do trabalho das mulheres rurais no Brasil a partir dos dados estatísticos produzidos por agências de pesquisa e a problematização dessa produção com recorte de gênero.

Em termos teóricos, o presente capítulo dialoga principalmente com uma visão sociológica do tema do trabalho em seu recorte de gênero. Os estudos feministas chamaram essa perspectiva de gênero nas relações do trabalho e da produção da vida de economia feminista. Os aspectos econômicos, assim como alguns conceitos ligados à economia são trabalhados como forma de traduzir, em termos econômicos, as desigualdades vividas pelas mulheres e a relação desse campo de conhecimento com as políticas públicas. Não se tem pretensão de tratar dessa perspectiva essencialmente a partir da visão econômica, todavia se propõe um olhar interdisciplinar, nesse caso.

### 2.1 A Economia Feminista no debate dos estudos de gênero

Centrada nas relações sociais e desiguais de gênero, a economia feminista foi construída como um campo de conhecimento e militância dos movimentos feministas que abordam a relação da mulher com o trabalho e as desigualdades produzidas no âmbito das relações econômicas no sistema capitalista.

A introdução do gênero como categoria analítica central também na economia é uma das características comuns das diferentes correntes de discussão dentro da economia feminista (FERNANDEZ, 2008).

---

<sup>5</sup> Fala registrada a partir de declaração de Maria Fernanda publicamente veiculada em rede social acessada pela pesquisadora: <https://youtu.be/wFNFvYxDbdE> Acessada em: 01/08/2016

A economia feminista faz parte dos pensamentos feministas e pode ser considerada como uma corrente de pensamento que vem se consolidando a partir dos anos de 1990 pela crítica a não incorporação das mulheres, de seu trabalho e de sua ação econômica pela economia. Na crítica à economia de mercado, a economia feminista foi discutida por movimentos de mulheres e organizações da América Latina como forma de propor alternativas ao modelo dominante incluindo a desigualdade econômica de gênero. No conjunto das lutas sociais urbanas e rurais, a economia feminista é um instrumento de análise e uma ferramenta de luta que visa repensar, questionar e alterar os desequilíbrios nas relações estabelecidas que impedem as mulheres de se realizarem como seres humanos a partir da participação e do acesso à produção da riqueza (NOBRE, *et al*, 2016).

Em termos históricos, a economia feminista foi sendo elaborada como campo de estudos acompanhando de forma questionadora a própria história do pensamento econômico e o próprio desenvolvimento do pensamento feminista. Os precedentes, ainda durante o século XIX, na Primeira Onda do Feminismo, estão na luta das mulheres pelos direitos aos empregos e salários e nas denúncias nas desigualdades salariais e de acesso às vagas de trabalho entre os sexos (CARRASCO, 2006).

Nos Estados Unidos, segundo Fernandez (2008) esse campo de estudo surgiu em 1990 quando a Associação Americana de Economia incluiu na sua Conferência Anual um painel relacionado às perspectivas feministas na economia. Essa abordagem vem se desenvolvendo particularmente após a criação da *International Association for Feminist Economics* (FERNANDEZ, 2008, p.363).

Foi durante esse período, acompanhando a Segunda Onda do Feminismo e dona de um pluralismo teórico, que a economia feminista afirma-se como campo de estudo. Embora podendo dialogar com diferentes correntes de pensamento, as categorias gênero e patriarcado aparecem como comuns no pensamento econômico feminista, assim como a crítica à visão da economia de mercado e patriarcalizada. O conceito de trabalho aparece também como central e deste, os questionamentos relacionados ao trabalho da mulher (CARRASCO, 2006).

Nas palavras de Carrasco (2006):

El segundo enfoque arranca, por una parte, de la tradición marxista y, por otra, de un pensamiento feminista que manifiesta un flerte desarrollo en esta llamada segunda ola del feminismo. El interés de esta línea de estudio se centra fundamentalmente en desentrañar las relaciones bajo las cuales se desarrolla la actividad doméstica, su reconocimiento como “trabajo”, las relaciones que mantiene con la producción capitalista y quién o quiénes son los beneficiarios de la existencia de este tipo de trabajo. No es casualidad que este desarrollo teórico se manifieste en esta época, teniendo en cuenta la convulsión social y el auge de los movimientos sociales en parte importante del planeta (CARRASCO, 2006, p. 11).

No Brasil esse campo de estudo ainda é incipiente muito embora seja preciso destacar que a economia feminista tem crescido na última década em função da atuação dos movimentos feministas, e, em especial os ligados ao rural, como denúncia acompanhada da produção de conhecimentos que trazem para o centro da questão a invisibilidade do trabalho da mulher socialmente assumido como reprodutivo e os questionamentos anticapitalistas.

Esse debate é levantado e também apontado por pesquisas em relação às mulheres trabalhadoras rurais no contexto atual. O debate é feito sobre a exclusão econômica vivida por essas mulheres que desenvolvem um trabalho não visibilizado e vivem sob a desigualdade gerada na divisão sexual do trabalho nas unidades produtivas familiares (NEVES e MEDEIROS, 2013; LOPES e BUTTO, 2010; BUTTO et al, 2012; BUTTO, 2014; SCOTT et al, 2010; HIRATA, 2002; MELO e DI SABATO, 2006; MORENO, 2014).

Há também uma inicial ligação entre a economia feminista e a economia solidária, no Brasil, onde as práticas de organização das mulheres rurais para a produção e a comercialização de produtos, a partir do trabalho coletivo e autogestionário, tendo em vista a construção de um mercado justo, acabam apontando a necessidade de uma produção de conhecimentos na área. Esse campo de estudos ainda encontra-se recente, porém emergente a partir das experiências desenvolvidas por inúmeras organizações feministas e movimentos sociais<sup>6</sup>.

Hillemkamp, Guérin e Verschuur (2014) quando discutem a escassa aproximação da economia solidária com questões de gênero e teorias feministas consideram que há pontos convergentes entre os dois campos que podem e devem ser explorados. As autoras consideram alguns trabalhos que já agregam essa visão (Guérin, 2003; Nobre, 2006; Guérin, et al, 2011).

Essa aproximação entre economia feminista e economia solidária passa pela perspectiva de que a economia solidária em seus princípios e conceitos é atravessada necessariamente pelas relações de gênero. Uma economia solidária, construída sob a perspectiva de criação de mecanismos de trabalho e organização social que tenham potencial de alterar o modo de produção capitalista vigente e sua convivência com as desigualdades sociais, através da mudança da relação capital e trabalho, na perspectiva de Paul Singer (CORNELIAN, 2006).

---

<sup>6</sup> Pode-se citar nesse campo a atuação da Associação de Mulheres da Economia Solidária de São Paulo – AMESOL, assim como da SOF – Sempre Viva Organização Feminista, e suas interfaces presentes nos trabalhos e publicações com os conceitos e princípios da economia feminista e solidária.

Tendo em vista esse argumento de que a economia solidária é atravessada pelas relações de gênero, as experiências demonstram que há uma majoritária participação das mulheres, tanto no campo quanto na cidade e em diversos países, incluindo o Brasil (HILLEMKAMP et al, 2014). Assim é possível identificar essa aproximação como um campo novo, mas já adentrando a cena das ações e pesquisas feministas no Brasil nos últimos anos.

Em termos gerais, pode-se dizer no que tange à economia feminista que economia e feminismo se encontram para desenvolver conceitos e marcos de análises que atribuem maior poder explicativo à economia e propõe melhores evidências, ferramentas e saberes ao feminismo, como nos aponta Henriquez (2010).

A mesma autora traz a diferença entre economia com perspectiva de gênero e economia feminista, situando a discussão em termos de produção de conhecimento e alteração das desigualdades que colocam a mulher em posição de subordinação nas relações de trabalho e no acesso à riqueza. Segundo Henriquez, a economia com perspectiva de gênero se propõe a visibilizar as diferenças existentes entre homens e mulheres a partir das noções dos estudos de gênero incluindo a aceitação de que essas diferenças não derivam da racionalidade econômica e sim que procedem da construção social e cultural das relações de gênero (HENRIQUEZ, 2010). A economia feminista coloca no centro da questão a necessidade das transformações das situações das desigualdades de gênero. Além de considerar as desigualdades em termos das construções sociais e culturais das relações de gênero para entender a posição subordinada das mulheres na economia, se propõe a gerar conhecimento para a transformação dessa situação.

A economia feminista apresenta um potencial teórico importante para o questionamento do patriarcado e do capitalismo. Esse questionamento está no centro da questão da posição social, econômica e cultural vivida pela mulher rural no campo atualmente. E por conta desse conhecimento, que se compromete com as transformações desse lugar da mulher que carrega a invisibilidade e assim, as inúmeras expressões de desigualdades no interior da sua vida privada e pública.

A economia feminista ocupa um lugar de poder e crítica no conjunto da produção científica como demonstra Fernandez (2008). Segundo a autora, a tarefa a que se propõe a Economia Feminista no âmbito socioeconômico é revelar os efeitos perversos da ciência clássica e demonstrar as relações desiguais de poder.

A crítica feminista à Economia (...) pretende reconceitualizar aquelas categorias nada neutras com as quais se define, se mede e se estuda o fenômeno econômico na teoria neoclássica, colocando em questão a suposta objetividade que o modelo tradicional reclama possuir. Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam

tornar visível o que tradicionalmente a disciplina mantém como oculto (FERNANDEZ, 2008, p. 362).

Nessa perspectiva, a crítica feminista à economia recai também sobre o entendimento dela em si. Para as feministas, “a atividade econômica é, antes de tudo, a maneira através da qual os indivíduos se organizam coletivamente, produzem e distribuem os meios necessários para a sua sobrevivência” (FERNANDEZ, 2008, p.13). Essa perspectiva chamada de “provisão social” inclui a inserção no conjunto das necessidades para a sobrevivência o trabalho reprodutivo, em especial o doméstico e de cuidados realizados pelas mulheres e não remunerado, como economicamente relevante.

A crítica proposta busca reinserir a economia no âmbito sócio-histórico-cultural e recuperar o ideal de ciência pensando nos objetivos humanos e não somente nos objetivos do mercado como tem ocorrido com a economia nos últimos tempos. Assim, nas palavras de Fernandez:

Vejamos: em primeiro lugar a economia entendida como *provisão social* enfatiza uma análise das atividades econômicas enquanto um processo social interdependente. Enquanto processo a economia está sujeita a contínuas transformações, e não existe nenhum indício de que tenda a algum tipo de ‘equilíbrio’ (mesmo dinâmico). Depois, como está imbricada no contexto social, cultural e político de determinado período histórico, a economia é afetada pela dinâmica de classes e gênero da sociedade na qual se insere, e afetará essa dinâmica em contrapartida. Entender a atividade econômica sob esse prisma teórico ilumina a maneira como a sociedade produz, se reproduz e se auto-organiza (FERNANDEZ, 2008, p. 371, 372).

A economia feminista propõe colocar a lógica da vida em primeiro lugar. Dessa perspectiva desdobram-se inúmeras experiências tanto relacionadas ao questionamento do sistema de dominação masculina na produção e de classe no acesso à riqueza, quanto aos métodos e conhecimentos produzidos pela economia que desconsideram o protagonismo da mulher na maneira como a sociedade organiza-se.

## **2.2 Aportes da Economia Feminista: a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico e de cuidados**

Como nos mostra Carrasco (2006) a economia feminista vem se desenvolvendo a partir de diferentes vertentes de análise, o que faz afirmar que a mesma não se caracteriza como uma única visão de uma determinada perspectiva. Nas palavras da autora:

Ahora bien, la llamada economía feminista no responde a un pensamiento monolítico. En la discusión y elaboración teórica participan investigadoras(es) provenientes de diversas escuelas de economía - neoclásica, marxista, funcionalista- así como de diversas tradiciones del feminismo - liberal, radical, socialista. Además, lo habitual de una perspectiva feminista - excepto cuando se discuten aspectos metodológicos - es la interdisciplinariedad, especialmente en el análisis de fenómenos sociales, lo cual en ocasiones - aunque de más riqueza al análisis- hace

difícil separar el pensamiento económico de otras disciplinas cercanas -sociología, antropología, historia. En cualquier caso, como se verá más adelante, la importante elaboración teórica de las últimas décadas permite actualmente ir distinguiendo distintas perspectivas de análisis claramente identificables dentro de la llamada economía feminista (CARRASCO, 2006, p. 3).

Dessa forma, caracterizamos e discutimos os aportes da economia feminista que dialogam essencialmente, enquanto chaves de análise, com o trabalho e a vida das mulheres rurais na realidade brasileira. Dessa forma, trazemos para a pesquisa a construção da economia feminista em diálogo com a vida das mulheres do campo e o planejamento das políticas públicas que pretendem interferir na realidade das desigualdades vividas por elas no âmbito do trabalho, não deixando de olhar para as subjetividades inseparáveis do conjunto da produção da vida e da história de cada uma delas no contexto apresentado.

Carrasco (2014), no livro intitulado *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*, traz um conjunto de artigos que tratam, sobretudo da divisão sexual do trabalho, do trabalho doméstico e dos cuidados e seu lugar na economia feminista como ferramenta de análise e política e como crítica à economia clássica e de mercado.

Trata do conceito trabalho na perspectiva feminista ao mesmo tempo em que faz a crítica à ideia de trabalho como emprego, ou seja, o fato de se considerar trabalho somente aquele que faz parte das relações mercantis, caracterizado assim, sobretudo, pós o processo de industrialização (CARRASCO, 2014).

Para a economia feminista, as fronteiras da economia são demarcadas pelo deslocamento do objeto de estudo da produção para o mercado trazendo assim duas consequências: “por una parte se acabará de legitimar la separación de espacios entre lo público económico (mercado) y lo privado no económico; y, por otra, el trabajo doméstico y de cuidados al no ser objeto de intercambio mercantil será definitivamente marginado e invisibilizado” (CARRASCO, 2014, p. 28).

As atividades mercantis, assim, são associadas de tal forma ao masculino como universal e inquestionável invisibilizando o restante da sociedade, sobretudo as mulheres. O trabalho doméstico e de cuidados (realizado majoritariamente por mulheres) não é, nesse conjunto de entendimentos, considerado categoria econômica e tampouco denominado trabalho. Por hora, pode-se dizer que a partir da crítica feminista, o trabalho doméstico e de cuidados é fundamental para a sustentação do capitalismo e do patriarcado como base da sociedade.

Colocar o trabalho doméstico e de cuidados na centralidade das análises do sistema capitalista no conjunto de suas nuances econômicas, sociais e culturais significa romper as

fronteiras do mercado e trazer uma análise mais realista, considerando a complexidade da sociedade atual, das relações de trabalho e da produção da vida no sistema patriarcal e capitalista. É demarcar o cuidado com a vida como chave nas análises, criando um outro paradigma de sustentabilidade da vida humana (CARRASCO, 2014; SILVEIRA e TITO, 2008; NOBRE *et al*, 2016).

A inclusão da economia não monetária em circuitos econômicos tem potencial de fundamentar outra forma de entender a economia também partindo da percepção de que a perspectiva neoclássica da economia é dominante, pois serve de suporte para a sustentação da organização econômica capitalista neoliberal. É um paradigma feminista que propõe subverter a hegemonia dominante na interpretação do trabalho e da economia.

De acordo com Henriquez (2010), a partir do olhar androcêntrico incorporado em grande parte das teorias econômicas, trata de uma interpretação equivocada de mundo, não considerando parte da renda incorporada economicamente pelas mulheres, o que pode tornar as representações que norteiam as ações de algumas políticas públicas irrelevantes e incapazes de arrazoar alguns problemas que se deseja resolver e, neste caso especial, a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais.

O olhar econômico androcêntrico, portanto, naturaliza as relações sociais entre homens e mulheres construídas na sociedade. Essa concepção parte da ideia que existe trabalho de homem e trabalho de mulher, sendo o homem responsável pelos trabalhos produtivos, considerado “esfera pública”, e a mulher responsável pelo trabalho reprodutivo, considerado “esfera privada” ou de âmbito doméstica e de cuidados.

La racionalidad del hombre económico no se enfrenta con los condicionantes que impone vivir en un mundo racista, xenófobo, homofóbico y sexista. Cuando se reconoce y visibiliza la interrelación entre las relaciones de género y la dinámica económica, es inevitable condenar por irrealistas, restrictivos, superfluos y en el límite inocuos, los supuestos de la racionalidad del hombre económico sobre los que se construye todo el aparato neoclásico (HENRIQUEZ, 2010).

Outro ponto da concepção da divisão sexual do trabalho é que um trabalho feito por homem é mais valorizado que um trabalho feito por mulher, mesmo quando eles exercem uma mesma função. Neste caso, o trabalho das mulheres é considerado de menor valor e, portanto, complementar ao do homem. Assim, a sua remuneração por ele também pode ser inferior, ou o mesmo não precisa ser remunerado. Estas desigualdades estão presentes no mundo do trabalho, na participação social e política, na autonomia pessoal e econômica e, conseqüentemente, no acesso às políticas públicas. Estas relações criam empecilhos que

dificultam a entrada e a permanência das mulheres em instâncias importantes para o seu desenvolvimento social, econômico e político.

Por ello situamos a la Economía Feminista en el campo de la Economía Heterodoxa. Porque cuando se abordan los problemas de inequidad de género, con los supuestos ortodoxos, no se consigue explicar los fenómenos, sino que por el contrario, lo que se hace es justificar la desigualdad existente, como consecuencia de las características y supuestas racionalidades de las mujeres (HENRIQUEZ, 2010).

### 2.2.1 Ampliando o Fluxo Circular de Renda

Segundo Picchio (2005), a tensão entre produzir mercadorias, e reproduzir pessoas, está fundada na natureza do mercado de trabalho, que constitui uma forma histórica e particular de trocas entre trabalho e meio de subsistência, elemento central para uma economia liberal. O ponto chave aqui é que para a acumulação necessária do fator trabalho para o mercado, faz-se necessário, outra acumulação do mesmo fator, referente ao trabalho de reprodução social dos sujeitos, que não se leva em conta nas análises econômicas convencionais.

Assim, entendendo o trabalho das mulheres rurais como aquele considerado reprodutivo, em detrimento do trabalho produtivo, realizado pelos homens, para a percepção de sua importância econômica e reconhecimento no âmbito da geração de renda, faz-se necessária a inclusão do mesmo em perspectivas semelhantes àquelas expressadas nas discussões econômicas acerca do trabalho remunerado, ou seja, no trabalho produtivo.

As atividades ditas “femininas” são essencialmente “re”conhecidas como atividades produtivas, para além de uma perspectiva de crescimento e acúmulo de capital, para uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade.

Complementam a presente reflexão os pressupostos apresentados por Picchio (2001), citados também por Henriquez (2010), quando o mesmo propõe ampliar o tradicional esquema do fluxo circular de renda, incorporando um espaço econômico que poderia denominar-se de reprodução, o qual se distinguiram-se três funções econômicas desenvolvidas no âmbito privado das famílias. Estas funções que podem ser observadas no Fluxo Circular de Renda Ampliado, conforme demonstrado na Figura 2, bem como nos itens descritos abaixo.

a) Ampliação ou extensão da renda monetária (a renda ou salário real) em forma de nível de vida ampliado (o consumo real), a exemplo: alimentação no domicílio, roupa limpa, ou seja, para além da renda monetária, transformações de bens e serviços realizados no âmbito privado, mediante a intermediação do trabalho executado especialmente pelas mulheres, ou seja, o trabalho de reprodução social não remunerado;

b) Expansão do nível de vida ampliado (consumo) na forma de uma condição de bem estar efetiva; consistindo no gozo de níveis adequados de educação, saúde e vida social, o que na maioria das vezes é conseguido através do cuidado não remunerado do trabalho privado, na forma, por exemplo, de frequência escolar das crianças, controle da saúde, higiene, etc;

c) Redução ou seleção de segmentos da população e de capacidades individuais, para ser usado como um fator no processo de produção de bens e serviços na economia de mercado; neste caso, o trabalho não remunerado desenvolvido em casa serve como suporte para a seleção feita no mercado de trabalho, pessoas e competências pessoais efetivamente utilizadas nos processos de produção, facilitando material e psicologicamente, processos de adaptação ou mesmo de absorção de tensões geradas nos ambientes do mercado.

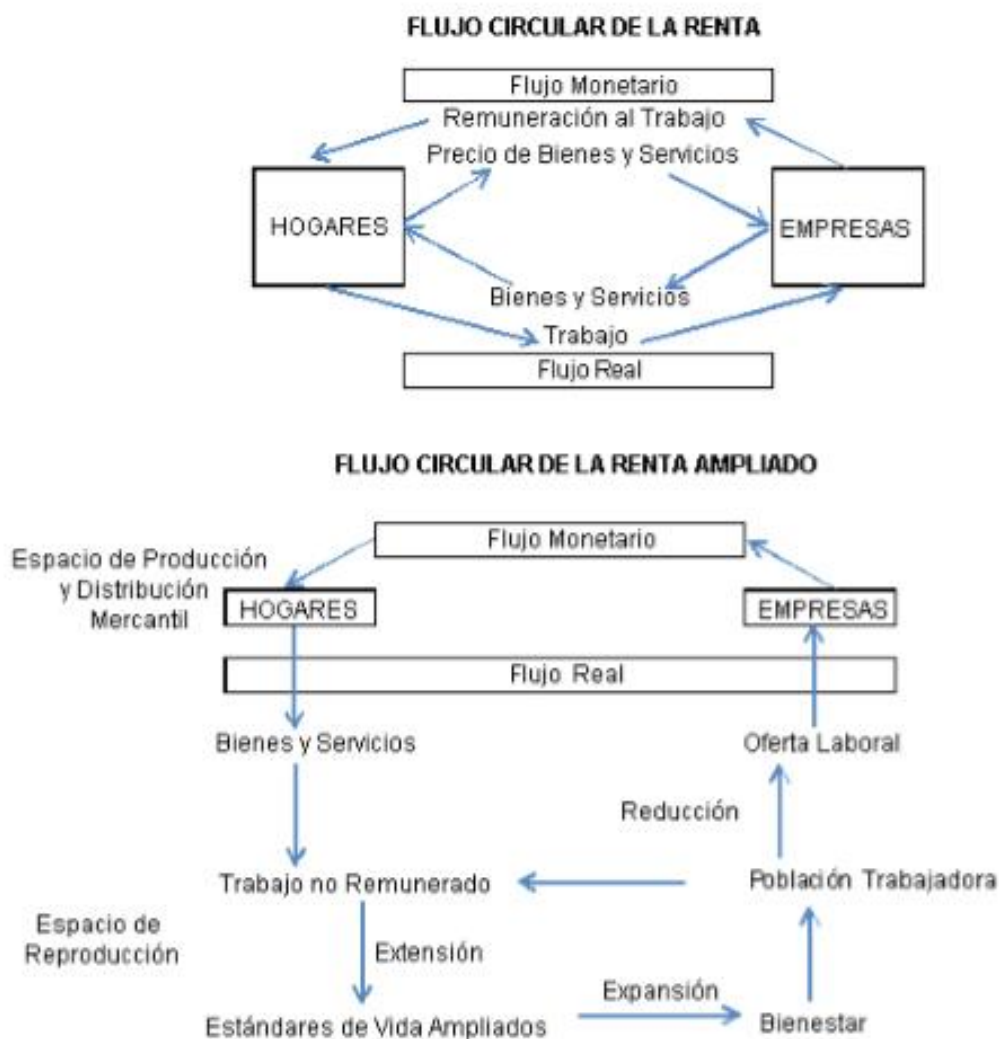


Figura 2: Fluxo Circular de Renda e Fluxo Circular de Renda Ampliado  
Fonte: Henriquez (2010), adaptado de Picchio (2001).

A ampliação da representação do fluxo circular de renda propõe incluir a esfera reprodutiva no funcionamento do sistema econômico. A esfera reprodutiva, nessa proposta, é entendida como parte do sistema econômico onde se deslocou o olhar somente voltado para o mercado, para o olhar para a vida como um todo.

A ideia de reprodução social tem antecedentes nos clássicos da economia com autores como Marx, que considerava que os sistemas econômicos não são lineares e que necessitam se reproduzir continuamente. A reprodução de qualquer sistema social implica na reprodução de todos os elementos necessários para se recomeçar o ciclo, sob o risco do sistema desaparecer (CARRASCO, 2014).

O trabalho doméstico e dos cuidados, exercido pelas mulheres, faz parte dessa dimensão de reprodução social que não foi incluído pela economia clássica na análise.

A dimensão de gênero nesse recorte de análise está presente. Por conta disso a chamada divisão sexual do trabalho tem seus fundamentos nessa crítica às categorias econômicas e sociais consideradas universais e masculinizadas. Numa perspectiva marxista, ela é considerada no conjunto da história da organização das sociedades e do surgimento do capitalismo, caracterizando a exploração da mulher no conjunto do surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes. Para Santos e Nóbrega (2004):

O enfoque marxista parte do pressuposto de que nas sociedades primitivas, apesar da divisão sexual do trabalho, as relações entre os sexos eram baseadas na igualdade. Ora, este equilíbrio fica perturbado e é subvertido quando o homem adquire o direito à propriedade privada, e passa a assumir na esfera familiar uma posição de supremacia e de poder, e a transmissão do direito a essa propriedade é efectuada através dos familiares masculinos, ficando assim reduzido o papel feminino à função de servidão e de reprodução. Este processo explica a exploração da mulher que coincide com o aparecimento da propriedade privada e com a sociedade de classes (SANTOS e NÓBREGA, 2004, p.4)

Nesse conjunto de entendimento, ultrapassa-se uma visão clássica da sociedade e do capitalismo, mesmo dentro da crítica social. Inclui-se o gênero como categoria estruturante da análise propondo relacionar o sistema econômico e social capitalista com a subordinação das mulheres. Gênero e classe, portanto aparecem em pé de igualdade enquanto chaves de análise.

Nessa perspectiva, Santos e Nóbrega (2004, p.4) apontam:

Á estrutura de classes capitalista corresponde, como que simetricamente, a estrutura sexual hierarquizada. Na primeira temos capitalismo que se opõe e domina a classe trabalhadora, na segunda temos o patriarcado que se opõe e domina mulheres e crianças. Desta forma, capitalismo e patriarcado, são ambos sistemas de exploração e entre ambos se estabelece uma relação de serviço mútuo, onde o sistema de valores instituído pelo patriarcado reforça, fundamenta e serve o controle capitalista.

A divisão sexual do trabalho, portanto produz desigualdades entre homens e mulheres que sustentam o sistema capitalista através do patriarcado enquanto dominação masculina dos espaços públicos e produtivos da sociedade. Em termos conceituais, Hirata e Kergoat (2007) afirmam:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.599).

Para as autoras, existem dois princípios organizadores: o da separação, que separa o que é trabalho de homem do trabalho que é de mulher e o princípio hierárquico que define que o trabalho de homem tem um maior valor e que o trabalho de mulher tem menor valor (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Esses princípios podem ser naturalizados pela visão naturalizada dos papéis sociais desenvolvidos por homens e mulheres e da redução da visão de gênero ao sexo biológico ou pode ser questionada pela crítica sociológica e, em especial, feminista.

Não há uma linearidade ao se tratar de divisão sexual do trabalho. Ela varia de acordo com o tempo e o espaço, o contexto histórico e social que será analisado. Partindo desse prisma, no que se refere às mulheres rurais, a análise proposta pela economia feminista que propõe a decomposição de pressupostos teóricos clássicos e masculinizados e recompõe a crítica a partir de bases que possam reconhecer o trabalho das mulheres considerado invisível até então.

Sabe-se que um dos principais fatores que contribui para esta exclusão, é a falta de reconhecimento dos trabalhos realizados pelas mulheres rurais tanto nas atividades produtivas como nas reprodutivas, que as sobrecarregam diariamente, limitando suas participações em atividades no âmbito de esferas públicas, como nos espaços de poder de decisão, de desenvolvimento político, econômico e social.

A divisão sexual do trabalho na agricultura é um dos temas centrais colocados em pauta pela sociedade civil, em especial, pelos movimentos sociais e pelos estudos feministas apontando caminhos para a agenda de gênero. Demonstram que as mulheres ocupam uma posição subordinada e seu trabalho aparece como ajuda mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades.

Em uma pesquisa realizada em Cruzeiro do Sul, RS, Brumer e Freire (1984) verificaram que, na divisão de trabalho que se estabelecia entre os sexos nas unidades

familiares de produção, ao homem cabia, geralmente, a exclusividade de desenvolver serviços que requeriam maior força física, tais como lavrar, cortar, lenhar, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabia ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. Todos esses trabalhos podem ser considerados no âmbito produtivo. Não cabe ao homem os trabalhos domésticos, por exemplo, que hipoteticamente, pelo viés de uma análise empírica, não oferecem retorno econômico.

À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas a casa, aos cuidados, como as de caráter mais leve que possuem caráter produtivo, mas não são reconhecidas como tais. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão, praticamente, todas as atividades domésticas, além do trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim, atividades estas, essenciais a um novo paradigma de desenvolvimento rural, em especial, aos pressupostos da agroecologia.

Em se tratando das definições do trabalho e dos papéis sociais atribuídos à mulher, considera-se importante o que se afirma:

É preciso destacar que o caráter de ‘pesado’ ou ‘leve’ da atividade é relativa e culturalmente determinado, uma vez que, na esfera de suas atividades (doméstica), a mulher executa tanto trabalhos ‘leves’ como trabalhos ‘pesados’ (como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio). O trabalho atribuído à mulher é ‘leve’ e não considerado como economicamente importante, não devido a suas características, mas devido à posição ocupada na hierarquia da família por aqueles que executam o trabalho (BRUMER, 2004, p. 4).

Desta feita, são os papéis sociais atribuídos à mulher, e as relações de poder estabelecidas no âmbito da família que determinam a invisibilidade de seu trabalho.

Ainda discutindo alguns aspectos marcantes das desigualdades de gênero no meio rural, as tarefas de cuidados atribuem às mulheres uma condição na qual as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas. Às mulheres são delegadas as atividades dos cuidados sem acender qualquer possibilidade de alteração nas relações de trabalho e familiares e nem de possibilidade de emancipação econômica.

Nesse sentido, caracterizando o trabalho e a vida social das mulheres agricultoras, a mulher rural é considerada responsável pelo trabalho doméstico e ainda pelos cuidados com o quintal, atividade que abrange desde o cuidado com pequenos animais, bem como a cultura de alimentos para o autoconsumo e transformação de alimentos.

Como estas atividades não geram renda, não são consideradas trabalho e em razão disso a mulher, apesar de representar em 2006, 72% das pessoas ocupadas que realizam atividades voltadas para o consumo, tem seu papel

imperceptível nas estatísticas oficiais, quando analisam a agricultura familiar e interpretam a atividade agrícola como uma extensão das atividades domésticas (SOUZA et al, 2008, p.13).

Corroborando com as afirmativas anteriores, outro aspecto igualmente analisado pelos estudos de gênero atuais, refere-se à condição de pluriatividade vivida pelas mulheres rurais, que reproduz situações desiguais e de dependência delas na unidade familiar. Segundo Souza et al (2008), a discriminação no trabalho torna-se mais grave do ponto de vista das oportunidades que refletem diretamente a papéis de gênero nas unidades familiares. As mulheres ampliam a sua jornada de trabalho quando trabalham fora da propriedade rural.

Integrando às ideias de superação dessas desigualdades apontadas e caracterizadas pelos estudos e pelos movimentos sociais, em momentos específicos, o Estado, a partir das políticas públicas, buscou reconhecer a necessidade de incluir a agenda de gênero, a promoção da emancipação econômica das mulheres rurais como perspectiva de alteração das relações de desigualdade e como condição para o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Souza et al, (2008), associam a noção de desenvolvimento rural no recorte da agricultura familiar com a possibilidade do trabalho economicamente reconhecido da mulher rural. Dessa forma vão se configurando as políticas públicas, numa disputa constante, para se produzir espaços de construção de uma autonomia para a mulher rural. Tanto as políticas públicas quanto as perspectivas teóricas buscam subverter sistemas de opressão, são contra-hegemônicas, disputadas, conflitivas e estão em constante movimento de avanços e retrocessos nessa tentativa de construção feminista e transformadora.

### **2.3 As análises socioeconômicas de gênero e a construção de caminhos para a superação das desigualdades**

Conforme discutimos até então, a economia feminista propõe o rompimento de paradigmas estabelecidos na construção de explicações sobre o mundo do trabalho com foco na afirmação de papéis de gênero socialmente estabelecidos que reforçam a invisibilidade e o silenciamento do trabalho da mulher.

No âmbito das análises socioeconômicas, propõe-se a construção de novas metodologias, indicadores e variáveis explicativas que considerem as formas de produção e reprodução da vida como elementos de análise.

Interessa para a economia feminista o desvelamento cotidiano e irrestrito desses dados estatísticos, visibilizando o mundo do trabalho, a produção da riqueza, a reprodução da vida e

o acesso econômico desigual entre homens e mulheres uma vez que disputam narrativas nas formas de condução política da vida pública.

Grupos sociais, instituições e governos pautam-se na produção de dados para o planejamento e implementação de políticas públicas no conjunto das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil e nos diferentes movimentos de gestão pública. Para políticas públicas de gênero, a força estabelecida nas narrativas produzidas com esse recorte, através de dados estatísticos, faz parte da disputa de hegemonia na construção de ações públicas que reconstruam o mundo do trabalho com autonomia para as mulheres, conforme destaca Nobre *et al* (2016, p.13): “na medida em que as estatísticas convencionais ocultam o âmbito do trabalho não-remunerado, facilitam que as políticas públicas sejam elaboradas e implementadas de forma a ignorar seus efeitos negativos sobre a provisão de cuidados, por exemplo.” Podemos complementar essa aceção afirmando que não são somente as estatísticas que escondem, camuflam uma determinada realidade, e sim é a estrutura da análise econômica que convencionalmente não favorece a visibilidade, nesse caso, do trabalho das mulheres rurais. E isso é o que justamente a economia feminista propõe: as mudanças nas estruturas de análises para se criar dados estatísticos que demonstrem essa realidade.

Dessa forma, no Brasil, a economia feminista vem trazendo para o centro do debate a produção de dados com recortes de gênero nos quais se pautam movimentos sociais e governos no planejamento das políticas públicas de gênero voltadas ao mundo rural (assim como ao urbano).

Sabendo-se que essa produção é pautada na resistência e contra-hegemonia diante da hegemonia da visão masculinizada e patriarcal, os estudos feministas, para além da produção de conhecimento, acabam produzindo estudos socioeconômicos com recortes de gênero. Andrea Butto (2009), na apresentação do livro “Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres” expõe a economia feminista como um campo desconhecido e recente da produção intelectual e atrela essa discussão com a forma como ela se articula com a elaboração das políticas públicas e com o sujeito político que são os movimentos de mulheres e as organizações mistas do rural brasileiro. Afirma que só muito recentemente, através de compromissos internacionais celebrados com o governo federal, os órgãos oficiais de estatísticas sobre as mulheres rurais se materializam. “Estas passam a considerar a incorporação das relações de gênero nos instrumentos de coleta de informações, nas categorias que organizam os dados e na análise de seus resultados.” (BUTTO, 2009, p.8).

Podemos citar aqui, algumas publicações que fazem esse diálogo do recorte de gênero nas análises econômicas, muito impulsionadas pelo conjunto de relações entre movimentos de

mulheres e mistos, criação de políticas públicas para as mulheres rurais e produção de estudos com vieses feministas nos institutos e instituições de pesquisa.

Melo e Di Sabatto (2009) realizaram um estudo que objetivou um diagnóstico do trabalho da mulher rural, partindo da utilização dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos 1993, 1995, 1998, 2001, 2004 e 2006. Esse estudo inaugurou um olhar feminista sobre o trabalho rural brasileiro iniciando-se as análises do ano de 1993 (MELO e DI SABATTO, 2009).

O recorte de gênero e da economia feminista aparecem nesse estudo sobre as ocupações rurais e urbanas, dando ênfase no trabalho sem remuneração e para o autoconsumo, presentes de forma significativa nas atividades realizadas pelas mulheres no meio rural, assim como estuda a ocupação masculina e feminina segundo as diferentes atividades agropecuárias para melhor compreender a inserção produtiva das mulheres no rural (MELO e DI SABATTO, 2009).

Em síntese, os autores observaram, a partir da análise desses dados, que em 2006 as mulheres trabalhavam apenas 21 horas por semana, enquanto que os homens trabalhavam em média 39 horas. Essa diferença foi explicada pela grande presença da produção realizada pelas mulheres voltadas para autoconsumo, estendendo as suas tarefas para o âmbito doméstico, no qual muitas vezes não são contabilizados como trabalho. Outra explicação é que as mulheres acabam trabalhando menos na produção para poder conciliar com o trabalho doméstico e de cuidados.

No mesmo estudo citado anteriormente, Mello e Di Sabbato (2009), levantaram também que 46,6% das mulheres ocupadas na agropecuária realizam atividades para autoconsumo e 33,7% trabalham sem remuneração, além de que, o número de mulheres com ocupações agrícolas associadas a sindicatos chega a 32,9% enquanto os homens são 24%, mas a participação das mulheres nas direções e cargos maiores nos sindicatos ainda é baixo. Apesar do grande número de mulheres associadas ainda existe a pouca participação das mulheres nos espaços de controle social dos territórios.

Foi possível perceber que as mulheres rurais representam quase metade da população rural brasileira, mas muitas delas não têm acesso aos direitos básicos de cidadania, sofrem com os processos migratórios e ainda não contam com o devido reconhecimento identitário de suas condições de agricultoras familiares, trabalhadoras rurais.

No campo, nas relações familiares e nos grupos sociais a que pertencem, assumem a responsabilidade pelo grupo familiar que integram. No trabalho, as mulheres exercem

atividades voltadas para o autoconsumo familiar com baixo grau de renda e assalariamento. Os homens acabam se associando às atividades econômicas de geração de renda e emprego. Essas são as marcas da divisão sexual do trabalho que aparecem no trabalho citado.

Nos períodos de 1993 a 2006, as alterações na divisão sexual do trabalho aparecem em função do aumento de acesso à renda dos trabalhadores rurais, mas permanecem as desigualdades de gênero que marca a invisibilidade do trabalho feminino, mesmo considerando o aumento da responsabilidade das mulheres nas chefias femininas nas famílias brasileiras.

Mais uma vez, analisando os dados da PNAD/IBGE 1993-2006, Maria Rosa Lombardi (2009) trouxe a contribuição do olhar para o trabalho no rural sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho que “atribui a cada sexo posições e possibilidades de inserção diferentes, as quais são construídas sobre imagens ou representações de gênero vigentes na sociedade” (LOMBARDI, 2009, P. 125).

Além da autora trazer para o centro da discussão o trabalho feminino através das relações que se estabelecem nas esferas produtiva ou pública e reprodutiva ou doméstica, demonstra através dos dados que apesar do contínuo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, no setor agropecuário demarcadamente há a presença forte da responsabilidade feminina pelos trabalhos da esfera doméstica que não auferem remuneração.

Sobre os rendimentos mensais médios, como indicador escolhido pela autora as desigualdades de acesso à renda puderam ser visivelmente identificadas, mesmo considerando a diminuição dessa desigualdade ao longo dos anos.

Assim, em 1993, o rendimento médio mensal das ocupadas no agropecuário significava 49,9%, ou menos da metade dos ganhos masculinos; em 1998 representava 55,9% e, em 2006 essa diferença caiu significativamente: o rendimento delas representava 68% do rendimento deles (LOMBARDI, 2009, p. 149).

Ainda a perspectiva de gênero do Censo Agropecuário de 2006 foi realizada por Nobre (2012) que aponta como sendo uma fonte importante de informações que possam contribuir para a compreensão da contribuição econômica das trabalhadoras rurais e do alcance das políticas públicas. Afirma que foi somente em 2006 que o Censo incluiu, pela primeira vez, a variável sexo na caracterização dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos. Assim segundo a autora, “isso permitiu visibilizar que os homens eram responsáveis por 4.519.261 estabelecimentos (87,32% do total), enquanto as mulheres eram responsáveis por 656.228 (12,68% do total).” (NOBRE, 2012, p. 43).

Também foi em 2006 que o Censo Agropecuário adotou o conceito de agricultura familiar de acordo com a Lei 11.326/2006 (limite de área de quatro módulos fiscais, força de trabalho familiar, renda proveniente principalmente das atividades realizadas no estabelecimento). Assim, no estudo, Nobre (2012) demonstrou que apenas 13,7% do total de estabelecimentos da agricultura familiar eram dirigidos por mulheres.

Segundo a autora, o Programa do Censo Agropecuário Mundial 2010 aprimorou os aspectos de gênero levantados no Censo 2006, para captar a participação das mulheres nas atividades agropecuárias (NOBRE, 2012).

Em síntese, o trabalho de Nobre buscou revelar as desigualdades de gênero no meio rural relativa ao acesso aos meios de produção através dos dados censitários.

Os desafios iniciais quanto às informações que se produzem sobre a atividade agropecuária são visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres no setor e revelar as desigualdades de gênero ainda presentes no acesso aos meios de produção. Desde os anos 1980 vem se ampliando e qualificando a coleta de informações e cada vez mais se incluindo a variável sexo na caracterização das pessoas ocupadas na agricultura e responsáveis por estabelecimentos (NOBRE, 2012, p. 49).

Outra publicação importante nessa perspectiva foi a dos mesmos autores Melo e Di Sabatto que trouxeram para o conjunto dos estudos de economia feminista, a análise dos dados da PNAD do IBGE de 2008, sob o prisma de gênero.

Os autores apresentam a estrutura econômica no país pela análise de gênero, de forma geral, envolvendo os diferentes setores produtivos e fazendo algumas análises referentes ao setor agropecuário. Essas análises referem-se às pessoas ocupadas no país, acima de 10 anos, com remuneração ou não, nos diferentes setores de trabalho escolhidos e cruzando-se as variáveis de sexo, cor, raça, escolaridade, idade, posição na ocupação e rendimentos.

Entre 2007 e 2008 observa-se que no setor agropecuário desapareceram mais de 400 mil postos de trabalho reafirmando a tendência de enxugamento da população ocupada rural pela permanência da concentração de terra entre outros determinantes. Nesse contexto, as mulheres representam apenas 32,5% da população ocupada na agropecuária, enquanto os homens representam 67,5%. Dessas atividades, as de autoconsumo que, geralmente, não auferem remuneração representam majoritariamente um trabalho das mulheres. Outro dado importante é sobre a remuneração. Na agropecuária as mulheres que declaram não receber nenhuma remuneração por seu trabalho são 79,3% do total de trabalhadoras pesquisadas e os homens, 26,8%. Esses dados demonstram as desigualdades de acesso à renda das mulheres, assim como a caracterização do trabalho delas, muitas vezes invisibilizados (MELO e DI SABATTO, 2011).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA vem desde a década de 1990 produzindo alguns estudos que caracterizam as desigualdades de gênero. Mais sistematicamente e juntamente com outros órgãos governamentais, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil, vem publicando pesquisas que analisam dados estatísticos e econômicos com recorte de gênero, assim como contribuído para a construção de instrumentos de levantamentos de informações com intuito de dar visibilidade no trabalho da mulher e caracterizar, com mais precisão, as desigualdades vividas por elas.

O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça é um dos textos nesse conjunto de debates. Produzido desde 2004, vem sendo organizado, sobretudo, como um dos subsídios para o planejamento e implantação das políticas de gênero no país. A publicação mais recente traz dados para o período de 1995 a 2014 compreendendo vários eixos temáticos e, em alguns deles, utilizando-se as variáveis urbano e rural.

Alguns indicadores escolhidos são os já clássicos na economia feminista como pobreza, distribuição e desigualdades de renda por exemplo. Outros são recentes e claramente foram criados a partir de instrumentos de coleta de dados e análises que constroem uma intervenção feminista na produção de conhecimento, como por exemplo o chamado “Uso do Tempo” que propõe medir o tempo de trabalho da mulher no âmbito produtivo e reprodutivo, trazendo para o centro da questão as desigualdades de gênero segundo papéis assumidos. O “Uso do Tempo” é um indicador criado no conjunto da produção feminista de conhecimento, e incorporado em instituições de pesquisa e de atuação voltadas às intervenções de gênero.

Em termos de pesquisas institucionais, o IBGE realizou sua primeira pesquisa piloto sobre uso do tempo de caráter nacional em 2010. A pesquisa envolveu cinco Unidades da Federação (PA, PE, RS, RJ, SP e DF), 801 municípios e 50 mil domicílios e utilizava, como metodologia, diários de uso do tempo que eram preenchidos pela população e conferidos pelos entrevistadores. Na PNAD, desde 1996, vêm sendo gradualmente incluídos diversos aspectos relacionados a esta dimensão. Dessa forma foram sendo, aos poucos, construídas formas de se apresentar estatísticas descritivas que pudessem compor um retrato atual da situação de brasileiros e brasileiras sob a perspectiva das desigualdades de gênero e outras variáveis não convencionais como raça (IPEA, 2009).

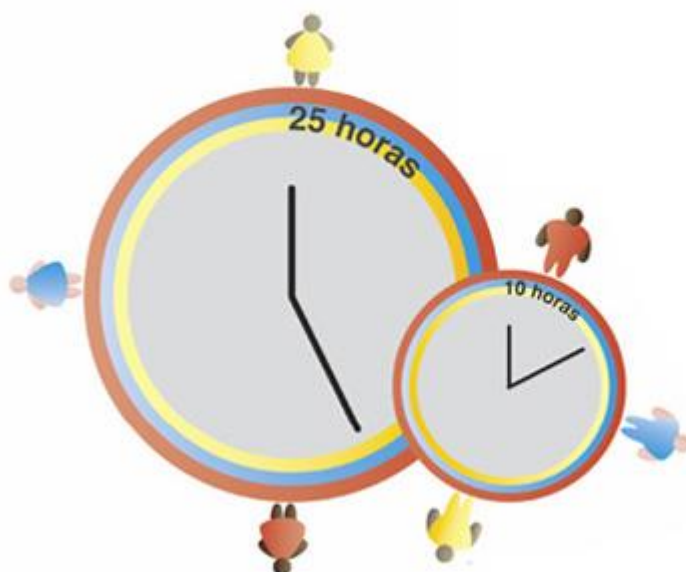
No Retrato das Desigualdades (IPEA, 2011), o uso do tempo é caracterizado por tipo de trabalho – doméstico (reprodutivo) e ocupação principal (produtivo), nas diferentes localizações do Brasil, com cruzamento das variáveis sexo, urbano e rural.

Em geral, como pode-se verificar na tabela a seguir, que apresenta dados de 2009, que o número de horas semanais de trabalhos domésticos, entre homens e mulheres, é bem

desigual. As mulheres trabalham nas atividades reprodutivas mais que o dobro do tempo que os homens dedicam.

## Uso do tempo

Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, pela população de 16 anos ou mais, segundo sexo. Brasil, 2009



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Figura 3: Número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pela população de 16 anos ou mais segundo o sexo. Fonte: IPEA (2009)

O IPEA produziu atualização dos dados do indicador Uso do Tempo até 2014 conforme tabela 1:

Tabela 1 – Proporção da População de 16 anos ou mais de idade que cuida de Afazeres Domésticos, por Sexo, segundo Localização do Domicílio – Brasil, 2014

| Localização de Domicílio | Total | Homens | Mulheres |
|--------------------------|-------|--------|----------|
| Rural                    | 69,0  | 46,7   | 93,1     |

Fonte: Adaptado de IPEA, 2016 – Tabela 11.2b1

Tabela 2 – Média de horas semanais dedicadas aos Afazeres Domésticos pela População de 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Localização do Domicílio – Brasil, 2014

| <b>Localização de Domicílio</b> | <b>Total</b> | <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> |
|---------------------------------|--------------|---------------|-----------------|
| Rural                           | 21,7         | 10,9          | 27,6            |

Fonte: Adaptado de IPEA, 2016 – Tabela 11.2b2.

Esses dados demonstram que no meio rural, a desigualdade acirra-se, no que se refere à divisão dos trabalhos domésticos. A proporção da população rural que cuida dos afazeres domésticos, com 16 anos ou mais, em 2014, era de 46,7% do total de homens e 93,1 % do total de mulheres (IPEA, 2016).

Com relação ao total de horas semanais dedicadas aos trabalhos domésticos, no meio rural, em 2014, a desigualdade de gênero continua visível: 10,9 horas são dedicadas pelos homens com 16 anos ou mais e 27,6 horas são dedicadas pelas mulheres.

Esses dados conseguem demonstrar aspectos das desigualdades de gênero que acometem, sobretudo, as mulheres trabalhadoras rurais, no que se refere à caracterização do trabalho. É destinado à elas, de fato, o papel de realizadoras do trabalho doméstico e de cuidados invisível e utilizado como forma de manutenção do sistema patricarcal.

Outros estudos de Uso do Tempo foram realizados no conjunto da produção de conhecimento na perspectiva da economia feminista. Daniela Peixoto Ramos publicou na Revista de Estudos Feministas (2009) estudo que discute as pesquisas de uso do tempo enquanto instrumento para aferir as desigualdades de gênero. Destaca que as pesquisas de uso do tempo adentram o cotidiano familiar, no âmbito privado e têm a capacidade de revelar através dos dados, a repartição do trabalho e dos recursos de acordo com o tempo e a serviço de quem esse trabalho é desenvolvido. A metodologia utilizada, basicamente, é a medida da sequência, do horário e da duração das atividades realizadas pelos indivíduos no âmbito da família, com variações de contextos históricos e sociais analisados.

Na área de gênero, o foco central das investigações de uso do tempo tem sido, Segundo Ramos (2009, p. 865),

o trabalho não remunerado devido à relevância desse tema para a agenda feminista, que procura dimensionar o tempo dedicado a ele, em grande parte por mulheres, e traduzi-lo em termos econômicos para evidenciar sua magnitude e, assim, tentar evitar que continue sendo subordinado ao tempo de trabalho remunerado. Ao lançar luz sobre o trabalho não remunerado, as análises de usos do tempo têm pretendido, também, explicitar o quão importantes são as executoras desse trabalho para a provisão de bem-estar social e o quão deletérias são as consequências da dedicação ao trabalho não remunerado, especialmente em termos de perda de autonomia, escassez de tempo, pobreza e falta de acesso a espaços sociais e a direitos em geral.

Pesquisas voltadas à caracterização e análise das desigualdades de gênero no meio rural estão sendo feitas, utilizando a metodologia do uso do tempo, para discutir o trabalho da mulher rural, demarcando sua invisibilidade e sua posição subordinada nas relações sociais de gênero na família, na unidade de produção, no acesso aos bens econômicos e na participação política e pública.

Em 2014, o próprio IBGE já publicou as estatísticas de gênero de uma forma mais contundente, observando com mais eficácia a escolha de variáveis que favoreciam dados sobre questões relevantes de viés feminista. Este processo se deu em vista à contínua pressão e negociação tanto dos movimentos sociais quanto as de caráter interinstitucional. Ou seja, nos períodos que antecederam as pesquisas do IBGE, a DPMR do MDA, especificamente, e outros organismos governamentais construíram inúmeras pautas institucionais sobre o olhar de gênero nas metodologias do IBGE que, de alguma forma, incidiram em mudanças.

Na publicação: “Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010” (IBGE, 2014), define-se as diferenças entre estatísticas desagregadas por sexo e estatísticas de gênero no contexto da construção e sistematização das informações.

A palavra “sexo” refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres, diferenças essas fixas e imutáveis, que não variam entre culturas ao longo do tempo; “gênero” por sua vez, refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres (IBGE, 2014, p.10).

Apesar de a noção de sexo biológico como fixo e imutável ser questionada hoje, sobretudo pelas teorias pós-modernas, que desagregam a noção de fixidez aos conceitos centrais dos estudos de gênero, podendo admitir que exista a possibilidade de alteração biológica do sexo, por exemplo, através da intervenção tecnológica no corpo, notadamente a partir da autoafirmação das identidades de gênero, para os estudos estatísticos na perspectiva da economia feminista há um ganho nessa diferenciação feita. Admitir que analisar a condição social e cultural entre o feminino e masculino nos estudos estatísticos oficiais vem a agregar, qualitativamente, nas possibilidades de avanços da produção de conhecimento e da ação das políticas públicas. Avança-se, portanto, na necessidade de se observar e intervir nas desigualdades entre homens e mulheres nas atividades desenvolvidas, funções sociais assumidas, acesso e controle de recursos e tomadas de decisões.

Diante de tais questões o estudo citado sistematizou um conjunto de indicadores com base no censo de 2010 considerando a desagregação por sexo, assim como temas e aspectos relacionados às questões de gênero apontadas pelas recomendações de organismos

internacionais presentes nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2011 e 2013).

O destaque, nesse trabalho, dos dados analisados é voltado às condições de trabalho da mulher rural, sobretudo, por serem os dados estatísticos analisados pelo viés de gênero atualizados até o momento dos quais esse trabalho se utiliza para as análises propostas.

Do ponto de vista populacional, as mulheres no campo representam 48% da população rural total, segundo os dados IBGE, 2010. Desta população, alguns indicadores são estabelecidos para caracterizá-la servindo de subsídio para as políticas públicas na perspectiva de gênero. A inserção das mulheres no mercado de trabalho é analisada pelo IBGE, sendo um aspecto central na construção da autonomia da mulher. Em 2010, a taxa de atividade<sup>7</sup> das mulheres era de 54,6% enquanto que a dos homens era de 75,7%. A taxa de atividade das mulheres é maior entre as urbanas 56% em se comparando com as rurais, que é de 45,5%.

Então, é possível analisar que dentre as mulheres rurais em idade economicamente ativa, somente 45,5% se encontram em atividade econômica, segundo o IBGE. Há uma clara “subnotificação das atividades realizadas pelas mulheres e uma representação de que a produção para o autoconsumo é a extensão do trabalho doméstico considerado não trabalho e as pessoas que o realizam consideradas inativas” (SOF, 2015).

Em se tratando de rendimentos, a pesquisa demonstrou que a desigualdade econômica tem dimensão de gênero e é cruzada por outras dimensões como raça, etnia e situação de domicílio (urbana e rural), entre outras, o que agrava a situação e que pode caracterizar aspectos da pobreza no país. Os dados caracterizam aspectos da dependência econômica das mulheres rurais incluindo o não reconhecimento do trabalho no campo e do trabalho doméstico por elas desenvolvido, situação essa demarcada, sobretudo, pela divisão sexual do trabalho. São 32,3% das mulheres rurais com 16 anos ou mais que não apresentam nenhum rendimento, em 2010. Dentre as mulheres rurais, 50,5% das que auferem remuneração recebem até 1 salário mínimo.

A redução da disparidade de rendimentos entre mulheres e homens é uma das metas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no capítulo sobre igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica. A autonomia econômica implica em ações que articulem o público e o privado, ou seja ao mesmo tempo em que propiciem o acesso das mulheres à renda e ao mercado de trabalho, visibilizem o trabalho doméstico (SOF, 2015).

É possível observar a importância do desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres rurais diante do atual quadro das desigualdades apontadas. Tanto as pesquisas já

---

<sup>7</sup> Taxa de atividade: proporção da população em idade ativa que se encontra trabalhando ou procurando trabalho.

desenvolvidas na temática quanto os movimentos feministas apontam essa questão como central para a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres no campo o que, até o momento, pautou ações de Estado e de organizações e políticas públicas de gênero.

### **CAPÍTULO 3 – QUEM NÃO PODE COM A MULHER, NÃO ASSANHA O FORMIGUEIRO: MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTRA-HEGEMONIA NAS DISPUTAS POR UM FEMINISMO DE ESTADO**

*Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro.  
Canção Indígena do povo Xucuru-Kariri que demonstra a força das manifestações populares. Recriada pelas  
mulheres, em suas mobilizações.*

Este capítulo apresenta aspectos dos levantamentos realizados acerca da influência teórica, política e metodológica que os movimentos do campo, a partir das suas frentes feministas, realizaram nas políticas públicas para as mulheres rurais que estamos considerando como contra-hegemônicas no conjunto da atuação do Estado capitalista contemporâneo.

O capítulo subdivide-se numa primeira seção que trata do contexto histórico e teórico da formação dos movimentos e organizações de mulheres rurais vinculados à discussão feminista, como parte do retrato da luta social a partir dos anos de 1980. Considera-se no conjunto de relações entre Estado e sociedade civil, o protagonismo dos movimentos sociais e das mulheres, em específico, em propor e participar do planejamento e gestão das políticas públicas para as mulheres rurais.

Algumas chaves explicativas foram utilizadas para análise de tais conceitos e noções relacionadas às políticas públicas. A escolha teórica para essa discussão foi definida em função da relação entre sociedade civil organizada e Estado, das disputas e conquistas relacionadas às políticas de gênero e do protagonismo dos movimentos do campo no contexto analisado. Dessa forma, foram revistas as categorias Estado ampliado e hegemonia de pensador italiano Gramsci como um recorte teórico suporte das análises realizadas, na segunda seção deste capítulo.

A terceira, quarta e quinta seções referem-se às participações de movimentos sociais do campo mistos que tiveram influência de forma explícita na configuração das políticas públicas para mulheres rurais, a partir de suas pautas de gênero, como também apresentará análise de um arranjo institucional de participação da sociedade civil de forma ampla nos planejamentos das políticas públicas de desenvolvimento rural em seu recorte de gênero que, de toda forma, reflete essas inter-relações conflitivas e disputadas entre Estado e sociedade civil. Essa análise refere-se ao entendimento de que as diferentes participações dos movimentos sociais do campo em suas organizações de gênero na atuação do Estado relacionada às políticas públicas são premissas dessa atuação pública.

Nessa perspectiva serão abordados: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por representar o movimento de maior expressão social e política no Brasil e pelo fato de que, na pesquisa desenvolvida, foi possível perceber a presença do MST desde o início da institucionalização das políticas públicas para as mulheres rurais; a Marcha das Margaridas que é organizada por um conjunto de organizações do campo, incluindo a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e que, em 2015, propôs a sua 5ª edição, apresentando um poder de mobilização forte e de influência na agenda pública na perspectiva feminista do campo e que congrega, de certa forma, grande parte dos movimentos do campo no Brasil. Também serão citados outros movimentos sociais e organizações de mulheres que estiveram presentes nessa relação entre Estado e sociedade civil organizada, feminista e do campo nas configurações das políticas públicas.

A metodologia utilizada para apresentação e análise desses dados foi: a pesquisa documental desenvolvida sobre os movimentos citados em relação às suas organizações de gênero, dados da pesquisa de campo realizada em dois momentos de visibilidade pública do MST e da Marcha das Margaridas que resultou na gravação e transcrição de falas de representantes desses movimentos, de mulheres rurais e de representantes do Estado, participação e registro em caderno de campo das mobilizações e pesquisa e produção de registros de imagens.

No que se refere à Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS, realizada em 2013, integrou parte do trabalho da pesquisadora enquanto consultora do MDA e congregou, em forma de pesquisa participante, parte dos objetivos desse trabalho. Dessa forma, a partir do acompanhamento realizado na mobilização das mulheres rurais na Conferência, foram coletados dados documentais e produzidos registros de imagens e em caderno de campo como forma de propor a sistematização e análise aqui apresentadas.

### **3.1 Lutas sociais, movimentos sociais e afirmação política feminista**

Para discutir as políticas públicas de gênero para as mulheres rurais é necessário e coerente dirigir um olhar para a participação dos movimentos sociais e organizações do campo, em seus recortes de gênero e feministas. No que se refere ao histórico, podemos apontar um elemento central: os movimentos sociais do campo no conjunto de disputas internas de suas próprias organizações, em sua estrutura política, acabam reproduzindo relações desiguais de gênero vividas no seu interior e nas relações políticas. Esse aspecto

torna-se pano de fundo da criação, protagonizada pelas mulheres rurais, de espaços, narrativas e recortes feministas nos movimentos do campo.

Os mecanismos coletivos de denúncia da situação das mulheres trabalhadoras, ao longo da história, podem ser analisados como processos que refletem além das desigualdades estruturais de acesso aos direitos de cidadania, as formas desiguais de organização e relação política, internamente nos movimentos, com relação ao gênero.

Na história da sindicalização, entendida como forma de organização coletiva para elevar o grau de apropriação das riquezas produzidas pelos trabalhadores, assim como na história dos movimentos sociais de lutas sociais por direitos civis, econômicos e culturais, na contemporaneidade, as mulheres e as desigualdades de gênero foram deixadas em segundo plano, uma vez que há um processo de reprodução patriarcal nas próprias estruturas dos movimentos sociais e sindicatos.

Saffioti (2013, p. 97-105) apresenta dados que demonstram como a organização sindical tem sido, durante a história, menos utilizada pelas mulheres e quando utilizada, com um atraso histórico considerável. Para ela, “[...] como a atividade ocupacional feminina é posta em segundo lugar, não há, para ela, nem motivos e nem tempo para que se dedique eficazmente, através das organizações sindicais a melhorar sua posição [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 98).

A participação política, nessa perspectiva, no mundo público, acaba sendo destinada ao homem, pois à mulher, o espaço privado acaba sendo seu mundo restrito enquanto papel designado.

Essa ideia de participação política, ou organização coletiva com recorte de gênero, diretamente vinculada à participação das mulheres em processos de lutas coletivas no âmbito da sociedade civil e política, tem uma íntima ligação tanto com as teorias feministas e o campo dos estudos de gênero, quanto com as políticas públicas de gênero, uma vez que os movimentos de mulheres do campo vêm demonstrando um protagonismo na agenda pública brasileira atual. Essa construção foi histórica e faz parte dos processos de resistências e rompimentos sociais, políticos e acadêmicos realizados ao longo do fim do século XX até o momento pelo feminismo e pelos estudos de gênero.

Em texto que discute o protagonismo político de mulheres camponesas<sup>8</sup> em busca do reconhecimento social e econômico, Gema Esmeraldo (2013) articula o surgimento das lutas

---

<sup>8</sup> O termo camponesa é utilizado pela autora Gema Esmeraldo e carrega em si uma discussão teórica sobre o campesinato. Essa discussão não foi abordada nessa tese por uma escolha teórica, porém no caso da referência teórica feita nos estudos de Esmeraldo e outros autores, respeita-se a utilização do conceito.

das mulheres camponesas com o conjunto da discussão das definições dos papéis de gênero no âmbito do trabalho nas unidades familiares de produção camponesa. Demonstra que o trabalho do homem é central para produzir a autoridade masculina que se define no domínio e controle do processo de produção.

Há uma ordem simbólica (moral) que se instala para reger o trabalho camponês e qualificá-lo de forma diferenciada e hierarquizada como trabalho de homens e trabalho de mulheres. O trabalho produtivo é constituidor da identidade e da autoridade masculina e requer a inviabilização e omissão do trabalho feminino que se anuncia nos roçados como ajuda (ESMERALDO, 2013, p. 240).

A centralidade do tema da invisibilidade do trabalho da mulher, pautada na divisão sexual do trabalho impulsiona, sobremaneira, os movimentos sociais da década de 1980. Lutas desencadeadas pelas mulheres em busca de seu reconhecimento profissional marcavam não somente a contradição da divisão sexual do trabalho, onde o trabalho feminino é considerado “ajuda” no interior das relações familiares para que se cumpra a ordem moral e de autoridade entre o casal, mas também levavam ao entendimento de que as contradições no plano individual dos modelos de sociabilidades estabelecidos também deveriam ser enfrentadas no conjunto das lutas sociais, ou seja, também deveriam se transformar em pautas dos movimentos sociais (ESMERALDO, 2013).

Os direitos trabalhistas, por exemplo, foram colocados em pauta como uma necessidade para se assegurar o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras. E quando se olha para as estruturas criadas em relação a esses direitos, garantidos especialmente aos homens, são desveladas lacunas presentes na vida das mulheres, que deveriam ser observadas quando se discutia diminuição de desigualdades. Nesse período, foram levantadas as primeiras denúncias de que as mulheres rurais viviam, em números consideráveis, sem documentação que pudesse garantir seu acesso às políticas públicas. Como era possível a mulher ter direito de se aposentar se não possuía nenhum documento que comprovasse seu trabalho? Nem mesmo identidade? Documentos esses que não faziam falta na reprodução da estrutura desigual familiar onde a mulher assume seu viver condicionada ao mundo privado.

Esse tema foi denunciado pelos movimentos e tornou-se pauta das primeiras manifestações feministas do campo, nesse período. E transformou-se em política pública, mais tarde, na década de 2000, chamada Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, analisado nessa pesquisa (PNDTR).

As mulheres rurais, nesta perspectiva, transformaram a participação política em possibilidade de reconhecimento de sua identidade como trabalhadoras e de enfrentamento às desigualdades vividas. Nas palavras de Esmeraldo:

As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levaram as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais (ESMERALDO, 2013, p. 241).

Detalhando um pouco mais a história, no final dos anos 1970 e na década de 1980, no conjunto das manifestações do campo e da cidade contra a ditadura militar e pela redemocratização brasileira, setores progressistas da igreja católica, intelectuais, estudantes, partidos de esquerda, lideranças construía ações políticas e públicas que favoreciam a criação de entidades e movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As mulheres, enquanto forças sociais femininas organizam-se dentro desses campos políticos garantindo espaços de formação e luta por direitos<sup>9</sup>. Há uma busca pelo reconhecimento político e produtivo das mulheres, nesse contexto (ESMERALDO, 2013; CISNE, 2014; MENEZES e GAMA, 2013; SILIPRANDI, 2009).

Nesse período, destaca-se na Região Nordeste, a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE, em 1986 e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR-RS, em 1989, a partir da atuação de entidades ligadas à igreja católica, Organizações Não Governamentais - ONGs (ESMERALDO, 2013), assim como a criação dos MMTRs em diversos Estados do Brasil. Brumer e Paulilo (2004) relatam que:

a década de 1980 registrou uma ampla mobilização feminina no campo e, em 1989, surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul, já contando com uma liderança de cerca de 500 militantes, muitas delas com experiência anterior em atividades da Igreja e dos sindicatos de trabalhadores rurais de oposição. Devido à pressão dos movimentos de mulheres rurais em todo o país, a Constituição de 1988 reconheceu a categoria ‘produtoras rurais’, garantindo às mulheres direitos previdenciários como aposentadoria aos 55 anos e licença-maternidade remunerada. Porém, esse fato não pôs em xeque a relação entre os cônjuges, na medida em que os homens vêm esses benefícios como recursos adicionais que saem do ‘bolso’ do Estado e entram no ‘bolso’ dos membros da família e, portanto, no do marido. Apesar da importância desses direitos, as mulheres permanecem em uma posição subordinada na estrutura familiar, tendo

---

<sup>9</sup> Segundo Menezes e Gama (2013), vários eventos marcaram esse início das mobilizações das mulheres rurais no Brasil “Um dos eventos aconteceu em 1982 no Rio Grande do Sul, que foi o 1º Congresso da Mulher Camponesa, em 1983 o 1º Encontro de Líderes Trabalhadoras, celebração do dia 08 de março em 1984, que reuniu mais de mil trabalhadoras rurais e, em 1985, o 1º Estadual de Trabalhadoras Rurais com a participação de mais de 10 mil mulheres. E mais caminhadas rumo a Brasília que eram as mobilizações para a constituinte, registramos a Caminhada das Mulheres da Roça em 1986. Na Região Nordeste do país foram realizados dois grandes eventos, um em 1984 no Estado de Pernambuco, que foi o 1º de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco e, em 1986, o 1º Encontro das Trabalhadoras Rurais da Paraíba.” (p. 5)

pouco acesso à terra, menores perspectivas profissionais que os homens e, portanto, menor motivação para permanecer no meio rural. (BRUMER e PAULILO, 2004, p. 173)

Enfim, nesse contexto referente ao final dos anos de 1980 foi visível a participação das mulheres rurais nos movimentos sindicais e no MST e a criação dos movimentos autônomos de mulheres como também o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC (CINELI e JAHN, 2011), além do MMTR já relatado.

Numa análise das principais pistas do contexto sociopolítico em que surgiam esses movimentos sociais do campo, Esmeraldo destaca:

As mulheres e assessoras leigas que atuam e militam nas pastorais, no movimento sindical rural e em ONGs encontram limitações no movimento sindical para a formação política de mulheres rurais e assessoram a criação de movimentos autônomos de mulheres rurais para instituírem vínculos próprios com parceiros estratégicos, com órgãos financiadores internacionais, para o processo de autonomia e empoderamento político e o debate de temas relacionados ao corpo reprodutivo da mulher, ao casamento, à sua posição subordinada na família, dentre outros temas (e isso ajudou a formar os MMTR estaduais) (...) universidades e movimentos feministas aproximam-se das organizações de mulheres rurais para assessorá-las e introduzem o debate sobre feminismo e relações de gênero (ESMERALDO, 2013, p. 245).

No contexto histórico analisado, surgiram duas expressões de movimentos sociais com recortes de gênero e feministas: os movimentos compostos somente por mulheres e os movimentos mistos, isto é, composto por homens e mulheres. Esses são alguns determinantes da formação dos movimentos e organizações das mulheres rurais vinculadas à discussão feminista e ao contexto de luta social observado na época, com forte predomínio das discussões de classe, anticapitalistas, antirrepressivas, pela liberdade política, democracia e, sobretudo da luta pela terra e trabalho.

Olhando sob essa perspectiva, no conjunto dos conflitos vivenciados, uma agenda feminista no desenvolvimento rural foi sendo pautada pelas mulheres organizadas em diferentes movimentos sociais de mulheres e mistos. Esses movimentos ganham força na década de 1980 e exerceram influência na agenda pública nas perspectivas dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais a partir da compreensão e da necessidade de superação das desigualdades de gênero. Porém, em termos de institucionalização de políticas públicas, esse espaço criado como uma atuação feminista de Estado foi sendo construída a partir dos anos 2003, cunhada historicamente na relação da sociedade civil com o Estado, a partir da atuação dos movimentos sociais, ou sociedade civil organizada, numa possibilidade de atuação pública entendida como Estado ampliado nos termos gramscianos.

As reivindicações das mulheres rurais mais atuais são as elaboradas na perspectiva da economia feminista, que compreendem a necessidade de inserção das mulheres trabalhadoras nas atividades produtivas, considerando os níveis graves de exclusão, invisibilidade e empobrecimento dessas mulheres. Essas reivindicações vêm acompanhadas do entendimento das diversas formas de reprodução social da agricultura familiar onde se reconhece e fortalece o trabalho da mulher como central para a melhoria da segurança alimentar e nutricional, além da relação entre o trabalho da mulher e os manejos sustentáveis e a conservação da biodiversidade. Essas questões são abordadas nesse capítulo, uma vez que configuram importância analítica sobre as políticas públicas de gênero para mulheres rurais no Brasil.

### **3.2 Estado ampliado e hegemonia como base teórica para a análise das políticas públicas para as mulheres rurais**

As políticas públicas para as mulheres rurais voltadas para o debate da economia feminista, foram sendo construídas historicamente a partir da atuação dos movimentos sociais do campo e dos espaços institucionais criados nas relações políticas e técnicas, no período de 2003 a 2015, nos governos Lula e Dilma. Esses aspectos de institucionalização das políticas públicas voltadas a um desenvolvimento rural voltado para o equilíbrio ambiental, igualdade social, com foco na igualdade de gênero e fortalecimento da autonomia da mulher rural pode ser entendido sobre diferentes aspectos teóricos, considerando a complexidade que representa.

Atemo-nos nessa pesquisa, a um exercício teórico enquanto explicação das configurações sociais e políticas apresentadas, que busca não perder de vista a perspectiva crítica como base das discussões, porém que acrescenta aspectos que tentam abarcar questões que as chaves classe social e produção material da vida sozinhas não dão conta.

Para se discutir as políticas públicas de gênero, nos desenhos sociais, políticos e históricos em que se apresentavam, alguns conceitos teóricos de Gramsci nos ajudam a produzir as explicações que cabem nessa pesquisa.

Afirmamos que os movimentos sociais do campo, de mulheres e mistos (em suas frentes de gênero protagonizada e disputada pelas mulheres) foram protagonistas, enquanto sociedade civil organizada, dos espaços de institucionalização das políticas públicas para as mulheres rurais. Também apontamos a percepção de que, dentro do Estado, essas políticas são contra-hegemônicas, disputadas e frágeis num espaço que reproduz a hegemonia de classe social e de gênero (patriarcal), que pode ser considerado, teoricamente, como complexo e ampliado. É nesse sentido que as chaves de Gramsci nos auxiliam nas explicações.

O Professor Rodrigo Passos (2015) em texto intitulado “Gramsci, feminismo e ideologia: uma análise” faz uma análise da categoria hegemonia e das elaborações de gênero e feminismo a partir das formulações originais de Gramsci.

A pergunta que acompanha o texto é a seguinte: como se relaciona a perspectiva gramsciana da hegemonia com a elaboração do autor sobre temas hoje classificados como pertencentes às discussões sobre gênero e feminismo? (PASSOS, 2015).

É importante levantar essa discussão, mas fundamentalmente interessa para este trabalho o diálogo entre as categorias hegemonia, gênero e as políticas públicas.

De fato Gramsci não utilizou as questões de gênero e feminismo em seus escritos da forma como são abordadas historicamente e atualmente no conjunto das ciências humanas e sociais. Porém, segundo estudos, as questões de gênero e feminismo são abordadas por Gramsci, em 1932 como “questão sexual”, dado o contexto da época assim como os limites linguísticos, intelectuais, históricos, textuais dos escritos gramscianos. O termo “questão sexual”, numa tradução contemporânea, é utilizado por alguns autores sendo trazido para o âmbito do feminismo e do gênero (PASSOS, 2015).

A relação, portanto, entre feminismo e hegemonia está, em Gramsci, na interpretação de que há uma necessidade da construção de uma nova visão sobre o mundo e as relações sociais, que incluem as de gênero. Nas palavras de Passos, “a enorme amplitude da categoria de hegemonia na obra gramsciana permite a avaliação da necessidade da construção de uma nova visão de mundo que incluiria um novo papel e contexto social para as mulheres.” (PASSOS, 2015, p.3). Essa visão, na opinião do autor, apresenta-se coerente com a ideia de emancipação feminina.

Porém, Gramsci também foi partícipe de uma hegemonia que ele, a princípio, pretendia superar: a hegemonia da visão de gênero dirigente, masculina sobre as mulheres, que as vê de maneira socialmente depreciativa. Obviamente, como já demonstrado nesse trabalho, as primeiras discussões feministas com viés marxista tiveram como protagonistas as mulheres durante a chamada primeira onda do feminismo.

Interessa-nos, portanto, para além de situar a discussão de Gramsci sobre a questão de gênero, as acepções do pensador a respeito da hegemonia e das relações entre Estado e sociedade civil, o que se coaduna com as visões teóricas presentes nessa pesquisa.

Para Gramsci, “hegemonia é uma concepção dirigente de mundo a partir da sociedade civil por uma fração de classe, elite ou grupo combinando força e o predomínio do consenso nos âmbitos moral, intelectual, ético-político, econômico, social, ideológico, etc.” (PASSOS, 2015, p.3).

Essa categoria tem uma perspectiva múltipla e de significado variável, incluindo as perspectivas da cultura, da política e da economia numa interpretação mais complexificada das relações sociais no âmbito das estruturas.

Em outras palavras, Passos (2014, p.96) interpreta hegemonia:

Enuncia-se a hegemonia como uma concepção de mundo, uma perspectiva multidimensional (moral, ético-política, econômica, social, cultural, ideológica, militar) nos mais diversos âmbitos (local, municipal, estadual, nacional, continental, internacional etc.). Ela não é associada com o entendimento de maioria ou unanimidade ou identidade e pode ter formas plenas e incompletas, de acordo com sua contextualização histórica pontual. Numa forma plena da hegemonia, há o componente de força e consenso com o predomínio deste último, isto é, trata-se de dominação mais direção, coerção mais o papel dirigente de um grupo, fração de classe social ou elite. Toda manifestação da hegemonia não pode prescindir de ambos, tal como a metáfora maquiaveliana do centauro traduzida por Gramsci e tão cara ao seu pensamento: o personagem mitológico não pode subsistir sem a parte humana e sem a parte férica conjuntamente.

No que se refere à relação da hegemonia com o Estado, é destacável que o Estado hegemônico combina força e consenso de um estrato ou grupo dirigente para garantir esse consenso aos demais.

Ainda na sua plenitude, no interior de um Estado a hegemonia implica na capacidade de um estrato social (grupo, fração de classe ou elite) dirigir a partir da sociedade civil todos os demais. Os demais estratos tomam a concepção de mundo dirigente como se fosse sua e tudo isso é construído consensualmente através dos aparatos “privados” de hegemonia: escolas, igrejas, mídias e diversas outras instituições. Conforme já reiterado, o consenso é acompanhado necessariamente da força e por isso há uma separação apenas metodológica entre ambos. A unidade orgânica entre força e consenso também existe entre Estado e sociedade civil, sem que necessariamente um ou outro esteja associado somente à força ou somente ao consenso. A relação dialética entre força e consenso permite situar o consenso também no Estado e a força no âmbito da sociedade civil (PASSOS, 2014, p. 97).

Essa forma de interpretar as relações entre Estado e sociedade civil, entendidos enquanto uma unidade, leva à percepção de que, com relação ao gênero, a hegemonia está na direção através do consenso da perspectiva patriarcal situado tanto no Estado quanto na sociedade civil. As ações hegemônicas do Estado, voltadas para a centralidade masculina como concepção de mundo, demonstram como a discussão de gênero e feminista realizada por um estrato social acaba disputando espaço no conjunto da hegemonia já construída, como no caso das mulheres do campo, organizadas, que disputam uma nova visão e concepção de atuação do Estado.

Dessa forma estão situados os movimentos sociais do campo em suas organizações de gênero e classe que buscam através de diferentes formas de expressão de força, o consenso feminista que passa pelo Estado, pelos governos e pelas políticas públicas. A disputa, nesses termos, é contra-hegemônica e presente no conjunto das situações atuais.

Em termos teóricos não é possível reduzir a questão da hegemonia numa simples antinomia hegemonia e contra-hegemonia. Mesmo porque, segundo Passos (2015), Gramsci não trata em nenhum de seus escritos da noção de contra-hegemonia. O uso pioneiro do termo aconteceu nos anos 1970 pelo crítico literário Raymond Williams e que se popularizou desde então (PASSOS, 2015).

Porém, há uma diversidade de entendimentos nas ciências sociais que revelam a ideia de contra-hegemonia no âmbito da disputa política, simbólica, cultural, de classe, das situações já estabelecidas como consenso no âmbito das relações nas estruturas da sociedade. Mesmo considerando que “todas as ações nos distintos contextos políticos são aspirantes à consecução ou manutenção da hegemonia” (PASSOS, 2015, p. 4), entendemos que a ideia de contra-hegemonia expressa a contradição posta entre o conjunto dos movimentos sociais do campo que demanda as políticas públicas de gênero para as mulheres rurais e a situação hegemônica e consensual da atuação histórica do Estado e dos governos na não atuação nessa área específica, sendo reprodutor da visão consensual patriarcal da sociedade capitalista brasileira, nas suas diferentes expressões.

Nesses termos, entendemos que há uma força teórica, simbólica e afirmativa em analisar as disputas, nesse conjunto, como contra-hegemônicas.

Avançando nesse entendimento, as formulações teóricas apontam que há uma unidade orgânica entre Estado e sociedade civil na acepção gramsciana onde pressupõe-se somente a separação em termos didáticos ou metodológicos destacada por Coutinho (2007).

o conceito de "sociedade civil" é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista *do Estado*. E se é verdade, como vimos, que esse enriquecimento motiva uma concretização dialética na questão do modo pelo qual a base econômica determina as superestruturas (ou seja, essa determinação é mais complexa e mediatizada onde a sociedade civil é mais forte), isso não anula de modo algum, como vimos também, a aceitação gramsciana do princípio básico do materialismo histórico: o de que a produção e reprodução da vida material, implicando a produção e reprodução das relações sociais globais, é o fator ontologicamente primário na explicação da história. Fixar corretamente esse ponto me parece essencial para avaliar de modo justo não só o lugar de Gramsci na evolução do marxismo, mas também seu conceito de sociedade civil (COUTINHO, 2007, p.122).

Há que se considerar, portanto, que no conjunto das transformações ocorridas na sociedade, entre a sua base material, econômica e a explicação da história, há o conjunto de força, consenso, simbologia, cultura, que Gramsci apontou enquanto complexidade da análise.

Assim, para as análises sugeridas nesse trabalho, a relação entre sociedade civil e Estado no conjunto da luta por políticas públicas podem ser interpretadas nesses termos. Ou seja, não há que se negar o caráter de classe no que os movimentos sociais do campo de

inspiração feminista trouxeram para a cena pública brasileira nos últimos 20 anos, e as interpretações voltadas para a produção material da vida, mas há, nesse conjunto, reivindicações que estão sendo olhadas sob o prisma também das relações simbólicas, identitárias, subjetivas, em síntese, do gênero.

Nesse conjunto, a perspectiva ampliada do Estado, analisada por Gramsci, cabe nessa análise uma vez que a reprodução patriarcal das relações subjetivas e materiais, públicas e privadas, apresentam-se no conjunto das ações públicas enquanto consenso de um grupo, que podemos atribuir como masculino e determinante dos interesses da manutenção do *status* de centralidade que o homem tem em nossa sociedade.

Para Coutinho (2007),

Portanto, o Estado em sentido amplo, "com novas determinações", comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado-coerção"), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 2007, p. 127).

O Estado, assim, para Gramsci, é definido como a relação orgânica entre setores sociais que defendem interesses comuns, ou seja, entre a sociedade política e a sociedade civil. Elas exercem uma função da organização da vida social e na reprodução das relações de poder. Tanto a sociedade política quanto a civil servem para conservar ou promover uma determinada base econômica de acordo com os interesses de uma determinada classe social. Gramsci deslocou o olhar da atuação da sociedade política a partir dos interesses de uma elite econômica, para a atuação da sociedade civil nas diferentes disputas por hegemonia (COUTINHO, 2007).

Em termos de diferenciação,

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado controlados pelas burocracias executiva e policial-militar, os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de "aparelhos privados de hegemonia", ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política (COUTINHO, 2007, p. 129).

Uma afirmação importante que define os pressupostos da relação Estado e sociedade civil, nessa perspectiva, é a de que "não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o

conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social” (COUTINHO, 2007, p. 129).

Gramsci traz, portanto, em seus escritos, a percepção da complexidade do fenômeno estatal, muito em função do contexto histórico em que faz tais apontamentos. De forma diferente dos clássicos (Marx, Engels e Lenin), amplia a percepção. Essa percepção ampliada do Estado, da sociedade civil e da hegemonia favorece essa pesquisa ao olhar, sobremaneira, as atuações dos movimentos sociais do campo em relação à atuação do Estado e as políticas públicas em forma de resistência diante hegemonia histórica das atuações públicas formatadas, em sua grande maioria, para uma classe social, uma identidade específica, uma cultura, uma geração, um gênero: para as elites brancas urbanas de meia idade masculinas e heterossexuais.

Não é possível, nessa análise dizer que esse Estado serve tão somente a essa classe social com características culturais e identitárias. É possível, sim, afirmar que há uma hegemonia histórica nas ações públicas, servindo a tais interesses. Mas que essa hegemonia é disputada, na contemporaneidade, constantemente e acaba configurando espaços nas atuações do Estado que se tornam contra-hegemônicas e que vão conquistando, efetivação de direitos (econômicos, identitários, culturais, etc.), poder, consenso. Porém também é possível explicar por esse viés as fragilidades das políticas públicas conquistadas em vistas das constantes disputas que as instituições da sociedade civil e política hegemônicas expressas, por exemplo, na conjuntura política de disputas configurada no ano 2016 que culmina na extinção das institucionalidades criadas durante uma década e meia.

É utilizada, nessa perspectiva de análise, a própria noção de Gramsci a respeito da traducibilidade, ou tradução, que se refere ao caráter historicista dos conceitos e a possibilidade de análise dos mesmos à luz do contexto em que estes estão sendo lidos, considerando as diferentes particularidades históricas, sociais, teóricas que acompanham essa ressignificação dos conceitos (PASSOS, 2015). Nessa perspectiva de traducibilidade é que estão colocadas as categorias mencionadas no sentido das interpretações propostas nessa pesquisa.

Nesse sentido é possível analisar as políticas públicas de gênero como contra-hegemônicas. Apesar delas serem respostas do Estado às demandas sociais, aqui elas disputam uma hegemonia feminista, contra o Estado patriarcal. Construir um feminismo de Estado é tão conflitante com as ações estatais históricas que merece atenção na capacidade de resistência, articulação, disputa que simbolicamente e materialmente essas políticas

representam. Também merece atenção na fragilidade que elas representam, nesse espaço de disputa por hegemonia.

### **3.3 A discussão de gênero e feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST como construção da resistência e luta das mulheres do campo**

Na literatura que trata do surgimento dos movimentos sociais e organizações do campo de luta por direitos da classe trabalhadora (GRZYBOWSKI, 1987; STÉDILE e SÉRGIO, 1993; FERNANDES, 1999, 2000; STÉDILE e FERNANDES, 1999; MORRISAWA, 2001; MEDEIROS, 2003) e, mais especificamente, atravessadas pela questão de gênero, das mulheres trabalhadoras rurais dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, (DEERE, 2002, 2004; BUTTO e LOPES, 2010; BUTTO e HORA, 2010; FISCHER e GEHLEN, 2002; ESMERALDO, 2010, BRUMER e ANJOS, 2010), é possível identificar as características da formação dos movimentos sociais do campo, incluindo a luta pela terra, por trabalho, por alimentação, as manifestações coletivas contra a repressão, pela democratização e as denúncias relacionadas à concentração da terra e o modelo de desenvolvimento excludente que, de alguma forma, inspirava o desejo pelas transformações sociais de inspiração socialista.

Porém, como já apontado na literatura, os movimentos sociais de campo que surgem nesse contexto sócio-histórico e apresentam forte discussão sobre as necessidades de classe, em torno do trabalho e do questionamento aos desmandos do capital, sendo as questões de gênero relacionadas a esses temas e a outros, inicialmente não colocadas em pauta, por um conjunto de questões. Como afirma Honório (2005):

No geral, os movimentos sociais (velhos e/ou novos) que se pretenderam anticapitalistas ignoraram que as relações de gênero estavam profundamente imbricadas nas estruturas da dominação capitalista de classe. Não atentar para isto implicou reforçar reproduzir dispositivos fundamentais da dominação que se pretendia combater. Ironicamente, isto foi feito, quase sempre, em nome de um discurso que justificava o adiamento do secundário em nome da prioridade do combate aos aspectos fundamentais da dominação burguesa. Resultado: a luta pela emancipação favoreceu a reprodução de uma espécie de apartheid. A dominação capitalista de classe se reproduz produzindo e reproduzindo “diferenças” que, no fundo reforçam preconceitos, inclusive de gênero. Neste sentido, a afirmação de que somente os produtores diretos possuem, devido a sua capacidade de classe, forças para paralisar ou transformar a maquinofatura capitalista, precisa ser completada por uma outra: “a classe operária tem dois sexos”. Do contrário, fica obscurecida a dinâmica sexista do capital. Não somente as derrotas do passado, mas a alterações em curso nas relações de classe, especialmente na (re)composição da classe trabalhadora repõem, de maneira ainda mais crucial, a importância das relações de gênero para as lutas sociais (HONÓRIO, 2005, p. 4).

As questões de gênero voltadas para a igualdade entre homens e mulheres no campo, relacionadas ao mundo do trabalho e ao acesso à direitos de cidadania, no conjunto dos determinantes da formação dos movimentos sociais e organizações do campo, eram entendidas como secundárias. Ou seja, de alguma forma, a luta social acabava reproduzindo em suas estruturas e instituições as desigualdades que alimentavam o capitalismo, como as de gênero.

Foi no âmbito, porém, das subjetividades que as próprias mulheres integrantes dessas organizações foram se colocando, politicamente e publicamente, de forma a enfrentar as estruturas que as oprimiam dentro dos próprios movimentos e colocar em pauta a interpretação feminista de que as desigualdades de gênero são tão estruturais quanto as de classe.

Honório (2005) explica que houve um aumento da presença feminina no proletariado no mesmo momento em que essa passava por um processo de precarização. E que foi essa presença feminina que levou às mudanças nos objetivos e nas estruturas das organizações de luta social vinculadas ao rural. Nesse raciocínio, os estudos apontam também a influência do feminismo enquanto ação política e pensamento nesse processo de participação feminina na formação dos movimentos do campo.

Alguns autores e autoras demonstram que as mulheres desses movimentos e organizações, antes mesmo de qualquer intervenção mais organizada de característica feminista, tanto participavam como lideranças sindicais, quanto, com influência dos trabalhos de base da igreja católica, iniciavam suas organizações e formação política.

Nessa perspectiva, Medeiros e Paulilo (2013) afirmam que os estudos sobre as formas de organização e representação política das mulheres do campo apontam a década de 1980 como um momento importante da organização das mulheres trabalhadoras rurais. Destacam que as primeiras manifestações aconteceram levantando a questão do reconhecimento profissional à sua condição de agricultoras para que pudessem acessar direitos como os previdenciários e que, posteriormente, essa participação gerou a necessidade de intensificar a organização autônoma das mulheres tanto no interior das organizações, quanto dos movimentos mistos.

Tratando da questão do direito ao acesso à terra, Deere (2004) afirma em estudo realizado sobre os direitos da mulher agricultora e a relação deste com os movimentos sociais rurais no Brasil, que levou mais de uma década para que alguns desses movimentos colocassem em sua agenda de reivindicações recortes de gênero voltados aos direitos das

mulheres. Na abordagem da autora, a crítica à reprodução das relações desiguais entre homens e mulheres é presente quando se analisa a trajetória dos movimentos sociais rurais.

Levou 12 anos até alguns dos movimentos sociais rurais defenderem com sucesso os direitos da mulher à terra em âmbito nacional. Em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais de terra sob reforma agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita. Essa marcha em Brasília, conhecida como Marcha das Margaridas, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos. Como em outros países latino-americanos, uma vez organizadas, as mulheres começaram a reivindicar o direito à terra e, consistentemente, confrontaram o Estado nessa questão, forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisar seus regulamentos (DEERE, 2004, p. 176).

É possível analisar, portanto, que ao mesmo tempo em que os movimentos sociais tiveram um peso central na configuração das discussões de gênero e denúncia das opressões vividas por mulheres rurais, tanto no âmbito do trabalho como na política e nas subjetividades, eles também refletem, em sua formação, uma configuração patriarcal.

O MST enquanto um movimento social organizado em torno da luta pela terra e das questões agrárias, cuja expressão social, política, econômica e cultural tornou-se evidente nos anos de 1990 em diante, faz parte desse processo de reconhecimento organizativo, teórico e político das questões de gênero no interior de sua própria organização e no conjunto das estratégias de luta social construídas.

Historicamente, podemos situar que no interior do MST a construção do espaço da mulher Sem-Terra foi resultado de muitas disputas e negações, por parte de grande maioria de suas lideranças homens, das discussões e pautas de gênero. Por exemplo, a narrativa ainda presente nesse movimento de que a transformação da sociedade seria a primeira necessidade para a luta social e que as outras, secundárias, viriam no conjunto da ação social transformada, ou seja, a igualdade entre homens e mulheres viria depois da transformação do capitalismo em socialismo. Também a visão de que há uma divisão natural na participação política entre os gêneros: para o homem, a participação nos sindicatos, partidos políticos e movimentos; para as mulheres as tarefas do lar e dos cuidados.

Apesar do MST afirmar, atualmente, que há a necessidade de se construir novas relações de gênero no interior do Movimento, nas suas estruturas e nas estratégias da luta social, este reconhecimento foi e continua sendo fruto de um processo contraditório, não linear e complexo (HONÓRIO, 2005; SILIPRANDI, 2009).

Foi ainda nos anos de 1980 que, no interior do MST foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST que, posteriormente, saiu dessa organização para formar o

Movimento de Mulheres Camponesas - MMC. Esta comissão incentivava a criação de grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos do MST e pautava essa questão para as lideranças masculinas desse Movimento. Em 1989, no documento “Normas Gerais do MST” apareceu o tema das mulheres entre as questões debatidas no Movimento. Foi incluído um capítulo que tratava da articulação das mulheres. Muito do debate sobre a participação inicial das mulheres no MST girava em torno da sua participação nas lutas e enfrentamentos. Esse debate produziu um certo clichê da figura da mulher: protetora, santa, geradora da vida (HONÓRIO, 2005).

No interior da organização do Movimento, foi construído o chamado Setor de Gênero no Encontro Nacional do MST no ano 2000, como fruto da trajetória de lutas e discussões feitas pelas mulheres do MST sobre as desigualdades vividas por elas, tanto relacionadas às estruturas, quanto às subjetividades, assim como fruto do debate com o MMC e da necessidade de se ampliar a participação das mulheres.

Inicialmente, as lideranças femininas atuavam a partir do contexto de formação dos próprios movimentos do campo, ligados à igreja católica e ao movimento sindical. Porém as lideranças femininas foram conquistando espaço de debate, formação política e participação no interior do MST. Em termos de método, no MST foram sendo criadas diferentes comissões de mulheres e grupos, nas atividades, nos assentamentos e acampamentos e a organização maior que as representava, era o Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Esse contexto coincidiu, em meados dos anos 1990, com a formulação do debate dos problemas das mulheres Sem Terra a partir do conceito de gênero, como se pode verificar nos documentos que circulavam no movimento. O Coletivo Nacional de Mulheres transformou-se em Coletivo Nacional de Gênero, indicando o teor do debate presente na atuação desse Movimento (MST, 1996, 1998, 2000).

De forma mais específica em termos de dados históricos, Siliprandi (2009) afirma que:

Até 1993, os esforços de suas lideranças se dirigiram a promover a participação das mulheres nos grupos produtivos dos assentados. Em 1995, editou-se um documento importante (Programa Agrário) em que se reconhecia a dureza da vida das mulheres rurais por conta da dupla jornada, do preconceito, do machismo e das discriminações. No período seguinte, a postura da direção do movimento começa a mudar: em 1996, realiza-se o I Encontro de Mulheres Militantes do MST, em que se cria o Coletivo Nacional de Mulheres, passando a ter a função de provocar a discussão nas instâncias internas do movimento (SILIPRANDI, 2009, p. 135).

Os estudos das questões de gênero e dos feminismos no Movimento levaram ao entendimento de que esse era um debate para o todo da organização, e não somente um debate para ser feito entre mulheres. Dessa forma a atuação do Setor de Gênero passa a ter *status* de importância dentro do movimento tal qual as outras linhas prioritárias de atuação: formação

política, educação, frente de massa. Mas esse *status* foi e continua sendo, incansavelmente, disputado nas estruturas do MST, uma vez que as mesmas acabam reproduzindo as formas masculinas de condução política, o machismo e o patriarcado presentes nas relações estruturais da sociedade.

Há uma disponibilidade de documentos produzidos pelo MST que retratam como as mulheres eram representadas nas místicas, bandeiras e desenhos, e como esse movimento foi incorporando as discussões de gênero.

Destacamos três publicações, nessa perspectiva: a cartilha “A Questão da Mulher no MST” publicada pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST, em 1996 como fruto das discussões realizadas no Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST; a cartilha “Compreender e Construir Novas Relações de Gênero” organizada e publicada em novembro de 1998 também pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST; e o caderno de formação n.º 2 chamado: “Mulher Sem Terra” e elaborado pelo já chamado Coletivo Nacional de Gênero do MST, nos anos 2000.

Pode-se perceber nos documentos analisados, que alguns dos temas levantados pelas mulheres do MST sobre os seus direitos, reconhecimento e protagonismo, são vinculados à ideia de autonomia e tem como pano de fundo a discussão da economia feminista questionadora da divisão sexual do trabalho, invisibilidade do trabalho da mulher Sem Terra e participação econômica das mulheres.

No texto da cartilha “Compreender e Construir Novas Relações de Gênero” (MST, 1998) são apresentados dois temas em especial: a participação política das mulheres nos processos revolucionários e na Reforma Agrária como forma de construção de uma sociedade diferenciada de inspiração socialista, assim como a documentação das mulheres Sem Terra como forma de acesso aos direitos de cidadania.

O capítulo desse documento escrito pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST, intitulado “A Questão das Mulheres no MST” aborda a discussão de que “a vitória do socialismo e seu desenvolvimento anterior seria impossível sem a participação ativa da mulher” (MST, 1998, p. 48). Articula, sobremaneira, a luta de classes e a luta pela libertação da mulher e que a libertação da humanidade se dará nesse conjunto articulado entre classe e gênero de forma determinante nos processos de transformação. Citando a teoria crítica clássica, mostra o fundamento da opressão da mulher no sistema capitalista, sua subordinação política e econômica, entendido como parte da manutenção do sistema como tal.

Marx e Engels descobriram causas da exploração e opressão da mulher dentro da sociedade e da família, as raízes da formação da sociedade classista e demonstraram

que a subordinação política e econômica da mulher adquire no capitalismo dimensões nunca vistas (MST, 1998, p 48).

As discussões relacionadas à capacidade transformativa e combativa a partir da participação política da mulher, e de sua autonomia econômica apareceram, portanto, no conjunto do desenvolvimento das discussões de gênero no MST. De fato, como demonstra a literatura e os documentos, essa discussão não nasceu assim.

A participação da mulher discutida pelo MST, nesses termos, trata da garantia do direito do protagonismo feminino no espaço público, nas decisões, nas instâncias de poder, na luta pela Reforma Agrária e pela transformação social, como um todo.

O outro tema observado nesse documento é a desigualdade das mulheres Sem Terra no acesso aos direitos. Esse tema foi observado muito em função de pressões externas de movimentos de mulheres ligados ao campo, sindicais e feministas. São apontadas as necessidades de reconhecimento e identidades das mulheres enquanto trabalhadoras rurais. No ano de 1998 foi realizada a campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos” que aparece como registro na cartilha “Compreender e Construir Novas Relações de Gênero” (MST, 1998).

Nesse texto são listados quais documentos as mulheres precisam ter acesso <sup>10</sup>, assim como é abordada a importância da documentação para a mulher trabalhadora no sentido de reafirmação da sua existência no mundo do trabalho e como ser de direitos, em função da negação desses direitos vistos e analisados pelas próprias mulheres Sem Terra e da permanente invisibilidade de seu trabalho, que replica e aprofunda os processos de desigualdades de gênero nos assentamentos e acampamentos do MST.

Esses entendimentos de cunho feminista, desenvolvidos a partir da organização das mulheres no MST, foram incorporados nas políticas públicas atuais, como será discutido adiante, muito em função da força da discussão realizada entre os movimentos sociais do campo de mulheres e mistos com os governos do período histórico analisado. Aqui, citadas as ideias de participação política, autonomia econômica e cidadania a partir da documentação das mulheres trabalhadoras assentadas e acampadas como formas inerentes dos processos de luta social e transformação.

Ainda em termos históricos, o Dossiê “As Agricultoras do Sul do Brasil” escrito por Brumer e Paulilo (2004) destaca o artigo de Cristiani Bereta da Silva e Giovana Ilka J.

---

<sup>10</sup> Pessoas: Certidão de Nascimento e Casamento, Carteira de identidade, Título de Eleitora, CPF – Cadastro de Pessoas Físicas; Trabalhistas: Carteira de Sócia, Título da Terra, Talão do INCRA, Bloco de Notas (em conjunto ou Individual), Carteira de identificação do Contribuinte; DAV – Declaração Anual de Vendas. (MST, 1998, p.53)

Salvaro que trata da divisão desigual do trabalho doméstico em assentamentos de reforma agrária coletivizados. Nesse trabalho citado, as autoras afirmam:

O MST, a partir de 1980, incorporou discussões de orientação feminista bastante forte havidas naquela década e investiu muito nas mulheres como sujeitos militantes, com direitos, mas também deveres no interior dos assentamentos. Além disso, reconstituiu partes dos discursos de “igualdade” e “emancipação feminina” presentes nos enunciados socialistas desde o século XIX. Por isso, seus dirigentes preocupam-se com o pouco envolvimento político das mulheres assentadas, havendo mesmo um retrocesso com relação a essa participação quando se leva em conta o período de acampamento. Apesar dessa preocupação e do grande esforço feito para que uma produção coletiva fosse possível, a divisão igualitária do trabalho doméstico não recebe a devida atenção em nenhum dos dois casos estudados. Cuidar da família ainda é uma tarefa atribuída apenas às mulheres, e de tal forma esse fato é aceito e sacramentado que elas, para poderem dar conta de casa e filhos, contribuem com as tarefas coletivas durante quatro horas por dia, enquanto os homens o fazem durante oito horas – construções bem marcadas, pois não só as mulheres deixam de ser remuneradas pelo trabalho doméstico, como, também, ao se aposentarem, os estatutos do grupo estabelecem que ganharão apenas a metade do rendimento dos homens. Nas conversas informais, distraídos quanto a uma autocensura militante, homens e mulheres deixam escapar comentários ainda preconceituosos sobre as mulheres politicamente ativas. O trabalho dessas duas pesquisadoras, Cristiani e Giovana, nos faz pensar em quanto foram inocentes os que acreditaram que as discriminações de classe continham as de gênero, e que bastava eliminarmos a primeira para que a segunda a seguisse com presteza (BRUMER e PAULILO, 2004, p. 174).

Essa complexidade retrata a construção da discussão de gênero e feminista no MST não linear, plural e parte da constituição desse movimento social que têm importância fundamental na redefinição do rural nas últimas décadas.

No caderno de formação nº. 2 “Mulher Sem Terra” (MST, 2000) é possível identificar as concepções de gênero presentes no MST. É definido na sua perspectiva relacional sobre a discussão de que há um padrão socioeconômico e cultural que define e influencia a vida de homens e mulheres. Faz uma clara discussão da desnaturalização das desigualdades vividas pelas mulheres, da dominação machista e patriarcal e das diferentes formas de dominação que acontecem no espaço público e privado, no âmbito das estruturas e das subjetividades.

No Caderno de Formação citado, é feita a pergunta: “Por que é importante para nós Mulheres e Homens, entendermos esse jogo?” (MST, 2000, p. 8) referindo-se à analogia feita entre a luta de classes e um jogo. A resposta é a seguinte:

Para percebermos onde estamos, em que time nós jogamos, que somos várias vezes exploradas; para entendermos que a exploração é uma realidade social construída pelos ricos para se manter por cima e mesmo dentro do nosso time muitas vezes nós mulheres somos tratados como reserva sofremos vários tipos de discriminação e preconceito. O capitalismo precisa que: a mulher continue reproduzindo mão de obra barata onde entregamos nossos filhos e filhas prontos para serem explorados e exploradas nas fazendas, fábricas etc.; continue com a jornada dupla de trabalho para que a mulher não tenha tempo para participar de nada deixando a alienada do

contexto da sociedade com isso não precisa pagar um salário maior nem pagar um preço justo pelos produtos agrícolas já que o trabalho de casa não é pago nem valorizado (MST, 2000, p. 8).

Há, desde o início da discussão de gênero no MST, uma vinculação da luta de gênero com a luta de classes. As dominações de gênero estão construídas a partir do interesse de uma classe dominante e vão se transformando ao longo da história a partir de vários determinantes sociais e da própria luta de classes. Enfim, na concepção do MST, a dominação das mulheres no espaço público e privado, em suas diferentes facetas, serve à manutenção do sistema capitalista e da sociedade dividida em classes sociais.

O fragmento do texto do Caderno de Formação mostra também um início de amadurecimento e discussão sobre a divisão sexual do trabalho e o reconhecimento da não remuneração do trabalho reprodutivo feito pela mulher, em casa, fazendo uma ligação com o processo de alienação vivido pela mulher e com a própria manutenção do capitalismo através dessa exploração.

Verifica-se, portanto, nesse debate, a presença de alguns fundamentos da economia feminista nas discussões do MST o que, posteriormente, se aprofunda enquanto diretriz teórica da luta de gênero no interior desse movimento.

No sentido de concordância com as discussões do feminismo socialista, o MST constrói a afirmação de que é preciso construir novas relações de gênero, através do debate, e de ações que alterem as relações desiguais vividas no interior do movimento e no conjunto da sociedade.

Uma das marcas, também dessa construção do debate de gênero, a direção nacional do MST a partir de 2003 passou a ser composta por uma mulher e um homem de cada estado. E essa definição foi atribuída às organizações estaduais e locais. Essa composição força, enquanto regra, a participação das mulheres nos espaços de decisão, porém não representa a incorporação do debate de gênero de forma orgânica no Movimento.

No documento do Setor de Gênero, são apresentadas as linhas políticas de gênero no MST que definem as ações do próprio movimento.

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família.
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados.
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;

5. Garantir que em todos os núcleos de base dos acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância.
6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família;
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e Setor de Produção e Cooperação e Meio Ambiente para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos;
9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários.
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica.
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo (MST, s/d).

Muitos desses parâmetros políticos enquanto intervenções no MST dialogaram de forma direta com as políticas públicas para as mulheres, a partir de 2003.

Foi com a Marcha Nacional organizada pelo MST, em 2005 que, em termos de ações de Estado foi possível alterar o cadastro de terras nos assentamentos de Reforma Agrária, para que homens e mulheres aparecessem como titulares.

Durante toda a história, há uma dificuldade clara da militância em geral e das direções, em particular, para compreender de fato o debate feito pelas mulheres no Setor de Gênero. Para o conjunto do movimento, o fato de ter mulheres nas direções significa, basicamente, garantir a participação delas, porém abrir mão do debate qualificado que outrora era feito pelos dirigentes homens. As estruturas de reprodução patriarcal no interior do MST refazem-se de diferentes maneiras: considerando a mudança gerada pela obrigatoriedade de participação de 50% de mulheres em todas as instâncias de participação, são criados outros mecanismos e instâncias com a participação de poucas mulheres. Por exemplo o Grupo de Estudos Agrários (GEA) criado no MST após essa reestruturação das direções, que funciona como uma direção de instância superior à direção nacional de caráter filosófico e político. A escolha dos dirigentes participantes desse grupo não obedece a critérios de gênero. É realizada através de indicação da Direção Nacional do MST. Esse grupo é uma expressão dessa resistência do comando essencialmente masculino da organização. Enfim, é possível perceber que o debate de gênero no interior do MST ainda permanece camuflado.

### 3.3.1 Lutar, Construir Reforma Agrária Popular! As marcas feministas e de gênero no VI Congresso Nacional do MST, 2014

De uma forma muito recente, pela primeira vez em toda a história do MST, após 30 anos de existência, as mulheres e o debate de gênero ganham espaço prioritário de debate nacional simbolicamente demarcado no seu VI Congresso Nacional. O momento do Congresso Nacional do MST pode refletir muito de seus objetivos enquanto Movimento Social, quanto suas simbologias, estratégias de luta e construções realizadas no interior de sua organização.

Assim, essa pesquisa, em um de seus momentos, foi realizada durante o Congresso, a partir de minha participação durante os quatro dias de realização. Nessa minha inserção, pude realizar alguns caminhos que trouxeram elementos para a análise das marcas de gênero e feministas do MST que ajudaram a configurar as políticas públicas para as mulheres rurais. Para tanto, utilizei-me de observação participativa, com elaboração de caderno de campo descritivo e analítico dos momentos vivenciados. Também foram registrados dados qualitativos através de fotografias utilizadas, nessa pesquisa, como documentos de análise e gravação das falas das mulheres representantes do MST e de outros movimentos do campo na mesa sobre a questão de gênero do MST. Essas falas, depois de gravadas, foram transcritas e analisadas.

“Lutar, Construir Reforma Agrária Popular” foi o lema do 6º Congresso Nacional do MST que aconteceu entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014, em Brasília, DF. Esse Congresso foi o resultado de um esforço desse Movimento em colocar no espaço público a representação e a simbologia da síntese das tarefas, desafios e do papel do movimento no período histórico atual. Participaram cerca de 16 mil pessoas vinculadas ao MST vindas de 23 estados do país e do Distrito Federal. A escolha do Movimento foi a de garantir a participação de 50% de mulheres nas delegações. Assim, na tentativa da construção da igualdade de gênero, o MST trouxe para Brasília, além dos homens militantes, assentados, acampados, as mulheres, em número igual ao dos homens, em seus diferentes papéis assumidos na organização. Participaram também uma média de 1000 crianças Sem Terrinha que tiveram seu espaço lúdico, pedagógico, educativo garantido. A paridade de gênero em evento nacional foi inaugurada no MST nesse Congresso de 2014. Outros movimentos como a CONTAG já tinham organizado dessa forma seus espaços e eventos. Esse atraso no MST em promover a igualdade de gênero sofreu pressão tanto interna quanto de outros movimentos e setores que desencadeou nas mudanças aqui apresentadas.

A participação de 50% de mulheres nesse Congresso é uma atitude que, mesmo compreendendo que a discussão avança para o entendimento que só garantir a participação das mulheres, em números, não significa que as desigualdades de gênero são enfrentadas nem superadas, se mostra importante por diferentes questões. A primeira é a criação, no espaço de manifestação pública da luta social organizada pelo MST, da oportunidade garantida de participação das mulheres, reconfigurando esses espaços e as oportunidades antes, predominantemente masculinas. Outra importância é simbólica, no sentido de que a presença das mulheres disputa, tanto nos discursos, quanto na materialidade da cena criada, espaço, ideias, hegemonia.

Durante a programação do Congresso, ocorreu a Mostra Nacional de Cultura e Produção Camponesa, que reuniu diferentes grupos de produção dos assentamentos de Reforma Agrária no país, incluindo grupos produtivos de mulheres assentadas. A Mostra aconteceu durante o período do Congresso, de 10 a 13 de fevereiro de 2015.



Figura 4: Banner utilizado durante a Mostra Nacional de Cultura e Produção Camponesa. Mostra a Figura de uma mulher rural e uma jovem, demarcando simbolicamente o protagonismo das mulheres na produção de alimentos e de cultura na Reforma Agrária. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2014. Foto: Alexandra Filipak.

A Mostra também ocupa um lugar central na configuração dos espaços e debates realizados nesse Congresso trazendo as mulheres na centralidade da discussão da resistência e necessidade delas visibilizarem seus trabalhos produtivos e, nesse processo, emanciparem-se da dependência econômica, da sobrecarga do trabalho reprodutivo e da sua invisibilidade enquanto sujeitas da construção da Reforma Agrária em sua dimensão produtiva, ecológica, política e cultural.



Figura 5: Mulheres de Grupo Produtivo do Assentamento João do Vale, em Açailândia, MA, comercializando Fava Branca na Mostra Nacional de Cultura e Produção Camponesa. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2014. Foto: Alexandra Filipak.

A Ciranda Infantil organizada durante a realização do Congresso, mais do que demonstrar, disputar e promover a infância Sem Terra, cumpria o papel da socialização do trabalho e dos cuidados que recaem, sobremaneira, nas mulheres como um elemento de desigualdades.

Assim, quando as diferenças se tornam desigualdades, é necessário a intervenção pública e coletiva para que se reconstruam outras possibilidades de enfrentamento dessas diferenças. As mulheres do campo podem (ou não) ser mães e isso não se tornar elemento que

as deixe sobrecarregadas, invisíveis e dependentes. Ações do movimento social, como a organização das cirandas infantis, assim como as do Estado, através das políticas, podem intervir nessa realidade transformando as relações subjetivas e estruturais com foco na autonomia das mulheres do campo. Muitas das mulheres participantes desse Congresso e da Mostra, que traziam o produto do seu trabalho para ser visibilizado e valorizado, só puderam estar presentes por essa intervenção de socialização do trabalho e dos cuidados.



Figura 6: Mulheres Sem Terra Comercializando artesanato na Mostra Nacional de Cultura e Produção Camponesa. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2014. Foto: Alexandra Filipak.



Figura 7: Casa de Farinha organizada pelas mulheres do Nordeste do Brasil. Essa casa demonstra todo o processo de trabalho com a mandioca realizado pelas mulheres Sem Terra, coletivamente, para a comercialização de seus derivados. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2014. Foto: Alexandra Filipak.

Em artigo fruto de pesquisa-ação realizada pelas Professoras Ana Claudia Diogo Tavares e Mariana Trotta Dallalana Quintans (2014), acerca das percepções e vivências obtidas a partir de sua participação no VI Congresso Nacional do MST, elas comentam sobre temas que estiveram muito presentes no contexto do Congresso, dentre eles, o gênero. Dentro desse recorte elas destacam “a primeira mesa sobre a questão de gênero em um Congresso do MST, após 30 anos de existência, que finalizou com o lema entoado por todos e todas: ‘Sem feminismo, não há socialismo’” (TAVARES e QUINTANS, 2014, p. 9).

Outro destaque dado, nesse sentido, foi a presença do debate sobre a violência contra a mulher. As autoras destacam que:

Na bolsa entregue aos participantes do Congresso, entre os materiais de leitura constava uma cartinha elaborada pela Via Campesina denominada “As camponesas e os camponeses da via campesina dizem: basta de violência contra as mulheres”. Esse tema também foi pautado na fala de algumas lideranças do MST que participaram das mesas de debate como expositores. Esses são indícios da existência desse problema nos assentamentos e acampamentos e ao mesmo tempo uma preocupação do movimento em chamar atenção do problema para resolvê-lo (TAVARES e QUINTANS, 2014, p. 9).

No conjunto da programação do 6º Congresso Nacional do MST, entre várias outras ações de visibilidade das mulheres Sem Terra, foi organizada uma mesa para a discussão das

mulheres do MST. Dificilmente em outro momento de forte destaque na cena pública, como esse do Congresso Nacional, as mulheres tiveram tal visibilidade.

Essa mesa aconteceu no 2º dia do Congresso e foi composta por três mulheres militantes e representantes de importantes movimentos feministas e do campo: Conceição Dantas da Marcha Mundial das Mulheres - MMM, Nívea Regina do MST e Adriana do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

As três falas demonstraram características da luta social anticapitalista, da perspectiva crítica de interpretação da sociedade, da ligação entre discussão de gênero e o debate das classes sociais, da compreensão da divisão sexual do trabalho como fundamento central das desigualdades vividas pelas mulheres no campo, dos fundamentos da Economia Feminista enquanto campo teórico, com um forte viés para a discussão da questão do trabalho e no âmbito da economia, da construção de um espaço rural democrático, popular e com igualdade de gênero.

Essa importância dada à discussão de gênero no MST e o reconhecimento do que a luta interna pelo debate de gênero sempre foi travada, e que de certa forma essa contradição está presente na própria organização, é vista na fala da representante da Direção do MST na referida mesa:

Companheiras, mulheres Sem Terra, companheiros Sem Terra, amigos e amigas do MST, amigos e amigas internacionais do MST, essa mesa é uma mesa histórica, é uma mesa fundamental. É uma mesa que trinta anos que o Movimento Sem Terra completa, o seu sexto Congresso, é a primeira mesa que discute a questão das mulheres, então isso é uma vitória, isso é uma conquista. É fundamental reconhecer que o esforço coletivo do MST, ao entender a importância desse espaço. Para nós é fundamental que não seja só uma mesa no sexto Congresso, mas que possamos continuar compreendendo que o debate das mulheres, o debate sobre a participação das mulheres, o debate sobre a falta das mulheres, tem que ser um debate constante nas nossas organizações e nos nossos estados. Não só em momentos eventuais, que são os nossos encontros estaduais, encontros da militância, mas tem que ser uma discussão estruturante para nossa organização. Se nós estamos compreendendo que a participação das mulheres, que a luta das mulheres é uma condição essencial para o processo de transformação da sociedade (Nívea Regina, Direção do MST).

Essa fala demonstra que de certa forma, no MST, a discussão de gênero acaba sendo estrutural, muito em função do entendimento feminista de que só é possível se transformar a sociedade se as relações de gênero forem transformadas.

Há um reconhecimento de que as mulheres sempre estiveram presentes nos processos de lutas sociais, porém não eram visibilizadas e um destaque para o Movimento Feminista no conjunto dos movimentos sociais e organizações da esquerda para compor a discussão e necessidade de visibilização das mulheres, de participação, de construção de igualdades.

O MST legitima a construção histórica e não linear da discussão de gênero e, internamente, reconhece que essa discussão também é fruto da resistência das mulheres no interior dos próprios movimentos e organizações no âmbito das relações políticas, das relações sociais, pessoais, subjetivas e culturais. Na fala transcrita da representante do MST é possível identificar esses argumentos:

Então companheiros e companheiras, e nesse processo, de luta por reconhecimento da luta das mulheres, pela visibilidade das mulheres, a esquerda historicamente foi se dando conta disso, mas foi fundamental o movimento feminista realizar esse processo. O movimento feminista teve uma grande contribuição, na organização e na visibilidade da luta e das experiências das mulheres e isso, a esquerda reconhece, esse processo importante, toda esquerda reconhece. Agora para nós, para o Movimento Sem Terra, ou melhor dizendo, vamos ampliar para o movimento camponês como um todo, para os movimentos do campo, isso também foi algo historicamente muito difícil. A luta das mulheres é algo também muito antigo, se a gente pegar lutas históricas desde os Quilombos, Canudos, Contestado, são lutas históricas em que a participação das mulheres foi algo presente, mas muitas vezes, não foi visibilizado. E mesmo nós, Movimento Sem Terra, que herdamos a luta ali na década de sessenta, de setenta, na qual também estava presente a participação das mulheres, também isso ocorre (Nívea Regina, Direção do MST).

Para as mulheres Sem Terra, disputar internamente uma visão das desigualdades de gênero em sua centralidade na discussão da construção de uma Reforma Agrária Popular e uma sociedade transformada em suas bases, compreende alguns pilares que foram destacados nessa mesa.

O primeiro, já destacado, é reconhecer a necessidade de se transformar a discussão de gênero numa discussão estruturante para a organização. Que sem esse entendimento, não é possível a transformação da sociedade. E de vincular a luta de gênero à luta de classes. Aí reside, de certa forma, a crítica à discussão de gênero com o olhar voltado apenas às subjetividades, que se fragmenta de um todo sociopolítico, como as concepções contemporâneas ou pós-modernas o fazem.

A luta das mulheres tem um caráter de classe. A luta das mulheres é uma luta socialista. Isso é fundamental também reafirmarmos, porque é uma luta que luta contra esse modelo de produção capitalista e que visa nesse processo da superação desse modelo, a reconstrução, a construção de novas relações de gênero (Nívea Regina, Direção MST).

Os fundamentos desse debate entre gênero e classe estavam presentes nas concepções trazidas pelas representantes de movimentos feministas nessa mesa, que passavam pela crítica à sociedade capitalista e ao patriarcado. As três falas acabavam vinculando o patriarcado à manutenção do capitalismo, a necessidade de compreendê-los teoricamente e a contribuição do Movimento Feminista nesse entendimento.

A relação muito íntima entre o capitalismo e o patriarcado, esse capitalismo usufrui das ideias patriarcais para construir uma dicotomia falsa entre o público e o privado. E isso faz com que o trabalho das mulheres (...) são fundamentais para a vida

humana, seja desvalorizado nessa sociedade e faz com que a experiência dos homens transforme-se em uma experiência única da sociedade ou universal, faz com que o trabalho das mulheres seja considerado um não trabalho ou trabalho leve e o trabalho dos homens seja considerado trabalho e trabalho essencial para a sociedade (Conceição Dantas, MMM).

Outro pilar da construção do debate de gênero no interior do movimento passa pela discussão do acesso à terra pelas mulheres. A titulação conjunta da terra é pautada até hoje como uma política necessária em se pensando os pilares da diminuição das desigualdades entre homens e mulheres no campo.

Essa necessidade aparece na fala de Nívea, reconhecendo que essa questão já fora conquistada em termos de políticas públicas, porém, ainda permanece como desafio. Reside, portanto, na fala de Nívea, a crítica de que, muitas vezes, nessa relação entre Estado e movimento social, as propostas e ajustes conquistados em termos de direitos não têm sua efetividade garantida; assim como nessa fala aparece o reconhecimento da complexidade de redefinições nas relações sociais no âmbito da sociedade civil quando o debate é colocado na sua devida centralidade.

Mas o direito das mulheres de acesso à terra. Algo que nem sempre, quando o Movimento se constituiu no início, isso não necessariamente se realizava, porque o trabalho com a terra sempre foi algo masculinizado. O Movimento Sem Terra nota que é fundamental entrar numa briga interessante, que era a titulação conjunta da terra no nome do homem e da mulher. E foi um processo interessante, a gente pode se perguntar, está no papel, apenas. Mas foi um processo em que o debate foi importante. Então, mais do que isso virar algo legal, foi o processo de construção de luta e de debate que isso trouxe. Da necessidade das mulheres poderem construir do seu imaginário que a terra também é algo que elas podem construir ao pensar no processo produtivo, seja econômico ou da organização política e social dos assentamentos da reforma agrária (Nívea Regina, Direção do MST).

Outro ponto levantado pela dirigente do MST é a necessidade da garantia da autonomia econômica para as mulheres rurais. Essa questão não aparece somente na fala de Nívea, mas sim, é destacada pelas outras representantes de movimentos feministas e do campo que participam dessa mesa enquanto marca do diálogo aberto do MST com os demais movimentos sociais do campo com recorte de gênero.

Companheiros e companheiras, estamos convocados a ter uma sensibilidade enorme, por esse processo de autonomia econômica das mulheres, as mulheres gerindo seus recursos. (...) E não adianta ficarmos só em momentos de debate, nos nossos encontros, no congresso, mas é um momento de efetivarmos isso, é o momento de materializarmos esse processo, em que nós vamos construir outras relações sociais nas nossas áreas. Por isso estamos convocadas a lutar cada vez mais e trazer nossa pauta de reivindicações, condições para a melhoria da organização econômica das mulheres do campo, das mulheres Sem Terra. E nesse sentido é fundamental cobrar do Estado políticas públicas para as mulheres que contribuam pra esse processo da produção de alimentos, da soberania alimentar, da soberania energética e nós precisamos tomar esse desafio para nós, no sentido de do mesmo jeito que nós brigamos para o aumento do nosso Pronaf, nós temos que brigar pelo aumento do

crédito das mulheres e cada vez mais desvinculado daquela unidade familiar (Nívea Regina, Direção do MST).

Evidencia-se, logo no início da fala da Adriana, representante do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, a centralidade do debate sobre o trabalho e a autonomia econômica das mulheres:

Estar aqui nesse momento histórico, no 6º Congresso Nacional do MST, trazendo alguns elementos de todo processo de luta das mulheres que a gente vem construindo ao longo da história. Nesse sentido, eu queria trazer alguns elementos de como vemos essa sociedade capitalista e patriarcal que vivemos, que traz alguns pilares que costumamos chamar, que é a dependência econômica das mulheres, ou seja, nós não tendo um trabalho digno, não tendo reconhecimento do trabalho que fazemos. Lá na roça, na comunidade, na cooperativa, no assentamento, muito dos trabalhos que as mulheres fazem tem a ver com a produção e o autossustento das famílias. E muitas vezes, também com a reprodução de vida no campo, que vai construindo a nossa militância, os nossos trabalhadores, e que nesse sentido, esse processo tem nos mostrado que isso é uma das questões importantes que tem sido usado também na cidade, com o emprego desqualificado, mesmo que seja qualificado, as mulheres ganham menos que os homens, e sempre somos submetidas as formas mais cruéis de exploração (Adriana, representante do MMC).

A autonomia econômica transforma-se, de uma interpretação teórica feminista para uma bandeira de luta dos movimentos sociais e se populariza no cotidiano das mulheres num entendimento de sua potencialidade emancipadora. E essa questão, na fala das mulheres, vincula-se diretamente à configuração das políticas públicas de gênero para o rural.

A socialização do trabalho reprodutivo e dos cuidados também aparece nas falas como centrais para a mudança das relações de gênero no interior dos assentamentos e acampamentos, assim como a vinculação do trabalho da mulher com a emergência da Agroecologia como resistência ao modelo do agronegócio, produção de segurança e soberania alimentar.

A participação política também toma destaque na fala de Nívea, como mais um pilar da construção da resistência de gênero na reforma agrária.

Um outro aprendizado que o processo de luta das mulheres Sem Terra, da Via Campesina como um todo trouxe, é que o pessoal é político. O que acontece lá na nossa comunidade, lá na nossa casa, é político. Portanto é fundamental potencializar a participação das mulheres, e para isso, nós temos que politizar desde onde moramos, nas relações sociais estabelecidas nos nossos acampamentos e nos nossos assentamentos (Nívea Regina, Direção do MST).

Essa fala demonstra tanto o aspecto estruturante da participação política, quanto as relações que produzem desigualdades no âmbito subjetivo. “O pessoal é político”, significa também que é preciso olhar e se importar com o que acontece dentro das famílias, com as mulheres Sem Terra. No âmbito das subjetividades, o tema da autonomia sobre os corpos e da violência contra a mulher foi destacado, nas três falas, como necessários e urgentes.

A crítica ao Estado capitalista, o entendimento do caráter masculinizado das políticas públicas, e a necessária construção contra-hegemônica das políticas públicas de gênero são também levantadas no conjunto do debate da relação entre Estado e movimentos sociais, nas disputas de hegemonia travadas.

Um outro desafio é que nós precisamos discutir esse Estado. Esse Estado além de ser burguês, ele é masculinizado e devemos ter ações para despatriarcalizar o Estado. Porque se nós chegamos no judiciário pela discussão da violência, nós vamos ter que despatriarcalizá-lo e colocar na ordem do dia a discussão das mulheres. Se nós chegamos no Congresso Nacional, nós vamos perceber que o Congresso é patriarcal e ele vai ferir a liberdade das mulheres e das leis. E se nós chegamos no Executivo nós vamos perceber que as políticas que são do Estado, são políticas que apoiam a conduta masculina como único, legítimo e necessário para falar sobre a família, nós queremos um Estado onde percebam que homens, mulheres e jovens, são pessoas que pensam e que podem construir a sua alternativa a partir do diálogo como sujeitos de políticas públicas, de políticas universais (Conceição Dantas, MMM).

A reafirmação das mulheres como atrizes sociais e sujeito de políticas públicas encerra, em si, a marca feminista desse momento simbólico, de disputas e de construção do MST, mesmo considerando essa questão na continuidade de sua característica de disputa dentro do próprio movimento social. Dentro dele, na relação dele com o Estado, no mundo privado e público, nas subjetividades e estruturas.

### **3.4 Marcha das Margaridas como manifestação feminista das organizações das mulheres rurais: simbologia, discurso e influência nas políticas públicas de gênero para o campo no Brasil**

Foi realizada pesquisa documental e levantamento de dados disponíveis sobre a 5ª Marcha das Margaridas, assim como o acompanhamento online ao vivo da Marcha nos dias 11 e 12 de agosto de 2015. Foram também registradas e transcritas falas das trabalhadoras rurais participantes da Marcha representantes de movimentos sociais e organizações, assim como falas institucionais referentes aos compromissos do Estado com a pauta das mulheres. Também foram transcritas informações referentes às mesas temáticas e seminários realizados durante a programação no tema “Políticas Públicas para Mulheres Rurais” no sentido de trazer para essa pesquisa elementos qualitativos dessa manifestação uma vez que já foi caracterizada como uma das mobilizações feministas da sociedade civil organizada que tem, nos últimos 10 anos, trazido para a agenda pública as temáticas e configurado as políticas públicas de gênero para as mulheres rurais no Brasil.

Entre os dias 11 e 12 de agosto de 2015, em Brasília, DF, aconteceu a 5ª Marcha das Margaridas reunindo 70 mil mulheres trabalhadoras rurais organizadas por movimentos sociais do campo e organizações sindicais.

O tema da Marcha foi “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”.

Várias palavras de ordem foram ditas nesses dois dias em que se reuniram as mulheres rurais do campo, das florestas e das águas em Brasília.

No meu país, eu boto fé, porque ele é governado por mulher!  
Brasília está florida, estão chegando as Margaridas.  
Olha, Brasília está florida. Estão chegando as decididas. Olha, Brasília está florida.  
Eh o querer, é o querer das margaridas.  
Sem Feminismo, não há Socialismo!

Essas palavras de ordem expressam tanto o posicionamento político desses grupos sociais quanto demarcam a presença das mulheres rurais na cena pública afirmando-se em suas identidades e enquanto seres de direitos.

A Marcha das Margaridas tem esse nome no sentido do reconhecimento da luta da mulher sindicalista e trabalhadora rural chamada Margarida Maria Alves que teve em sua história de vida<sup>11</sup>, marcas da violência e desigualdades vividas pelas mulheres do campo, assim como marcas da construção histórica da consciência feminista das mulheres através de seus movimentos e organizações (MENEZES e GAMA, 2013; SILIPRANDI, 2009).

A Marcha das Margaridas de 2015 teve em sua coordenação coletiva formada por: AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras; CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas; CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CUT – Central Única dos Trabalhadores; CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; GT Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia; MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras

---

<sup>11</sup> Segundo Menezes e Gama (2013, p.1 a 3) “Margarida Maria Alves nasceu em 5 de agosto de 1933, em Alagoa Grande-PB, foi uma ativista e sindicalista brasileira, era responsável em seu sindicato por mais de cem ações trabalhistas como carteira assinada, 13º salário e férias. Foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de sua cidade natal, ela também foi a fundadora do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Era a filha mais nova de nove irmãos, sua atuação como presidente do sindicato se deu no período da ditadura militar. (...) A luta de Margarida Alves estava baseada na luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que na época passavam por várias privações. Seus direitos eram bem restritos e os abusos eram recorrentes, suas ações geravam repercussões. Por causa disso, Margarida Alves passou a receber diversas ameaças. (...) Um dia antes de morrer, Margarida Alves participou de um evento público, no qual falou dos recados que vinha recebendo. Em seu último discurso, com áudio registrado em uma fita cassete, Margarida denunciou as ameaças que vinha sofrendo e disse uma frase que ficou marcada representando a força e a luta dessa grande mulher: *É melhor morrer na luta do que morrer de fome*”. Por ir de encontro aos interesses dos fazendeiros da região, pedindo justiça aos trabalhadores rurais. Margarida Alves foi assassinada, em 12 de agosto de 1983, por um matador de aluguel com uma escopeta calibre 12.”

de Coco Babaçu; MM – Marcha Mundial das Mulheres; MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste; UBM – União Brasileira de Mulheres; UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Essas entidades, movimentos e organizações da sociedade civil representam grande parte da discussão feminista relacionada ao rural. Não estiveram na Coordenação, porém foram parceiros da Marcha, o MST e o MMC.

Menezes e Gama (2013) destacam análises referentes à formação e à história da Marcha das Margaridas. Afirmam que a Marcha das Margaridas surgiu nos anos 2000 no contexto das reivindicações das mulheres, que aparecia na cena pública como trabalhadoras rurais, voltadas para a garantia de direitos através das políticas públicas.

As Marchas aconteceram em cinco edições, nos anos 2000 (com a presença de cerca de 20 mil mulheres), 2003 (por volta de 40 mil participantes), 2007 (com 50 mil trabalhadoras rurais), 2011 (com 100 mil mulheres) e 2015. Em síntese, as quatro primeiras edições trataram como tema central questões conjunturais, acesso das mulheres às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, tratamento diferenciado e reconhecimento por parte da sociedade e do Estado. Foram levantadas questões estruturais e específicas com o destaque para a superação da pobreza vivida pelas trabalhadoras do campo e da floresta, enfrentamento à violência vivida pelas mulheres e o desenvolvimento rural sustentável (MENEZES e GAMA, 2013, p. 6).

As denúncias das desigualdades, da violência, o avanço nas discussões de gênero e do papel da mulher dentro da família e da sociedade e as reivindicações de mudanças na divisão sexual do trabalho também foram temas marcantes durante as Marchas.

Nos anos 2000, a primeira edição da Marcha das Margaridas aconteceu conjuntamente coma Marcha Mundial das Mulheres. Foi nesse momento que, para diferenciar o que era específico do movimento das trabalhadoras rurais, a Marcha foi chamada de Margaridas. O lema da Marcha, nesse ano foi: Marchar contra a fome, contra a pobreza e a violência sexista (MENEZES e GAMA, 2013).

As Marchas posteriores, nos anos 2003, 2007 e 2011 mantiveram os temas e pautas de reivindicações apresentadas ao governo federal incluindo: reconhecimento das mulheres como trabalhadoras da agricultura, acesso à terra pelas mulheres, direitos trabalhistas e previdenciários, acesso das mulheres às políticas voltadas ao trabalho, acesso à documentação, políticas de saúde, educação, e prevenção da violência. Foi na Marcha de 2007 que foram incluídos os temas de segurança alimentar e produção agroecológica como pilares

da construção proposta com base na crítica ao agronegócio e seus efeitos nefastos para o campo e para o trabalho das mulheres.

A Marcha das Margaridas é uma expressão política que utiliza alguns aspectos importantes no cenário social para colocar na agenda pública ideias, arranjos, metodologias que dialoguem com as necessidades das trabalhadoras do campo, das florestas e das águas. Sua força simbólica é um desses aspectos, assim como o poder do discurso, a mobilização em massa, a capacidade de trazer para a agenda pública a discussão de gênero, feminista e incidir sobre a construção das políticas de gênero, que por serem contra-hegemônicas, sempre estão em processo de disputa.

Com nosso lema queremos mostrar e valorizar a realidade das mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, que até bem pouco tempo nem ao menos eram consideradas como trabalhadoras, buscando ampliar e fortalecer políticas públicas e recursos para vencer a pobreza, a desigualdade, a opressão e violência, com respeito às tradições, culturas e saberes, à proteção da biodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns. A Marcha é, para nós, um espaço onde nos desafiamos a denunciar e combater as opressões comuns, a partir de um projeto de sociedade coletivo e diverso, que nos represente em nossa diversidade de identidades, o que torna a Marcha mais representativa e mais forte (5ª MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 4).

Foram levantadas questões conjunturais nessa 5ª Marcha das Margaridas com manifestações, sobretudo relacionadas à manutenção da democracia e contra os posicionamentos conservadores do Congresso Nacional referentes ao retrocesso dos direitos das mulheres e ameaça aos princípios democráticos já constituídos no país. Também foram levantadas temáticas caras à vida das mulheres do campo, da floresta e das águas. São questões de ordem estrutural com recorte de gênero como acesso à terra, ao território, às águas, às florestas pelas mulheres rurais, modelo desenvolvimento baseado na sustentabilidade, solidariedade e agroecologia no campo, cidadania e reconhecimento, pobreza. Também questões mais específicas do cotidiano das mulheres onde se expressam as desigualdades que atravessam a questão de classe social e transitam pelas noções de identidades, gênero, classe, etnia: violência, acesso ao trabalho e a renda oriunda dele, divisão sexual do trabalho, visibilidade, participação política e representatividade, liberdade de expressão, de sexualidade, de afirmação de identidades. Grande parte das reivindicações atravessavam os questionamentos estruturais e demarcavam as necessárias mudanças sociais, porém, sobretudo questionavam as políticas públicas existentes que tanto não dialogam com os conceitos e perspectivas apresentadas pelo conjunto das organizações quanto não são implementadas por diversos motivos.

Uma das temáticas tratadas, nesse sentido, foi a promoção e a implementação de fato das políticas públicas voltadas à autonomia econômica das mulheres rurais, dentro da perspectiva da geração de trabalho e renda o que demonstra, ainda, a fragilidade dessas políticas públicas elaboradas até o momento uma vez que essa reivindicação já foi levantada, em outras Marchas das Margaridas e tornou-se agenda central das ações conjuntas dos governos Lula e Dilma e movimentos sociais.

Para nós, justiça combina com autonomia econômica, política e pessoal. Para haver justiça é necessário tornar público e questionar a intensa jornada de trabalho das mulheres, reconhecer a importância dos trabalhos realizados nas esferas da produção e da reprodução da vida. É preciso, ainda, que os trabalhos domésticos e de cuidados sejam reconhecidos como uma responsabilidade a ser compartilhada com toda a família e o Estado, além de considerarmos e valorizarmos os trabalhos de militâncias nas comunidades, sindicatos e movimentos como parte fundamental para o pleno funcionamento da sociedade. Não há justiça sem igualdade e liberdade para as mulheres, assim como não pode haver igualdade e liberdade sem que se faça justiça. É preciso vencer as desigualdades no mundo do trabalho, na vida familiar e na política. Isso implica reconhecer e vencer as diversas faces da desigualdade, que têm no preconceito e na discriminação instrumentos perversos, que atingem de modo diferenciado as mulheres negras, as jovens, as mulheres da terceira idade. Implica, ainda, na superação da divisão sexual do trabalho, na socialização do trabalho doméstico e de cuidados, e em políticas que apoiem as atividades econômicas e a organização produtiva das mulheres (5ª MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 4).

As desigualdades são discutidas desde o mundo do trabalho até a vida familiar, política e cultural. E o entendimento de desenvolvimento, nesse caso, que questiona o desenvolvimento capitalista em uma sociedade com bases patriarcais, passa pela ideia de que as mulheres precisam conquistar a autonomia econômica, haja vista que, no mundo familiar, a dependência econômica é entendida como a dependência de um gênero pelo outro, isto é, o homem sendo o chefe da família subjugando a mulher da decisão e partilha da renda, colocando-a numa condição de dependência.

Finalmente, para que o desenvolvimento se faça de forma sustentável, com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres é preciso vencer as desigualdades econômicas e políticas e garantir a cidadania integral. Significa vencer a pobreza, maior entre as mulheres, e maior ainda entre as mulheres negras e jovens, bem como assegurar a liberdade, a participação, a formação política e o acesso aos bens materiais e simbólicos, assim como às políticas públicas, com respeito às diversas identidades, para a desconstrução de padrões patriarcais e sexistas (5ª MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 5).

Na perspectiva de desenvolvimento, o espaço local é valorizado a partir da realização da reforma agrária e do incentivo à agricultura familiar e agroecologia como formas e meio de produção de alimentos, colocando o rural como espaço privilegiado para se garantir as bases de uma segurança e soberania alimentar.

A Marcha das Margaridas de 2015 demonstra o extremo respeito e visão plural desse conjunto de movimentos e organizações da sociedade civil com as diferentes identidades construídas relacionadas ao ser mulher trabalhadora rural. Porque no avanço da discussão, já se sabem que pensar numa categoria única da mulher não é suficiente nem para a mobilização dessas mulheres e nem para o diálogo, as disputas e negociações feitas com o Estado e que se desdobram nas políticas públicas.

Na hegemonia que se busca construir, cabem as mulheres em suas identidades focadas nos biomas às quais pertencem e que a teoria sociológica do rural, na atualidade, constrói como categoria de análise das diferenças regionais e definição de campo e cidade<sup>12</sup> as mulheres da Amazônia, as mulheres do Cerrado e do Pantanal, as mulheres do Nordeste e do Semiárido, as mulheres do Sudeste e do Sul, incluindo a Mata Atlântica, os Campos e Pampas.

Há um recorte geracional, etnicorracial, cultural e vinculado ao mundo do trabalho também reconhecido nesse olhar para as necessidades e desigualdades vividas pelas mulheres no rural. As jovens mulheres têm sua visibilidade demarcada, assim como as mulheres quilombolas, as indígenas, as mulheres das águas, das florestas, as mulheres idosas e as trabalhadoras assalariadas do campo.

É possível identificar as diferentes especificidades e necessidades desses grupos plurais de mulheres em suas diferentes identidades construídas nos diferentes espaços da Marcha, mas, sobretudo, na pauta de reivindicações para o governo federal (5ª MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015) onde estão presentes as vozes das diferentes mulheres, as marcas das desigualdades vividas por elas e a necessidade da construção e redefinição das políticas públicas de gênero e para o campo, considerando essa complexidade.

Destacamos as mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu que, afetadas pelo agronegócio, marcham pelo direito ao trabalho e seu reconhecimento: "Toda nossa luta é pra garantir o acesso livre aos Babaçuais, onde as terras estão com criadores de gado, agronegócio. Queremos a Regularização desses territórios" Maria Rosa (Maranhão) - Quebradeira de Cocos Babaçu<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Ver pesquisas realizadas no âmbito do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – OPPA do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ no que se refere às novas metodologias para categorizar as ruralidades brasileiras.

<sup>13</sup> Documento de pesquisa encontrado em: <https://medium.com/@MidiaNINJA/quebradeiras-de-coco-de-baba%C3%A7u-11c7b301df45#.yiacvwqyt>



Figura 8: Mulheres Quebradeiras de Coco na Marcha das Margaridas em 2015. Fonte: Jornalistas Livres, 2015.

A pauta, minuciosamente apresenta propostas de criação de diferentes políticas, mas também, e com pertinência, diretrizes e propostas para o aperfeiçoamento e implantação de fato das políticas públicas, também apontando limites das propostas do governo federal que não dialoga com a vida, a cultura, a identidade, o mundo do trabalho existente no meio rural.

Podemos afirmar, nessa perspectiva, a complexidade da afirmação da vida no mundo rural colocada pelas entidades e organizações de mulheres expressa nessa Marcha uma complexidade que agrega, principalmente, a noção de que a vida social deve ser entendida em sua diversidade e que cultura, economia, política e meio ambiente revelam-se mais interligados, quando se trata das desigualdades, do que várias teorias já admitiram. E que analisar as políticas públicas sob esse prisma é um desafio de construção contra-hegemônica tanto nas ações do Estado quanto nas pesquisas científicas.

Um fragmento dessa complexidade se expressa na fala de Mirian Nobre, militante feminista participante da Marcha:

Estamos aqui lutando para ter direito ao nosso território, à nossa terra, em solidariedade às companheiras indígenas, quilombolas, para ter direito à nossa produção, ao nosso trabalho, para continuar fazendo do Brasil um país em que todo mundo fique feliz, cada vez mais (Depoimento de participante da Marcha das Margaridas – 2015. Mirian Nobre – Marcha Mundial das Mulheres acessado em 12 de agosto de 2015)<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil?fref=nf>. Acessado em: 15 ago 2015.

### 3.4.1 5ª Marcha das Margaridas e as representações simbólicas de suas lutas

Em termos gerais, a Marcha das Margaridas 2015 intensificou a discussão sobre as políticas públicas de gênero. Demarcou quais são as linhas gerais em que essas políticas devem atuar, dialogando principalmente com as reflexões em torno da vinculação da luta de gênero com a luta de classes, da transformação social incluindo a crítica ao agronegócio e a construção de outra base tecnológica de produção que é a Agroecologia, da divisão sexual do trabalho, da problemática do trabalho reprodutivo, da participação política e da produção da autonomia econômica das mulheres do campo, da floresta e das águas. Essas questões estão sendo chamadas de estruturais, pois fazem parte de uma discussão pautada na Economia Feminista e na crítica atual ao sistema capitalista e patriarcal, vinculada à discussão do mundo rural. Essa visão, de orientação crítica, concebe gênero a partir de uma explicação material da sociedade e das desigualdades produzidas nela.

Mas, as políticas de gênero também abarcam questões do mundo das subjetividades, vinculadas às relações subjetivas e pessoais, que os movimentos sociais também admitem como necessário para se discutir a emancipação da mulher. Nessa interpretação, gênero também é determinado sob os aspectos das subjetividades, da cultura e da psique. Aqui podem ser citadas as reivindicações e, em consequência, políticas públicas sobre a violência contra a mulher, controle dos corpos femininos, também em pauta na Marcha das Margaridas. Isso significa dizer que também é possível incorporar as subjetividades nas teorias sociais, o que o Feminismo também se propõe, como fez Mead (1999) quando discutiu as noções de indivíduo (*self*) que se vincula necessariamente à produção do social. O interacionismo simbólico marcou a inserção das subjetividades nas teorias sociais atuais, que são inúmeras e plurais e influenciaram o Feminismo sobremaneira. Assim vínculos entre a sociedade e as estruturas psíquicas foram estudados, assim como a formação das identidades de gênero. Inclui-se, portanto, na abordagem de gênero, as discussões sobre ideologia, cultura, psicologia (SCOTT, 1995).

A questão colocada, é que para a intervenção social e política demandada pela Marcha das Margaridas, há o entendimento crítico de que o uso dos conceitos de gênero presos às esferas subjetivas e nas relações domésticas, familiares não dão conta da complexidade do real no mundo rural. Também a crítica de que tais abordagens não pensam a construção da subjetividade dentro de contextos históricos e sociais. O desafio assumido pelas mulheres e seus movimentos é portanto, como afirma Scott (1995), o de conceber a realidade social em termos de gênero.

Algumas marcas simbólicas demonstram pressupostos das propostas de políticas públicas anunciadas pelas mulheres. Propostas essas que já se constituem políticas públicas, porém com elevado grau de deficiências em diversos sentidos, ou de propostas ainda não acatadas pelo governo.

Imagens foram utilizadas em redes sociais e na mobilização como essas marcas simbólicas. Nas redes sociais, com amplo alcance social e político e capacidade de produção de consensos sobre a temática, o que aumenta a possibilidade de visibilidade das necessidades das mulheres do campo. Uma forma contemporânea de utilização da realidade virtual como forma de mobilização, pressão, disputa de hegemonia que as organizações da sociedade civil utilizam. As reflexões sobre o papel das performances e dos chamados não-humanos na composição de associações e de realidades sociais, como acontece com a junção entre mobilização de base material, física e as mobilizações e produções de consensos virtuais, através sobretudo das redes sociais, nos remetem a Latour (2005) e Law (2004). Na contemporaneidade, a realidade social é criada também na conjunção dessas diferentes formas de intervenção, humana e não-humana.



Figura 9: Figura utilizada pelas organizações da 5ª Marcha das Margaridas. Demonstra o tema do trabalho e da economia em sua centralidade para construção da igualdade para as mulheres rurais. Fonte: Marcha Mundial das Mulheres, 2015<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Documento pesquisado em:

<https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil/photos/a.1043556862329438.1073741854.223556967662769/1043557972329327/?type=3&theater> Acessado em: 14 de agosto de 2015.



Figura 10: Figura utilizada pelas organizações da 5ª Marcha das Margaridas. Também relacionada ao tema Trabalho. A Figura demarca a necessidade da discussão da Política Nacional de Agroecologia em termos de gênero. Trata da ideia de que são as mulheres protagonistas de possibilidades de transição agroecológica e, dada a característica de seu trabalho produtivo, a capacidade de produzir alimentos saudáveis através do equilíbrio com a natureza. Fonte: Marcha Mundial das Mulheres, 2015<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Documento pesquisado em: <http://mmm-rs.blogspot.com.br/search?q=Marcha+das+Margaridas+2015>  
Acesso em: 14 de agosto de 2015



Figura 11: Figura utilizada pelas organizações da 5ª Marcha das Margaridas. Essa Figura contém a crítica à apropriação da natureza pelo capital, representado nesse contexto pelo agronegócio. Presente a crítica também ao modelo de desenvolvimento capitalista do campo. E a proposição de mudanças estruturais a partir de um modo de produção da vida diferente do hegemônico. Fonte: Marcha Mundial das Mulheres, 2015<sup>17</sup>.

Durante a programação dessa 5ª Marcha das Margaridas, foram organizadas mesas de debates com conteúdos que refletem a discussão apresentada. Os temas dos painéis temáticos foram debatidos relacionando os conhecimentos teóricos com as práticas que orientam a luta dos movimentos de mulheres. Também apresentou uma discussão conjuntural, aprofundando as principais reivindicações e necessidades no atual momento.

<sup>17</sup> Documento pesquisado em: <http://mmm-rs.blogspot.com.br/search?q=Marcha+das+Margaridas+2015>. Acesso em: 14 de agosto de 2015

Um painel temático que podemos destacar é o painel: “Mulheres em Luta por Autonomia Econômica, Trabalho e Renda” que foi realizado na tarde do dia 11 de agosto de 2015. Esse painel trouxe presente a urgente necessidade do Estado promover e colocar em prática políticas públicas voltadas à autonomia financeira das mulheres rurais. Foram destaques nas falas realizadas a carência na assistência técnica para o trabalho das mulheres, a dificuldade de acesso à terra e aos recursos financeiros fruto do trabalho das mulheres.

A construção, através de políticas públicas, da autonomia econômica das mulheres e de sua participação política foi ponto central nas falas da mesa. Atrelada à busca por igualdade e à transformação social, o reconhecimento do trabalho das mulheres e o acesso aos recursos econômicos advindos dele são temas estratégicos para a luta feminista. E que sem as políticas públicas é difícil alterar essa realidade que é entendida como cultural, ideológica, subjetiva e estrutural.

### **3.5 Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CNDRSS 2013**

A Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário – CNDRSS - é convocada pelo CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que é composto por representantes do poder público, das organizações e movimentos sociais que representam a sociedade civil organizada. O CONDRAF é um espaço de participação social no âmbito da condução das políticas do governo federal, e pode ser chamado de espaço de participação social institucionalizado que foi criado, nessa configuração, pela Constituição Federal de 1988. As Conferências Nacionais, portanto, são instrumentos de ampliação da democracia participativa na construção de políticas públicas.

A Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – CNDRSS, na sua 2ª edição que aconteceu no ano de 2013, exerceu o papel de ser o espaço de construção participativa de políticas públicas para o rural brasileiro, assim como pode ser entendida em seu papel educativo, formativo, mobilizador e de intervenção no mundo rural.

A responsabilidade institucional da 2ª CNDRSS é do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CONDRAF. A II CNDRSS teve por objetivo construir o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS, com metas de curto, médio e longo prazos.

Para atingir o objetivo proposto, a 2ª CNDRSS foi constituída em quatro momentos. Os primeiros momentos foram os de realização de conferências territoriais, intermunicipais, municipais, setoriais, livres e temáticas. O segundo momento consistiu na realização de

conferências estaduais, para em um terceiro momento ser realizada a conferência nacional. Para finalizar, foi realizada a elaboração do PNDRSS (MDA, 2014) a partir das propostas aprovadas nesse conjunto de mobilização da sociedade civil e do Estado que se tornará base das políticas públicas de desenvolvimento territorial nos próximos anos. O Plano apresenta objetivos estratégicos, metas e iniciativas a curto, médio e longo prazos para o desenvolvimento rural brasileiro no conjunto do desenvolvimento nacional e destaca objetivos, metas e propostas voltadas para o desenvolvimento da autonomia das mulheres rurais, meio da garantia do acesso à terra e à cidadania, da organização produtiva, gestão econômica e qualificação das políticas e serviços públicos (MDA, 2014) que foram construídos durante a II CNDRSS.

O público da II CNDRSS foram os atores e atrizes sociais, gestores públicos, organizações da sociedade envolvidos com o desenvolvimento rural sustentável e solidário, buscando garantir a participação social e perspectiva democrática que está na raiz da ideia de conferência. Assim, as delegações eleitas nas conferências territoriais, intermunicipais e estaduais observaram a proporcionalidade de 1/3 do poder público e 2/3 da sociedade civil.

A II CNDRSS apresentou alguns aspectos de enfrentamento de desafios postos pela crítica aos processos de conferência já realizados, assim como os desafios postos para o Brasil Rural. Uma das inovações refere-se ao método de discussão da conferência. Ao invés de documento-base, adotou-se um Documento de Referência que estimulou o debate sobre o desenvolvimento rural sustentável e solidário nas conferências e não sofreu alterações no processo. Essa proposta vislumbrava uma discussão mais autêntica do ponto de vista do diálogo com as características e necessidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais.

A abordagem territorial também se constituiu num desafio enfrentado pela II CNDRSS. Os territórios rurais se constituem, assim, como a base para a construção das proposições. Além disso, a centralidade dos debates para a construção das proposições foi o desenvolvimento do local em que se realiza cada conferência. Dessa forma, as conferências locais buscaram resultados efetivos com a elaboração de planos de desenvolvimento rural sustentável e solidário nos diversos níveis.

Uma das conquistas mais importantes pensando no desafio de superação das desigualdades vividas no campo, e também vislumbrando uma discussão participativa e democrática a partir da conferência, foi a paridade de gênero e a cota mínima de 20% de jovens participando como delegados da II CNDRSS.

Assim, nas delegações eleitas nas conferências territoriais, intermunicipais, setoriais e estaduais foram garantidas a paridade de gênero e a cota mínima de 20% de jovens. As delegações somente tiveram os/as delegados/as credenciados nas conferências na medida em que cumpriram a paridade de gênero e a cota para juventude.

As conferências territoriais e/ou intermunicipais elegeram delegados/as para as conferências estaduais, observando a paridade de gênero, a cota mínima de 20% de jovens e a proporcionalidade entre o poder público e a sociedade. Também as conferências estaduais elegeram delegados/as para a conferência nacional, observando a paridade de gênero, a cota mínima de 20% de jovens e a proporcionalidade entre o poder público e a sociedade.

É importante ressaltar que a paridade de gênero na Conferência foi proposta inicialmente pelo governo, e houve resistências dos movimentos sociais, principalmente dos mistos, à proposta da paridade, porém no conjunto das discussões realizadas para o planejamento da Conferência, os movimentos foram aceitando a ideia.

A II CNDRSS, em geral, apresentou como diretrizes centrais a valorização da participação, assegurando a diversidade, a representatividade e a pluralidade; as metodologias participativas e instrumentos que vieram a contribuir para qualificar o processo de realização das conferências nos níveis territorial, intermunicipal, municipal, estadual e nacional; a promoção do debate acerca das responsabilidades entre os entes federados; o estímulo ao debate sobre o desenvolvimento rural sustentável e solidário e a redução das desigualdades sociais e regionais, atravessadas pelas questões de gênero, geração, etnia.

No que se refere à orientação da discussão realizada nos amplos espaços da II CNDRSS, essa teve sete eixos, sendo que o eixo cinco, seis e sete eram transversais, ou seja, atravessavam a discussão dos outros eixos de forma que o chamado Brasil Rural fosse composto de propostas econômicas, sociais, e culturais garantindo a diversidade e as necessidades identitárias específicas das pessoas que o compõem: mulheres, jovens e comunidades e povos tradicionais, considerando-os como alvo das maiores desigualdades. Metodologicamente, o quadro a seguir explicita a proposta da transversalidade contendo os sete eixos e seus movimentos:

Quadro 1 – Eixos Temáticos da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, bem como a relação entre os eixos gerais e transversais

| Grupo   | Eixo Geral   | Eixos Transversais                                 |
|---------|--|--|
| Grupo 1 | Eixo 1: Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental do Brasil Rural e Fortalecimento da Agricultura Familiar e Agroecologia | Eixo 5: Autonomia das Mulheres Rurais              |
|         |  | Eixo 6: Autonomia e Emancipação da Juventude Rural |
|         |  | Eixo 7: Promoção do Etnodesenvolvimento            |
| Grupo 2 | Eixo 2: Reforma Agrária e Democratização do Acesso à Terra e aos Recursos Naturais   | Eixo 5: Autonomia das Mulheres Rurais              |
|         |  | Eixo 6: Autonomia e Emancipação da Juventude Rural |
|         |  | Eixo 7: Promoção do Etnodesenvolvimento            |
| Grupo 3 | Eixo 3: Abordagem Territorial como Estratégia de Desenvolvimento Rural e Promoção da Qualidade de Vida;                    | Eixo 5: Autonomia das Mulheres Rurais              |
|         |  | Eixo 6: Autonomia e Emancipação da Juventude Rural |
|         |  | Eixo 7: Promoção do Etnodesenvolvimento            |
| Grupo 4 | Eixo 4: Gestão e Participação Social   | Eixo 5: Autonomia das Mulheres Rurais              |
|         |  | Eixo 6: Autonomia e Emancipação da Juventude Rural |
|         |  | Eixo 7: Promoção do Etnodesenvolvimento            |

Fonte: Adaptado pela autora a partir do Documento de Referência da II CNDRSS (MDA, 2013).

A Conferência Nacional foi composta, por fim, por 1.200 delegados/as, 200 convidados/as e 100 observadores/as. Do número de delegados/as, 600 eram mulheres rurais, articuladas em movimentos sociais, organizações territoriais ou comunidades locais que participaram de todo o processo e puderam disputar espaços de poder e decisão, levantar suas necessidades, demarcar as desigualdades vividas por elas e propor ações e políticas públicas que dialogassem com a sua condição de mulher rural.

Na última década, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA construiu importantes instrumentos de políticas públicas que reconheceram as mulheres que vivem no campo como sujeitas ativas da economia rural. São ações que buscam promover e ampliar a

autonomia das trabalhadoras do campo, das florestas e das águas por meio do acesso às políticas públicas que garantem direito à terra, cidadania e desenvolvimento econômico e ambiental.

As políticas públicas atuais voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar dialogam com as reivindicações dos movimentos sociais de mulheres que incluem pautas relacionadas com a busca de acesso a direitos sociais e econômicos.

Essas reivindicações vêm acompanhadas do entendimento de que em um momento importante como a II CNDRSS é inaceitável deixar esse espaço reproduzir as desigualdades vividas pelas mulheres rurais. Por conta disso, o fato de se assumir os aspectos de gênero específicos das mulheres rurais durante a Conferência foi uma escolha política na construção de relações igualitárias e garantia da participação das mulheres e seus interesses na construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

O conceito da CNDRSS, planejado e proposto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável<sup>18</sup> (CONDRAF) que é composto por movimentos sociais e organizações e governo participantes, tenta incluir a igualdade de gênero como condição estruturante do desenvolvimento rural. Isso foi percebido a partir da metodologia concebida pela Conferência e na forma como foram conduzidos os trabalhos.

Entretanto, essa construção foi realizada a partir das disputas internas nas relações estabelecidas dentro do órgão colegiado e dos grupos de trabalho criados para a construção da conferência.

Para se ter uma ideia das disputas contra-hegemônicas já desenvolvidas no campo de gênero nos diferentes espaços de atuações no meio rural, no recorte do CONDRAF, foi somente em 2011 que o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Mulheres Rurais<sup>19</sup> foi criado, através da Resolução CONDRAF nº 80.

---

<sup>18</sup> Criado em 1999 e redefinido em 2003, o CONDRAF enquanto órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é um espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento rural, a reforma agrária e a agricultura familiar. Tem por objetivo propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas (BRASIL, 2016).

<sup>19</sup> Fazem parte desse Comitê: Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Diretora de Políticas para as Mulheres Rurais; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM; Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; .Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG; Coordenação de Mulheres da Federação dos Trabalhadores/as Rurais da Agricultura Familiar – FETRAF- Brasil; Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS; Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR/NE; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH; Ministério da Justiça – MJ; Ministério da Previdência Social – MPS; Movimento das Mulheres Camponesas – MMC; Movimento de Mulheres Quebradeiras de Côco – MIQCB; Articulação dos

Essa decisão assume institucionalmente que “ (...) ao longo da história as políticas públicas desconsideraram as desigualdades de gênero no meio rural e não desenvolveram estratégias para estimular a inclusão das mulheres na economia” (CONDRAF, 2011).

Também reconhece:

[...] a necessidade de consolidar e ampliar as políticas públicas para as mulheres sintonizada com os compromissos assumidos para a democratização no Brasil Rural a partir da promoção da igualdade de gênero; que as ações a serem desenvolvidas devem estar articuladas a uma política pública integrada para desenvolvimento rural sustentável, com enfoque nas atividades produtivas e nas políticas agrárias, com democracia de gênero; a necessidade da construção de uma estratégia de fortalecimento dos espaços coletivos democráticos, reforçando a presença e a participação das mulheres rurais (CONDRAF, 2011).

O Comitê, dessa forma, exerceu papel fundamental no debate sobre a Conferência, propondo estratégias de mobilização das mulheres durante a Conferência, considerando que a participação delas e a garantia da ocupação dos espaços com as propostas relacionadas às mulheres não são garantidas somente com a presença feminina e sim são disputadas no conjunto das relações políticas estabelecidas nesses espaços. Enfim, contribuiu com a presença da perspectiva feminista do desenvolvimento rural no conjunto da organização da proposta.

Em termos de metodologia, a garantia do debate de gênero e dos espaços de participação das mulheres rurais na II CNDRSS podem ser traduzidos como: a paridade de gênero e a garantia do debate como eixo obrigatório em relação à autonomia das mulheres rurais.

A paridade de gênero garantiu que na eleição dos/das delegados/das participantes de todo o processo da conferência, 50% das vagas fossem destinadas às mulheres.

A garantia do debate no eixo “Autonomia das Mulheres Rurais” propôs que o tema aparecesse na agenda da conferência e se traduzisse em diferentes propostas que congregam a percepção da construção de um desenvolvimento rural com igualdade de gênero.

Segundo o documento de referência da Conferência, que reflete sobremaneira a forma como estavam sendo percebidas, institucionalmente, as políticas públicas para as mulheres rurais, a partir da luta das mulheres rurais por autonomia: a efetivação da cidadania; a garantia de seus direitos econômicos e a socialização do trabalho doméstico e dos cuidados (MDA, 2013). Esses três pilares organizaram as demandas históricas denunciadas pelas mulheres. Refletiam o entendimento do que os movimentos e as políticas públicas tratam como

“autonomia”. Essa busca pela autonomia está pautada sobremaneira nos conceitos mais centrais da economia feminista realizado no debate interno dos movimentos sociais e organizações feministas.

Em termos de resultados do conjunto da II CNDRSS, que resultou no PNDRSS, podemos citar que essa Conferência foi a primeira no país a adotar a paridade de gênero em sua constituição. Do conjunto das estratégias de mobilização das mulheres realizada tanto pelos movimentos e organizações quanto pelo governo os resultados são visíveis: dez estados realizaram conferências setoriais de mulheres rurais, onde as mulheres se reuniram em uma plenária específica para debater, levantar propostas e estratégias de garantia de suas demandas e direitos nas propostas finais da conferência. Também outros dez estados fizeram plenárias de mulheres antecedendo as conferências estaduais, com a mesma função anterior. Foi realizada uma Conferência Setorial Nacional de Mulheres Rurais, onde as representantes de organizações, movimentos sociais se reuniram para demarcar espaço político nessa construção.

Os registros fotográficos a seguir mostram esses aspectos da participação das mulheres e das disputas travadas nos espaços de participação social criados, como necessidade para que as suas pautas e demandas sejam consideradas politicamente:



Figura 12: Conferência Setorial de Mulheres do estado da Bahia, que aconteceu nos dias 5 e 6 de junho de 2013, na cidade de Feira de Santana reunindo 200 mulheres rurais. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2013. Foto: Alexandra Filipak.



Figura 13: Estratégia de mobilização de mulheres para participação das conferências locais e estadual. Reunião com as Mulheres Indígenas da tribo Umutina em Barra dos Bugres, MT, em 16 de maio de 2013. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2013. Foto: Sany Spínola Aleixo.



Figura 14: Estratégia de mobilização de mulheres para participação das conferências local e estadual. Reunião com as Mulheres Rurais do programa Crédito Fundiário em Barra dos Bugres, MT, em 17 de maio de 2013. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2013. Foto: Sany Spínola Aleixo.



Figura 15: Atividade de mobilização e debate com as mulheres rurais do Rio Grande do Sul, em Santa Maria, em 12 de julho de 2013. Mais de 400 mulheres rurais se reuniram através da articulação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM/RS) para o Seminário de Lançamento do Projeto Fortalecimento de Organizações Produtivas de Mulheres Trabalhadoras Rurais e a realização da Conferência Setorial de Mulheres do RS. Fonte: Site SPM/RS [http://www2.spm.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_conteudo=4239&cod\\_menu=1](http://www2.spm.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=4239&cod_menu=1)



Figura 16: Conferência Setorial de Mulheres do estado de Goiás, realizada na cidade de Goiânia. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2013. Foto: Alexandra Filipak.



Figura 17: Conferência Setorial de Mulheres realizada no estado do Mato Grosso do Sul. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2013. Foto: Alexandra Filipak.



Figura 18: Conferência Setorial de Mulheres realizada no estado do Paraná, na cidade de Apucarana, em 6 de agosto de 2013. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2013. Foto: Ariane Brugnara.

No conjunto do PNDRSS, houve a presença de cento e quarenta e duas propostas específicas para as mulheres rurais sendo que destas, cento e trinta e duas foram enviadas pelas conferências estaduais e dez propostas da conferência setorial nacional de mulheres<sup>20</sup>.

Das propostas, algumas principais poderão se transformar em diretriz de ação para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural (MDA, 2014):

- Assegurar ampliação do Programa de Organização Produtiva para mulheres rurais;
- Garantir mínimo de 50% de mulheres beneficiárias atendidas pelo Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER;
- Adotar a paridade de gênero na contratação das equipes técnicas de ATER;
- Garantir, monitorar e ampliar o acesso à terra às mulheres – reforma agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário, regularização fundiária;
- Garantir 50% de participação de mulheres nos espaços de controle e gestão de políticas públicas e 30% de organização de mulheres.
- Ampliar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural;
- Promover o combate e a prevenção à violência contra as mulheres rurais;
- Garantir ampliação da licença maternidade de 04 para 06 meses, para as mulheres rurais;
- Destinar 30% dos recursos dos créditos rurais via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para as mulheres.

A Conferência, assim como outros espaços de gestão participativa das políticas públicas criados no Governo Lula (2002), são materialidades de um Estado ampliado onde é possível uma maior participação e intervenção social na construção da política pública a partir da atuação das mulheres rurais.

---

<sup>20</sup> Dados coletados pela pesquisadora, em novembro de 2013, na Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, MDA, a partir de sua participação como consultora nesta Diretoria e acompanhando o processo da II CNDRSS.



Figura 19: Plenária de Mulheres Rurais participantes da Etapa Nacional da II CNDRSS como estratégia de mobilização e garantia de presença política do debate de gênero e feminista no conjunto da Conferência. Fonte: ASCOM/MDA, 2013. Foto: Gustavo Rodriguez.



Figura 20: Plenária de Mulheres Rurais participantes da Etapa Nacional da II CNDRSS como estratégia de mobilização e garantia de presença política do debate de gênero e feminista no conjunto da Conferência. Fonte: ASCOM/MDA, 2013. Foto: Gustavo Rodriguez.

Os resultados em termos de participação das mulheres, de disputas de espaços, ideias e narrativas, e de possibilidades de materialização de estratégias para a igualdade de gênero e autonomia das mulheres no rural, através das políticas públicas, nesse caso da II CNDRSS, representam muito em se pensando em disputas de hegemonia. O campo brasileiro e as políticas de desenvolvimento rural, em sua recente história, por mais caráter progressista que possam ter na conjuntura que lhe deu abertura para isso, ainda é retrato das relações de gênero desiguais e do Estado e sociedade civil masculinizados, em sua visão e ação. Nos governos analisados, podemos perceber que há intencionalidades feministas, mesmo observando-se a permanência das características capitalistas e patriarcais do Estado.

Podemos analisar que esse processo foi mais uma luta travada pelas mulheres, com conquistas duradouras, pela capacidade estratégica de mobilização utilizada, e que esse Estado contraditório e disputado, através de seus governos, coloca em si, mais umas poucas e resistentes marcas feministas.

## **CAPÍTULO 4 – HISTÓRICO E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO PARA MULHERES RURAIS NO PERÍODO RECENTE (2003-2015)**

*Esta luta não é fácil, mas vai ter que acontecer, a mulher organizada tem que chegar ao poder. Vamos juntas, companheiras, vamos botar para valer, vamos quebrar as correntes do machismo e do poder.  
Canção entoada pelas mulheres rurais nas mobilizações pelas políticas públicas.*

Esse capítulo contemplará o histórico e a descrição das políticas públicas para as mulheres rurais no Brasil no período de 2004 a 2015. Serão analisadas as políticas públicas para mulheres rurais desenvolvidas através das institucionalidades criadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais - DPMR, apresentando alguns estudos já realizados sobre a questão (BUTTO e DANTAS, 2011), o histórico e a descrição das ações e análises dos dados documentais coletados.

Propõe-se olhar para esse contexto de políticas, analisando: as influências teóricas e feministas que são elementos centrais da atuação institucional e de intervenção sobre a realidade desigual vivida por mulheres rurais; os arranjos e desenhos institucionais e influências dos feminismos que disputam o rompimento de estruturas que negam ou silenciam as necessidades das mudanças das relações de gênero, uma espécie de feminismo de Estado; as possibilidades aparentes na execução de políticas públicas para mulheres rurais, com foco na organização produtiva, cidadania e socialização dos trabalhos domésticos e cuidados que dialogam com as aspirações feministas atuais.

Também serão trazidas para a análise as metodologias propostas para se garantir a participação das mulheres rurais na condução das políticas públicas, seus limites e possibilidades nas propostas de gestão participativa.

Em termos de metodologia, esse capítulo conta com a organização dos dados coletados durante pesquisas realizadas em Brasília, na DPMR/MDA, durante o período de 2013 a 2015. Esses dados são documentais e estatísticos, de caráter primário, utilizados para apresentação e análise de tais políticas no sentido de se trazer elementos históricos, de planejamento, gestão e implementação das Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil, numa perspectiva crítica.

A primeira seção trata dos aspectos teóricos das políticas públicas e do desenvolvimento rural, numa aproximação do contexto social e político das políticas públicas para as mulheres rurais.

Numa segunda seção a análise apresentada dialoga com a perspectiva histórica da criação da DPMR do MDA e de suas políticas públicas assim como as relaciona com a teoria

feminista já discutida nesse trabalho. Apresenta também a organização institucional e administrativa da DPMR propondo uma análise crítica em relação à construção de possibilidades de transformação das desigualdades de gênero no meio rural a partir da atuação do Estado. A seção se subdivide em seis políticas públicas que esse trabalho se propõe a analisar: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR, Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres – ATER que são as três políticas finalísticas desenvolvidas pela DPMR. Também serão analisadas as políticas de Acesso à Terra, de Articulação e Mobilização Territorial e de Parceria com os Organismos Estaduais de Políticas para Mulheres – OEPMs.

#### **4.1 Políticas Públicas, gênero e desenvolvimento rural no Brasil: aspectos teóricos**

As políticas públicas de gênero para o campo podem ser entendidas como políticas públicas contra-hegemônicas no contexto atual das relações entre Estado e sociedade civil, vinculadas às ideias de desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres, participação política e cidadania em interface com as discussões voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário presentes na agenda pública do país.

Elas têm características de gestão social participativa nos desenhos e propostas democráticas atuais. Podemos analisar que tais ações públicas comprometem-se com as mudanças das relações de gênero produzidas no interior das unidades familiares de produção da agricultura familiar, reforma agrária, florestas e águas, em interface com o redirecionamento dos fatores produtivos na agricultura familiar.

Desenvolvimento rural e campo estão sendo discutidos aqui considerando além dos aspectos econômicos, também aspectos políticos, culturais, identitários. Nesse patamar, o campo, os assentamentos rurais, grupos sociais de mulheres do campo são discutidos entre políticas públicas e direitos, os desenhos das desigualdades de gênero no campo e o debate sobre as possibilidades da construção da igualdade de gênero em interface com o desenvolvimento rural.

A discussão sobre o campo, gênero, feminismos e política pública faz referência a uma interpretação da sociedade que pode ser abordada na relação histórica da sociedade civil com o Estado incluindo a participação dos movimentos sociais na construção dessas redefinições.

Nos ajuda, portanto, o entendimento de que o Estado passa por transformações analíticas que vão desde a revisão da ideia de um Estado separado da sociedade civil, que ora serve a um interesse específico de classe (dominante), ora é considerado, na perspectiva

liberal, como um bloco monolítico vazio de atores sociais onde os interesses emanam dele através dos projetos de governo e das políticas sociais (HOFLING, 2001).

No entendimento da relação entre Estado e sociedade civil, participação e políticas públicas e, sobretudo, da dinâmica social, nessa perspectiva, podemos tratar de como as políticas públicas atuais se relacionam com a construção democrática em seus avanços e retrocessos.

O processo de abertura democrática brasileira, após ditadura militar, no contexto de redemocratização possibilitou o ressurgimento de movimentos sociais que pautam na agenda pública demandas por direitos, tanto na perspectiva dos direitos clássicos como terra, trabalho, saúde, entre outros, como dos direitos que relacionados às reivindicações não-materiais, questões ligadas à cultura e ao modo de produção simbólica da vida, demandas identitárias, debates relacionados às formas de vida política. Esses movimentos sociais e organizações da sociedade civil são sujeitos, portanto, das alterações das agendas públicas e das intervenções estatais caracterizadas em fins do século XX e início do XXI. São chamados, por alguns pesquisadores, de novos movimentos sociais (GOHN, 1997; DOIMO, 1995) ou de movimentos sociais contemporâneos que se autodefinem, compõem suas práticas políticas e discursivas, sua(s) identidade(s), suas metas e demandas, seus projetos determinadas pelas transformações econômicas, políticas, culturais, geográficas vividas na sociedade atual (MONTIEL, 2003; CASTELLS, 1999; SANTOS, 2002).

Numa perspectiva mais abrangente, a ideia de sociedade civil contemporânea contempla para além da contraposição ao Estado expressa pelos movimentos sociais na década de 1990, várias formas de participação e redefinições no campo social. Assim, podemos analisar que o conceito de sociedade civil ganhou novos contornos. Se esta expressão apresentava uma função mais político-estratégica que analítico-teórica durante o regime militar, em função da identificação desse vasto campo em contraposição ao Estado autoritário no contexto da democratização, o conceito de sociedade civil foi redefinido tendo em vista superar a dualidade com o Estado e a hegemonia do campo social (SHERRER-WAREN e LÜCHMANN, 2004).

Essa perspectiva, na relação da sociedade civil com o Estado, de participação dos sujeitos sociais na construção do espaço público configura, na garantia de direitos sociais, o diálogo nos espaços do Estado e na gestão social das políticas públicas (DAGNINO, 2002). Esse diálogo não representa um consenso de interesses e de ações sociais. Representa um espaço de interações sociais e simbólicas e de relações de poder assim como abrange conflitos

e disputas em torno das questões pautadas presentes nos desenhos atuais e plurais do movimento da sociedade.

No âmbito do desenvolvimento rural, Silva e Marques (2009), em texto que discute a noção de democratização relacionada com as políticas públicas e desenvolvimento rural, afirmam que a discussão sobre as políticas públicas pode ser abordada a partir do debate sobre a participação social e a descoberta do local como ambiente privilegiado para a democratização, citando as políticas iniciais voltadas para a agricultura familiar na década de 1990.

Segundo os autores, a relação da participação institucionalizada com a construção democrática e o desenvolvimento rural atual, que retira da sociedade civil a responsabilidade pela produção de transformações sociais e recoloca essa possibilidade no campo da relação Estado e sociedade civil, reinterpretando as esferas locais e o espaço público (SILVA e MARQUES, 2009).

É nesse contexto social e a partir dessas demarcações teórico-metodológicas que podemos situar as políticas sociais para a agricultura familiar que aparecem no cenário público a partir dos anos 1990, incluindo as políticas de crédito rural, de educação do campo, de reconhecimento identitário e cultural de povos tradicionais (raça e etnia) (CASTELLS, 1999), de geração de trabalho e renda, de gênero, entre outras considerando as suas diversidades, multiplicidades, e complexidades como expressões do mundo rural.

Em termos de evolução das políticas públicas para o meio rural, é possível dizer, nesse contexto, que os/as agricultores/as são considerados/as sujeitos do desenvolvimento rural, mesmo considerando as barreiras e desafios e conflitos já estudados na implantação dessas políticas (SCHENEIDER, et al., 2009). Novos atores sociais (re)surgem nesse processo da construção de ruralidade(s) contemporâneas (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2011).

Em específico com relação às demandas de gênero, ou às pautas feministas do rural, os movimentos sociais do campo, inicialmente mistos, ou seja, compostos por homens e mulheres, passam a expressar pautas que atravessam as relações de classe e trabalho e incluem as chamadas demandas contemporâneas. As questões de gênero aparecem nos movimentos mistos como resistência das mulheres sob inspiração feminista, de suas condições de desigualdades e silenciamentos históricos vividos na sociedade e nas próprias relações patriarcais dentro de tais movimentos. Os movimentos do campo compostos somente por mulheres nascem dessa contradição e das disputas relacionadas aos direitos das mulheres apontadas por elas mesmas no protagonismo feminista dessa construção. Apesar das demandas identitárias, incluindo as de gênero, serem chamadas na literatura de

contemporâneas, há que se reconhecer o histórico das resistências e protagonismos femininos nas disputas travadas no campo, silenciadas pela história oficial. À exemplo disso destaca-se a luta e a militância de Alexina Crespo e Elizabeth Teixeira. Alexina Crespo foi uma dirigente das Ligas Camponesas de Pernambuco, de 1955 a 1964. A relevância histórica dela está na sua militância de esquerda e luta social contra as injustiças vividas no campo, capítulo histórico da luta pela terra no Brasil (CABRAL et al, 2011).

Elizabeth Teixeira, da mesma forma, participou como liderança das Ligas Camponesas na Paraíba. Em 1964, após a morte de João Pedro Teixeira, seu marido, Elizabeth assumiu a liderança da Liga Camponesa em Sepé, PB. Tanto uma como outra, no conjunto das narrativas e simbologias hegemônicas, acabaram ocultadas sob a insígnia dos maridos (Francisco Julião e João Pedro Teixeira).

Com relação aos assentamentos de reforma agrária, os conflitos no campo emergiram através dos movimentos sociais colocando a reforma agrária e o desenvolvimento rural na articulação com debates públicos. Direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras passaram a ser discutidos configurando-se um complexo campo de disputas e novos desenhos sociais e identidades políticas. (MEDEIROS, 2010)

As políticas públicas de gênero para o campo podem ser consideradas como resultados no âmbito da relação entre movimentos sociais e Estado de intervenção pública e social no que se refere à vivência de direitos das trabalhadoras do campo, das florestas e das águas e da ideia ampliada de Estado e sociedade civil.

Nessa perspectiva de análise, ajuda-nos o olhar gramsciano sobre o Estado justamente por nos oferecer uma chave de interpretação que contribui para o entendimento das disputas e conquistas das políticas de gênero nas relações políticas e sociais.

Dessa forma, as categorias utilizadas por Gramsci nos seus escritos no cárcere, como Estado Ampliado e hegemonia podem ser traduzidas nesse trabalho como noções para o entendimento do que chamamos de políticas públicas contra-hegemônicas.

#### **4.2 Políticas Públicas para as Mulheres Rurais: aspectos históricos**

Do ponto de vista histórico, a questão da mulher rural numa perspectiva emancipatória e feminista nas ações institucionais do Estado, traduzidas em políticas públicas, não ocupou a agenda pública nem de forma alternativa ou disputada, antes dos anos 2003. Ocupou sim a cena política a partir da luta e organização das mulheres nos movimentos feministas e do campo como já foi apontado enquanto elemento histórico e teórico desse trabalho. Porém o espaço institucionalizado desse tema, transformado em políticas públicas com gestão

participativa só foi criado a partir da ascensão dos governos de esquerda, notadamente o governo Lula do Partido dos Trabalhadores no ano 2003.

As políticas públicas voltadas ao rural, historicamente, não consideraram o trabalho da mulher trabalhadora rural, reafirmando a sua invisibilidade. Em geral foi reforçada, nas ações do Estado, a naturalização das desigualdades de gênero vividas pelas mulheres agricultoras. O Estado, assim também é patriarcalizado, quando condiciona o acesso aos direitos e o desenvolvimento ao homem.

Houve alterações nos dispositivos legais no período de redemocratização do Brasil, com a inclusão do direito das mulheres ao desenvolvimento rural na Constituição Federal de 1988. Pode-se afirmar que foi a primeira vez que as mulheres rurais foram incluídas em um marco normativo que traduz direitos específicos. “O direito igualitário a terra foi conquistado com inclusão do artigo 189 na Constituição Federal e o acesso a previdência foi garantido no artigo 201” (HORA, 2015, p. 2).

Foi em 2003 que foram criadas institucionalidades no Estado capazes de traduzir direitos conquistados pelas mulheres e demandas em agendas públicas através de políticas públicas. Nesse ano instituiu-se a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). No mesmo período criou-se de forma descentralizada algumas poucas áreas específicas de gênero dentro de outros Ministérios do Governo Federal. No Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA foi criada uma área com o objetivo de articular e promover ações específicas para as mulheres rurais, colocando a meta da igualdade entre homens e mulheres como agenda na construção de um rural com desenvolvimento sustentável e solidário.

Segundo Hora e Butto (2014), esse contexto em que se assume a necessidade da construção da igualdade de gênero no conjunto das políticas públicas para a agricultura familiar, passa pela construção de um novo olhar para o rural brasileiro:

A partir de uma abordagem territorial, a estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário superou a concepção do meio rural como algo residual ou atrasado em relação ao meio urbano. O rural passou a ser concebido como espaço de produção, de vida e de sustentabilidade ambiental. Reconheceram-se as distinções entre os diferentes segmentos da agricultura familiar e o papel ativo destas populações na superação dos entraves ao desenvolvimento e buscou-se atuar no combate às desigualdades de gênero, geração, raça e renda ainda presentes no Brasil (HORA e BUTTO, 2014, p. 13).

Nessa perspectiva foi criado no MDA o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), em 2003, que teve sua origem no Programa de Ações Afirmativas do MDA em 2001. Um dos destaques que podem ser dados a esse programa refere-se ao debate realizado sobre a garantia de que 30% dos recursos de crédito rural da

Agricultura Familiar e Reforma Agrária fossem destinados às mulheres. Porém, como resultado da falta de instrumentos institucionais para as ações de gênero, essa meta acabou não se cumprindo nesse momento. O Programa tinha como recursos para seu funcionamento, acordos de cooperação internacional o que gerava fragilidades em termos institucionais.

O PPIGRE torna-se a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), ligada diretamente aos órgãos diretivos do MDA. Essa Assessoria (2003-2009) iniciou os primeiros desenhos estratégicos de uma institucionalidade capaz de qualificar alguns programas já existentes e impulsionar novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais, assim como das metas e demandas apontadas tantos pelos movimentos sociais quanto durante essa construção de institucionalidades. As primeiras ações relacionadas à temática de gênero, no MDA, podem ser consideradas como uma reação às demandas levantadas pelos movimentos sociais, em especial a 1ª Marcha das Margaridas.

Considerando que até 2003, praticamente, inexistiam ações de promoção da igualdade de gênero no meio rural, a ação da DPMR se constituiu, num primeiro momento, em incluir diretrizes de igualdade de gênero nas ações e programas sob gestão do MDA – INCRA a exemplo do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003 e nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural no mesmo período. Por conseguinte, foi-se estruturando políticas específicas para mulheres rurais e, paralelamente, garantindo-se a inclusão delas nas políticas mistas por meio da efetivação de cotas e orientações específicas. Exemplificam isto o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; a Ater Setorial; a garantia da Titulação Conjunta e Obrigatória da Terra no caso da Reforma Agrária e o crédito especial (Pronaf Mulher), dentre outros. (HORA, et al, 2014, p. 2,3)

A AEGRE transformou-se em Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais - DPMR, através do Decreto 7255/2010, da Casa Civil da Presidência da República. O órgão permaneceu ligado à Secretaria Executiva do MDA, com dotação orçamentária e equipe de trabalho para alavancar as ações que pudessem contemplar a garantia dos direitos à cidadania, acesso à terra e aos recursos produtivos, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio aos estudos feministas no campo, além do alargamento dos direitos das mulheres rurais no cenário internacional (HORA e BUTTO, 2014).

A Figura abaixo sintetiza o caminho institucional que buscou trazer para a agenda dos governos Lula e Dilma a institucionalização das Políticas para as Mulheres Rurais:

## Linha de Evolução da Institucionalização das Políticas para as Mulheres

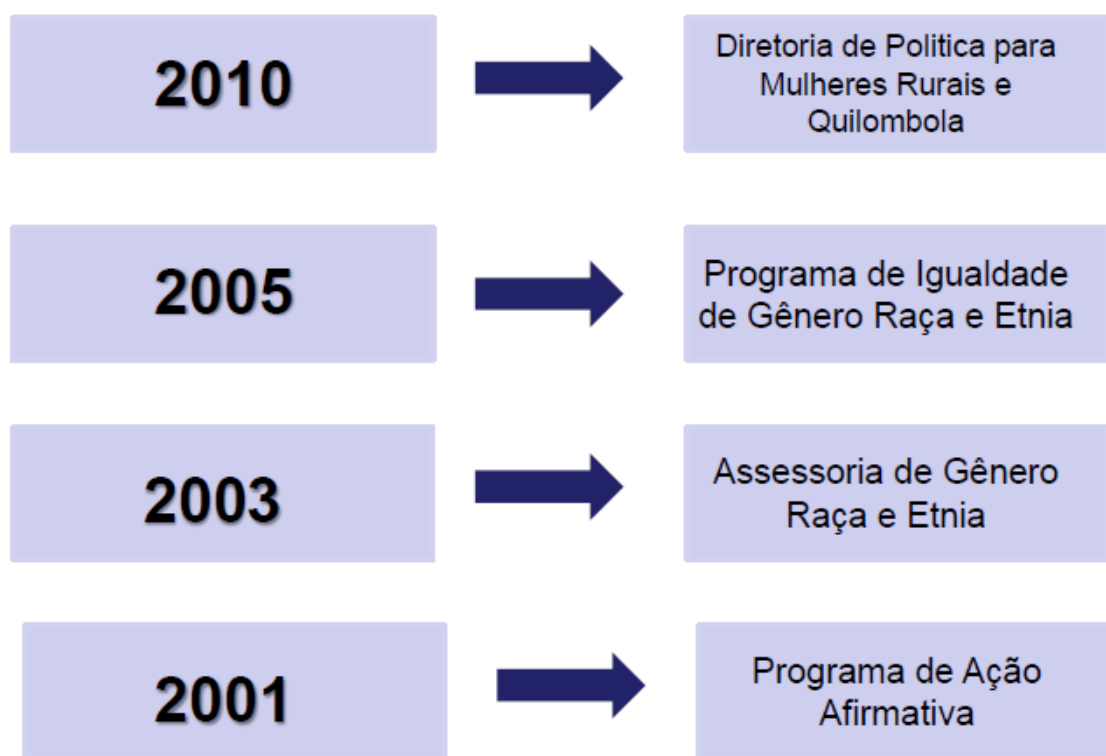


Figura 21: Alteração da Institucionalização das Políticas para as Mulheres no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fonte: Hora (2013) – palestra disponível no Site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM realizada durante a 48ª reunião do Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em 20 e 21 de agosto de 2013.

A estrutura administrativa da DPMR, ligada à Secretaria Executiva, permite “(...) uma maior capacidade de diálogo com as demais unidades do MDA e do INCRA, garantindo articulação transversal de ações de promoção à igualdade de gênero, além da execução de políticas específicas” (HORA et al, 2014, p. 4).

O Decreto 7255/2010, no seu 5º capítulo, define as atribuições da DPMR:

- I - articular e elaborar ações transversais que levem em conta as necessidades de inclusão social, especialmente no que diz respeito ao acesso aos direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais e das comunidades quilombolas;
- II - implementar ações, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projetos de promoção de igualdade, gênero, raça e etnia no âmbito do Ministério;
- III - contribuir para a formulação de políticas de promoção de igualdade de gênero e raça; e
- IV - articular ações interinstitucionais necessárias para a implementação de políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais e das comunidades quilombolas (BRASIL, 2010)

Ainda em termos administrativos, segundo Hora et al (2014), a estrutura da DPMR foi pensada em termos de eixos norteadores para a execução das políticas públicas, que dialogam

especialmente com as necessidades e agendas pautadas pelos movimentos e organizações de mulheres do campo e, teoricamente, com os fundamentos da Economia Feminista. Utilizando as descrições institucionais, pode-se afirmar que:

A DPMR indicou como rota para inclusão das mulheres as ações que efetivam o acesso a: (1) cidadania; (2) terra, água, território e bens naturais; (3) inclusão produtiva. Tais ações são articuladas considerando a abordagem territorial para execução e monitoramento da política pública. Outros temas se articulam a esta agenda, tais como: participação e controle social; integração e cooperação internacional; produção de estudos e informações e comunicação (HORA et al, 2014, p. 4)



Figura 22: Organograma de ações institucionais para o Desenvolvimento da Autonomia Econômica de Mulheres Rurais. Fonte: DPMR/MDA, 2015

A figura 22 ilustra a forma como a DPMR organizou seu trabalho a partir dos eixos Cidadania e Participação, Acesso à Terra e Inclusão Produtiva. De forma organizativa, duas Coordenações foram estabelecidas para dar organicidade a esses trabalhos: Coordenação Geral de Acesso à Terra e Cidadania e Coordenação Geral de Organização Produtiva.

A Coordenação Geral de Acesso à Terra e Cidadania executa as seguintes ações:

- Programa de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR;
- Ações de promoção à cidadania no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria;
- Ações de Mobilização e Articulação de Mulheres Rurais nos Territórios;

- Ações de parcerias com os Organismos de Políticas para Mulheres dos Governos Estaduais;
- Ações de apoio à socialização dos cuidados – acompanhando a agenda de Educação Infantil;
- Ações de apoio para garantia do direito de acesso à terra pelas mulheres; (HORA et al, 2014).

Dessas ações, serão descritas e analisadas as que têm execução na DPMR com orçamento próprio: PNDTR, Articulação e Mobilização Territorial, Parcerias com as OEPMs e Acesso à Terra.

A Coordenação de Organização Produtiva e Comercialização, segundo apresentado por HORA et al, 2014, p. 36: “(...) tem a função de fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, organizacionais, de gestão e de comercialização, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização”.

A Coordenação é responsável pelos seguintes programas e ações:

- Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR);
- Assistência Técnica e Extensão Rural Setorial – Ater Mulheres;
- Inclusão produtiva de Mulheres Rurais no Programa Brasil Sem Miséria;
- Promoção da igualdade de gênero e qualificação da Ater Mista;
- Inclusão das mulheres rurais nos Programas de Comercialização e Compras Públicas;
- Inclusão das mulheres rurais no Crédito Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar);
- Inclusão das mulheres rurais nas ações de desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária;
- Articulação para apoio e oferta de Infraestrutura produtiva para mulheres rurais;
- Inserção das mulheres trabalhadoras rurais nos mercados nacionais e internacionais.

Dessas ações, serão descritas e analisadas também as que apresentavam maior expressividade em termos de execução pela DPMR, considerando que se caracterizavam por ações orçamentárias: ATER Mulheres e POPMPR.

Os programas e ações da DPMR são executados a partir de alguns instrumentos, além da execução direta, como parcerias com Organizações da Sociedade Civil através de convênios e Contratos. Também através de descentralizações de recursos para entes da administração pública federal, estadual e/ou municipal.

Estruturalmente, a DPMR foi organizada considerando-se o diálogo muito próximo com o ideário feminista no sentido de construir possibilidades de despatriarcalizar o Estado. Porém, cabem críticas nesse processo no sentido de que a estrutura também apresentava

limites em sua constituição. Essa estrutura foi criada numa conjuntura política que propiciou o diálogo com a temática de gênero e favoreceu a sua construção. Porém, com os limites institucionais que são enfrentados nas negociações e no contexto do trabalho técnico e da condução política, internamente. Foram destinadas duas coordenações com equipes para o conjunto complexo das agendas de gênero para o meio rural. Adequando a estrutura conquistada com a necessidade, juntaram-se temas que exigiriam uma organização diferente.

No organograma essa questão fica clara quando junta-se cidadania com acesso à terra. Garantir o acesso à terra pelas mulheres é propor instrumentos de distribuição do meio de produção com garantia do direito ao acesso pelas mulheres. Refere-se aos fundamentos da economia e às agendas históricas de distribuição da terra e da Reforma Agrária. As ações em termos institucionais nesse sentido devem ser transversais, articuladas com outros órgãos que tratam do tema e exige um trabalho técnico e político específico.

Já os direitos de cidadania podem se traduzir em políticas finalísticas que garantem às mulheres seus direitos básicos e ampliados, como a participação política e as condições necessárias para a garantia de sua inserção no mundo do trabalho, como a socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados. Terra e cidadania juntas, numa mesma área, sugere que foi um arranjo encontrado em função dos limites institucionais, o que prejudica, sobremaneira a condução das agendas. Provavelmente, as negociações realizadas na construção dessa proposta de gestão foram árduas e revelaram os impasses de uma estrutura que designa a temas hegemônicos, melhores condições de atuações. E o gênero, nesse caso, por mais conquistas que tenha, encontra-se sempre marginalizado e em disputa.

A Gestão e Articulação Institucional está colocada nesse organograma como uma área, porém ela não tem coordenação específica, ficando a cargo da condução política diretiva da DPMR e transversalizada nas outras duas coordenações.

As políticas públicas planejadas e executadas pela DPMR foram pactuadas nos anos analisados em Planos Nacionais realizados através de espaços de gestão participativa de tais políticas, a saber: I, II e III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM – 2004; 2008; 2012); II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2003); Programa Brasil Sem Miséria (BSM, 2011-2014); Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN, 2010-2014); Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO – 2014-2015); Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS – 2014-2015) (HORA et al, 2014).

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres resultaram do diálogo estabelecido entre Estado e sociedade nas 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacionais de Política para as Mulheres,

realizadas nos anos de 2004, 2007 e 2011. O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário, PNDRSS também resultou do processo de conferência realizado nos anos de 2008 e 2013.

É possível analisar que a participação no processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas com recorte de gênero foi método assumido institucionalmente. Isso está representado nos processos de conferências nacionais e na instituição e fortalecimento da agenda política voltada às mulheres dos conselhos nacionais, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (GT de Gênero do CONSEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Mulheres Rurais CONDRAF).

Ademais, cada política pública planejada na DPMR cria um comitê gestor composto pelos diferentes segmentos da sociedade civil e movimentos sociais ligados à temática de gênero e campo como: Comitê Gestor do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR; Comitê Gestor do Programa Nacional de Organização Produtiva – POPMR.

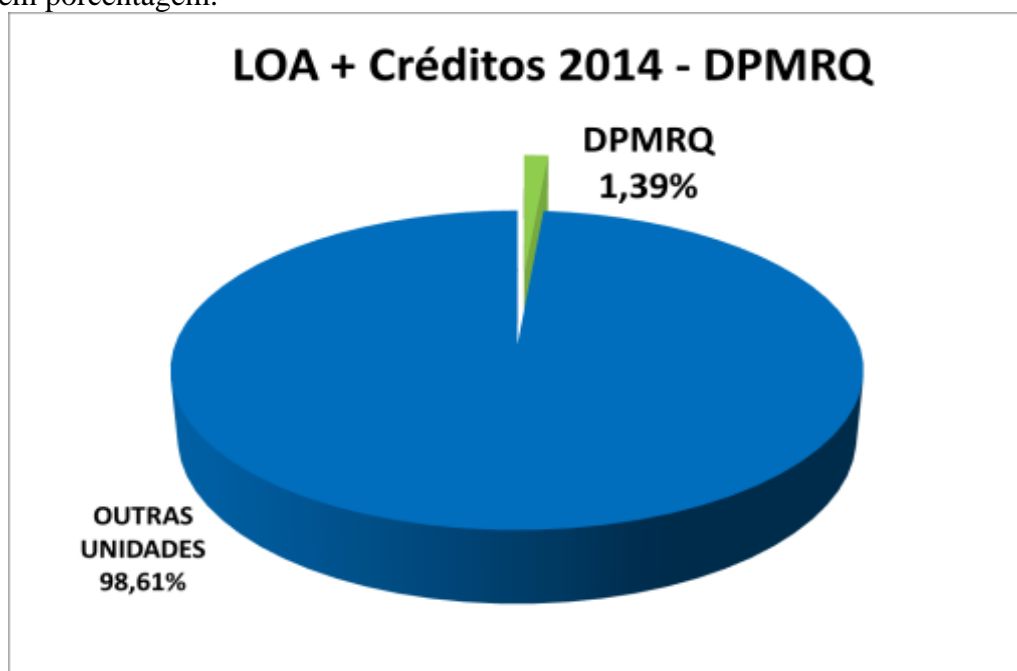
Nesse sentido há uma expressão forte em condições estratégicas para a realização da disputa de hegemonia dentro do Estado ampliado e nas relações de gênero na sociedade civil. Certamente as políticas públicas de gênero, no formato em que foram planejadas, tem como meta a materialidade do acesso das mulheres aos direitos de cidadania, como também apresentam potencial transformador do autorreconhecimento das mulheres, por elas mesmas na relação com as outras e com as instituições, das suas condições de submissão e dependência vividas no contexto da família e do trabalho. Esse autorreconhecimento tem um poder transformador das desigualdades que somente os dados e números do monitoramento das políticas públicas não são capazes de demonstrar. Quando uma mulher muda a compreensão de si, na sua subjetividade, é possível que as transformações materiais sejam mais efetivas juntamente com o acesso delas às condições de direito. As diferentes ações de políticas públicas, como a garantia do acesso à terra, a organização de grupos produtivos ou mesmo o fato de se garantir a documentação da trabalhadora contribuem, sobremaneira nesse autorreconhecimento assim como o autorreconhecimento é imprescindível para que transformações mais estruturais sobre as desigualdades de gênero se efetivem, como a desigual divisão sexual do trabalho na agricultura. Porque emancipação e autonomia da mulher tem a ver com as alterações nas suas relações de trabalho e vida e nas suas subjetividades.

Dentro do Estado ampliado, a presença das mulheres das organizações feministas nos cargos de direção política e equipe técnica da DPMR do MDA, assim como a presença delas na gestão dos processos garante a disputa constante frente à hegemonia patriarcal das políticas públicas. Disputa essa no campo simbólico, das ideias e narrativas, e no campo material, por recursos e institucionalidades.

Tanto no que se refere à criação de institucionalidades, ou arranjos institucionais para execução de políticas públicas de gênero, quanto na análise do acesso das mulheres rurais a essas políticas públicas e as mudanças nas relações desiguais de gênero no campo, a análise que está sendo feita nesse trabalho as coloca na esfera da disputa de hegemonia. As políticas públicas refletem sobremaneira a luta constante contra o patriarcado engendrado nas estruturas sociais tanto na sociedade civil quanto na política.

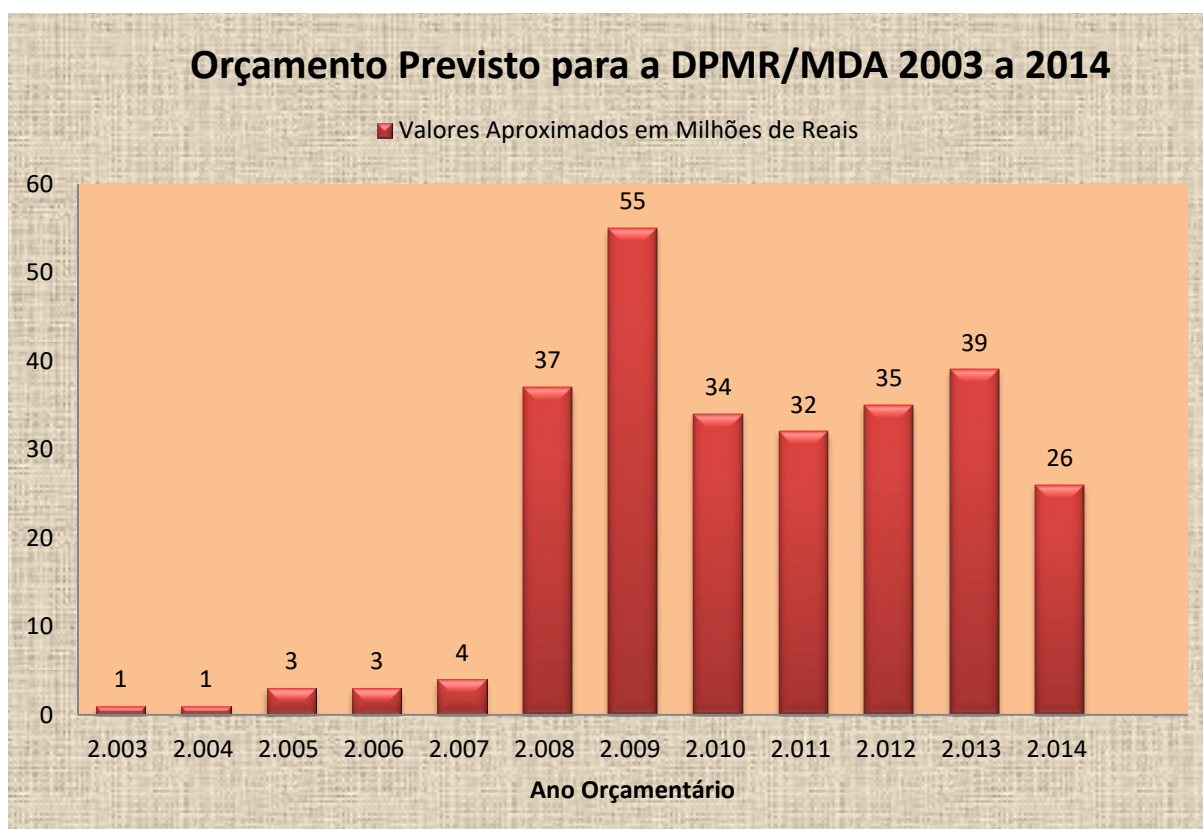
Estamos colocando as políticas públicas no nível das disputas pelo fato de que, mesmo com os avanços através da criação das institucionalidades aqui colocadas, pode-se perceber a fragilidade em termos institucionais. No conjunto orçamentário, por exemplo, avanços foram observados no período analisado. Porém representa uma destinação bastante pequena no contexto geral de distribuição de orçamento nas ações públicas federais. E mesmo no conjunto da distribuição orçamentária no MDA, a DPMR fica com uma fatia pequena na distribuição dos recursos. Porém essa porcentagem representa a maior destinação de recursos para políticas públicas específicas de gênero em se analisando a partir do conjunto do poder executivo em todo o período analisado. A DPMR executa 1,39% dos recursos totais do MDA, conforme os gráficos a seguir:

Gráfico 1: Orçamento executado pela DPMR em relação ao total do orçamento do MDA em 2014, em porcentagem.



Fonte: SPOA/MDA, 2014 retirado de HORA et al, 2014, p.7.

Gráfico 2: Orçamento previsto para a DPRM/MDA nos anos de 2003 a 2014



Fonte: DPMR, SPOA, 2013 em HORA et al, 2014. Gráfico elaborado pela pesquisadora.

Percebe-se pelo gráfico que o orçamento teve um importante acréscimo nos anos 2008 a 2011, considerando que nos primeiros anos de atuação do MDA não havia orçamento específico para as políticas de gênero.

Parte do crescimento do orçamento da DPMR ocorre em função do Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais – PNDTR, utilizado para a manutenção das Unidades Móveis de Documentação, incluindo ônibus e barcos, segundo o que consta em Hora (2014):

Durante o período de 2003-2014, o orçamento executado foi aumentando gradativamente, sendo que no PPA (Plano Plurianual) 2008-2011 houve um acréscimo expressivo em função da implementação das unidades móveis no PNDTR, seguindo tendência no PPA 2012-2015 face a necessidade de manutenção dos veículos e implantação de unidades fluviais. Nos primeiros anos de funcionamento do MDA, não havia orçamento próprio para as ações de promoção da igualdade de gênero, constituindo-se marco importante a inserção de ações nas peças orçamentárias (HORA et al, 2014, p. 7)

Outra estratégia de execução de políticas públicas utilizada pela DPMR/MDA é a proposta de integrar as ações do governo federal nas políticas de gênero. Os programas do MDA que incluem a estratégia de ampliar e fortalecer a participação econômica das mulheres trabalhadoras rurais são: II Plano Nacional de Reforma Agrária; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Programa Nacional do Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Dessa forma, caracterizaram-se algumas políticas públicas e programas centrais nas ações de governo, especificamente na gestão da DPMR/MDA. Nessa descrição e análise das políticas e programas citados consideramos a complexidade das formas de institucionalização de seus instrumentos de execução e gestão. Também consideramos que existem algumas outras políticas públicas de gênero para mulheres rurais em diferentes instituições do governo federal<sup>21</sup>, planejadas e executadas de forma transversal e integrada com outras políticas. Essas

---

<sup>21</sup> Podemos citar: Programa de Aquisição de Alimentos PAA, Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa Cisternas, Bolsa Verde e Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta – PNSIPCF e as Unidades Básicas de Saúde Fluviais do Ministério da Saúde; Programa Nacional de Educação no Campo – Pronacampo, Educação de Jovens e Adultos – EJA Saberes da Terra, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Campo, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA do Ministério da Educação; Políticas de Seguridade da Previdência Social; Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - Unidades Móveis Rurais de Atendimento às Mulheres da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres atual Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Fonte: <http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/servicos-e-politicas-publicas> Acesso em: 02 de janeiro de 2016. Também destaque para as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário: Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar - PRONAF Mulher.

não serão objetos de análise desse trabalho, porém são consideradas importantes dentro dos objetivos de mudanças nas situações de desigualdades, pobreza e invisibilidade vividas pelas mulheres do campo, das florestas e das águas.

O recorte de escolha das políticas aqui analisadas baseia-se em destacar as políticas que são executadas, especificamente, pela DPMR e que expressam um conjunto de ações que dialogam com a perspectiva da economia feminista: geração de autonomia econômica para as mulheres rurais, participação política e cidadania. Compreende-se que esse mesmo órgão apoia, participa da gestão, e busca integrar as outras políticas para as mulheres rurais, inclusive incidindo sobre elas, como é o caso do crédito Pronaf Mulher e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), porém, não serão objetos de análise por escolha metodológica. No caso específico do Acesso à Terra, a DPMR não tinha uma execução com orçamento próprio e sim o papel de articuladora institucional nessa temática. Dada a importância dessa questão, inclusive como estratégia de organização do trabalho da DPMR para a autonomia das mulheres, essa política permanece nas análises propostas como a única não executada diretamente por essa diretoria, mas reconhecendo seu papel na articulação para sua efetivação.

Objetivamente é possível afirmar que as políticas gerais do MDA e as específicas da DPMR são políticas que em sua essência buscam reconhecer o trabalho produtivo das mulheres rurais e fomentar estratégias para que elas possam acessar as outras diferentes políticas públicas, numa perspectiva de integração, e conquistar a sua autonomia econômica. De forma política, essa percepção está explícita. Porém, enfrentar as desigualdades que as mulheres do campo vivem requer uma complexidade que vai além de garantir a narrativa afirmativa feminista de Estado. Essa questão é passível de análise nesse trabalho.

#### 4.2.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR foi criado em 2004 em diálogo com as reivindicações dos movimentos sociais de mulheres e com a realidade desses grupos compreendendo as desigualdades de gênero vividas e os reflexos dessas na negação de direitos civis e de cidadania às mulheres trabalhadoras rurais.

A documentação das mulheres trabalhadoras rurais é uma das primeiras pautas apontadas em suas organizações e movimentos. Na primeira edição da Marcha das Margaridas, a necessidade de acesso à documentação pelas mulheres rurais já era apontada como um direito negado, uma necessidade em se pensando em cidadania.

Outra perspectiva dessa política pública é o diálogo com a realidade em que vivem as mulheres rurais assim como com a própria intencionalidade de elaboração e implementação

de políticas públicas de gênero. Muitas mulheres não tiveram e não têm acesso aos documentos básicos que as caracterizem como cidadãs trabalhadoras rurais o que dificulta a elas, entre outras questões, o acesso às outras políticas públicas.

Com relação à caracterização da ausência de documentação civil na população brasileira, ainda não foram produzidos dados oficiais que demonstrem essa variável. Porém sabe-se que esforços das organizações e da própria DPMR buscaram incidir em produção de estudos que possam trazer maior materialidade para a questão<sup>22</sup>.

A partir de acesso aos dados e análises preliminares dos estudos realizados, em especial sobre o PNDTR e produção de variáveis de indocumentação produzidos pela Fundação Carlos Chagas (LORENZO e RICOLDI, 2017), pode-se afirmar que o problema da indocumentação atinge grande parte da população brasileira em situação de pobreza com recorte de gênero, raça e etnia. As mulheres são as mais atingidas principalmente mulheres negras e indígenas.

Alguns outros estudos também demonstram que a maior concentração de população indocumentada está no campo e são as mulheres, mesmo se sabendo que ainda não existem dados oficiais que demonstrem esse não acesso à documentação. (MDA, 2013; SEDH, 2013).

De forma geral, o desconhecimento por parte da população rural mais empobrecida sobre seus direitos civis e trabalhistas, as dificuldades em arcar com os custos e ainda, a distância dos centros urbanos, onde se concentram os órgãos emissores, são barreiras que dificultam o acesso aos documentos. Outras causas ainda precisam ser melhor esclarecidas e não se conhece a dimensão desta condição. Atualmente, o IBGE dispõe apenas de estatísticas do sub-registro de nascimento<sup>23</sup>. Até então não foram produzidos dados oficiais sobre a ausência de documentação civil no Brasil. Pode-se afirmar, no entanto, que o problema atinge parte expressiva da população mais pobre e alvo de outras desigualdades sociais: as mulheres, principalmente as negras e as indígenas. (MDA, 2013)

Ter acesso à documentação representa um primeiro passo na conquista de direitos de cidadania das mulheres rurais. Representa mais do que a formalização legal de sua identidade como trabalhadora, a garantia de redefinição das subjetividades de quem, por muito tempo, esteve invisível aos olhos das pessoas, das comunidades e das instituições. Representa o seu

---

<sup>22</sup> Existem alguns Projetos de Cooperação Técnica PCT entre a DPMR/MDA e instituições de pesquisa para produção de estudos e análises referentes tanto à indocumentação quanto às estatísticas de gênero. Nesse caso podemos citar o PCT FAO - UTF BRA/083/BRA (Projeto de Cooperação Técnica Internacional do Brasil com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) através da Licitação 015/2013, firmado com a Fundação Carlos Chagas com o objetivo de avaliar qualitativamente o PNDTR e produzir indicadores de indocumentação. Também o Acordo de Cooperação com o IBGE através do PCT FAO - UTF BRA/083/BRA com o objetivo de produção de dados e informações estatísticas sobre gênero a partir da análise do Censo Demográfico e PNAD (Indicadores de Gênero) (HORA et al, 2014).

<sup>23</sup> O índice era de 20,9% em 2002, recuou para 12,2% em 2007 e caiu para 6,6% em 2010. Nesse ritmo, o Brasil tem a chance de vencer o desafio e reduzir a 5% o índice de sub-registro de nascimento, patamar considerado pelos padrões internacionais como erradicação (SEDH, 2013).

reconhecimento como trabalhadora em atividades importantes para a produção de alimentos, artesanatos e outros produtos em diálogo com a conservação ambiental.

Na palestra “Mulheres rurais e suas lutas pela cidadania: das campanhas pela documentação ao Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural”, proferida pela socióloga Arlene Ricoldi, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, no dia 9 de dezembro de 2015, na Universidade de Brasília, relata resultados de pesquisa coordenada por ela acerca do PNDTR que objetivou verificar aspectos relacionados à documentação das mulheres rurais e os obstáculos para que esse direito fosse efetivado.

Ricoldi explicita que a pesquisa parte do pressuposto de que há uma desigualdade no acesso aos documentos pelas mulheres rurais. Ela observou durante a pesquisa que um dos grandes problemas relacionados à documentação é que as mulheres rurais têm dificuldade de ter autorreconhecimento como trabalhadoras rurais, muito em função da invisibilidade de seu trabalho e dos papéis sociais assumidos no trabalho doméstico e de cuidados (IPOL/UNB, 2015).

Outro aspecto destacado na pesquisa é que o trabalho vinculado às organizações produtivas de mulheres tem um impacto importante nas mudanças das relações de gênero desiguais nos locais. Porém apresenta que o desenvolvimento da autonomia das mulheres através das políticas de incentivo à documentação e organização produtiva enfrentam sérias resistências patriarcais através de represálias e assassinatos de membros desses grupos (IPOL/UNB, 2015).

Considerando esses aspectos no planejamento das políticas públicas para mulheres rurais, o acesso às mulheres à documentação civil básica tornou-se central até mesmo para o desenvolvimento das outras políticas públicas, como por exemplo, as políticas de organização produtiva. Assim nasceu o PNDTR, uma das primeiras políticas públicas finalísticas da DPMR/MDA.

O PNDTR é regido atualmente pela Norma de Execução Conjunta MDA/INCRA nº 01/2007, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 27 de fevereiro de 2007, seção 1, pg. 211, que define seus objetivos e diretrizes, a saber:

Objetivos:

- I - assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia e possibilitar acesso às políticas públicas;
- II - promover ações educativas participativas, objetivando informar sobre a importância da documentação e orientar sobre políticas públicas com enfoque especial àquelas destinadas às trabalhadoras rurais;
- III - contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Diretrizes:

I - oferecer condições básicas que facilitem o exercício da cidadania e emancipação econômica das trabalhadoras rurais;

II - estimular processos participativos na execução, avaliação e monitoramento das políticas públicas para as trabalhadoras rurais, além da constituição e funcionamento dos comitês gestores;

III - promover difusão e capacitação sobre políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais (BRASIL, 2007, p. 211).

O PNDTR teve orçamento próprio garantido pela primeira vez no PPA 2008-2011 integrando-o à Agenda Social. No PPA 2012-2015 passou a integrar o Plano Brasil Sem Miséria, priorizando-se as ações a serem realizadas nas áreas de extrema pobreza. Desde então o PNDTR atendeu prioritariamente municípios incluídos nos mapeamentos do BSM e as famílias beneficiárias das chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (HORA et al, 2014).

A metodologia do PNDTR é organizada a partir de mutirões itinerantes para prestação de atendimento prioritário às mulheres rurais para emissão de diferentes documentos civis e trabalhistas. Esses mutirões de documentação são coordenados por 28 equipes estaduais articuladas pelas Delegacias Estaduais do MDA e Superintendências Regionais do INCRA.

Os mutirões são organizados pelas equipes locais e seguem um planejamento de atendimento às comunidades rurais onde as mulheres acessam, em seus locais de moradia e trabalho, um conjunto de infraestrutura e equipe próprias para a emissão de seus documentos. Os mutirões acontecem com deslocamento de unidades móveis, especialmente ônibus chamado de Expresso Cidadã, vans ou barcos próprios do Programa até as comunidades. Esses veículos apresentam uma infraestrutura técnica e humana capaz de emitir os documentos. Segundo relatório de HORA et al, 2014:

Nos mutirões itinerantes são emitidos, de forma gratuita, documentos civis, trabalhistas e de acesso aos direitos previdenciários, bem como a documentação necessária para a inclusão produtiva das organizações de mulheres, representando: Carteira de Identidade (CI), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Registro de Nascimento (RN), Carteira da Pescadora (C. Pesc.), Registro junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, o Registro Geral da Pesca (RGP), Bloco de Notas da Produtora, Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Registro no Cadastro Certificação Imóvel Rural (CCIR), Registro no CadÚnico, Atendimento para serviços de concessão de aposentadorias, agendamento de perícias, auxílio-doença, auxílio-acidente, licença-maternidade da previdência social (INSS) (HORA et al, 2014, p. 20).



Figura 23: Ônibus Expresso Cidadã utilizado nos Mutirões de Documentação da Trabalhadora Rural no estado do Maranhão. Fonte: Site do MDA/SEDA de 21 de outubro de 2015.

Durante os mutirões, uma das atividades realizadas para além da documentação das mulheres, é a realização de recreação infantil para as crianças que acompanham suas mães ou responsáveis no mutirão. Uma proposta de socialização do trabalho doméstico e de cuidados que atravessa a política pública de forma transversal e possibilita melhores condições das mulheres acessarem-nas dialogando com a realidade das mesmas.

Os barcos integraram o Programa mais recentemente, como uma necessidade da realidade geográfica dos estados do Norte do país. Se o PNDTR objetiva atender as mulheres onde se apresentam maiores índices de extrema pobreza e indocumentação, a Região Centro-Norte do país representava uma demanda não atendida. Assim percebeu-se a necessidade de uma logística própria para que os mutirões pudessem chegar até mulheres ribeirinhas, das florestas, agricultoras dessa região. São locais com alta demanda por documentação, com grandes distâncias e necessidades de travessias em rios. Dessa forma o PNDTR procurou dialogar com as especificidades regionais do país ao propor essa logística.



Figura 24: Barco Cidadã utilizado pelo PNDTR nos mutirões em localidades ribeirinhas onde o acesso é realizado via fluvial, principalmente na Região Norte do país. Fonte: Tereza Arruda, MDA. Site do MDA de 13 de maio de 2015.

Para Lorenzo e Ricoldi (2017, p. 2):

do ponto de vista das estratégias de organização do mutirão, constataram-se pelo menos quatro etapas: planejamento anual; contato, mobilização e articulação de parceiros, desde administração local até sindicatos, lideranças e grupos organizados; divulgação e execução do mutirão; e entrega de documentos.

Em cada estado, dependendo da forma como se articulam os/as representantes das instituições parceiras governamentais locais, maior ou menor capacidade de alcance a política pública alcança. Também há outros determinantes que caracterizam qualificação do processo.

Segundo relatório de Hora et al (2014) a capacidade de articulação entre os/as diferentes atores/atrizes do processo determina qual tipo de direcionamento será dado para o Programa e quais tipos de documentos são emitidos. Em alguns locais, a emissão da documentação gira basicamente em torno do Registro Civil, Carteira de Trabalho e Documentos Previdenciários, dando o foco especial para a identificação da mulher e acesso aos direitos previdenciários, requisitos padrão quando se discute cidadania. Em outros locais há uma articulação maior com o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e a visibilização do seu trabalho como produtivo e gerador de autonomia. Assim, emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) acontece apenas nos estados de AM, AP, RO, RR, MA, PB, PE, PI, GO, MS, MT, RJ e a emissão do Bloco de Notas Fiscal da Produtora nos estados da BA, MA, RO e RS (HORA et al, 2014, p 20).

Na contabilização geral da emissão dos documentos, os relacionados à organização produtiva das mulheres ainda são emitidos em menor número, demonstrando a dificuldade de se inserir esse debate nas instituições em seus diferentes organismos e transformá-lo em ações concretas para a vida das mulheres. Muito recentemente, esta questão foi tida como foco na forma de condução e nos objetivos do PNDTR:

A partir de 2010, o programa adquiriu novos contornos, a partir da necessidade de expansão da pauta de serviços prestados e da negociação de novas parcerias institucionais. Passou a oferecer, embora ainda em poucas unidades da federação o Bloco de Notas Fiscais - documento que possibilita a comercialização em diversos segmentos de mercado, além de comprovar a atividade profissional das trabalhadoras - e a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que possibilita o acesso ao PRONAF, PAA, PNAE e outros programas e políticas. Está em fase inicial de negociação a emissão de CNPJ durante os mutirões. (PIERRI, 2012, P. 7).

Na pesquisa realizada percebeu-se que para a DPMR a emissão de documentos voltados para o trabalho da mulher rural dialogaria com a implementação e a qualificação das outras políticas públicas, sobretudo as da Coordenação de Organização Produtiva. Também com as perspectivas feministas às quais se voltam as ações dessa Diretoria. Porém essas propostas esbarraram nas dificuldades institucionais, na burocracia do Estado, assim como na ampla complexidade que é conduzir um processo de implantação de política pública em nível nacional. Por todos esses determinantes o desafio da emissão de DAPs, Notas Fiscais de Produtoras, Carteira de Pescadora permanece tanto na instituição quanto nas demandas levantadas pelos movimentos sociais.

Os dados a seguir demonstram essa questão:

Tabela 3 – Execução PNDTR por documento emitido, segundo período definido

| <b>TIPO DE DOCUMENTO</b> | <b>2004-2006</b> | <b>2007-2010</b> | <b>2011</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> | <b>2014 **</b> | <b>TOTAL</b> |
|--------------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|--------------|
| RG                       | 114.533          | 516.586          | 74.441      | 86.162      | 144.733     | 108.614        | 1.045.069    |
| CPF                      | 82.371           | 352.090          | 45.562      | 75.195      | 127.013     | 95.793         | 778.024      |
| CTPS                     | 86.707           | 297.618          | 36.406      | 47.178      | 82.144      | 60.824         | 610.877      |
| RN                       | 14.623           | 92.404           | 15.207      | 22.395      | 24.939      | 18.150         | 187.718      |
| Carteira de Pesca        | 1.051            | 2.810            | 276         | 579         | 611         | 1.028          | 6.355        |
| Registro INSS            | 39.599           | 85.220           | 15.359      | 9.408       | 18.308      | 12.137         | 180.031      |
| DAP*                     | -                | -                | 26          | 2.160       | 7.085       | 3.266          | 12.537       |
| Bloco da Produtora       | -                | -                | 4           | 368         | 302         | 14             | 688          |
| CCIR*                    | -                | -                | 91          | 566         | 372         | 323            | 1352         |

\*A DAP e o CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) passaram a ser emitidos a partir de 2010

\*\* Dados parciais

Fonte: HORA et al, 2014. Adaptado pela pesquisadora.

No período analisado, somente foram emitidas 12.537 DAPs, 688 Blocos de Produtora e 6.355 Carteiras de Pesca, documentos esses essenciais para a visibilidade do trabalho da mulher e o acesso delas às políticas públicas de organização produtiva e para a geração de sua autonomia econômica necessária e imprescindível para as mudanças nas relações de gênero desiguais no campo. Esses números, em termos de abrangência de política pública mostram a fragilidade do PNDTR na agenda da cidadania relacionada a organização produtiva.

Do ponto de vista da gestão do Programa, foram organizados Comitês Estaduais e um Comitê Gestor Nacional composto por órgãos do governo federal, estadual e municipal, representantes dos movimentos sociais ligados ao trabalho no campo, floresta e água e à defesa dos direitos das mulheres. Foram representantes da gestão participativa do PNDTR: Governamentais:

- Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM)
- Secretaria de Direitos Humanos (SEDH)
- Ministério da Justiça (MJ)
- Ministério da Previdência Social (MPS)
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
- Receita Federal
- Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
- Organismos Estaduais de Políticas para Mulheres
- Secretarias de Segurança Pública dos Governos Estaduais
- Secretarias Estaduais da Fazenda
- Institutos de Identificação

Movimentos Sociais:

- Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
- Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
- Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
- Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf)
- Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- Setor de Gênero do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (HORA et al, 2014).

Em termos de operacionalização das ações, a DPMR utilizou instrumentos de acordos de cooperação, contratos de repasse e protocolo de intenções com os diferentes organismos parceiros do Programa para a execução orçamentária do PNDTR.

Tabela 4 – Execução do PNDTR, segundo período definido

|            | <i>2004-2006</i> | <i>2007-2010</i> | <i>2011-2014</i> | <i>TOTAL</i> |
|------------|------------------|------------------|------------------|--------------|
| Mutirões   | 585              | 2.511            | 3.407            | 6.503        |
| Documentos | 363.980          | 1.234.520        | 1.140.547        | 2.739.047    |
| Mulheres   | 207.439          | 587.339          | 559.241          | 1.354.019    |

Fonte: HORA et al, 2014 coletado em PNDTR, 08 janeiro de 2015 e MDA/DPMR, 2015. Adaptado pela pesquisadora.

Dados de execução de 2004 a 2014 demonstram que mais de um milhão de mulheres já foram documentadas pelo Programa. Essa marca foi comemorada em âmbito nacional no ano de 2013 como forma simbólica de demarcar a luta feminista no campo e que a possibilidade de ações públicas que promovem os direitos das mulheres continua sendo disputada na sociedade civil e no Estado.



Figura 25: Figura utilizada pela DPMR para divulgação do PNDTR. Fonte: Site Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, 14 de outubro de 2010.

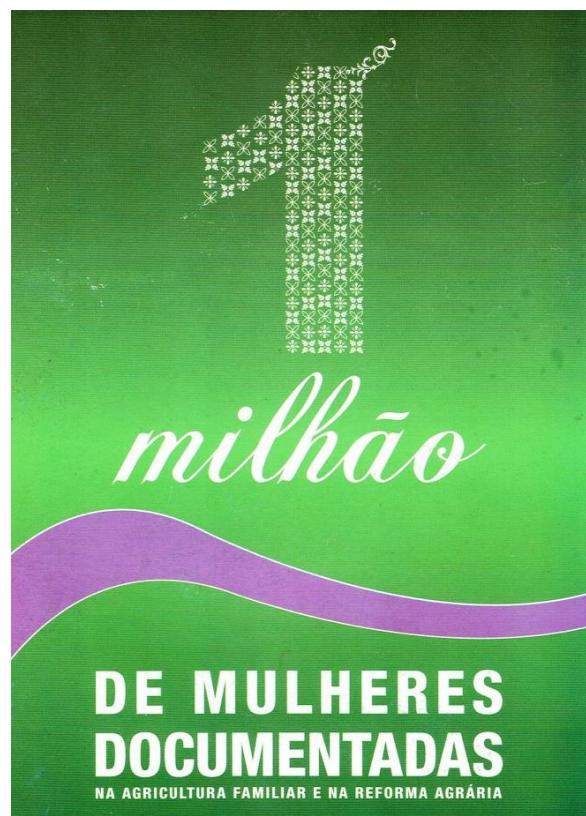


Figura 26: Folder utilizado na divulgação da marca de 1 milhão de mulheres rurais documentadas pelo PNDTR. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2013.

#### 4.2.2 Políticas de Participação Social no Desenvolvimento Territorial

Essa política pública refere-se às ações de mobilização e articulação de mulheres rurais nos territórios realizadas sob diferentes instrumentos de operacionalização e gestão pela DPMR/MDA. Dialoga transversalmente com outras políticas públicas no âmbito do MDA com potencial de inferir o debate de gênero no desenvolvimento rural sustentável e solidário nas propostas alavancadas pelo governo. Refere-se especialmente à estratégias que visam fomentar a participação social e política das mulheres no âmbito dos Territórios Rurais e nos Territórios de Cidadania.

Em 2008, foi lançado o Programa Territórios da Cidadania pelo MDA localizado na Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, tendo como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A ideia de desenvolvimento rural, portanto, passa discussão relacionada aos territórios, ao desenvolvimento local, em diálogo com a promoção da superação das desigualdades econômicas e sociais e com a conservação ambiental.

Território é considerado enquanto um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições; e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Os Territórios da Cidadania enfrentam o problema da pobreza rural identificado em diferentes regiões, que tem como características sociais o baixo acesso aos serviços básicos, estagnação da geração de renda, carência de políticas integradas e sustentáveis que possibilitem emancipação econômica de médio prazo, incluindo as condições de desigualdades vividas pelas mulheres assim como o potencial do protagonismo das mesmas nos territórios. Nesse desenho o Território é caracterizado por compreender um conjunto de municípios com perfil econômico e ambiental e possuir identidades e culturas autodenominadas por seus grupos.

Para Hora e Butto (2014, p. 20):

A opção pela abordagem territorial se deve a um novo olhar sobre o rural brasileiro, que considera a inexistência de primazia do espaço físico-geográfico para promover o desenvolvimento rural. Adota-se a noção de território como uma construção social e, portanto, também política, além de um espaço em que a prática dos sujeitos sociais assume papel crucial na orientação do desenvolvimento. Esta opção incide de

forma decisiva nas relações clientelistas e patrimonialistas ainda predominantes no campo.

Nessa perspectiva os/as atores/atrizes sociais locais são sujeitos dessa proposta. Uma forma de garantir o poder popular de participação nas decisões e conduções tanto de ações públicas quanto o incentivo à auto-organização popular. A participação social, dessa forma e a integração de ações entre governo federal, estados, municípios e organizações da sociedade civil são fundamentais para a construção dessa estratégia.

Em 2009 foi firmado um convênio entre a DPMR/MDA e duas entidades feministas não governamentais, o Centro Feminista 8 de março – CF8 e a Sempreviva Organização Feminista - SOF que teve como objetivos principais: o levantamento dos grupos produtivos de mulheres existentes nos territórios da cidadania de atuação; estímulo a criação e organização de novos grupos; a divulgação e acesso das políticas públicas para as mulheres rurais; a formação e capacitação das mulheres rurais/gestoras nas políticas públicas existentes. O convênio atuou de 2009 a 2013 em 86 territórios da cidadania, dos 120 existentes, e foram formados 77 comitês de mulheres nos colegiados desses territórios (HORA e BUTTO, 2014).

Essa ação representa a busca pelo fortalecimento da participação e autonomia das mulheres nos territórios da cidadania através do processo de mobilização, capacitação e formação das trabalhadoras rurais ampliando a participação dessas mulheres na gestão das políticas e no acesso às políticas públicas. A perspectiva feminista passa a compor o desenvolvimento territorial.

Outros instrumentos foram utilizados para executar ações específicas para as mulheres nos territórios. Através da chamada pública 2/2013<sup>24</sup> da DPMR/MDA estabeleceu-se convênios com Organizações Não Governamentais para execução de políticas voltadas à participação das mulheres nos territórios.

Esses convênios apresentam-se como importantes instrumentos para que as políticas de desenvolvimento territorial incluam na sua agenda a construção da igualdade de gênero no desenvolvimento rural proposto, através, sobretudo, da participação das mulheres enquanto sujeito econômico, político e social desse desenvolvimento.

Outra forma de execução de políticas públicas que visam o desenvolvimento territorial através da participação das mulheres rurais são parcerias estabelecidas com as Instituições de Ensino Superior através de edital público via Conselho Nacional de Desenvolvimento

---

<sup>24</sup> DOU de 26/10/2013, Seção 3, página 136.

Científico e Tecnológico (CNPQ)<sup>25</sup> que têm como objetivo garantir as reuniões dos Comitês Territoriais de Mulheres, promover encontros estaduais desses Comitês e garantir o trabalho de uma assessoria de gênero nos territórios. Com prazo de execução de dois anos, as IES contratadas contemplam instituições de todas as regiões do país garantindo a capilaridade da política pública, de acordo com o quadro a seguir:

---

<sup>25</sup> Edital MDA/SPM-PR/CNPQ (Chamada para Seleção de Projetos CNPQ/MDA/SPMPR Nº 11/2014 – DOU de 02/07/2014, Seção 3, Página 39).

Quadro 2 – Estados com IES contratados pelo Edital CNPQ que possuem ação específica para Mulheres

| Região          | Estados   | Nº de Territórios da Cidadania com NEDETS <sup>26</sup> | Instituições de Ensino Superior |
|-----------------|-----------|---|---------------------------------|
| Centro Oeste    | GO        | 04  | UNB, UFG                        |
|                 | MS        | 02  | UFGD                            |
|                 | MT        | 02  | UNEMAT, IFMT                    |
| <b>Subtotal</b> | <b>03</b> | <b>08</b>   | <b>05</b>                       |
| Nordeste        | BA        | 08  | IFBAIANO, UEFS, UNEB, UNIVASF   |
|                 | CE        | 04  | UFCA, UVA-CE, IFCE              |
|                 | MA        | 05  | UEMA, UFMA                      |
|                 | PB        | 05  | UFPB, UFCG                      |
|                 | PE        | 04  | UNIVASF, UFRPE                  |
|                 | PI        | 04  | UNIVASF, UFPI                   |
|                 | SE        | 04  | UFS                             |
| <b>Subtotal</b> | <b>07</b> | <b>34</b>   | <b>16</b>                       |
| Norte           | AC        | 02  | UFAC                            |
|                 | AM        | 02  | UFAM, UNB                       |
|                 | AP        | 02  | UNIFAP                          |
|                 | RO        | 03  | UNIR                            |
|                 | RR        | 02  | UFRR                            |
|                 | TO        | 02  | UFT                             |
| <b>Subtotal</b> | <b>06</b> | <b>13</b>   | <b>07</b>                       |
| Sudeste         | RJ        | 02  | UENF                            |
|                 | MG        | 04  | UNIMONTES                       |
| <b>Subtotal</b> | <b>02</b> | <b>06</b>   | <b>02</b>                       |
| Sul             | PR        | 01  | UEPG                            |
|                 | RS        | 03  | UFSM, UFPEL                     |
| <b>Subtotal</b> | <b>02</b> | <b>04</b>   | <b>03</b>                       |
| <b>Total</b>    | <b>20</b> | <b>65</b>   | <b>33</b>                       |

Fonte: Hora et al (2014, p. 29) adaptado pela pesquisadora.

Dos resultados dessas parcerias, com destinação orçamentária específica, pode-se citar a presença de ações específicas para as mulheres rurais em 65 Territórios da Cidadania o que contempla pouco mais da metade. O alcance também pode ser considerado juntamente com as demais ações relatadas aqui, o que significa que a disputa da garantia da participação política

<sup>26</sup> Os Nedets são formados por professores e pesquisadores de instituições públicas de ensino superior e são constituídos a partir de parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Eles atuam por meio de projetos de extensão na assessoria aos Territórios da Cidadania. Esses profissionais vão realizar, nos territórios, ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva (MDA, 2017). Acessado em [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_23/Nedets.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23/Nedets.pdf)

das mulheres rurais, assim como sua auto-organização e suas demandas, foi de alguma maneira garantida.

No que se refere à participação das mulheres na organização dos Colegiados Territoriais que são os órgãos de autogestão e de participação na proposição e implantação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial, elas de alguma forma, antes mesmo das parcerias e do trabalho estabelecido, já demonstravam iniciativas de disputas e ocupação dos espaços da política territorial demonstrando a luta constante das mulheres nos espaços sociais contra a imposição masculinizada dos espaços de decisão. Porém, poucas experiências foram relatadas de formação de Comitês de Mulheres nos Colegiados Territoriais antes dessas parcerias (HORA e BUTTO, 2014).

Essa política pública pode trazer para a estrutura a presença das mulheres, garantindo a materialidade da participação e das denúncias das situações de desigualdades vividas por elas, de uma forma contra-hegemônica. Também disputa o pensamento e as narrativas sobre um desenvolvimento rural com perspectiva feminista.

Com a participação incisiva e institucionalizada das mulheres a partir de seus Comitês Territoriais, surgem as questões das resistências patriarcais nas disputas por hegemonia. Segundo Hora e Butto (2014, p. 22):

As mulheres denunciavam as resistências que encontravam à sua participação por parte dos homens das instâncias colegiadas. Resistência presente, também, entre os próprios assessores territoriais e estaduais. (...) vários obstáculos se fazem presentes, dificultando o protagonismo das demandas das mulheres nesses ambientes de promoção do desenvolvimento, levando ao ressentimento delas como resultado de seu baixo poder decisório.

De toda forma, mesmo com a formação estrutural dos Comitês, as diversas experiências dos grupos de mulheres demonstram claramente que a política pública cumpre mais o papel de disputa do que de efetividade nas mudanças das relações desiguais de gênero.

É possível identificar também uma relação fundamental entre participação social e política e acesso às políticas públicas que, aos poucos, vai se configurando enquanto percepção no presente trabalho. Isso significa afirmar que há uma ligação direta entre a participação social e política e o acesso às políticas públicas pelas mulheres rurais. Se as mulheres têm participação em suas comunidades, em instituições, em organizações populares, movimentos sociais ou em organizações fomentadas pelas políticas públicas, têm uma melhor condição de buscar acesso às demais políticas que garantem direitos à elas. Contribuem com a participação para a disputa pelos espaços de construção do pensamento feminista, do enfrentamento das desigualdades de gênero nas suas vidas em família e social, e seu

autorreconhecimento enquanto mulher trabalhadora e cidadã. Essa percepção pode ser verificada tanto como premissa da noção feminista das políticas públicas e suas articulações aqui analisadas quanto na fala das mulheres apresentadas no capítulo 5 desse trabalho.

#### 4.2.3 Parcerias com os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres OEPMs

Essas parcerias podem ser caracterizadas como arranjos institucionais de execução de políticas públicas para mulheres rurais. Esses arranjos institucionais funcionam através de convênios entre a DPMR/MDA e os Governos Estaduais e metodologicamente propõe um desafio de integração das políticas públicas para as mulheres e uma proposta de garantir uma logística mais qualificada e que de fato consiga atingir as mulheres nas diferentes localidades do país, em termos de implementação.

As políticas públicas do MDA têm como parâmetro de decisão política para formulação e execução de políticas públicas, as desigualdades persistentes no mundo rural, dentre elas as referentes à pobreza e gênero. Esse cruzamento que norteia as políticas da DPMR através de ações voltadas à organização de grupos produtivos de mulheres e cidadania, entendida aqui na sua perspectiva ampliada (DAGNINO, 2004), inclui desde o programa de documentação até o incentivo à participação política das mulheres trabalhadoras rurais.

Sobre essa perspectiva de cidadania, no contexto complexo da sociedade contemporânea, Dagnino nos ajuda a conceituar:

Apontando para a superação do conceito liberal de cidadania, um outro elemento dessa visão ampliada é que a cidadania não está mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre o Estado e indivíduo, mas deve ser estabelecida dentro do interior da própria sociedade, como parâmetro das relações sociais que nela se travam. O processo de construção da cidadania como afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação de práticas arraigadas na sociedade como um todo, cujo significado está longe de ficar limitado à aquisição formal e legal de um conjunto de direitos e, portanto, ao sistema político-judicial. A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade (negociações de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social, etc.) (DAGNINO, 2004, p. 104-105)

Esse desenho de política pública se redefine no enfrentamento dos desafios postos na cultura de atuação do Estado, enfrentando questões como o silenciamento histórico em torno das políticas de gênero e de agricultura familiar, mesmo considerando um tempo presente de atuações nesse sentido. São essas novas construções de negociações de conflitos e relações no âmbito social que caracterizam as chamadas novas institucionalidades na cidadania.

Dessa forma, foi proposta a integração de duas políticas já executadas na DPMR, através de chamada pública para estabelecer parceria de execução dessas políticas com organismos estaduais de políticas para mulheres, e, através de Comitês Gestores, com organizações da sociedade civil e movimentos sociais. As políticas referidas são o Programa Organização Produtiva das Trabalhadoras Rurais – POPMR e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR. Essa proposta iniciou-se em 2011, com foco na execução de projetos de fortalecimento de organizações produtivas de mulheres rurais, articulando o PNDTR e o POPMR no sentido de ampliar e qualificar a abrangência destes Programas, bem como garantir a sua sustentabilidade.

Em 2012, os principais desafios impostos para as políticas públicas no âmbito do POPMR residiram na pauta das discussões realizadas no âmbito do Comitê Gestor, estruturada na construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), na realização das diretrizes e estratégias do próprio Programa, na vigilância sanitária e nos instrumentos de apoio aos projetos. Foi realizado chamamento público em julho de 2012, que resultou na aprovação de 46 projetos.

Um dos focos dessas ações foi a articulação e integração das políticas públicas sob a constatação que a complexa realidade na qual elas se inserem exige que as mesmas sejam executadas de forma a se integrarem, desafio colocado para as intervenções públicas atuais tendo em vista a necessidade de resultados mais eficientes de tais ações. O Programa Territórios da Cidadania é um exemplo de iniciativa de articulação de diferentes ações públicas em diálogo com as realidades sociais, econômicas e culturais locais. A DPMR adere, assim, ao Programa Territórios da Cidadania, fazendo incidir suas ações sob a ótica territorial.

Essa integração compreende o desafio das políticas públicas de convergirem e realizarem mudanças necessárias diante do perfil socioeconômico das trabalhadoras rurais, trabalhando na perspectiva da autonomia feminina, inclusão produtiva e cidadania.

Os programas PNDTR e POPMR têm interfaces em aspectos que vão desde a concepção e histórico até o público beneficiário, gestão participativa, objetivos e diretrizes finalidades e sua articulação se materializa na Chamada Pública lançada em outubro de 2011 denominada *Fortalecimento da cidadania e da organização produtiva de mulheres rurais*. reeditada em 2012, 2013.

Essa chamada buscou realizar formalização de parcerias com organismos estaduais de políticas para mulheres para execução de ações de mobilização, capacitação e assessoria às mulheres e suas organizações.

O público beneficiário dos projetos foram os coletivos de mulheres rurais (grupos informais, associações, cooperativas), incluindo agricultoras familiares, assentadas de reforma agrária, mulheres quilombolas, indígenas, pescadoras artesanais, extrativistas, aquicultoras familiares e ribeirinhas.

A intencionalidade dos projetos definia a necessidade de se intervir nas realidades socioeconômicas dos grupos de mulheres, de forma ampliada, com abrangência estadual e abordagem territorial, garantindo possibilidades de autonomia econômica e seu protagonismo no trabalho no meio rural.

A abordagem territorial se tornou, portanto, uma referência para as estratégias de desenvolvimento rural com recorte de gênero, a partir de uma visão integradora da multiplicidade e pluralidade das realidades rurais que não se resumem ao campo, ou ao agrícola, mas sim compreendem os diferentes espaços, atores sociais, sistemas socioculturais e ambientais e características locais que influenciam a vida e o trabalho no campo.

Como características das atividades que foram desenvolvidas no projeto, quatro ações com características territoriais, foram centrais:

- a) Qualificação das equipes técnicas de trabalho com as mulheres e qualificação das mulheres rurais para inserção produtiva e no mercado;
- b) Acesso à documentação civil, trabalhista e jurídica das mulheres rurais;
- c) Apoio a formação de grupos produtivos de mulheres rurais;
- d) Apoio à participação de mulheres na gestão territorial.

Os conceitos que acompanharam essa política pública como base das atividades a serem desenvolvidas passaram pela ideia de participação social, integração de políticas públicas, arranjos públicos de parcerias, abordagem territorial, além das discussões relacionadas à economia feminista. Dessa forma, as ações propostas contemplaram esses desafios de intervenção nas realidades das mulheres rurais.

A primeira ação compreendeu a gestão social, participativa e integrada das políticas para as mulheres rurais. Buscou criar e consolidar espaços de diálogo e participação das mulheres no âmbito local. Um exemplo foi o estímulo à formação e consolidação dos Comitês Territoriais de Mulheres através da articulação com movimentos sociais, órgãos representantes de mulheres, redes de grupos produtivos de mulheres, assim como a articulação de outros espaços de gestão social de políticas públicas através da participação das mulheres.

A segunda ação referiu-se à qualificação das equipes técnicas em economia feminista e solidária e políticas públicas. Um dos problemas identificados no âmbito local foi a

dificuldade de se fazer a gestão de ações ligadas ao tema gênero e meio rural justamente pela falta de capacitação e entendimento das equipes técnicas com relação ao tema. Foi um pressuposto da qualificação do trabalho a ser desenvolvido, a capacitação das equipes técnicas nos temas que são base da condução qualificada das políticas de gênero.

A terceira ação foi o apoio à cidadania das mulheres através do acesso à documentação civil, trabalhista e jurídica. Foram planejadas as intervenções para a promoção da autonomia econômica das mulheres rurais e mudança nas situações extremas de desigualdades vividas por elas. O acesso à documentação foi um passo inicial dessa conquista. As ações dessa parceria propuseram a garantia do acesso à documentação vinculando esse acesso à organização e qualificação dos grupos produtivos de mulheres rurais, que se apresentou na meta seguinte. O apoio à documentação foi realizado através dos mutirões de documentação incluindo atividades educativas para as mulheres e recreação infantil.

A quarta e a quinta ações referiram-se ao incentivo à formalização de grupos através do apoio e assessoria a grupos produtivos de mulheres com vistas à qualificação das ações, formalização, gestão e inserção em mercados institucionais.

A sexta ação teve um caráter de estímulo à participação política de mulheres rurais nos espaços de diálogo e decisões importantes na gestão territorial. Envolveu, assim, ações de capacitação para a gestão e monitoramento de políticas públicas.

A última ação indicada pela DPMR para os projetos das chamadas citadas foi o planejamento, gestão, avaliação, e divulgação das ações dos projetos compreendendo o aspecto da gestão compartilhada da política pública.

O quadro a seguir mostra uma síntese das parcerias estabelecidas entre a DPMR e os OEPMs, através dos contratos de repasse:

Quadro 3 – Contratos de Repasse acordados através de Chamadas Públicas

| <b>Proponente</b>  | <b>Objeto</b>   | <b>Período de Execução</b>                      |
|--|---|---|
| ACRE – Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres                                | Fortalecer a autonomia econômica das mulheres rurais do Acre e seu protagonismo na economia rural através de uma ação articulada e integrada entre organismos governamentais de políticas para as mulheres.               | Início:<br>30/12/2011<br>Término:<br>15/02/2016 |
| ALAGOAS – Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos            | Fortalecer a cidadania e a autonomia econômica das mulheres rurais do estado de Alagoas.  | Início:<br>30/12/2011<br>Término:<br>15/03/2016 |
| BAHIA – Secretaria de Políticas para as Mulheres   | Promover a cidadania, autonomia econômica e social e a prevenção e enfrentamento à todas as formas de violência contra as mulheres do campo   | Início:<br>31/12/2011<br>Término:<br>14/12/2014 |
| ESPIRÍTO SANTO – Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos | Fortalecer e dar visibilidade a contribuição econômica, social, cultural e política das mulheres trabalhadoras rurais do estado do Espírito Santo.  | Início:<br>31/12/2012<br>Término:<br>13/12/2015 |
| GOIÁS – Secretaria de Estado de Políticas para Mulher e Promoção da Igualdade Racial     | Fortalecimento da cidadania e da autonomia econômica das mulheres rurais e o seu protagonismo na economia rural do estado de Goiás  | Início:<br>27/12/2012<br>Término:<br>18/10/2015 |
| MARANHÃO – Secretaria de Estado da Mulher  | Promover ações de mobilização e capacitação para grupos produtivos de trabalhadoras rurais em 52 Territórios da Cidadania buscando fortalecer a autonomia econômica dessas mulheres e seu protagonismo na economia rural. | Início:<br>31/12/2012<br>Término:<br>20/05/2015 |
| PARAÍBA – Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos                          | Cidadania e Organização das Mulheres Rurais. Fortalecer a autonomia das produtoras locais na Paraíba.   | Início:<br>30/12/2011<br>Término:<br>05/04/2016 |
| RIO GRANDE DO SUL – Secretaria de Políticas para as Mulheres                             | Mobilização, capacitação e assessoria às mulheres trabalhadoras rurais e suas organizações produtivas no Rio Grande do Sul  | Início:<br>28/12/2011<br>Término:<br>18/03/2015 |

Fonte: Hora et al (2014, p. 30 e 31), adaptado pela pesquisadora.

As parcerias destacadas, até 2013, atenderam 36 Territórios da Cidadania, 23 Territórios Rurais e de Identidade e beneficiaram cerca de 55 mil mulheres rurais com uma destinação orçamentária de aproximadamente 14 milhões de reais (HORA e BUTTO, 2014).

Analisando o lugar das parcerias que resultam em política públicas para mulheres rurais de emancipação econômica, cidadania e socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados na discussão ora apresentada, pode-se refletir que ocupam o espaço de instrumentos institucionais para execução de ações voltadas para as mulheres rurais, com objetivos de

alteração nas desigualdades de gênero, vinculadas também à percepção de classe das trabalhadoras rurais e em diálogo com seus movimentos sociais.

Pode-se refletir que as ações propostas através da chamada pública e, posteriormente, em forma de parceria com disposição de gestão compartilhada, caracterizam-se como intervenções estatais feministas mesmo considerando historicamente as estruturas como hostis a essa agenda e mesmo admitindo o tempo das mudanças dessas estruturas como diferentes do tempo das mudanças nas relações sociais. Ou seja, as estruturas mudam lentamente e as relações sociais, se analisarmos os aspectos da reflexividade (GIDDENS, 1991), se alteram em um tempo diferente e se relacionam com as estruturas.

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. (GIDDENS, 1991, p. 39)

Assim, no contexto da vida social, mulheres se dispõem a, reflexivamente, pensar sobre si, desvelando posições de subordinação, e apontando essas desigualdades (de gênero, aqui colocadas) como necessárias nas relações sociais e estruturais.

Por isso essa forma de executar as políticas feministas que chamamos aqui de arranjo institucional, pode ser considerada como a materialização dessa relação estabelecida entre os feminismos entendidos como produção de pensamento e luta social e as estruturas institucionalizadas por esse feminismo que ocupa um lugar de resistência. Disputa por hegemonia e promoção de mudanças estruturais no que se refere às ações e percepções do Estado brasileiro.

#### 4.2.4 Acesso à Terra

O acesso à terra pode ser tratado como um direito clássico da classe trabalhadora do campo, negado no Brasil por toda a sua história e configuração fundiária. Com recorte de gênero, esse direito é negado sobremaneira, refletindo as desigualdades produzidas no âmbito do capitalismo, incluindo a concentração de terra considerada meio de produção e valorizada em termos de capital e refletindo a dupla desigualdade produzida nas relações sociais de gênero no acesso aos direitos pelas mulheres.

Foi discutido no capítulo 3 desse trabalho como esse debate de gênero foi incorporado dentro de movimentos sociais mistos de luta pela terra, pelo fato desses serem responsáveis pelo enfrentamento e mudanças estruturais no que se refere à distribuição de terras. Esse debate foi e ainda é disputado pela perspectiva feminista do tema e pelas organizações das mulheres interiormente dentro dos movimentos. No MST, por exemplo, que levou mais de

uma década para que colocasse em sua agenda de reivindicações recortes de gênero voltados aos direitos das mulheres e ao acesso à terra.

Segundo documento da ONU há uma relação direta e importante da mudança da realidade econômica das mulheres com a mudança da estrutura fundiária do país e com o direito delas ao acesso à terra.

Mudar a realidade econômica da mulher no meio rural brasileiro passa também por mudar a estrutura fundiária extremamente concentrada. O índice de Gini da distribuição da posse da terra era de 0,856, em 2006, praticamente inalterado desde 1975. Esta desigualdade também tem a marca de gênero. Em relação aos homens, é quase duas vezes maior o número de mulheres rurais que são responsáveis pelos estabelecimentos sem serem suas proprietárias. Ainda nesse universo, a mulher rural é responsável e proprietária de áreas com 33,17 ha, em média. O homem, 84,19 ha (ONU Mulheres, 2016, p. 81, 82).

Assim a alteração da configuração fundiária no país e, mais profundamente, a alteração da desigualdade de gênero no acesso à terra tem implicação importante na discussão relacionada à criação de possibilidades de geração de autonomia econômica das mulheres rurais feita pela economia feminista. É uma questão que deveria ser central no debate, pois pela característica estruturante que a discussão da posse da terra tem com relação ao enfrentamento do capitalismo e à reinvenção da vida no campo, exerce centralidade também no feminismo e na vida e trabalho das mulheres rurais.

As reivindicações dos movimentos sociais ligados aos direitos de mulheres de áreas de Reforma Agrária tentaram expor essa necessidade, juntamente com as denúncias acerca da concentração de terra e produção da pobreza. Assim, levaram a mudanças no SIPRA - Sistema de Informações nos Processos de Reforma Agrária, revisão nos contratos e títulos, para estabelecer a obrigatoriedade dos registros de titulação de terras em nome do homem e da mulher.

Institucionalmente, foram alterados os instrumentos de titulação de terras uma vez que, até então, refletiam a visão masculinizada do acesso à terra. Se a terra é meio de produção e o trabalho produtivo é atribuição do homem na constituição familiar, enquanto papel social atribuído, as políticas de reforma agrária e acesso à terra refletiam essa visão. Os questionamentos feitos a esse modelo acompanharam a história da mobilização das mulheres do campo, através de suas organizações.

A Portaria 981/2003 do INCRA determinou que a titulação conjunta fosse feita em casos de casamento ou união estável, e que, em casos de separação, a terra ficasse com a mulher desde que ela tenha a guarda dos filhos.

A Instrução Normativa do INCRA nº 38 de 13 de março de 2007 alterou os critérios nos processos de seleção de famílias para acesso à reforma agrária, dando-se prioridades para famílias chefiadas por mulheres.

A titulação conjunta de terras está garantida no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) como um direito das mulheres ao título dos lotes da reforma agrária, por meio da titulação conjunta obrigatória em condição de casamento ou união estável. O PNRA prioriza o acesso das mulheres chefes de família na sistemática de classificação de beneficiários/as. Mas esse tema só foi assumido no II PNRA (2003) no qual se admite a necessidade de se superar as desigualdades entre homens e mulheres em todas as fases da reforma agrária.

É importante destacar, nesse sentido, que na Reforma Agrária, no ano de 2013, as mulheres representavam 73% dos/das titulares registrado no SIPRA. Em comparação aos dados consolidados até o ano de 2003, marco do início institucional da titulação conjunta, que representavam que apenas 24% dos/das beneficiários/as de reforma agrária eram mulheres, há uma significativa alteração a partir da normativa (HORA e BUTTO, 2014). Representa um acréscimo de 49% de mulheres do total de beneficiários/as com titulação de terra.

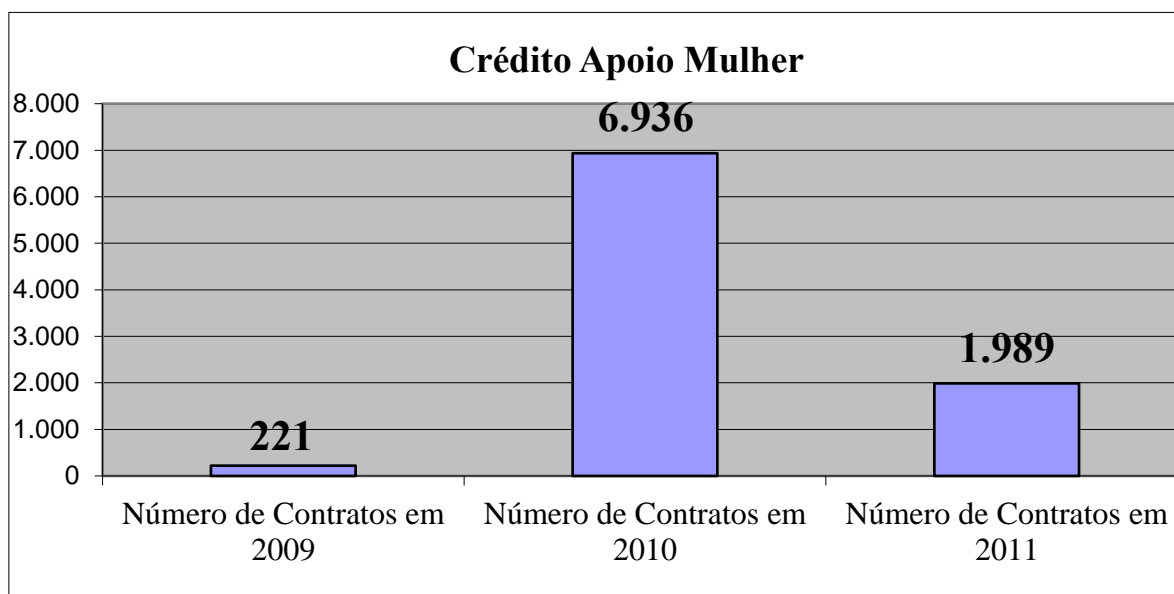
Ainda com relação à reforma agrária, o acesso à terra pelas mulheres foi pauta disputada por elas primeiramente dentro do MST para depois ser colocada como demanda da luta pela reforma agrária e se tornar agenda das políticas públicas de Estado. Depois de estar na agenda, ainda sim esse tema disputa espaço institucional para sua execução, enfrentando as institucionalidades patriarcais arraigadas nas estruturas, como é o caso do INCRA. Essa questão foi demonstrada no capítulo 3 desse trabalho, assim como foi problematizada acerca da própria estrutura da DPMR que não permite espaço institucional para ações mais específicas e mais qualificadas relacionadas ao acesso à terra.

Ainda relacionada à reforma agrária uma política pública de gênero localizada dentro das ações de acesso à terra, na DPMR, foi o chamado Apoio Mulher, criado em 2008. É uma política relacionada aos créditos de instalação de famílias assentadas executada pelo INCRA e articulada pela DPMR. O Apoio Mulher teve, inicialmente, uma execução significativamente baixa e em termos numéricos inexpressiva no período de 2009-2011. Foi uma política pública não priorizada e que esbarrou em várias dificuldades institucionais do INCRA e da relação dele com outros órgãos do governo federal.

Segundo dados disponíveis, foram somente executados 221 contratos de Crédito Apoio Mulher em 2009, em nível de federação. Em 2010 a Superintendência Regional do INCRA em São Paulo executou quase a totalidade desses contratos. Deve-se essa execução a

uma condição conjuntural interna da superintendência desse estado que planejou em função das demandas apresentadas pelas mulheres assentadas em suas organizações e executou através de metas estabelecidas aos técnicos e técnicas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Não significa, assim, um crescimento de abrangência dessa política em termos nacionais.

Gráfico 3: Número de contratos do crédito apoio mulher, Brasil, 2009-2011



Fonte: DPMR/MDA, 2015.

Em 2014 o Apoio Mulher passou por alterações. A edição da Medida Provisória nº 636/13 (convertida em Lei 13.001/14) e regulamentado pelo Decreto 8.256/2014 adotou uma nova sistemática de garantia de recursos ao público da reforma agrária, resultando numa certa proposta de modernização do Crédito de Instalação. Ele passou a se constituir como Fomento Mulher especificamente voltado à implantação de projetos produtivos a partir do trabalho da mulher titular do lote de reforma agrária (HORA et al, 2014). Também houve uma mudança na forma de operacionalizar esse acesso ao crédito, através de um cartão magnético bancário em posse da mulher. “Em 2014, foi alterado o *modus operandi* do crédito na reforma agrária. Isto garantiu que o mesmo fosse efetuado por meio de um cartão, garantindo a titularidade da mulher. Tal ação já é prática na aplicação do Bolsa Verde e busca integrar-se às ações do PBSM” (HORA et al, 2014, p. 51).

Para o ano de 2015, foram estabelecidas metas para aplicação desse crédito: 25.000 contratos estabelecidos no Plano Safra 2014/2015, 15.000 contratos planejados pelo MDA e o INCRA. Nesse planejamento o papel da DPMR ficou bem estabelecido, assumindo o

protagonismo das articulações necessárias com as Superintendências Regionais do INCRA para a execução dessa política, o que em termos de trabalho feminista dentro das estruturas do Estado parece ser um desafio grande. O INCRA apresenta claramente em sua estrutura uma resistência patriarcal muito forte. As questões de gênero esbarram nas burocracias criadas que amarram a instituição à execução de políticas públicas de uma forma muito conservadora. Mais do que nunca, no INCRA, as agendas de gênero e de outros temas marginalizados só acontece com resistência e disputa interna acirrada. É nesse conjunto de entendimentos que a DPMR propõe incidir ações a partir do Apoio Mulher diretamente em trabalho conjunto com o INCRA.

Em 2015, a crise política e institucional já alterou qualitativamente as ações do MDA, tanto em termos de recessão orçamentária, quanto de prioridades institucionais. A obviedade de que as políticas para as mulheres seriam umas das primeiras a sofrer retrocessos em vista da crise é demonstrada dada a fragilidade e nível de disputas constantes que as discussões de gênero precisam enfrentar no Estado capitalista e patriarcal.

Assim sendo, nesse período foram congeladas as ações de todas as políticas e programas da DPMR, observando-se uma condução técnica de manutenção do que já tinha sido acordado e uma condução política de resistência. Uma nova equipe assume a DPMR em 2015 colocando a articulação para a execução do Apoio Mulher como pauta principal da gestão, deixando as outras agendas em modo automático. Essa decisão enquanto estratégia de gestão tem uma perspectiva interessante diante da crise: o entendimento que a posse legal da terra com incentivo à inclusão econômica é essencial para se criar condições materiais para o desenvolvimento da autonomia das mulheres e alteração das situações de desigualdades vividas por elas. Essa agenda não havia encontrado espaço institucional com força política e técnica como as outras agendas da DPMR como já fora demonstrado nesse trabalho. Porém nesse momento de crise, foi o caminho encontrado para resistência de mais uma gestão das políticas para as mulheres, mas ainda frágil e pouco duradouro.

Em palestra proferida na Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema, SP, em 19 de setembro de 2015, a coordenadora de Organização Produtiva apresentou dados de execução e de metas para o Apoio Mulher. Esses dados demonstram que, no ano de 2015, até o mês de setembro, foram pagos 755 contratos de Fomento Mulher e 2083 encaminhados para pagamento (DPMR/MDA, 2015). Um pouco distante dos 15 mil planejados inicialmente.

Outra política pública de acesso à terra com recorte de gênero que passou pela discussão interna na DPMR foi a escrituração conjunta que aparece como direito no Programa Nacional de Crédito Fundiário que foi criado, em 2003 pela Secretaria de Reordenamento

Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA). Nos documentos da escrituração de propriedade dos imóveis no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é obrigatória a escrituração conjunta quando os beneficiários constituírem um casal, em situação de casamento ou união estável.

Analisando o conjunto de ações estabelecidas nessa temática, alguns questionamentos aparecem como indispensáveis. A noção de que a terra é meio de produção e que o crédito é incentivo à produção nos faz questionar o porquê da questão do Apoio Mulher e Fomento Mulher é colocada em termos operacionais, na Coordenação de Cidadania em se tendo um espaço específico na DPMR para a Organização Produtiva.

Fica claro que o tema acabou não tendo a prioridade e espaço institucional necessários para que as políticas públicas pudessem, de fato, causar mudanças estruturais significativas. A reforma agrária no país é realizada sob a pressão política dos movimentos sociais. Se a reforma agrária feminista é tema de disputa dentro dos próprios movimentos, no Estado ela ainda é relegada ao silenciamento.

Outro aspecto a ser analisado é que as institucionalidades criadas são bastante recentes o que demonstra, sob alguns aspectos, as fragilidades dessas políticas no conjunto histórico dos silenciamentos de gênero no Estado, assim como demonstra sua capacidade de resistência e alteração do contexto vivido pelas mulheres rurais nos âmbitos estruturais. Acessar a terra significa, além de ter o direito ao meio de produção, alteração simbólica e subjetiva nas relações estabelecidas nas famílias e nas comunidades, o que continua sendo uma expressão forte da luta feminista no campo.

#### 4.2.5 Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais

A política pública de organização produtiva para mulheres rurais, intitulada Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR, localizada na DPMR/MDA, sob coordenação e orçamento específicos foi planejada a partir dos mesmos elementos já destacados nas outras políticas: denúncia apresentada por movimentos sociais das realidades de desigualdades vividas pelas mulheres no trabalho produtivo, renda, divisão sexual do trabalho, acesso aos créditos. Nos documentos institucionais, cartilhas, chamadas públicas, livros, pesquisas é possível identificar sob quais bases de entendimento são planejadas as ações de organização produtiva na DPMR.

O documento que institucionaliza o POPMR e a Portaria Interministerial nº 2 de 24/09/2008 SPM/MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nele há destaques para a

compreensão da situação econômica das mulheres rurais e levanta questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, como também da função das políticas públicas (BRASIL, 2008).

Institucionalmente, se reconhece que as mulheres representam quase metade da população rural brasileira e que vivem sob condições econômicas, sociais, políticas e subjetivas desiguais. Trata da presença da mulher na economia rural, marcada pela divisão sexual do trabalho, com responsabilidade das mesmas pelas atividades domésticas e de cuidados e com as atividades produtivas voltadas aos quintais e para o autoconsumo familiar, sem o devido reconhecimento e remuneração (BRASIL, 2008).

Expressa também a criação das novas institucionalidades para as políticas públicas de gênero como a atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, que visa atender as demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres e organizações da sociedade civil, incluindo as mulheres rurais e seus direitos econômicos. E que essas novas institucionalidades visam “efetivar a cidadania e promover a autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais através de políticas voltadas para a garantia dos direitos a terra, aos serviços rurais, o acesso ao comércio, o resgate da memória coletiva e o apoio aos estudos feministas” (BRASIL, 2008).

Estabelece também o marco das ações públicas nesse tema que são as voltadas para a autonomia econômica das mulheres rurais, igualdade no mundo do trabalho, acesso à terra e cidadania (BRASIL, 2008).

Há um claro reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais na economia rural e a percepção da necessidade de se ampliar o acesso dessas mulheres aos serviços que gerem suportes para elas para a criação de organizações econômicas de base promovendo uma relação direta e autônoma das mulheres para com as políticas públicas da agricultura familiar.

Essa Portaria foi instituída considerando o Plano Plurianual 2008-2011 que criou o Programa de Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres e consta a ação governamental do MDA para a Organização Produtiva das Mulheres Rurais integrando os outros programas finalísticos do MDA para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

A partir dessas diretrizes foi instituído o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais - POPMR, que visa fortalecer organizações produtivas de trabalhadoras rurais através de políticas públicas de apoio à produção e comercialização (BRASIL, 2008).

Em termos de análise, esse Programa tem um forte diálogo com a reivindicação dos movimentos sociais de mulheres do campo sobre as estratégias para apoio e assessorias aos grupos produtivos de mulheres com foco no gerenciamento, comercialização, legislação sanitária, inovações tecnológicas e crédito. Caracteriza-se como uma política pública com

forte centralidade da discussão da autonomia econômica a partir da economia feminista e com possibilidade de materialização dessa proposição no âmbito do trabalho das mulheres rurais.

O POPMR, assim, objetiva fortalecer os grupos e organizações das mulheres rurais em redes produtivas, ampliando o seu acesso às políticas públicas e debatendo os princípios da economia feminista e solidária.

O apoio aos grupos produtivos inclui acesso a outras políticas públicas, de forma integrada, tanto as institucionalizadas na própria DPMR quanto as localizadas em outros órgãos do Estado ligados à promoção da inclusão produtiva da agricultura familiar e reforma agrária. Por exemplo, a transversalidade do acesso das mulheres aos mercados institucionais, em específico, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ambos localizados em termos de execução no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS.

O POPMR é uma das políticas finalísticas da DPMR, localizada na Coordenação de Organização Produtiva desta diretoria que visa executar um trabalho, através de políticas públicas, que contemple o fomento às organizações produtivas das mulheres rurais. Ou seja, vinculada essencialmente ao trabalho da mulher rural, essa coordenação congrega diferentes linhas de ação para se garantir a valorização econômica e subjetiva e reconhecimento do trabalho da mulher no campo, gerando autonomia segundo os princípios da economia feminista.

A importância desse programa reside na possibilidade de alteração do quadro de desigualdade econômica vivido pelas mulheres rurais como já demonstrado no capítulo 2 desse trabalho. Essa possibilidade passa pela execução das ações que incluem as mulheres no fluxo circular de renda, a partir de seu trabalho nas unidades de produção da agricultura familiar. Também pela capacidade de questionar a utilização que o capitalismo faz do trabalho doméstico e de cuidados desenvolvido pela mulher, para sua manutenção, gerando outras formas de realização desse trabalho no âmbito das famílias.

Muitos dos resultados desse programa têm uma interface forte com a perspectiva da economia solidária, uma vez que problematiza o sistema de mercado e propõe novas formas de se romper ciclos econômicos capitalistas subvertendo-os a partir das redes de comércio justo e a inclusão do trabalho das mulheres rurais em novos ciclos das economias locais. Nessa perspectiva, uma economia feminista e solidária no rural com viés anticapitalista e antipatriarcal.

Segundo documento da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres (2016, p. 87):

O Programa foi desenvolvido para apoiar a inserção das mulheres na economia a partir de relações igualitária, trabalhando na organização de grupos produtivos de mulheres, na formação, na capacitação e na promoção de espaços de comercialização específicos; e na articulação local para viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas, centrando-se, especialmente, em três questões: assistência técnica, acesso ao financiamento e possibilidades de comercialização de sua produção. Este programa tem tido, também, um olhar específico para a organização produtiva das mulheres quilombolas.

Esse texto aponta para as três frentes de trabalho principais estimuladas pelo POPMR que são a assistência técnica, crédito e comercialização. Em termos de diretrizes mais amplas, esse programa prevê: a promoção da igualdade de gênero; economia feminista e solidária; sistemas de produção sustentáveis e segurança alimentar; geração de renda e agregação de valor; valorização das mulheres negras e indígenas; estímulo à capacidade dos grupos de mulheres em fazer sua gestão econômica; trabalhos com redes de grupos de produção e acesso às redes socioassistenciais; participação e controle social (HORA et al, 2014).

Além da execução dessa política através de mecanismos e instrumentos próprios, a política pública de integração intitulada “Parcerias com os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres OEPMs” também executa ações do POPMR.

Com relação às principais ações desenvolvidas no POPMR, o relatório de gestão 2011-2014 de Hora et al (2014, p.37), destaca:

- Identificação e mapeamento das organizações produtivas de mulheres;
- Formação relacionadas às políticas públicas como as de Crédito, ATER e PAA, entre outras para o fortalecimento das organizações de mulheres;
- Capacitação sobre elaboração de projetos;
- Estudos sobre o acesso às políticas de apoio à produção e à comercialização;
- Apoio à realização de Feiras da Economia Feminista e Solidária Estaduais e/ou Territoriais;
- Financiamento de ações voltadas ao apoio à gestão, à agregação de valor e à comercialização.

Assim como nas outras políticas públicas descritas e analisadas aqui, o POPMR tem sua gestão compartilhada e participativa através do Comitê Gestor Nacional que congrega diferentes órgãos do governo federal e representantes de movimentos e organizações sociais do campo. O Comitê Gestor além de executar o planejamento da política e de suas formas de implementação, é uma espaço de estabelecimento de parcerias e arranjos necessários para que o POPMR cumpra seus objetivos.

O POPMR é executado através de chamamentos públicos para contratação de Projetos e Termos de Referências para Estudos, Pesquisas, Apoio e Desenvolvimento de Ações.

Também são realizadas ações de parcerias com IES por meio da descentralização de recursos e parcerias com os Organismos de Políticas para Mulheres, OPMs (HORA et al, 2014).

Um detalhamento desses instrumentos pode ser visto em UEMA, 2013:

O POPMR é desenvolvido principalmente por meio do financiamento a projetos, selecionados mediante apresentação de propostas às Chamadas Públicas, que são realizadas anualmente pela DPMR/MDA. As chamadas apresentam as orientações gerais para elaboração dos projetos, os pré-requisitos necessários para contratação das proponentes e os critérios de seleção das propostas. As instituições selecionadas são financiadas por meio de repasse de recursos públicos em forma de convênios ou contratos de repasse para a execução das atividades previstas no chamamento público (UEMA, 2013, p. 14).

Os dados a seguir demonstram as execuções realizadas no âmbito do POPMR de 2006 a 2014, totalizando 120 projetos contratados, quase 65 mil mulheres beneficiárias e perto de 32 milhões de reais investidos.

Tabela 5 – Número de projetos contratados, número de mulheres beneficiárias e valores contratados no POPMR, de 2006 a 2014, por triênio

| <b>Projetos do POPMR contratados</b> | <b>Número de projetos contratados</b> | <b>Número de Mulheres Beneficiárias</b> | <b>Valor Contratado R\$</b> |
|--------------------------------------|---------------------------------------|---|-----------------------------|
| <b>2006-2007</b>                     | 15                                    | 6.661                                   | 1.785.337,68                |
| <b>2008 - 2010</b>                   | 65                                    | 44.151                                  | 17.432.518,07               |
| <b>2011-2014</b>                     | 40                                    | 13.565                                  | 11.921.795,21               |
| <b>TOTAL</b>                         | 120                                   | 64.377                                  | 31.139.650,96               |

Nota: 2006 e 2007 foram contratações anteriores à criação do POPMR. 2008-2014 referem-se a projetos contratados no âmbito do POPMR. Dados de 30/01/2015. Fonte: DPMR/MDA, 2015.

Segundo UEMA (2013) as chamadas públicas de 2008 tinham como objetivo contribuir para a promoção da autonomia econômica de mulheres articuladas em grupos e organizações produtivas e incentivar a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais e organizacionais, assim como as experiências relacionadas aos processos de gestão, produção e comercialização.

Esse edital previa atividades tanto de capacitação de mulheres rurais em desenvolvimento rural e gênero e sobre as políticas públicas de produção e comercialização. As linhas temáticas nas quais as propostas poderiam se enquadrar eram:

- a) trabalho não remunerado das mulheres;
- b) ATER/ATES diferenciada para grupos e organizações de mulheres;
- c) fortalecimento institucional de grupos e redes de produtoras rurais; d) promoção da agroecologia e manutenção da biodiversidade;
- e) cadeias produtivas locais e regionais;

- f) qualificação e certificação para a inserção da produção das mulheres nos mercados; g) beneficiamento da produção, inserção mercadológica e atividades pluriativas em assentamentos da reforma agrária;
  - h) políticas públicas de comercialização.
- (UEMA, 2013, p. 15, 16).

Com um valor mínimo de 100.000,00 reais, e máximo de 200.000,00 por projeto, foram recomendados pela equipe técnica 12 propostas, apresentadas e aprovadas pelo Comitê Gestor Nacional.

No ano de 2009 o edital apresentou uma inovação importante que passou a dialogar com caminhos mais efetivos, a partir das experiências já desenvolvidas, de efetivação da autonomia econômica das mulheres rurais.

Essa inovação foi a possibilidade de apresentação das propostas em duas modalidades específicas.

A primeira de Apoio a Grupos Produtivos estava dividida em duas linhas: a Linha A) Fortalecimento de Grupos Produtivos e a Linha B) Fortalecimento de Redes e Articulações de Grupos Produtivos. A diferenciação entre as duas linhas estava na abrangência dos projetos, sendo a Linha A voltada para projetos de abrangência territorial ou municipal e a Linha B para projetos de abrangência estadual, regional ou nacional; e nos valores dos projetos, sendo o limite de R\$ 200 mil para projetos da Linha A e R\$ 800 mil para projetos da Linha B. Outra diferenciação importante era que a Linha A era de ampla concorrência e a Linha B estava direcionada para as redes, movimentos e articulações integrantes do Comitê Gestor do POPMR (UEMA, 2013, p.16).

Nesse ano de 2009 foram 29 projetos apoiados com 19.943 beneficiárias no valor de R\$ 6.756.176,16 englobando 50 territórios da cidadania.

Com os mesmos limites de valores, em 2010 o edital apresentou divisão em 3 modalidades:

- a) Apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais;
- b) Apoio às Redes de Organização Produtiva;
- c) Apoio às Feiras de Economia Feminista e Solidária.

As metas propostas traziam alguns temas diferentes que ampliam o espectro de atuação do Programa:

realização de estudos, pesquisas, diagnósticos e sistematização de experiências com objetivo identificar, analisar e socializar informações sobre o envolvimento das mulheres nos temas relacionados a trabalho doméstico; produção agroecológica, extrativista, pesqueira e artesanato; mercados, cadeias produtivas e viabilidade econômica; gestão econômica e administrativa; formalização jurídica; comercialização feminista e solidária; certificação social e ambiental; acesso às políticas públicas e desenvolvimento rural (UEMA, 2013, p. 16)

O Programa, nesse ano apoiou 31 projetos com 18.031 beneficiárias no valor de R\$ 8.334.791,89 englobando 81 territórios da cidadania. Dos 31, 25 apoiavam as organizações

produtivas de mulheres, 5 apoiavam as redes de produtoras e 1 as feiras de economia feminista e solidária (UEMA, 2013).

A partir de 2011 o chamamento envolveu não somente as entidades privadas, como também os governos estaduais por meio de secretarias específicas sobre as desigualdades de gênero o que integrou as políticas públicas da DPMR.

Detalhando os dados mais recentes de 2011 a 2014 temos:

Tabela 6 – Número de projetos contratados, número de mulheres beneficiárias e valores contratados no POPMR, de 2011 a 2014

| <i>ANO</i>         | <i>Nº DE PROJETOS</i> | <i>BENEFICIÁRIAS</i> | <i>VALOR R\$</i>     |
|--------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| 2011               | 6                     | 73.184               | 11.980.503,31        |
| 2012               | 16                    | 5.735                | 5.684.681,60         |
| 2013               | 14                    | 4.275                | 3.655.647,59         |
| 2014               | 10                    | 3.555                | 2.581.466,21         |
| <b>2011 - 2014</b> | <b>40</b>             | <b>13.565</b>        | <b>11.921.795,40</b> |

Fonte: HORA et al, 2014.

Em síntese, de 2008 a 2013 foram apoiados 159 projetos. Outros resultados foram a identificação de 9.402 grupos produtivos de mulheres articulados às Redes e Movimentos Sociais integrantes do Comitê Gestor do Programa, dos quais 3.129 oriundos dos Territórios da Cidadania. Também foram realizadas capacitações em políticas públicas que envolveram 3.595 mulheres de 86 territórios da cidadania, assim como o apoio à comercialização dos produtos das mulheres ocorreu através da realização de três Feiras territoriais, regionais e estaduais da Economia Feminista e Solidária envolvendo 296 grupos de mulheres, com investimento equivalente a R\$ 2.293.762,00 (DPMR/MDA, 2015).

No ano de 2014 foram organizadas estratégias de repasses de recursos orçamentários, através de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) para instituições de ensino superior (IES) para execução das atividades do POPMR através da extensão universitária. O objetivo foi fortalecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, promovendo sua autonomia econômica.

Tabela 7 – Relação de Instituições de Ensino Superior que contrataram Termos de Execução Descentralizada para execução das ações do POPMR e número de mulheres beneficiárias, ano de 2014

| UF           | Instituição | Beneficiarias |
|--------------|-------------|---------------|
| AM           | IFAM-UEA    | 200           |
| PA           | UFPA        | 750           |
| RR           | UFRR        | 80            |
| <b>TOTAL</b> |             | 1030          |

Fonte: HORA et al, 2014.

Um questionamento que pode ser realizado a respeito da Política de Organização Produtiva é a questão do acesso ao crédito pelas mulheres rurais. Se uma das ações, em 2014, prioritárias para a DPMR foi o acesso ao Fomento Mulher, porque ele está localizado na política de acesso à terra? De toda a forma, o acesso ao crédito tanto na reforma agrária como na agricultura familiar deve ser uma meta importante para o desenvolvimento da organização produtiva das mulheres.

Dois contratos de repasse da DPMR para as OEPMs demonstraram um trabalho efetivo na execução do POPMR e do PNDTR. As Secretarias de Políticas para Mulheres do estado da Bahia e do estado de Goiás atuaram de forma a articular arranjos institucionais com vontade política para executar as ações. Sua participação na II CNDRSS pautou o debate de gênero de forma a conquistar e garantir espaços necessários para as políticas para as mulheres rurais. De uma forma complexa, os dois organismos, a partir das políticas públicas propostas, juntamente com o trabalho desenvolvido em seus locais, fortaleceram políticas locais para as mulheres rurais, o que não acontece de forma geral em outros estados do país.

#### 4.2.6 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para Mulheres

No início da década de 1980, apoiando-se em pautas que tinham inicialmente como objetivos melhorias no atendimento médico e hospitalar aos pequenos produtores rurais, o movimento das mulheres passou a reivindicar o enquadramento das mesmas como beneficiárias diretas da Previdência Social.

Durante a década de 80, os objetivos do movimento tornaram-se mais complexos, pois, para terem acesso aos benefícios solicitados, as mulheres deveriam ser reconhecidas como trabalhadoras rurais, tanto pelos órgãos governamentais responsáveis pela atribuição dos benefícios, como pelos sindicatos de trabalhadores rurais (BRUMER, 1988).

Neste sentido, tendo sua legitimidade apoiada pelos mais diversos agentes externos, a pauta que incluía a saúde da mulher, a obtenção da licença-maternidade, e a regularização dos direitos de aposentadoria, reconhecendo o trabalho da mulher rural e sua integração individual nos sindicatos e cooperativas, foi incorporada na constituição de 1988.

Graças a seu envolvimento massivo tanto nas lutas que precederam a aprovação da legislação referente à Previdência Social como nas que ocorreram posteriormente, no período em que essas leis estavam sendo regulamentadas por legislação específica, as mulheres que participaram das mobilizações têm a percepção de terem obtido uma conquista e uma vitória, contrariamente a benefícios concedidos aos trabalhadores brasileiros em algumas legislações trabalhistas anteriores (como o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, por exemplo) (BRUMER, 1988).

Entretanto, uma das condições necessárias para o acesso aos benefícios da Previdência Social, principalmente no que dizia respeito à aposentadoria, era a comprovação da condição de trabalhadoras rurais pelas mulheres, ou seja, o reconhecimento como contribuintes para a previdência social. Essa comprovação da condição de trabalhadora rural poderia ser feita através de uma porcentagem da produção comercializada e, neste sentido, as mulheres precisariam ter seu nome incluído nas notas de venda dos produtos comercializados. Nova pauta de lutas acabou se constituindo.

Segundo Brumer (2004), ao mesmo tempo, a inclusão do nome das mulheres nos blocos de notas de venda de produtos tem, para elas, um valor material e simbólico inquestionável. Valor material porque concretizava a comprovação de sua situação de trabalhadora rural, viabilizando assim seu acesso aos benefícios da Previdência Social. Valor simbólico porque favorecia o debate acerca da visibilidade e consequente valorização do trabalho da mulher. Corroborando com o assunto, em uma avaliação socioeconômica da Previdência Rural, Delgado (1997) revelou que uma série de resultados sociais e econômicos de melhoria da equidade, decorrentes da aplicação dos dispositivos constitucionais universalizantes, traduziu-se em discriminação positiva em termos de renda regional e proteção preferencial às mulheres. Restava reivindicar a regulamentação dos direitos sociais conquistados.

Ao mesmo tempo, a ausência de reivindicações referentes a uma maior equidade nas responsabilidades pelo trabalho doméstico, acesso ao conhecimento tecnológico da produção agropecuária “moderna”, igualdade na herança da terra e na distribuição das atividades e do poder, por exemplo, indicava que, apesar de as mulheres almejarem melhorar sua situação, especialmente obtendo maiores benefícios do Estado, ainda evitavam o confronto com seus parceiros homens, na perspectiva da posse e da gestão dos fatores de produção.

Em parte, a ausência de confronto nas relações de gênero resulta das dificuldades a serem enfrentadas pelas mulheres no caso de separação ou divórcio, em primeiro lugar, porque, não tendo renda própria, sua liberdade é bastante limitada; em segundo lugar, porque envolveria a divisão de um patrimônio familiar que é, ao mesmo tempo, um meio de produção e de reprodução; em terceiro lugar, porque uma mulher separada ou divorciada, assim como uma mulher solteira, dificilmente teria condições (por razões materiais e culturais) de, sozinha, administrar um estabelecimento rural, a não ser que tivesse filhos jovens ou adultos residindo com ela. (BRUMER, 2004).

Desta feita, utilizando como escopo teórico a desigualdade de gênero, ficava evidente a atribuição de uma posição subordinada da mulher na estrutura familiar, evidenciada, como já discutido anteriormente, na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra.

Associado a desigualdade de gênero, fatores externos presentes no padrão produtivo da agropecuária brasileira, tais como o sistema produtivo adotado (insumo-dependente), o caráter capital intensivo ou extensivo em termos de área e o grau de desenvolvimento industrial nas proximidades dos estabelecimentos agropecuários (criar oportunidades de emprego parcial ou total fora da agricultura), propiciavam a exclusão das mulheres do meio rural, impedindo sua firmação enquanto trabalhadora rural (BRUMER, 1993).

Em 2010, com a intenção de construir e estabelecer um novo paradigma para conceito de desenvolvimento do campo no Brasil, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em coerência com a Lei nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010 propôs um modelo de desenvolvimento sustentável para o meio rural, ancorado num conjunto de princípios que qualificam a ação extensionista e o serviço de assistência técnica e extensão rural prestado aos agricultores familiares e suas formas de organização destacando como princípio norteador a adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da política pública (Lei nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010) (BRASIL, 2010). Essa mesma lei inclui a promoção da igualdade de gênero.

Entretanto, aqui cabe ressaltar, que esta conquista, a promoção da inclusão da igualdade de gênero na PNATER, bem como a assistência técnica específica para mulheres, acompanha a gênese das políticas relacionadas à autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais. Ou seja, é fruto de um primeiro debate que resultou, em 2003, na incorporação da dimensão de gênero no PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural orientando ações voltadas especificamente para as necessidades das mulheres rurais.

As ações de assistência técnica e extensão rural específicas para as mulheres constituíram-se instrumentos para que as mesmas pudessem incorporar na luta por seus direitos os tais fatores externos que impediam – e ainda impedem- a efetiva autonomia e superação das desigualdades de gênero no meio rural e que, favorecem sobremaneira a manutenção da invisibilidade do trabalho da mulher, fator esse fundamental para a manutenção do sistema econômico de caráter exploratório do fator trabalho que predomina na economia mundial.

A Rede ATER para Mulheres, inicialmente, foi uma forma de incorporar ações fruto da luta das mulheres nas políticas públicas. A ideia de Rede Ater para Mulheres vinculou, portanto, orçamento específico para financiamento de chamadas públicas para que empresas e organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural pudessem atender grupos de mulheres rurais em todo o Brasil. Esses grupos também poderiam ser atendidos por outras políticas públicas, em especial as de organização produtiva, o que expressou a possibilidade de mulheres acessarem diferentes políticas, em rede, para diminuição das desigualdades e construção de sua autonomia econômica.

Com o objetivo de superação das desigualdades de gênero e promoção da autonomia das mulheres rurais, a ATER para Mulheres, que se caracterizou como um instrumento institucional de garantia de direitos relacionados ao trabalho das mulheres prospectou o estímulo e o apoio aos processos de auto-organização das mulheres, o reconhecimento e favorecimento ao protagonismo das mulheres na produção, gestão e comercialização dos produtos de seu trabalho. Nessa perspectiva, opta pelo trabalho com conteúdos que não reforcem papéis, tradicionalmente desempenhado pelas mulheres, nas unidades de produção. As atividades são acompanhadas de organização de espaços de monitoria infantil, como uma preocupação institucional de socialização dos trabalhos de cuidados, assim como de incentivo e garantia da participação qualificada das mulheres através de horários adequados e flexíveis.

Institucionalmente a ATER para Mulheres objetivou fortalecer a produção, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas produtivas e de comercialização para mulheres rurais e seus grupos. Os contratos de ATER propostos nesse âmbito passaram a conter ações diferenciadas, atravessadas por uma perspectiva feminista:

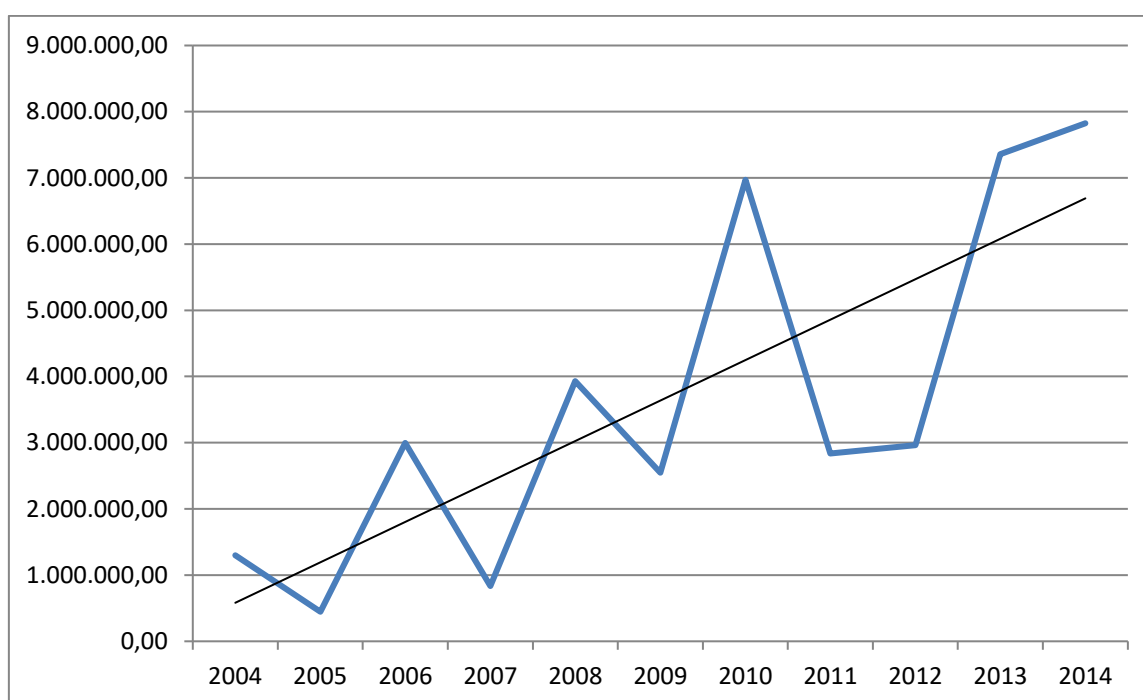
- Atividades individuais e coletivas para fomentar a produção agroecológica, bem como intercâmbios e vivências agroecológicas;
- Formação sobre desigualdade de gênero e desenvolvimento rural sustentável;
- Formação e assessoria técnica para elaboração de projetos;

- Crédito e mercados institucionais (PAA e PNAE).

Assim, a ATER para Mulheres se concretiza através de contratos de entidades, organizações ou empresas capacitadas para prestar a assistência técnica com o governo federal através de chamadas públicas. De 2004 a 2010 era realizada através de Projetos de ATER.

Em termos de execução financeira, a ATER para Mulheres apresentou-se numa tendência crescente, onde, apesar de enviesada, ampliou em mais de 600% sua atuação, conforme é possível observar ao se analisar os dados do gráfico 4.

Gráfico 4: Valor total investido para ações de ATER para mulheres, em valores nominais, por ano, Brasil, 2004 – 2014 e linha de tendência



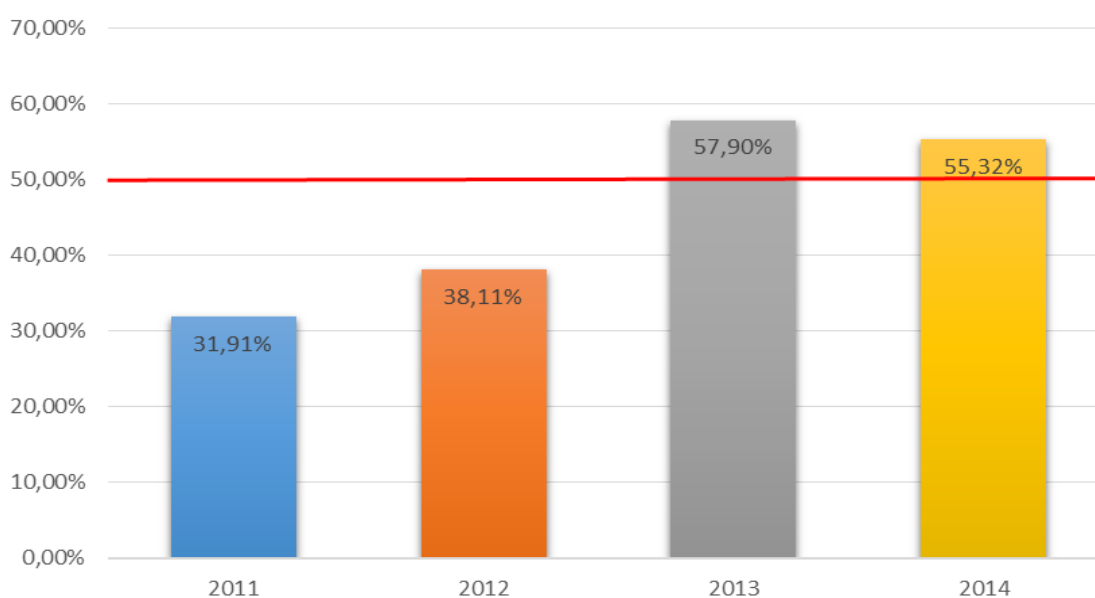
Fonte: Adaptado pela autora; origem dos dados DPMR/MDA, 2015.

Ainda em relação aos marcos legais e institucionais da ATER Geral, a partir de 2012, o PNDRSS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário previu o mínimo de 50% de mulheres beneficiárias nas chamadas públicas e o PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica previu Ater específica para 4 mil mulheres; 30% de mulheres entre os técnicos/as; 30% dos recursos nas Chamadas Públicas de ATER aplicados em atividades específicas para mulheres; chamadas de ATER Agroecologia e Sustentabilidade devem beneficiar 50% de mulheres do público total (HORA et al, 2014).

Assim, conforme pode-se observar a partir da análise dos gráficos 3 e 4, tais alterações na atuação estatal quanto a legitimação das ações objetivando a diminuição das desigualdades de gênero, podem promover impactos positivos quanto ao caminho em direção a melhores condições de vida da mulher no rural.

A ATER mista que, em 2011, chegava a um percentual de atendimento de cerca de 31,91% de beneficiárias mulheres, em 2013, alcançou o patamar de 57,90% de mulheres; entretanto, dados de 2014 podem indicar a necessidade de continuidade da luta por igualdade de oportunidades, uma vez que ocorreu uma pequena queda nesse percentual (55,32%).

Gráfico 5: Percentual de mulheres entre os/as beneficiários/as de chamadas públicas de ATER 2011 a 2014

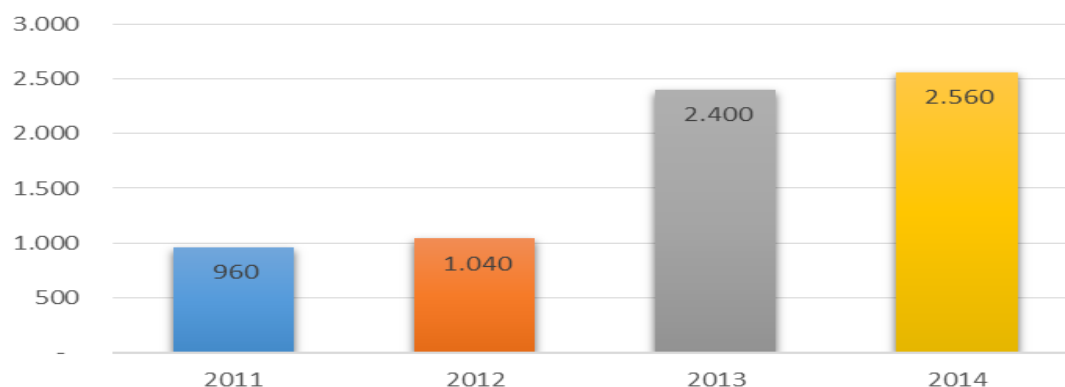


Fonte: SIATER/SAF (nov,2014) Hora et al, 2014.

Nota: Excluídos nº de ATER Mulheres e ATER para Assentados/as

Ao analisarmos, a partir de 2011, a ATER específica para Mulheres (Gráfico 6), que conteve o objetivo específico de fomentar e qualificar a produção agroecológica, com destaque para a criação de pequenos animais, quintais produtivos, extrativismo e beneficiamento de produtos agrícolas, além de garantir a oferta de espaço criança em todas as atividades coletivas, foi possível observar importante crescimento. Apesar de, o número de mulheres atendidas ser incipiente, como em diversos outros momentos, a conquista do espaço político, culminando com as ações finalísticas, têm poder simbólico essencial ao fortalecimento da luta das mulheres e reverbera para a necessidade constante de lutas por direitos.

Gráfico 6: Número de mulheres previstas em projetos contratados de Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais – 2011 a 2014



Fonte: Hora et al, 2014

### 4.3 Contextos Institucionais e as influências dos feminismos nas Políticas Públicas para as Mulheres Rurais

Pode-se analisar que as políticas públicas construídas ao longo desses 12 anos analisados estão organizadas através de alguns eixos de atuação que foram, sobretudo, construídos a partir das relações estabelecidas entre sociedade civil e Estado, através do governo, no conjunto da estruturação metodológica do órgão de Estado executor das ações públicas de gênero.

A organização produtiva é um desses elementos centrais. Isto significa dizer que grande parte das ações desenvolvidas no âmbito do Estado, com as mulheres rurais, são ações voltadas à autonomia econômica. Essa discussão, presente nos estudos da economia feminista, afirmando a ligação inevitável entre a construção da igualdade de gênero, a participação da mulher e o mundo do trabalho.

No capítulo anterior desse trabalho pôde-se perceber a partir das narrativas, simbologias e programas dos movimentos sociais que a ideia de autonomia econômica das mulheres está presente nos debates e nos objetivos da luta social organizados por esses movimentos. Assim, como já foi constatado o protagonismo dos movimentos sociais do campo na agenda feminista no Ministério do Desenvolvimento Agrário, a autonomia econômica tornou-se um dos eixos principais de atuação.

As políticas públicas dialogam com as desigualdades e opressões vividos no campo em diferentes frentes. Uma das marcas dessas desigualdades vividas pelas mulheres rurais refere-se ao trabalho não reconhecido desenvolvido por elas nas unidades de produção familiares. A literatura sobre o tema aponta que as mulheres não participam dos processos de decisão relacionados ao ciclo produtivo, assim como seu trabalho não é reconhecido e, em

termos econômicos e não é remunerado (ESMERALDO, 2013; PAULILO, 2004; BRUMER, 2004)

Essa discussão advém da visão já apontada nesse estudo, de que é preciso transformar a economia e a vida das mulheres nessa relação a partir do trabalho. A economia é vista como parte das experiências cotidianas de produção da vida e relaciona-se tanto com o trabalho no mundo público quanto no mundo privado.

É possível encontrar as bases dessa discussão em documentos de organizações feministas que contribuem com o planejamento e execução das políticas públicas para as mulheres rurais. A SOF – Sempre Viva Organização Feminista é uma delas e expressa em um de seus documentos produzidos para socializar o debate com mulheres, movimentos e governos:

Para mudar essa sociedade, que é capitalista, racista e patriarcal, precisamos transformar a lógica que organiza a nossa vida com base nos tempos e nos interesses do mercado. É preciso reconhecer e valorizar a experiência histórica das mulheres, que garantam com seu trabalho cotidiano, a sustentabilidade da vida. É preciso colocar a lógica da produção do viver em primeiro lugar e dividir esta responsabilidade com os governos, os homens e toda a sociedade. (SOF, 2014, p. 3)

Para as discussões feministas, portanto, a mulher que trabalha na agricultura familiar em seus diferentes lugares e expressões étnicas, culturais e políticas, na reforma agrária, nas águas e nas florestas, vive situações de opressão e desigualdade em detrimento do homem no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, além de estar presente no discurso e nas práticas dos movimentos sociais do campo que denunciam, propõem e teorizam essa questão, a autonomia econômica torna-se agenda pública.

Os quintais produtivos<sup>27</sup> são experiências produtivas criadas socialmente pelas próprias mulheres do campo na busca por um espaço de trabalho produtivo que se mistura com os trabalhos de reprodução, doméstico e de cuidados que historicamente e socialmente são delegados a elas.

Quando as políticas públicas incidem sobre o trabalho nos quintais produtivos, por exemplo, a partir de diferentes programas e projetos de incentivo a essa produção de alimentos e outros produtos, assume a complexidade de se olhar para as relações de gênero estabelecidas na unidade de produção familiar, para as características e especificidades do trabalho das mulheres e para os riscos de construção de propostas que gerem renda para as

---

<sup>27</sup> Sobre a relação entre quintais produtivos e gênero ver: SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto. 2007. Acessado em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a10v15n2.pdf>.

mulheres, mas que podem incidir em outros problemas vinculados ao trabalho no sistema capitalista, como o sobretabalho.

A socialização dos trabalhos domésticos e dos cuidados, a participação política, o acesso à terra e à cidadania são outros princípios que norteiam o planejamento das políticas públicas para as mulheres rurais.

Essa ideia materializa-se de forma transversal nas diferentes ações, projetos e programas com mulheres do campo. Há uma intencionalidade de garantir em todas as ações e intervenções públicas que se socialize o cuidado das crianças para garantir a participação integral das mulheres nas atividades propostas. Essa ação é chamada de recreação infantil e está presente na maior parte dos projetos e programas da DPMR/MDA.

Também há uma discussão de ações estruturantes de socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados, como por exemplo, a discussão das creches no meio rural, dos restaurantes e lavanderias coletivos e a própria formação presente nas ações públicas, que problematiza que os trabalhos de casa devem ser divididos por todos os membros da família, independente do sexo, como uma forma de construção social diferente da pré-estabelecida pela sociedade capitalista. Uma forma de construção de resistências de gênero.

Em se tratando de políticas estruturantes de socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados, as políticas públicas passam por outras institucionalidades que se somam com o trabalho da DPMR/MDA. Pode-se citar, nessa perspectiva, a inter-relação das políticas de gênero do MDA com a construção das políticas de gênero em outros ministérios, como por exemplo, as que se articulam com o Ministério da Educação.

Assim, a chamada Educação Infantil no Campo que refere-se à necessidade de criação de creches no meio rural, é um tema mobilizado pela sociedade organizada visando diminuir as situações de desigualdades educacionais vividas pelos povos do campo. Movimentos sociais ligados ao campo afirmam a necessidade do direito ao acesso, permanência e condições materiais da educação para os sujeitos do campo, o que incluem as crianças de 0 a 5 anos, notadamente excluídas desse direito. Por outro lado, movimentos de mulheres discutem as desigualdades de gênero e levantam a necessidade da autonomia econômica de mulheres rurais, que implica em integrar ações que considere as necessidades geradas no âmbito do trabalho. Uma delas refere-se à educação infantil no campo como uma necessidade das mulheres nessa perspectiva de garantir as condições para valorização do seu trabalho e alteração da divisão sexual do trabalho.

Nesse conjunto de reivindicações e criação de ações do Estado através das políticas de educação do campo, a Coordenação Geral de Políticas para a Educação do Campo da

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, do Ministério da Educação e Cultura – MEC coordenou a instituição de um Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Educação Infantil do Campo. Esse grupo de trabalho surgiu a partir da Marcha das Margaridas em 2011:

Como passo importante para possibilitar a inserção produtiva e a autonomia econômica das mulheres, a pauta da Marcha de 2011 trazia, em primeiro lugar, a reivindicação do atendimento às filhas e filhos das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em período integral em creches e escolas de educação infantil. Além disso, reivindicava-se a ampliação da oferta da educação infantil, com vistas à sua universalização, conforme preceitua a resolução nº 02/2008/CEB/CNE e do Decreto Presidencial nº 7532/2010. Enfatizava-se a importância de se construir escolas nas próprias comunidades rurais, principalmente para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, evitando assim o incremento no transporte escolar para crianças pequenas. Especificamente sobre creches, a Marcha demandava do Estado creches públicas de qualidade, em tempo integral, levando em conta os contextos e especificidades do campo e da floresta. Para a elaboração de critérios e referenciais para a construção de creches públicas no campo e na floresta, pedia-se a pronta implementação de um GT Interministerial, coordenado pelo MEC, com a participação dos movimentos sociais. A presidenta Dilma Rousseff apresentou a resposta do Governo Federal à pauta da Marcha das Margaridas, durante ato político de encerramento da Marcha, realizado no dia 17 de agosto, no Pavilhão do Parque da Cidade em Brasília. Naquela ocasião, ela se comprometeu com a “criação de um grupo de trabalho interministerial para discutir critérios para implantação de creches no campo, com o objetivo de oferecer as crianças que vivem nas comunidades rurais creches públicas e com qualidade”. Por meio da Portaria Interministerial Nº 6, de 16 de maio de 2013, foi criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Educação Infantil no Campo, incluindo também representantes da sociedade civil, no intuito de garantir a efetiva participação social (REZENDE e MASCENA, 2013, p. 1).

Fazem parte desse GT representantes dos órgãos do governo federal : Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM; representantes de organizações: Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UCME; representantes da sociedade civil: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB e Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil – MIEIB.

Esse grupo discutiu e apresentou propostas e critérios para expansão da política de educação infantil, creche e pré-escola no meio rural que contemple mecanismos de convergência de programas e ações do governo federal, com foco no desenvolvimento

integral de crianças de 0 a 5 anos, conforme Decreto 7.352 de 04 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

O desafio principal apresentado por esse grupo, especificamente a partir da discussão de gênero e feminista, foi a noção de que são necessários instrumentos e institucionalidades para operar políticas para mulheres de uma forma necessariamente integrada, por exemplo com a política educacional do MEC voltada para a educação infantil do campo para que a implantação de políticas e ações possam contribuir com o direito à educação dos povos do campo e os direitos econômicos de mulheres rurais.

Uma terceira diretriz que está presente no planejamento e implementação das políticas públicas para as mulheres rurais refere-se à cidadania e participação política dessas mulheres rurais também como forma de diminuição das desigualdades vividas por elas. Há uma forte ligação entre a autonomia das mulheres e a participação política como se uma fosse o elo de ligação da outra, não excluindo os outros determinantes nessa correlação.

Há, portanto, políticas específicas de incentivo à participação política das mulheres como pré-condição necessária para as construções das objetividades e materialidades e das subjetividades na busca pela igualdade de gênero no campo. Por exemplo, existem projetos de incentivo à criação de comitês de mulheres em instâncias políticas, como as voltadas para as discussões das políticas territoriais voltadas ao gênero, no que se refere à Política de Desenvolvimento Territorial onde se organizam os Territórios da Cidadania ou Territórios de Identidade.<sup>28</sup> Também outras propostas vinculadas aos projetos específicos para as mulheres que contemplam a participação política como uma ação central, que será melhor detalhado no item seguinte desse capítulo.

No que se refere à cidadania, a política de Documentação da Trabalhadora Rural e a política de Acesso à Terra destacam-se como centrais nas ações institucionais.

---

<sup>28</sup> Ver a esse respeito: NOBRE, Miriam; MORENO, Renata. SAORI, Sheila. **Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania**. São Paulo: SOF, 2015. OLIVEIRA, Carlos Douglas de Souza. **Dinâmicas territoriais e organizacionais na Zona Sul do Rio Grande do Sul: um estudo do processo de gestão social do desenvolvimento territorial**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

## **CAPÍTULO 5 – O QUE AS MULHERES RURAIS TÊM A DIZER SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS?**

*As cientistas dizem que somos feitas de átomos, mas uma passarinha me contou que somos feitas de histórias.* Eduardo Galeano com as devidas e necessárias adequações de gênero para esse trabalho.

As mulheres afirmam no cotidiano da produção de suas existências, novas formas de se colocarem no mundo, com potencial libertador. Elas reinventam suas vidas a partir de processos subjetivos de reconhecimento das situações de desigualdades vividos por elas sem deixar, por necessidade latente, de inserirem-se nas lutas sociais com recorte de classe e gênero.

Essas mulheres rurais demarcam em suas trajetórias que há uma possível ligação entre a produção material da vida e os processos subjetivos de libertação individual. Que um processo está ligado sobremaneira ao outro, não se excluindo, portanto, entre si. Elas mostram que a classe social trabalhadora do campo produzida no sistema capitalista e as opressões e de gênero vividas pelas mulheres rurais tem sim uma relação forte na produção de suas subjetividades e das desigualdades de gênero. Ainda nos trazem a percepção de que a luta feminista é tão importante e estruturante como a luta de classes e a crítica permanente de que essa última, sozinha, não consegue trazer para o debate as cisões profundas criadas sistematicamente entre homens e mulheres trabalhadores no conjunto da sociedade, delegando às mulheres situações mais complexas e graves de sofrimentos.

A economia feminista apresenta, nesse sentido, um potencial teórico importante para o questionamento do patriarcado e do capitalismo. Esse questionamento está no centro da questão da posição social, econômica e cultural vivida pela mulher rural no campo atualmente. E por conta desse conhecimento, que se compromete com as transformações desse lugar da mulher que carrega a invisibilidade e, assim, as inúmeras expressões de desigualdades no interior da sua vida privada e pública. Isso pode ser verificado na fala das mulheres sobre suas vidas e sobre as políticas públicas.

De acordo com o caráter qualitativo dessa pesquisa, foram entrevistadas cinco mulheres rurais escolhidas a partir da rede de relações estabelecidas no meio feminista e rural da pesquisadora e das participantes da pesquisa, considerando o encontro de suas experiências e histórias de vida.

As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas, revisadas e autorizadas pelas mulheres. As imagens foram produzidas também durante a pesquisa e outras cedidas pelas próprias mulheres participantes. Podemos considerar que foi uma produção de narrativas e de

imagens conjunta entre mulheres para o registro de suas percepções acerca dos temas tratados nesse trabalho, como políticas públicas, feminismos, autonomia da mulher, trabalho.

Sobre a organização da coleta de dados, as mulheres entrevistadas fazem parte de pelo menos dois de três grupos de caracterização escolhidos para esse trabalho:

- Mulheres Rurais pela característica de trabalho e localização – assentadas de Reforma Agrária, agricultoras familiares, quilombolas, indígenas ou extrativistas da floresta da Região Sudeste (região essa de maior atuação política e acadêmica da pesquisadora).
- Mulheres Rurais pela característica da participação política – mulheres lideranças ou participantes de movimentos sociais feministas ou de organizações de gênero do campo.
- Mulheres Rurais por organização social – mulheres participantes ou lideranças de grupos produtivos de mulheres, formais (associação ou cooperativa) ou informais (coletivos, grupos).

Esse capítulo está dividido em cinco partes, nominadas com o nome das mulheres que fizeram parte dessa construção. Dessa forma, esta pesquisa propôs trazer visibilidade à elas de forma que suas identidades, suas histórias ocupassem um lugar de destaque no texto e consequentemente nos lugares de publicidade de uma pesquisa científica. Lugares esses também de disputas.

Em cada parte são descritos aspectos do contexto da realização das entrevistas, apresentadas as imagens produzidas como documentos em análise e textualmente partes das falas das mulheres que demonstram questões analíticas desse trabalho.

As entrevistas transcritas na íntegra foram analisadas a partir de quatro categorias: participação política, trabalho produtivo e reprodutivo, autonomia econômica e emancipação e políticas públicas.

Tais categorias foram escolhidas a partir de dois aspectos. O primeiro refere-se ao método de seleção, nas entrevistas, de temas que foram abordados pelas cinco mulheres, ou seja, temas que se repetiram na totalidade das entrevistas. O segundo trata-se do recorte a partir do objetivo dessa pesquisa, dado também pelo roteiro de entrevista apresentado em anexo.

## 5.1 Tânia Mara Baldão

*Políticas que você está falando, políticas a gente fez toda uma luta para elas existirem.  
Políticas tem. O duro é chegar até nós, o duro é isto.*



Figura 27: Tânia Mara Baldão. Fonte: Arquivo pessoal, 2012. Foto: Autor desconhecido.

A entrevista com a Tânia foi realizada no dia 06 de julho de 2016, em sua casa, no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, SP. A Tânia foi a primeira mulher a ser entrevistada nessa pesquisa. Ela faz parte de meu círculo mais próximo de contatos de trabalho com gênero e agricultura familiar que desenvolvi e desenvolvo durante minha história de militância e profissional. Marcamos a entrevista em um de nossos encontros de trabalho, em seu assentamento. Tânia é assentada de Reforma Agrária, participante de um grupo produtivo de mulheres que inicia a sua organização nesse momento e participante de movimentos sociais ligados ao campo e ao feminismo.

Há 19 anos Tânia chegou no assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, SP, participando do processo de luta pela terra. Era muito jovem, em situação de pobreza e

vulnerabilidade social, mãe e trabalhadora. Sentia a dificuldade da vida em termos econômicos nas questões básicas como moradia, alimentação e emprego:

Então a gente começou, eu não conhecia a experiência assim de assentamento. Em 1998 surgiu a oportunidade de vir para esse acampamento, mas eu vim mais por necessidade. Porque morávamos em uma casa de COHAB, estávamos desempregados, não pagávamos aluguel e já estávamos quase sendo despejados, viemos mais pela necessidade (TÂNIA, 2016).

Hoje a Tânia tem 46 anos e carrega em si uma vivência de luta e resistência relacionada ao fato de ser mulher que se tornou trabalhadora rural e das lutas coletivas das mulheres do campo em São Paulo,

Militante sindical teve participação ativa em algumas organizações do estado de São Paulo na questão de gênero e da reforma agrária como na Federação dos Empregados Rurais do estado de São Paulo - FERAESP, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais em suas organizações locais. Ajudou a fundar a Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo – OMAQUESP e em seu assentamento colocou-se numa posição de liderança e protagonismo desde sua gênese.

A Tânia começou sua participação política e feminista impulsionada pela necessidade em que se encontravam ela e as outras mulheres acampadas. Foi a materialidade da escassez que as impulsionou para o descobrimento da luta coletiva e auto-organização. Ela conta que foi a falta de escola para as crianças acampadas com suas famílias e falta de merenda escolar, posteriormente, que organizou as mulheres da comunidade para a busca dos seus direitos.

Aí juntou eu e a Aurora, minha vizinha e fomos atrás, com o questionamento de que já estávamos acampadas há quase 6 meses e as crianças sem escola. Como vai ficar a questão da educação? Então começamos a fazer esse trabalho social e correr atrás. Pedimos ajuda para a igreja, para ela ajudar na questão da água, não tínhamos água potável aqui, depois disso fomos atrás de transporte. Quando mudamos para aqui, tinha um inconveniente, no Distrito não tinha merenda na escola, não tinha merenda porque era uma vila pequena e todos moravam perto, então não tinha. Aí nós fizemos uma luta, juntamos as mulheres, conversamos, nossos filhos saíam muito cedo para ficar sem comer na escola, aí fizemos essa luta, levamos até o Município, conversamos com o prefeito, para poder abrir e começar a ter merenda (TÂNIA, 2016).

Em relação à luta das mulheres, ela cita que quando chegou ao acampamento percebeu que lá era um lugar possível de viver e de criar os seus filhos. O problema identificado por ela era de que as lideranças (homens) não colocavam em pauta da luta e organização local as questões ligadas às condições de vida e trabalho das mulheres daquele grupo. Questões sociais como ela identifica:

E quando chegou aqui, eu via a possibilidade de criar meus filhos com uma qualidade de vida boa. Eu gostei e fui me identificando com a luta, participando de reuniões e sempre víamos que tinha um líder aqui, a liderança do acampamento mesmo, que

trabalhava as questões, mas não as questões sociais que as mulheres achavam de extrema importância aqui dentro (TÂNIA, 2016).

Tânia expressa em sua narrativa que a sua identificação como mulher rural tem uma forte ligação com sua participação social e política feminista. Sua história se expressa na luta pela terra e na luta pela superação das desigualdades vividas por ela e as outras mulheres de sua comunidade e de outras localidades da agricultura familiar.

E de lá do acampamento começamos a participar das reuniões, sempre que tinha reunião a gente estava participando. Começamos militando na FERAESP e a FERAESP foi uma entidade que ajudou na questão política aqui. E eu comecei a participar das reuniões, me identificar, nem era me identificar para a luta sindical, mas era me identificar para falar do nosso problema, da nossa dificuldade e que depois pude ver que era semelhante aos outros assentamentos também. Criamos um grupo de mulheres regional, pegávamos as representantes de assentamentos, aí fomos para um grupo maior, que era Estadual, junto com outros movimentos sociais, que era MST, MLST, MAB e sempre discutindo as políticas do assentamento. E foi aí que eu conheci a Adélia e as outras lideranças mulheres que a gente viu a importância da mulher no campo. Porque teve uma época, foi no 5º encontro em Araraquara no ano de 2002, nós tínhamos lutado para sair o financiamento, aí saiu o PRONAF, o primeiro PRONAF. Mas era denominado somente aos homens e eles fizeram aqueles projetos grandiosos, e os projetos faliram. Faliu tudo. E o que continuava dando certo era a granja perto de casa, a horta, aquilo não faliu e nem teve investimento. O que não faliu era o resultado do trabalho da mulher. Os porcos continuaram, sempre tem porco, galinha, essas coisas não acabam. Por isso sempre estivemos militando, movimento de luta feminista. (TÂNIA, 2016).

A fala da Tânia demarca duas questões centrais para esse trabalho: a primeira refere-se à característica do trabalho da mulher rural, resistente e invisibilizado. Demonstra marcas da divisão sexual do trabalho. A horta, a granja perto de casa, como ela indica, não acabou, resistiu mesmo sem investimento, mesmo sem o acesso às políticas de crédito ou de organização produtiva. A mulher aparece nesse contexto como protagonista de um trabalho produtivo não considerado diante de formas mais valorizadas de trabalho nas concepções capitalistas e patriarcais, ainda que não eficientes em termos de sustentabilidade. Outra questão refere-se especificamente às políticas públicas. Ela demonstra que as políticas públicas para a agricultura familiar foram pauta de luta nos diferentes locais do país, porém praticadas numa visão masculinizada do campo. As políticas de crédito e de assistência técnica, por exemplo, foram direcionadas especificamente à forma hegemônica de trabalho e produção da vida na agricultura familiar e reforma agrária: aos homens e à reprodução capitalista do trabalho.

Em sua história e nas suas experiências, Tânia conta que percebeu a importância da luta feminista para a agricultura familiar pelo fato das estruturas se mostrarem patriarcais e excludentes com relação à mulher.

Dentro de movimento sindical, que é movimento misto, tem preconceito. Eu achei que há muita disputa por política, por espaço ou por cargos, por hierarquia. Eu falei: “bom, eu não estou aqui para isso, eu vou ter que militar em movimento de mulheres, porque não é isso que eu quero para mim, não é me tornar uma grande dirigente

sindical ou ser presidente de algum sindicato”. Mesmo achando que a agricultura familiar é família, que tem organização mista, que é da família ali, dentro do movimento sindical se confundiu um pouco esses papéis. Eu acho que faltava para gente ter essa luta de mulheres mesmo, feminista. Dentro de movimento sindical a pauta das mulheres não tinha tanta importância. Para um sindicato, uma federação, que trabalhava com as usinas, que levava a demanda, discutir por exemplo, um material escolar, uma merenda para uma criança na escola, o transporte escolar, já não era pertinente estar numa demanda grande da federação. Foi assim que resolvemos criar a OMAQUESP. (...) A FERAESP não trabalhava gênero. Já o MST, MLST tinha trabalho com gênero. Aí eu voltei, fiz uma reunião aqui, com todos representantes dos assentamentos, cheguei no ITESP, o ITESP foi importante para mim, porque eu falei que precisava de apoio, que eu precisava reunir essas mulheres, porque elas tinham que decidir se íamos continuar essa luta dentro de movimento sindical ou íamos partir junto com as outras companheiras para a luta. Aí a gente fez essa reunião, e lá eu expliquei para elas a importância dessa luta de gênero das mulheres. E o movimento sindical não via com bons olhos, porque falavam que nós estávamos dividindo a luta, aí ficamos meio estremecidas com a FERAESP. Então criamos a OMAQUESP, com muita luta. Porque a OMAQUESP possibilitava a gente ter parceria, porque enquanto éramos organização, não podíamos fazer convênios. E já com a OMAQUESP facilitou, conseguimos discutir o PRONERA, fizemos alfabetização nos assentamentos da base, depois fizemos o projeto que é Pedagogia da Terra, já está na segunda turma, que era um sonho das mulheres, era sonho das mulheres agricultoras, de se formar, das suas filhas estarem estudando, a turma de Agronomia. Então, a necessidade da OMAQUESP naquele momento era fundamental. Precisava ter essa pessoa jurídica, para poder fazer convênios (TÂNIA, 2016)

A OMAQUESP foi fundada em 2002 como uma forma das mulheres dos movimentos sindicais e sociais criarem uma institucionalidade capaz de abranger as suas demandas específicas na reforma agrária, nos quilombos e na agricultura familiar de São Paulo. Isso muito em função da dificuldade encontrada por essas lideranças mulheres em serem ouvidas dentro das organizações mistas. A Tânia reconheceu a importância e as conquistas para as mulheres a partir dessa organização delas, também em relação ao acesso aos direitos e políticas públicas como citadas por ela.

Especificamente com relação à política pública de Acesso à Terra pelas mulheres na Reforma Agrária, Tânia fez as seguintes considerações relacionadas à titulação conjunta:

Eu creio assim, que pelo fato delas serem titulares do lote, elas tiveram mais autonomia para fazer alguma coisa. Só que parte muito da mulher mesmo, Alexandra. Porque teve mulheres aqui, que mesmo tendo isso, elas não se apoderaram. Aqui recentemente teve uma mulher que o marido foi preso por tráfico, e ficou mais de 10 anos na cadeia. Ela ficou no assentamento sozinha, produziu e sustentou os filhos. Quando ele saiu, ele colocou ela na rua com os filhos. E hoje ele está aqui, ela não, ela foi embora, e ele está com outra. Quer dizer, todo esse tempo preso por tráfico, ela não se libertou, porque se fosse eu, faria diferente. “Dá licença que eu vou à São Paulo e volto. Você está fora do lote há dez anos sem produzir, eu que estou produzindo, eu que entrego no PAA”. Mas o homem chegou e colocou ela na rua. Eu já teria corrido atrás, então, tem uma coisa que é de dentro de cada mulher mesmo, tem que ser trabalhado. Eu acho que não sei se é na educação, quando pequena, eu não sei em qual momento a gente se perde, a gente deixa de pensar na gente em primeiro lugar, não sei (TÂNIA, 2016).

A Tânia atrelou a institucionalidade criada com a condição subjetiva da mulher em assumir para si a autonomia se libertando de padrões culturais. Que condições subjetivas muito alicerçadas em termos de submissão incidem diretamente sobre as propostas das políticas para garantir renda e autonomia para as mulheres rurais. Que gênero e classe, mais uma vez se relacionam muito fortemente com a produção material da vida e as subjetividades que nela se fazem. E que o poder estabelecido no papel do homem, na família, passa pela submissão da mulher a todos os tipos de violência.

Ainda sobre as políticas públicas para as mulheres rurais a Tânia destacou a questão do acesso dentre todas as dificuldades, em se falando de políticas de gênero. Que o acesso está intrinsecamente ligado ao trabalho militante e feminista das mulheres em cada local, a partir dos movimentos sociais e organizações feministas para garantir que as políticas públicas de fato sejam implementadas no campo e alterem as desigualdades de gênero severas no meio rural.

A política pública para as mulheres suficiente não é. Temos que nunca parar nossa luta, continuar sempre lutando. Porque uma política, até passar no papel para poder chegar até nós, ela demora muito, ou nem chega. O PRONAF Mulher, o que aconteceu quando o governo liberou o PRONAF Mulher? Nós enquanto OMAQUESP tivemos que marcar uma audiência como direção de uma organização de mulheres nas agências do Banco do Brasil, e fomos eu e a Adélia e outras companheiras, em todo o estado de SP. Nós viajamos praticamente desde Tremembé, SP até Jaboticabal, SP. Conversamos com todos os gerentes dos bancos, porque existia essa política, esse PRONAF Mulher, mas as mulheres não tinham acesso. Então eu e a Adélia começamos a fazer essas audiências e marcamos nos bancos. Fomos em Tremembé sensibilizar o gerente: “Olha você tem mãe, você não lembra de quando você era pequeno, no sítio, você não lembra da sua avó...”. Então foi uma questão de trabalho, um trabalho muito grande para poder chegar até às mulheres, porque a política existe, o duro é chegar nelas (TÂNIA, 2016).

Além do trabalho feito por essas mulheres na busca do acesso ao PRONAF Mulher, às políticas de crédito e à titularidade da terra, são apontadas as percepções acerca da masculinização dos espaços públicos, privados e que têm uma ligação direta com o trabalho produtivo da agricultura familiar: o banco por exemplo.

Aí até o gerente ter essa confiança de entregar uma grana para a mulher, mesmo sendo pouco, que é bem menor que a dos homens, precisa estar na luta. Depois conseguimos o fomento para as mulheres, porque a mulher que era titular não teve direito ao PRONAF Mulher, porque ela já era titular, pegava os PRONAFs e que essa briga até hoje ainda existe. Os fomentos começaram a ser aplicados aqui no Estado, mas não deu continuidade. Então eu falo, a gente luta para ter as políticas mas para chegar é difícil. (...) Faz uns 6 anos que a gente pegou a primeira parcela do Fomento Mulher, que era para construir a granja e ficava esperando os pintos e a segunda verba, e até hoje não veio. Nós só pegamos a primeira parcela que era 800 reais, e não conseguimos concluir o projeto (TÂNIA, 2016).

Outros aspectos são demonstrados na fala da Tânia a respeito do protagonismo delas para garantia do acesso às políticas públicas pelas mulheres:

E eu vou te falar, teve muitas mulheres que para conseguir fazer o PAA elas correram muito atrás, se dedicaram e fizeram até coisas escondidas. Bom, você é testemunha da minha luta pelo PAA, eu me desafiava, eu fazia as coisas, eu corria atrás. Saía até a noite e amanhecia em São Paulo. Ligava para os vereadores a noite: “Olha eu tenho que levar um documento que está faltando lá na CONAB”. Foi muito importante, e eu creio que foi desta luta que a gente começou lá atrás, a gente avançou e tem que continuar a luta (TÂNIA, 2016).

Esse protagonismo aponta questões já discutidas nesse trabalho. As políticas públicas de gênero são contra-hegemônicas em vários aspectos: na relação sociedade civil e Estado, nas atuações do Estado ampliado, assim como nas relações internas da sociedade civil. Exigem, mais que uma institucionalização, uma atuação feminista e protagonista das mulheres rurais organizadas para que de fato se materializem.

Para além da vinculação da participação política feminista das mulheres às políticas públicas, para que de fato elas aconteçam, a Tânia também apontou a necessidade de uma gestão dessas políticas em rede, de forma que as lacunas formadas na implementação e execução sejam preenchidas. Ela demonstrou que há uma clara dificuldade das mulheres acessarem as políticas existentes:

A mulher tem que ter garantia das políticas, né? Que cheguem. A mesma coisa da lei Maria da Penha, tem uma lei que é favorável para nós, mas e executar? Basta a mulher denunciar, mas e aí, o que ela vai fazer à noite quando ela está sozinha em casa? Que garantia que ela tem dos órgãos de apoio? Então não basta ter as políticas públicas, tem que ter a garantia que o governo, o federal ou estadual, vai dar suporte mesmo para aquela ali, para aquela mulher lá, sozinha, para que ela possa ter coragem para se libertar. Têm algumas que falam: “Eu vou largar do meu marido, eu vou para aonde? Nós não temos casa abrigo, não tem projeto social que acompanhe junto, não temos renda. Pra onde eu vou com meus filhos?” E isso a gente tinha que ter, essa garantia, dessas políticas aqui. Estamos atrasados. Políticas que você está falando, políticas que a gente fez toda uma luta para elas existirem. Políticas têm. O duro é chegar até nós, o duro é isto (TÂNIA, 2016).

Ainda com relação às políticas públicas, Tânia apresentou a percepção de que há uma importância na institucionalização do recorte de gênero nas políticas voltadas à produção, comercialização, renda na agricultura familiar. E que quando o acesso acontece, as políticas têm um potencial grande para transformar as relações de gênero no campo, sobretudo, alterando as desigualdades mais severas nas quais as mulheres vivem. Para isso ela citou a inserção das mulheres de sua comunidade na política de mercados institucionais e a capacidade que essa inserção teve em organizar as mulheres para a produção de alimentos nas características que o trabalho da mulher tem:

O que ajudou bastante as mulheres foi a prioridade da participação delas nos projetos sociais, de entrega nos PAA. (...) Eu acredito que, quando colocou uma obrigatoriedade de uma quantidade de mulher, que teria que estar acessando no seu nome ao menos a DAP, possibilitou de ela ter uma renda ali. Tem um teto que é o da família, mas a mulher ela pode participar. Se ela fizer uma horta e quiser mandar a produção também vai, mesmo que pequena. Porque ela não vai produzir em grande quantidade para a escala comercial, mas pro PAA consegue. Tem muitas mulheres

que tinham fruta no quintal, que eram usadas só para consumo, aí elas conseguiram vender jaca, elas colheram acerola, conseguiram embalar, umas fizeram polpa, então um grupo de mulheres conseguiu. E eu acredito, tem um grupo de mulheres aqui que depois do PAA, que se organizaram, montaram um grupo e estão até hoje. Hoje elas estão entregando para merenda, por exemplo, já se organizaram para isso e foi de extrema importância (TÂNIA, 2016).

A entrevista da Tânia mostra, em diversas passagens, que a luta pela autonomia da mulher rural é um caminho doloroso e de enfrentamentos constantes. Esses enfrentamentos se dão, ao mesmo tempo, subjetivamente ao passo em que as mulheres vão reconhecendo e identificando as situações de desigualdades e opressões vividas por elas e vão enfrentando as estruturas patriarcais das instituições com as quais elas se relacionam. Sobre esses processos de conquista de autonomia pela mulher, a Tânia destaca a partir de sua experiência:

As mulheres têm medo. Medo dos maridos, medo da separação. Medo de deixar os filhos. Eu não, eu tinha filho pequeno, eu ia, falava: “Vou mesmo!”. Deixava meus filhos na casa de um vizinho ali, do outro aqui, e falava: “Vocês olham (os filhos) que vou cuidar das coisas para gente.”. Nós já ficamos uma semana acampadas em Brasília, eu e a Aninha. Chamava as mulheres... teve lugares que os homens falavam: “Vocês não vão atrás daquela não, porque ela vai biscatear, ela viaja demais”, então tinha marido que não queria que as mulheres andassem comigo. Hoje vou menos. Se meu marido não gosta que eu saia sozinha, que eu vá viajar, mesmo assim eu vou. E ele vai também. Eu fui adaptando a minha vida à luta (TÂNIA, 2016).



Figura 28: Da esquerda para a direita a segunda mulher, Tânia participando da atividade de capacitação em processamento mínimo de alimentos agroecológicos, com mulheres do Assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, SP, no dia 2 de setembro de 2016. Atividade realizada pelo Instituto Federal de São Paulo – IFSP e DPMR/MDA a partir do Projeto “Mulheres Rurais e Agroecologia na Região Sudeste”. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2016. Foto: Alexandra Filipak.

## 5.2 Tatiana Mendonça Cardoso

*Hoje elas falam isso de um jeito que ficamos encantadas em saber que a gente conseguiu transformar realmente. Quando a gente começou há 6 anos, elas não acreditavam e começaram porque não tinha o que fazer. E hoje elas falam que todas as mudanças internas da comunidade, todas foram dadas através do grupo das mulheres.*



Figura 29: Tatiana Mendonça Cardoso. Fotografia tirada no momento da entrevista realizada para essa pesquisa. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2016.

A entrevista realizada com a Tatiana foi reflexo da caminhada trilhada durante a pesquisa onde se misturam a história da pesquisadora e as experiências das mulheres rurais. Em busca de novas colaboradoras para esse trabalho, entrei em contato com grupos que prestam assistência técnica e extensão rural, através das políticas públicas – ATER para Mulheres, no Vale do Ribeira, que entendi ser um local que congrega diversas experiências do trabalho produtivo de diferentes grupos de mulheres rurais: caiçaras, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas.

Senti e fui comunicada da resistência de vários grupos de trabalhadoras rurais em participar de trabalhos de pesquisa cedendo entrevistas. Sobretudo os grupos quilombolas e as assentadas de reforma agrária do MST. A resistência se dá pela quantidade grande de pesquisas já realizadas e, segundo as mulheres “sem retorno nenhum para as comunidades”. As comunidades já não se dispõem, com abertura total, a receber pesquisadores e contribuir com tais processos de pesquisa. Propõem sim uma discussão coletiva a respeito da pesquisa e um compromisso do/da pesquisador/a com o retorno dos resultados em benefício da comunidade. O que particularmente reconheço como função da pesquisa.

Como no Vale do Ribeira, minha atuação ainda era recente, em termos de militância e trabalhos com as mulheres rurais, essa resistência inicial à minha proposta me fez redirecionar minhas intenções de pesquisa. Recebi a proposta de uma técnica de ATER para Mulheres em me levar em uma comunidade, em Peruíbe, onde ela me apresentaria e eu me disponibilizaria a me reunir com os coletivos lá presentes e planejar conjuntamente com elas os passos de pesquisa, desde as entrevistas, até os compromissos após os resultados.

Dessa forma viajei para o Vale do Ribeira, porém, antes de me encontrar com a pessoa que iria me levar nesse local, fui conhecer a comunidade da Enseada da Baleia impulsionada pela proposta de turismo ecológico que as mulheres de lá propunham e que já era de meu conhecimento. Mas sem intencionalidades de pesquisa, apenas de conhecimentos e trocas.

Vestia uma camiseta da Marcha Mundial de Mulheres e, após três horas de viagem em estradas de chão no município de Cananéia e mais uma hora de barco pelo mar, desci na comunidade e encontrei uma mulher sentada numa pedra olhando para mim e para as pessoas que estavam comigo. Quando me aproximei ela falou: “Linda camiseta”. Também sou da Marcha! E começamos a conversar. Era a Tatiana!

Contei a ela sobre essa pesquisa e ela se propôs, no mesmo momento, a ser entrevistada, afirmando que seria muito importante que a experiência das mulheres da Enseada fosse divulgada e analisada através de um trabalho de pesquisa. Ela afirmou ainda que o acaso nos uniu, e que na verdade foi uma união através de um símbolo feminista que nos fez nos reconhecer enquanto mulheres que lutam. Combinamos uma nova data, uma nova visita para isso. Retornei à Enseada então, no dia 14 de julho de 2015 onde realizamos essa entrevista com a Tatiana, trabalhadora caieira nascida na comunidade tradicional extrativista marinha, participante e liderança de grupo produtivo de mulheres.

Após a entrevista da Tatiana, entendi que a experiência no Vale do Ribeira, com grupos de mulheres, já estava contemplada o que me fez trilhar outros caminhos para o encontro com as próximas mulheres a contribuírem com esse trabalho.

O grupo produtivo de mulheres da Enseada da Baleia, a partir desse encontro, faz parte de um projeto do qual sou coordenadora, financiado pelo CNPQ, que desenvolve ações de extensão em produção agroecológica com mulheres rurais organizadas em grupos produtivos da agricultura familiar (e tradicional) do estado de São Paulo<sup>29</sup>.



Figura 30: Ao final da entrevista, um registro do encontro realizado para essa pesquisa. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2016. Foto: Sany Spínola Aleixo.

Nascida na Enseada da Baleia, em Cananéia, SP, trabalhadora que se autodenomina caiçara e que vive e trabalha nesta comunidade até os dias atuais, Tatiana conta uma história de resistência de uma comunidade, que trabalha tradicionalmente com a pesca, extrativismo vegetal, artesanato e turismo, de forma familiar, e que resiste por um modo de vida sustentável e uma economia feminista e solidária. Luta e resiste também para manter a cultura

---

<sup>29</sup> Núcleo de Estudos em Agroecologia do Instituto Federal de São Paulo.

e tradição de seus antepassados que chegaram nesse local e construíram uma história de modo de vida e afetos os quais determinam a existência da comunidade.

Toda a fala da Tatiana refletiu essa resistência dela como mulher, trabalhadora e das outras mulheres da comunidade, demonstrando um protagonismo forte da organização coletiva para o trabalho e da busca por melhores situações de existência para as famílias da Enseada da Baleia.

Essa comunidade que fica no parque Estadual da Ilha do Cardoso é uma das seis comunidades tradicionais que vivem no interior do Parque. Possui um plano de manejo integrado, construído a partir do trabalho e culturas locais. Essas comunidades são fundamentais para a conservação ambiental local e para a preservação das culturas locais como direito de identidade.

A Tatiana relatou que a comunidade surgiu a mais de 100 anos é composta por 8 famílias. Essas famílias vivem da pesca, do artesanato e do turismo e foram se constituindo a partir do reconhecimento do seu avô como pescador tradicional morador da Enseada. O falecimento desse seu avô, Sr. Malaquias, em 2010, marcou muito a comunidade desestruturando toda uma gestão do trabalho e da vida realizada e que a Tatiana reconhecia de forma crítica: uma gestão patriarcal e com base na exploração e apropriação do trabalho. Porém ela mesma identificou que se estabeleceu uma crise que possibilitou novas formas de conduzir a vida comunitária protagonizada pelas mulheres.

Era uma pessoa forte, era uma liderança. É que a gente fala que hoje nem a gente tem liderança, porque tentamos favorecer as habilidades na verdade. Então uma consegue falar melhor, outra consegue fazer muito bem arte, outra cozinha. Antigamente existia liderança, que a gente nem gosta de falar, porque as experiências que temos de lideranças não são compartilhadas e nas comunidades tradicionais isso é muito evidente. Meu avô tinha uma deficiência nas pernas e herdou o trabalho de pesca e de peixe seco que veio de uma pequena indústria que usava mão de obra escrava dentro dessa comunidade. Há 100 anos as pessoas trabalhavam em troca de alimento e depois foi passando, a minha mãe já trabalhou em troca de alimento, então isso se prorrogou por muito tempo. Até que as famílias foram embora aqui da enseada, e aí as pessoas que foram embora que se diziam donos da terra, eles venderam tudo aqui antes de ir. Virou um parque em seguida e o governo reconheceu na época meu avô como tradicional, porque ele era filho adotivo e tinha a família dele aqui dentro. Meu avô parou de trabalhar com a indústria e começou a fazer isso de forma artesanal. E de uma forma diferente, as pessoas trabalhavam para ele. Então ele era um empresário e as pessoas trabalhavam para ele por hora, já não era mais em troca de alimento. Ele vendia os alimentos aqui dentro, porque ele tinha uma mercearia e as pessoas trabalhavam e compravam alimento. Mesmo que as pessoas eram remuneradas através do trabalho, tudo circulava em torno dele. Ele comprava o peixe do pescador, ele vendia o peixe salgado, ele tinha mercearia e ele limpava o peixe. Quando ele faleceu, desmoronou, porque ninguém conseguia fazer a gestão que ele fazia. As pessoas começaram a ir embora, a dificuldade financeira era muito grande, passando necessidade (...) (TATIANA, 2015).

Por uma experiência que a Tatiana teve oportunidade de participar, através do trabalho de uma Organização Não-Governamental que desenvolvia projetos na área da agricultura familiar e grupos de mulheres, ela percebeu que poderia fazer algo para não deixar sua comunidade morrer. Ela foi conhecer experiências de grupos de mulheres em outros locais o que a fez dedicar seu trabalho para organizar as mulheres da Enseada na tentativa de superar os problemas locais.

Lá eu vi um grupo de mulheres, lá em Curitiba, e as mulheres trabalhando com outra coisa, que não tinha nada a ver com artesanato ou peixe, mas eu olhei e falei: “Caramba, dá para trabalhar, para as mulheres trabalharem, precisa fazer alguma coisa aqui. Que seja para gerar renda ou pelo menos para a gente se ocupar, para parar de sofrer” (TATIANA, 2016).

De forma participativa, cada mulher da comunidade foi encontrando seu espaço nesse grupo e juntas possibilitaram um trabalho coletivo que trouxe a possibilidade de permanecer no local e de enfrentar as dificuldades vividas por elas, desenvolvendo autonomia.

Aí fui contratada pela ONG para trabalhar aqui na Enseada. Eu vim e trouxe as experiências e as meninas começaram a escolher: “Ah eu quero fazer crochê”, outras: “Eu quero fazer pintura”. Pensamos num produto para aplicar o que cada uma sabia fazer nele. Na época haviam aquelas Ecobags, aquela coisa de mercado que só podíamos comprar com sacola de tecido e começamos a pintar. Arrecadamos vinte reais de cada uma na época, e começamos a comprar tecido e material, montamos uma barraca aqui na frente na época de temporada e vendemos tudo o que tínhamos de produto. E começamos a buscar, buscar algo que tivesse a cara da comunidade nas Ecobags. Minha avó já fazia muitos anos que costurava, nem recordava mais dessa habilidade dela, a mãe era um sonho dela costurar, tinha outra que também sabia fazer, então fomos separando o que cada uma sabia fazer. E a ONG conseguiu aprovar um projeto da PETROBRAS na época e o grupo da enseada se inseriu nele, porque eu estava lá dentro trabalhando já, logo em seguida eu fui chamada para fazer parte da AMESOL, da SOF. E eu comecei a ir para São Paulo carregar as meninas para fazer capacitação em Economia Solidária, para entender essa forma de gestão diferente, participativa, porque aqui era completamente novo (TATIANA, 2016).

Aparece na fala da Tatiana a importância do trabalho das ONGs que deu suporte na organização do grupo. A SOF (Sempre Viva Organização Feminista) é uma entidade executora de políticas públicas da DPMR/MDA que, de alguma forma chegou na comunidade Enseada da Baleia através da ATER Mulheres. E a AMESOL é a Associação de Mulheres na Economia Solidária que trabalha com a qualificação da organização dos grupos de mulheres e especialmente as diferentes redes de comercialização dentro da perspectiva da economia feminista e solidária.



Figura 31: Centro Comunitário da Enseada da Baleia. Local onde as mulheres trabalham coletivamente. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2016. Foto: Alexandra Filipak.

As percepções acerca das políticas públicas trazidas na entrevista da Tatiana estão contidas na história de organização das mulheres da Enseada contada por ela. Grande parte do sucesso do grupo de mulheres na produção, na autogestão desenvolvida e na geração de renda e de autonomia econômica por essas mulheres é destinado à possibilidade encontrada por elas nessa relação estabelecida com as ONGs e as políticas públicas. Perguntada sobre as políticas públicas Tatiana destacou as questões que ainda aparecem como lacunas para as mulheres na Enseada e ao mesmo tempo levanta as atuações compartilhadas entre os diferentes organismos executores de políticas para se realizar ações de geração de autonomia para as mulheres trabalhadoras rurais:

Nas reuniões da SOF, sempre levantamos essa questão, que a gente que trabalha com economia solidária, falta um selo, uma coisa diversificada que mostre que seu produto não é igual do mercado. (...) A SOF faz anualmente uma feira no Largo da Batata e esse ano a gente não conseguiu recurso para fazer. Mas quando a gente ia, a gente conseguia vender tudo o que tinha. Uma feira muito bacana, e eles conseguiam recurso e a gente não ia sozinha, a gente acabou inserindo vários grupos, ia um ônibus de Cananéia para lá. O prefeito de São Paulo pagava os pedágios, e a gente conseguia escoar os produtos, mesmo sabendo que as vendas que os grupos necessitam são as vendas em atacado. E as vendas em feira ainda, de vez em quando que tem feira, a logística é cara e tudo, mas ela ajudava a gente,

anualmente a gente já contava com ela, esse ano a gente não tem recurso pra trabalhar com a feira, isso é triste (TATIANA, 2016).

Além do selo da Economia Solidária, a Tatiana destacou a necessidade das mulheres acessarem uma documentação específica para o trabalho delas, a carteira de pesca e a nota de produtora. Essa questão ainda aparece como dificuldade na comunidade:

A parte de documentação da pesca, ela já tem bastante tempo. Porque o pescador ele é considerado regime de economia familiar, aí veio o direito ao seguro defesa, então elas foram buscando a documentação. Então a parte de documentação, a associação, foi nós mesmas que tivemos que preparar documentação da comunidade. Mas em questão pessoal de cada uma delas, elas já tinham antes de acontecer. O que a gente fez foi que três de nós temos MEI. Por causa das produções que vendemos e precisa de nota. Então isso foi uma documentação a mais que tivemos que adquirir nesse processo de trabalho. A pesca ela tem nota fiscal mas tem que ser do produto, né? Mas não é a nota de produtora. Tem que tirar. Na época em que eu estava na colônia a gente estava buscando isso lá, mas a colônia tem uma gestão também que às vezes eles acabam não buscando alternativas. Então agora que voltamos com o peixe seco, talvez o próximo passo seja a gente começar com nota de produtora para poder conseguir comercializar.

A fala da Tatiana aponta a relação entre a participação social e política das mulheres da Enseada e da comunidade com a organização do grupo e os enfrentamentos de gênero desencadeados em relação ao desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres caiçaras. Também aponta os retrocessos em termos de cortes de recursos para os trabalhos com as mulheres como indicador de diminuição de possibilidades de acesso e participação delas. As mulheres da Enseada, de fato, pela localização da comunidade, distância, formas e custos altos de locomoção, necessitam de apoios externos para garantirem sua participação política e a qualificação de seu trabalho na perspectiva feminista e solidária:

Com a Marcha construímos coisas juntas. Antes da Marcha acontecer nós fizemos encontros com a SOF, levamos as demandas daqui e fomos para São Paulo. Então sempre vai alguém, eu e mais alguém ou mais duas mulheres. Já teve várias vezes que eu não fui e foram outras duas da comunidade. A gente constrói e quando aconteceu a Marcha não conseguimos estar lá nesse período, mas as propostas foram construídas nesses encontros da SOF. Agora estamos tendo bastante dificuldade da SOF justamente por causa do recurso, eles também estão sem recurso, por causa desses cortes no governo, então não estamos conseguindo ir tanto para lá, mas a gente se comunica diretamente com elas. Eu participo mais dos encontros de propostas de políticas para as mulheres porque eu estou mais envolvida na parte da pesca, pois foi algo que eu adquiri na época em que eu estava na colônia. E vamos em vários encontros de povos de comunidades tradicionais, vamos ao encontro da CONFREM<sup>30</sup> que é uma outra frente que luta pelos pescadores e pescadoras. Eu estou envolvida na parte de pesca para as mulheres, marisqueiras do Brasil todo,

---

<sup>30</sup> A CONFREM é uma articulação de extrativistas costeiros/as e marinhos/as, incluindo pesadores/as artesanais, marisqueiras, coletores/as de cipós, piaçavas, enfim, todos os povos que se encontram em áreas costeiras e marinhas do Brasil, que estão em Unidades de Conservação ou não e que estejam em áreas que façam minimamente um ordenamento de uso do espaço territorial em busca da sustentabilidade. A CONFREM nasce como um espaço de articulação dessas comunidades que buscam políticas públicas para essas comunidades (Portal Ypadê, 2017). <http://portalypade.mma.gov.br/audios/194-os-pescadores-artesanais-e-a-confrem>

estou sempre em encontros construindo propostas. Ano passado eu fui para Manaus, fui para Brasília, fomos para Mossoró conhecer um grupo lá e fazer propostas para as mulheres. Até deu um pouco de tristeza agora, um pouco não, deu muita tristeza, porque a gente deixa família, sai daqui, constrói, tira tudo do cérebro, muitas vezes não consegue nem conhecer a cidade, fica trancada dentro das reuniões. As mulheres tirando tudo o que tinham de energia para construir propostas e as propostas não acontecem. É um pouco desanimador o que está acontecendo (TATIANA, 2016).

A percepção de que a participação política das mulheres é fundamental para a construção e implementação das políticas públicas de gênero é apontada, como também é reconhecida a dificuldade de organização e mobilização da comunidade caiçara:

Se a gente não estiver envolvida e passando o que é a real necessidade das mulheres as pessoas não vão conseguir entender esse contexto dessa vida aqui. Então quando a gente precisa construir propostas, precisamos estar lá para contar. Porque as pessoas não têm a menor ideia e as realidades são completamente diferentes, da agricultura, da pesca, do artesanato rural e urbano. As mulheres precisam estar juntas para construir isso, a gente vem discutindo bastante dentro da comunidade. (...) A comunidade caiçara não está nesse pique de movimento social tão forte, está bem difícil. Tanto é que quando eu liguei nas comunidades para contar sobre a privatização, eles ligaram para o gestor para saber se era verdade o que eu estava falando. E mesmo se você chama eles para reunião, eles ficam pensando que é uma coisa política, então eles ainda têm um passo assim, diferente dos Quilombolas e dos Indígenas, que estão bem mais organizados. Nós caiçaras ainda estamos deixando bastante a desejar. O Governo plantou bem a sementinha na cabeça deles, no período de 30 anos (TATIANA, 2016).

O trabalho realizado pelo grupo de mulheres da Enseada, além de contemplar o artesanato que utiliza material reaproveitado da pesca local, que são as redes, também resgata a tradição do trabalho com o peixe seco que possibilita a comercialização da pesca de forma mais efetiva e com geração de renda bem mais apropriada para as famílias. Outro trabalho coletivo que está sendo realizado é o turismo local com características culturais e ecológicas. O arranjo produtivo local criado pelas mulheres no artesanato, no peixe e no turismo transforma a vida de todas as famílias da comunidade:

Nessa época começamos a nos capacitar. Com esse projeto da PETROBRAS aproveitamos para melhorar o espaço de produção pois a gente tinha que comprar maquinário. Trouxemos oficina de pintura, oficinas de costura, para melhorar a qualidade, um designer também veio. E o designer veio para tentar olhar a realidade local, aí ele deu uma ideia, que nem foi tão aplicada, mas uma coisa ele tinha nos falado que era pra usar a rede e isso martelou muito, ficamos um tempão: “mas usar rede de pesca?”. E por um período ficamos fazendo a rede de crochê, as meninas sabem fazer rede de pesca, então elas fizeram a mesma malha, mas no crochê. Ano passado fomos para a praia olhar, sempre que tem chuva forte a maré traz muita coisa para terra, muita coisa, muito lixo marinho. E vem muita coisa que dá para aproveitar, então nós temos essa coisa de sair cedinho, ir para praia ver se achamos alguma coisa que dá para aproveitar, uma madeira, e nisso nós vimos muita rede e falamos: “Nossa, a gente está costurando a rede, às vezes não dá tempo de fazer, temos que pedir para os meninos”. Os meninos já estavam crochitando a rede para as mulheres, porque não estavam dando conta de pedido. “Tanta rede aqui, vamos testar pra ver no que dá, né?” A gente trouxe e testou o tingimento e deu certo. A rede hoje está sendo usada no acabamento de todas as peças, então além de pegarmos da praia, estamos mobilizando os pescadores a doarem as redes enfraquecidas. Então muitos pescadores dão o que para eles não serve como

atividade e polui a praia e para gente fica maravilhoso ela tingida, é uma peça pronta (TATIANA, 2016).



Figura 32: Folder de divulgação do trabalho em artesanato do grupo de mulheres da Enseada da Baleia. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2016.

Sobre a produção do peixe seco, a história contada pela Tatiana mostra a beleza do resgate de um trabalho aprendido pelas mulheres, que de alguma forma era explorado no passado e que hoje, enquanto habilidade desenvolvida é resgatado e gestado de uma forma coletiva e solidária, o que vem garantindo possibilidades de transformação na vida dessas mulheres.

Agora com esse projeto a gente sentou, vimos se era isso que elas queriam e foi muito legal porque mesmo que o artesanato brilhe aos olhos, que elas estão aprendendo sempre, o peixe é outra coisa... Como elas fizeram isso a vida inteira, a facilidade que elas lidam é muito grande, porque elas têm muita habilidade para isso. Aí elas sentaram: “Não, a gente vai começar!”, “Então vamos, vamos ver o que precisa”. Aí escrevemos o projeto e foi aprovado. Fizemos a gestão assim: os maridos pescam (...) e as mulheres compram o peixe dos maridos. Aí foi lindo, elas compraram toda a produção dos maridos, sem pagar, né? Compramos fiado na loucura. E sem os contatos do vô, porque a gente tinha perdido todos os contatos dele, aí colocamos uma coordenadora responsável, então era uma pessoa que é uma das mais respeitadas da comunidade, virou coordenadora. E eu fiquei como coordenadora da cidade, que era a parte administrativa, então nós duas como parceiras nos comunicávamos, ela na produção e eu na administração. Aí as meninas compraram, elas secaram, limpavam e eu fiz um trabalho de pesquisa para tentar resgatar os contatos do vô na época, puxando pelas pessoas o nome, buscando em que lugar do Brasil elas se encontravam e achamos quatro pessoas, que quando souberam que voltamos a fazer o peixe seco eles vieram aqui comprar. E vendemos toda a produção (TATIANA, 2016).



Figura 33: Comunidade Enseada da Baleia. Peixe secando ao sol para ser preparado pelas mulheres para a comercialização. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2016. Foto: Ana Maria Baccarin Xisto Paes.

É perceptível que as mulheres da Enseada conseguiram se integrar nos trabalhos produtivos e que isso causou mudanças significativas na vida delas. Tanto em relação ao acesso à renda, quanto na divisão sexual do trabalho familiar e nas mudanças nas relações de gênero locais. Antes das atividades coletivas das mulheres, a maior parte do tempo de trabalho delas era um tempo de trabalho doméstico. Foi por uma situação de quase desestruturação da comunidade que elas acabaram se integrando num trabalho pra gerar uma renda como alternativa de retomar a comunidade. As mulheres foram protagonistas nesse processo com o aporte de trabalho de ONGs e das políticas públicas em menor grau de impacto. Essas alterações nas relações de gênero com relação ao trabalho produtivo e reprodutivo na comunidade são percebidas pela Tatiana:

Antes as mulheres trabalhavam no turismo apenas uma semana do ano. O restante do ano todo, os maridos é quem trabalhavam na pesca, pagavam as contas e as mulheres trabalhavam em casa, assim como é na maioria das comunidades. Hoje elas falam isso de um jeito que ficamos encantadas em saber que a gente conseguiu transformar realmente. Quando a gente começou há 6 anos, elas não acreditavam e começaram porque não tinha o que fazer. E hoje elas falam que todas as mudanças internas da comunidade, todas foram dadas através do grupo das mulheres. Porque quando elas começaram a participar do movimento, elas começaram a valorizar a cultura caiçara, isso também não é de entendimento, as pessoas às vezes são reprimidas, na cidade mesmo tem dificuldades, então elas começaram a se valorizar.



Figura 34: As mulheres e as redes de pesca: trabalho produtivo e sustentável. Fonte: Foto veiculada em rede social, 2017.

A organização do grupo de mulheres caiçaras levou a algumas mudanças na comunidade no que se refere à divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho produtivo da mulher, porém ainda persiste a sobrecarga de trabalho e as mulheres ainda assumem o papel de responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, na maioria das vezes. É onde políticas públicas de socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados deveriam atuar:

Os maridos ajudam mais na parte de alimentação. A casa acaba sobrando para elas. A gente sobrecarrega. (...) Por outro lado os meninos começaram a ver as mulheres trabalhando, os meninos ajudam. A gente faz assim, quando a gente consegue um projeto ou qualquer coisa a gente sempre comemora. E a gente faz uma festa, um churrasco, alguma coisa que eles não fazem, então esse é um hábito. A gente tem que começar comemorando e finalizar comemorando para entrosar a família e as pessoas e muitas vezes quem está cozinhando são os maridos. Quando a gente tem um curso de capacitação também, estão todas as mulheres lá produzindo e os meninos estão cozinhando, fazendo coisa para gente comer. Então tem uma relação bem bacana sendo construída (TATIANA, 2016).

Em termos de autorreconhecimento enquanto mulheres caiçaras trabalhadoras e processos de autonomia, o grupo das 9 mulheres da Enseada da Baleia, que tem 6 anos de

funcionamento e que dialogaram com proximidade com as políticas de gênero, se aproximam de alguma forma das transformações que a economia feminista e os estudos de gênero voltados ao rural apontam:

Você vê o crescimento das mulheres e a vontade de aprender muito grande. Antigamente você falava com elas: “Ai não vai dar certo, eu não consigo, é difícil...”. E hoje qualquer coisa que você lança dá certo. Então se a gente chegar aqui: “Ah gente, eu vi não sei o quê, vamos tentar fazer?”, “Vamos!”. Tudo dá muito certo. Porque elas acreditam muito na mudança, porque conseguimos várias delas com o trabalho das mulheres. Então tem vezes que trabalhamos com o turismo e conseguimos remunerar, dividir a renda. (...) Há 6 anos quando a gente começou era um sonho de gerar um salário-mínimo por mês para cada mulher e a gente conseguiu. Com o peixe seco foram 15 dias de trabalho, as mulheres conseguiram garantir o salário de Julho e o salário de Agosto. Com o turismo a gente já vai conseguir mais dois meses do ano, então quer dizer, esse ano a gente conseguiu 4 meses do salário tão sonhado e que a gente tem certeza que no ano que vem vai aumentar (TATIANA, 2016).

### 5.3 Maria das Graças Epifânio da Silva

*Acho que a nossa luta está muito longe de acabar, que seja das mulheres do campo, que sejam quilombolas, que sejam ribeirinhas, ciganas, indígenas, a nossa luta sempre vai continuar.*



Figura 35: Maria da Graça Epifânio da Silva. Foto tirada no dia da entrevista, em Belo Horizonte, MG. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2016. Foto: Jordânia Fernanda da Silva Mariano.

As três entrevistas a seguir foram realizadas no mesmo contexto da entrevista da Graça. Em atividade de capacitação de técnicos e técnicas de ATER contratados através dos convênios das políticas públicas de ATER para Mulheres e ATER Agroecologia (que possui um recorte de gênero), da qual participei coordenando-a através da execução de projeto via cooperação entre Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e DPMR/MDA para qualificação de políticas públicas voltadas para as mulheres rurais, tive a oportunidade de encontrar diversas mulheres rurais que participam de movimentos sociais e organizações produtivas.

Assim, na etapa dessa atividade que aconteceu em Belo Horizonte, MG, no Sítio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, de 18 a 21 de outubro de 2016, conversei com a coordenação coletiva do Projeto e da atividade em específico sobre a possibilidade da realização de algumas entrevistas com mulheres rurais para esse trabalho de pesquisa.

Algumas mulheres foram indicadas e se dispuseram a colaborar: Maria da Graça da CONAQ e Maria Lucivanda do MMC. Durante a entrevista da Graça, a Jordânia acompanhou e também propôs uma colaboração para a entrevista, pois afirmou que tinha muito para contribuir pelo trabalho que vinha desenvolvendo. Dessa forma, organizamos as entrevistas dessas três mulheres. Graça, participante de movimentos sociais que dialogam com as questões de gênero e rural e quilombola, Maria Lucivanda, militante do Movimento de Mulheres Camponesas e agricultora familiar e Jordânia, dirigente de gênero da CONAQ e quilombola.

Dessa forma marcamos a entrevista de Graça para o dia 20 de outubro, após o término das atividades de formação à tarde.

De fala objetiva e de um sorriso lindo ela é mulher autônoma, livre e consciente de si. Foi certa em caracterizar a si mesma, reconhecendo a sua identidade quilombola e feminista, a partir da história de resistência e luta de sua mãe que define como matriarca. Foi no reconhecimento de sua mãe e de outras mulheres que ela construiu a si mesma nessa liberdade.

Eu sou Maria das Graças, sou filha da dona Sebastiana, que é uma guerreira quilombola. E a partir do reconhecimento dela que a gente se reconhece. Ela é a nossa matriarca e tudo que nós somos hoje, tudo o que minha família é hoje, foi através dela, pela força que ela tem, pela luta dela, por ela sempre estar lutando, por ela nunca desistir. Então hoje realmente a gente é reconhecida, em alguns lugares, em alguns estados, pela força que a gente tem, mas é através dela. Então a minha luta começou dando continuidade na dela. Sou quilombola, do Quilombo Carrapatos da Tabatinga, em Bom Despacho, MG. Nós somos quilombolas de Juiz de Fora e imigramos para Bom Despacho, pois perdemos o direito à terra lá. Fomos para a terra de quilombola, que Tabatinga era lugar de quilombola, então a força puxou pro mesmo lado, nós saímos de uma força e fomos para o outro lado com a força quilombola (GRAÇA, 2016).

Até o reconhecimento quilombola de sua família, Graça acompanhou seu pai em várias moradas em busca de trabalho. Ela destacou a falta de conhecimento de sua própria história que deixava a família sem identidade e sem acesso ao direito de terra que os/as quilombolas têm.

É porque minha família é assim, meu avô era ferroviário, então ferroviário não tinha pousada, meu pai foi militar, militar também não tinha pousada, então foi assim, foi migrando, automaticamente nós moramos em muitos lugares, eu não lembro tanto porque eu sou a mais nova e era muito pequenininha e onde pai vai a gente vai, eu lembro disso, que nós moramos aqui em Belo Horizonte. Hoje residimos lá, a maioria da nossa família reside lá. Eu lembro de contarem algumas histórias, mas tudo era muito fechado, o povo de antigamente não conversava, porque tinha medo. É, tinha medo, porque antigamente o ser humano não podia nem se autorreconhecer como gente (GRAÇA, 2016).

Graça falou sobre a sua participação política nas questões quilombolas como também responsável por uma caminhada pessoal que se diferencia em termos de consciência de si enquanto mulher quilombola.

E aí começamos nossa luta. Em 2005 foi o primeiro encontro quilombola, que foi uma articulação do governo, fundação Palmares, onde começamos nos articular, conhecer a nossa história e dar valor aos quilombolas, porque quilombola todo mundo é, mas autorreconhecimento ninguém tinha. Então começou a nossa trajetória, começou a nossa luta e a partir disso, nós como terceiro estado maior com comunidades quilombolas, sentimos a necessidade de articular uma associação, que hoje é a federação. Hoje eu sou participante também, faço parte da diretoria e minha trajetória é essa, dar continuidade e através de luta, melhoria, levar políticas públicas para as comunidades rurais.

A federação a qual ela se refere chama-se N’Golo – Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. Graça ajudou a fundar a federação em 2005 e já são 10 anos de sua participação. Dentro dessa organização que é mista, a questão de gênero é tratada através de um coletivo próprio composto pelas mulheres quilombolas e que têm uma representatividade forte no debate das políticas públicas para as mulheres rurais, nos seus diferentes espaços institucionais criados para isso, assim como participação nas mobilizações da sociedade civil.

Nós temos a pasta das mulheres, né? Nós temos mulheres dentro da Federação que tem uma pasta voltada para políticas públicas para as mulheres. A garantia da federação é isso, que a gente tem mulheres com a pasta e indo buscar políticas públicas, lutar pelas mulheres, então nós temos essa pasta diferenciada voltada para mulheres (GRAÇA, 2016).

Na fala de Graça, aparecem as severas desigualdades vividas pelas mulheres quilombolas, às quais são identificadas e enfrentadas no trabalho de gênero desenvolvido pelas organizações das quais ela faz parte. Essas desigualdades carregam além das marcas de gênero, as marcas de um povo que passou pela escravidão e que, em sua própria consciência

se reconhecem ainda escravos. Então podemos dizer que sobre as mulheres negras quilombolas pesam as desigualdades de gênero, raça, econômicas e subjetivas.

É! Eu vejo a luta nossa, das mulheres. que estamos na frente para buscar direitos, lutar, brigar, conversar. Mas tem aquelas mulheres que são submissas ainda, que passam muitas dificuldades, porque há muitos quilombos que não tem ajuda nenhuma, que estão à deriva e a gente fala assim: “Nossa, estamos em 2016 e ainda tem quilombos assim?” Tem quilombos escravos ainda, tem gente vivendo sob escravidão, tem quilombos que a gente vai fazer visita, a gente chega lá e fica horrorizada em como está acontecendo isso ainda. (...) Pior, porque elas continuam naquele mesmo batido da senzala. E pior ainda, porque hoje tem droga, hoje tem bebida, é o filho que morre e não sabe nem porque morreu, é a doença, é a falta de saneamento, é a falta de saúde, tudo do mesmo jeitinho de anos atrás. É a lavoura que está ali, mas às vezes não tem água, tem que brigar com o fazendeiro porque os fazendeiros tiram tudo e nós somos o quê? Nós somos a terra, mas nós somos a água também, então tem muita dificuldade no campo ainda para a mulher quilombola, tem para todas, mas a mulher quilombola não fica por menos, a dificuldade ainda é muito grande (GRAÇA, 2016).

Graça apontou sua percepção acerca da condição econômica das mulheres rurais de quilombos, com uma divisão sexual do trabalho fortemente marcada como desigual e a relação dessa condição com o trabalho que é conduzido pelas organizações. Percebe-se na fala dela, um entendimento de que as mudanças na situação das mulheres vêm a partir da força de organização da sociedade civil, da luta e resistência diante das formas patriarcais e capitalistas e com resquícios de uma cultura escravista da sociedade. Também aponta a importância das ações públicas em termos de políticas para as mudanças desejadas. Ela continuamente reconduz a fala percebendo a luta social como indispensável nesse conjunto de disputas e reconstruções de espaços de vida.

Nós sabemos que precisamos empoderar mais as mulheres, que nós conseguimos nos sair bem, mas tem mulheres que não, tem mulheres que ainda são muito dependentes. São mulheres que são arrego de família, mas ainda não encontram um meio para poder trazer a renda para dentro de casa, é onde que tentamos levar projetos pra ajudar essas mulheres.

Perguntada sobre como se configura o trabalho das mulheres das comunidades quilombolas que trabalham com agricultura familiar em relação ao uso do tempo delas, Graça destaca sua percepção, pensando nas políticas para as mulheres, no que já haviam conquistado e na conjuntura atual de retrocessos em termos de direitos dos quais ela participou ativamente para conquistá-los:

Eu acho que é o trabalho de casa, porque não tem como desvincular, muitos filhos, todos quilombolas. Então está impregnado, é de nascença mesmo, ter muitos filhos e não pode parar, mas também não pode deixar de fazer o serviço, porque ali vem a renda, o alimento também para dentro de casa. Então realmente é aquela base familiar mesmo, o serviço do lar, ele realmente toma bastante tempo e falta de trabalho do homem em casa e falta de políticas públicas voltadas para elas poderem se libertar. A gente já teve um avanço, mas infelizmente com essa conjuntura política que está aí, estamos com o coração apertado. Porque tem muitas coisas que conseguimos com duras penas, que estão sendo retiradas, num piscar de olhos e temos que ter um cuidado muito grande, porque vamos ter que fazer um recomeço,

de muitas coisas que já estavam em nossas mãos. E na hora que estávamos começando a pegar gosto, aí de repente vem esse baque. Mas nada que não iremos superar. Mas não deixa de baquear porque já perdemos muita liderança importante, forte, guerreira, então isso dá uma baqueada na gente. Não somos tão velhos, mas nem tão novos. Estamos no meio do caminho e a gente assusta um pouco com a situação (GRAÇA, 2016).

Graça falou um pouco da autonomia da mulher trabalhadora quilombola. Com uma sensibilidade que se diferenciou um pouco das outras mulheres entrevistadas, ela destacou a autoestima como ponto central para que as mulheres possam conquistar sua autonomia. E ainda apontou como um desafio das políticas públicas olhar para essas subjetividades que se constroem nas relações desiguais entre homens e mulheres nos quilombos. Pelas experiências vividas por Graça, as mulheres que vivem em situação de pobreza, de opressão e submissão precisam, antes de tudo, de uma força interior para encontrarem caminhos de superação. A pergunta foi: O que você acha que mais falta nas comunidades quilombolas para as mulheres viverem uma vida autônoma? O que você acha que falta para essas mulheres? E a resposta foi:

Muita autoestima! Porque a gente com autoestima não vemos muitos problemas em lugar nenhum, porque os problemas já estão ao redor, mas nós com autoestima os superamos com mais facilidade. Com autoestima fazemos os problemas ficarem menores. (...) É, porque a autoestima da gente é tudo, né? Eu não vejo ninguém com baixa autoestima ou triste, conseguir fazer alguém feliz, porque eu penso: a pessoa mais importante do mundo somos nós mesmos, porque ninguém pode fazer alguém feliz se ele não estiver.

Ao final da entrevista, Graça destacou sobre as políticas públicas para as mulheres quilombolas, a partir de suas experiências, fazendo um paralelo com a perda de direitos e a importância das políticas públicas terem força de lei diante de uma crise:

Nós já fomos beneficiadas com políticas públicas quilombolas, de reconhecimento, de autoestima, de trabalho e de criação de renda para as mulheres. As políticas chegam tímidas, tudo novo chega muito tímido, desconfiado, mas está chegando. Principalmente com essa crise política a gente vai ficando meio reprimida, mas não podemos desprezar o que já temos, porque podem tirar, decretos podem ser baixados, mas lei não, e nós temos lei. (...) Acho que a nossa luta não está muito longe de acabar, que seja das mulheres do campo, que sejam quilombolas, que sejam ribeirinhas, ciganas, indígenas, a nossa luta sempre vai continuar (GRAÇA, 2016).

Da entrevista com Graça destacamos algumas percepções que ora trazem elementos novos até então não apontados nas outras entrevistas, ora reforçam as construções teóricas propostas até o momento. A questão da autoestima, que para esse trabalho encontra-se no nível das subjetividades, reforça a ideia de que as políticas públicas para as mulheres rurais, para além de olhar para a condição econômica das mulheres, deve assumir o desafio de olhar para as relações estabelecidas nas famílias no âmbito das subjetividades, uma vez que aparecem com forte potencial, se trabalhadas, de alterar a condição desigual das mulheres no

campo. Essa questão é bastante discutida no âmbito dos estudos de gênero. Materialidade e subjetividade, portanto, se encontram novamente nesse trabalho.

#### 5.4 Jordânia Fernanda da Silva Mariano

*A gente quer é exatamente esse projeto de sustentabilidade para as mulheres, porque se a gente ajudar a levar para as mulheres essa condição de autoestima e sobrevivência, ali vai mudar a casa dela. Se mudar a casa dela, muda tudo.*



Figura 36: Jordânia juntamente com Graça. Foto tirada no dia da entrevista, na sede da FETAEMG, Belo Horizonte, MG. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2016. Foto: Autor desconhecido.

A entrevista da Jordânia aconteceu logo após a entrevista de sua companheira de trabalho e luta nas organizações das quais elas fazem parte que é a Federação Quilombola de Minas Gerais e a CONAQ.

Como ela acompanhou a entrevista da Graça, ambas sugeriram que gravássemos a Jordânia falando das experiências do trabalho com gênero dentro dessas organizações, pois ela é quem representa esse tema.

Mas ela falou mais. Mostrou, em sua narrativa, além das suas percepções sobre as mulheres trabalhadoras rurais em quilombos, sua própria história de vivências de desigualdades, opressões e violências, enquanto mulher, negra e pobre, e seu estímulo em colocar seu trabalho em favor das mudanças na vida das outras mulheres que se identificam como ela, de forma que ela possa ver felicidades as quais ela não teve oportunidade de viver e assim realizar-se no desenvolvimento da autonomia de suas companheiras.

O tom de sua entrevista foi voltado à crítica às situações de vulnerabilidade social vividas pelas comunidades quilombolas. Aspectos como exploração do trabalho, violência, pobreza, baixa participação política e cultura patriarcal são trazidas por ela nas análises da vida das mulheres negras trabalhadoras rurais e descendentes de escravos e da relação desta caracterização com as políticas públicas.

Jordânia tem 33 anos e vive no Quilombo Cachoeira dos Forrós no Município de Passa Tempo, MG. Sua comunidade foi reconhecida como terra de quilombo pela Fundação Palmares em 27 de abril de 2010, como descendentes dos povos vindos de Serra Leoa, etnia Mandinga e Quizumba. É composta de 90 famílias que vivem do trabalho agrícola familiar, através da plantação de pimentas e do artesanato. Ela iniciou sua fala falando um pouco da história da comunidade e do processo de autorreconhecimento identitário construído a partir das políticas públicas de certificação e posse da terra de comunidades quilombolas:

A história do nosso quilombo foram três casais ancestrais, que fugiram para aquele lugar que pertencia a um padre, e o padre doou essas terras para eles, onde cresceu ali nossa comunidade. E hoje nós estamos morando lá, umas 90 famílias. Então nós fomos criados na apanha de café e a gente nunca saiu de lá, da comunidade. Em 2007 é que as políticas públicas foram chegando ao conhecimento nosso, através da Sandra. A Sandra Andrade nos encontrou lá naquele cantinho e fez uma visita, e foi falando devagarzinho pra gente como era todo o procedimento, até mesmo porque a gente morava ali, nasceu ali, e muitos não sabiam que ali era um quilombo, as pessoas não se identificavam, não se conheciam, achavam que era normal estar ali. Depois que foram conversando, com nós, os quilombolas de lá, foi que todo mundo foi percebendo que realmente as igrejas só tinham negros lá na África, as escolas, igual nossa comunidade. Então no começo foi um pouco difícil assim, até mesmo os quilombolas ficaram assustados, “o que é quilombola?” (JORDÂNIA, 2016).

Jordânia continuou narrando de forma a mostrar, através da vida dela, um pouco da vida das outras mulheres de quilombos. A questão da mulher tomou bastante espaço em sua entrevista, pois ela assumiu recentemente, na Federação Quilombola de Minas Gerais, a Diretoria de Gênero. Seu olhar, portanto, está voltado para um aprofundamento das percepções a respeito da mulher rural de quilombos. Ela também vem estudando a questão para ter melhores condições de atuar nesse campo:

É, tem que olhar um conjunto de coisas que eu acho que as mulheres são merecedoras. São mulheres que trabalham intensamente, trabalham com aquela esperança que o amanhã será melhor, mas vê que não muda nada, e continua ali tentando para ver se vai melhorar mais. Que é o meu caso, você me vê eu aqui, mas eu sou uma pessoa que trabalha muito, a gente trabalha apanhando tomate, carregando caixa de tomate, eu carrego caixa de tomate e o salário não é o mesmo ordenado que o do homem. O homem carrega caixa, a gente também carrega, o homem trabalha aquele horário a gente também trabalha, mas na hora de pagar ele recebe mais e a gente recebe menos, só por ser nome de mulher. Porque eu falo que o trabalho da mulher é mais intenso, é mais caprichoso e mesmo assim, o trabalho do homem que é mais valorizado. É uma coisa que dá muita tristeza (JORDÂNIA, 2016).

As relações de trabalho aparecem sob a insígnia da opressão e da exploração e do aprofundamento desses aspectos na vida da mulher quilombola:

Então, após a lei áurea, a escravidão continuou nos quilombos por muito tempo, principalmente para as mulheres. As mulheres sofreram essa perseguição. Vamos falar que sofrem até hoje, porém de um jeito camuflado, mas acontece. A gente observa que as mulheres trabalham para os fazendeiros e esse serviço não é valorizado, ela trabalha em horário integral como o homem trabalha, o marido, o filho trabalha, porém o salário dela é menor você entendeu? É o mesmo trabalho, é a mesma carga horária, porém o salário é menor. Ela é contratada para fazer uma plantação, isso está acontecendo nos dias de hoje, ela faz uma roça enorme, mas quando vai ver quem fez aquela roça, sai no nome do marido ou então do filho, não foi aquela mulher que recebeu. E na hora da colheita o patrão fica com a maior parte, porque ela é mulher. Então, isto é uma coisa que a gente tem tentado, nos comove muito, sabe? Eu também sou produtora de pimenta malagueta e sofro muito por causa desta questão, que é o trabalho de meeiro. Tem que plantar junto com o fazendeiro, então a gente tem nossas terras lá, que foram apossadas pelos fazendeiros que chegaram. Nossos ancestrais até com os avós nos dias de hoje, acontece isso também. Em vários quilombos a questão de trocar as terras por carro, alimento ou outra coisa, então com isso, nosso território foi diminuindo, então nós quilombolas somos obrigados a plantar com os meeiros, que são os fazendeiros, que estão ali tomando posse das terras quilombolas (JORDÂNIA, 2016).

Nesse aspecto relacionado ao trabalho, Jordânia trouxe elementos das relações capitalistas e patriarcais no cenário da agricultura familiar que também inclui os quilombos. A disputa de terras, em primeira instância é uma questão permanente nos quilombos, mesmo porque essas comunidades vivem o processo de reconhecimento, que envolve as disputas de territórios e a conquista da posse da terra. A agricultura de mercado, ou agronegócio confronta os quilombos, apropriando-se de terras e da mão-de-obra disponível em comunidades que enfrentam dificuldades de viver da sua própria agricultura que é feita com baixa produtividade, trabalho pesado e não valorizada em termos de preços no mercado formal.

O trabalho nos quilombos segue esse padrão dos enfrentamentos da agricultura familiar como um todo: conflitos fundiários, resistências e disputas para se conseguir a institucionalidade da posse da terra, dificuldades em acessar políticas públicas de organização produtiva e de desenvolvimento da agricultura de forma sustentável e economicamente viável para as famílias.

A divisão sexual do trabalho, nesse cenário, aparece atravessada pela dupla exploração do trabalho da mulher na agricultura capitalista. Exploração do capital e de gênero. Nas famílias repetem-se os papéis sociais atribuídos hegemonicamente: às mulheres cabem o trabalho doméstico e de cuidados, além de exercerem o papel de trabalhadoras economicamente ativas, mas não reconhecidas como tal.

Então como Diretora de Mulheres Quilombolas eu tenho esse desejo e com certeza farei o possível para a mulher ter sua autoestima, ser valorizada no trabalho, ela ter hora para pegar o trabalho, ter hora para parar e ser reconhecida pelo seu trabalho. Porque eu acho que a mulher de certa forma, é explorada dentro de casa, porque ela vai para o trabalho juntamente com o marido, trabalha o mesmo tanto que ele, as horas que ele está trabalhando ela também está trabalhando, ela chega em casa e ela que tem que cuidar da casa, do chiqueiro, do galinheiro, tem que cuidar dos filhos e no outro dia também ela tem que levantar mais cedo para cuidar da marmitta, então a mulher quilombola não tem descanso e ela ainda ganha menos que ele (JORDÂNIA, 2016).

Nos quilombos o trabalho dos homens é caracterizado pelas roças que plantam para comercializar e pelo trabalho em fazendas ou na construção civil. As mulheres exercem o trabalho produtivo nos quintais e nos domésticos, além de dedicar muitas horas no trabalho nas fazendas. As filhas mulheres acompanham as mães nessa divisão.

Nosso trabalho não é valorizado, porque o trabalho da mulher não é valorizado. Eu sou produtora de pimentas, mais mulheres no quilombo também, foi uma situação que deu certo para gente conseguir recurso para sobrevivermos. Até então sobrevivíamos de colheita de café, no Sul de Minas e vivíamos em más condições de moradias, ficávamos presas na fazenda, né? E eu sempre questioneei isso, desde pequena. Comecei a trabalhar com 8 anos, eu tinha que trabalhar de 7 horas da manhã até 17, 18 horas da tarde. Parava 11 horas para almoçar, retornava 12:00, parava 14:30 e retornava às 15 horas. Porque se o pai da gente não aceitasse, os patrões iam cobrar deles de uma forma que era humilhação, entende? Nós fomos obrigados a trabalhar. Então a gente cresceu com essa responsabilidade, mesmo novinha, de estar procurando um jeito de sobreviver. Teve um acidente em 2009, com os boias-frias que estavam vindo da apanha de café, morreram várias pessoas, (os quilombolas eram transportados para o sul de Minas, dentro de um caminhão com as tralhas, com cachorro, com porco, com galinhas). Houveram vários acidentes, várias pessoas morreram, várias mães gestantes também morreram, então mesmo sem força, sem apoio nenhum, porque a nossa comunidade era uma comunidade fechada, sem apoio, resolvemos não ir mais. Mas ali passamos muitas dificuldades, passamos fome mesmo, até que resolvemos plantar uma pimenta para não precisarmos mais ter que ir para o sul de Minas na colheita de café. Eu tenho um tio, o Antônio Miguel, que iniciou esse processo, deu certo e ele conseguiu vender por um preço muito barato para o atravessador, aí vimos a ideia dele e fomos expandindo isso no quilombo. As mulheres acharam interessante para fazermos até mesmo uma cooperativa. Mas o atravessador, não estava valorizando, sabe? Ele estava pagando um preço, que a gente ficava ali o dia todo, a gente aproveitava a noite, aproveitava a madrugada e esse trabalho nosso não estava sendo valorizado. Então não dava mais, ele estava pagando muito pouco e preferimos não fazer mais o trabalho para ele de graça e não plantar mais. Então o que estamos buscando nas políticas agora, é o escoamento dessas pimentas, para já termos o lugar certo. Eu acho que merecemos esse incentivo (JORDÂNIA, 2016).

A fala da Jordânia aponta para a relação das condições difíceis e dependentes que o trabalho na agricultura realizado pelas famílias quilombolas e, em especial, pelas mulheres, com as políticas públicas. Ela percebe que mudanças são possíveis mas, que para isso é necessário que as comunidades acessem ações públicas planejadas para se garantir direitos e condições para se gerar autonomia dessas comunidades e dessas mulheres. Mas os obstáculos para garantir esse efetivo objetivo das políticas de gênero são inúmeros.

Jordânia não apresentou, em sua experiência, acesso às políticas públicas para mulheres, porém, suas percepções acerca dessas políticas são as que conseguiu a partir do seu trabalho militante na Federação. Ela admite que sua autonomia e autorreconhecimento como mulher trabalhadora rural, negra e quilombola, foi conquistada em função de sua participação política nos espaços de organização social e nos movimentos sociais. Mas, ela ainda está em busca de sua autonomia econômica, assim como das outras mulheres de seu quilombo.

E através desse contato com a Sandra, ela foi nos convidando a sempre estar participando de seminários, reuniões e eu fui me desenvolvendo através desses encontros, tendo aquela facilidade de ver que eu poderia contribuir com mais quilombos, mais pessoas que estavam como a gente, ali no anonimato. Então hoje, vim trabalhando com a Sandra durante dois anos nos projetos e nas agendas da federação. Fui convidada a representar a primeira Marcha Mundial das Mulheres Negras em Brasília, fui uma das articuladoras. Isto para mim foi um privilégio muito grande, foi uma conquista muito grande. Conseguimos levar mais de cinquenta mil mulheres para as ruas de Brasília! E assim eu vejo que aquela quilombola lá do interior, no anonimato, já está alcançando sua autonomia. Então a gente tem este contato próximo com as mulheres quilombolas, a gente visita vários quilombos e a gente vê que a mulher realmente é isolada. A gente se depara com a mulher saindo às 5:30 horas da manhã para o campo, às 18:00 horas da tarde está voltando. A maioria dos quilombos não tem aquela condição de ter uma água em casa, então a gente foi vendo tudo isso, estamos num processo de estar levando as políticas públicas, juntamente com a Federação para esses quilombos.

Ainda em termos de políticas públicas, ela citou algumas relacionadas aos direitos básicos que tiveram impacto grande na vida das comunidades quilombolas. Mas, de forma geral, ela admite o permanente silenciamento e abandono do Estado com relação aos quilombolas.

Uma conquista muito grande que nós tivemos foi de levar até vários quilombos de Minas Gerais, não só de Minas, mas de todo o país, moradia digna que é o programa (PNHR) Programa Nacional de Habitação Rural. A gente chega agora nos quilombos e vê que está muito diferente. Aquelas famílias ali, aquelas mães, ou melhor, aquelas avós que tinham que suportar na sua casa três filhos com suas famílias dentro, você chegava nas casas tinha redes, a família praticamente só ia em casa para comer, cozinhar, mas ali tinham que ficar dormindo em rede com todas as crianças. (...) Então onde não têm políticas, você chega lá no quilombo as crianças se escondem, há resistência dos próprios quilombolas aceitarem a chegada de outra pessoa no quilombo (JORDÂNIA, 2016).

Na percepção de Jordânia, algumas políticas públicas podem contribuir para mudar a vida das mulheres. Ela citou as que incentivam o trabalho, a renda, o acesso à água, a moradia que são questões básicas, mas ela aponta a necessidade de que as políticas públicas também considerem outras questões como o desenvolvimento da autoestima, por exemplo.

O que eu acho é que os quilombolas têm o direito de ser igual qualquer outra comunidade rural. Hoje nós observamos quando fazemos esse trabalho de autorreconhecimento, que é importante as pessoas saberem que ali onde estão é um quilombo. Elas não sabem que chegou ali aquela família negra escravizada e foi crescendo. Então eu acho que a mulher tem que ter a dignidade de chegar dentro de uma casa de alvenaria, ter uma cama para dormir com um colchão, uma casa digna e

tem que ter água, luz, tem que ter esse direito que todas as outras comunidades têm e outras raças têm. O interessante que nós trazemos isso para as comunidades quilombolas. Nós falamos assim que nossos ancestrais não eram escravos, eles eram reis, eram rainhas, eram agricultores, eram produtores, então essas pessoas ao serem retiradas da África, chegaram aqui, pela cor preta, acharam que eles teriam que sofrer, que tudo de pior eram eles, que a religião deles era a pior, que as religiões deles eram do capeta. Até hoje tem esse preconceito, esse racismo, na questão das religiões, das matrizes, então nós tentamos trabalhar essa autoestima, e eu falo: “Vocês são capazes de serem produtores bem sucedidos”. Então a nossa intenção é que elas sejam bem sucedidas, que plantem (JORDÂNIA, 2016).

Na centralidade da subjetividade, ainda foi relatado como as desigualdades vividas pela mulher negra e quilombola atinge-a de forma a colocá-la numa situação muito vulnerável. E que isso deve ser olhado como central também nos trabalhos com as mulheres nos quilombos, que ela chama de desenvolver a autoestima:

E outra coisa, a mulher quilombola quase não tem um tempo para si. É muito raro você ver uma quilombola sentar para fazer uma unha, sentar para dialogar, até mesmo para olhar para a sua beleza. Eu conheço quilombola que nunca tirou o turbante. Hoje que somos modernas a gente fala turbante, mas antigamente falavam lenço. Eu conheço várias mulheres quilombolas aqui, que o cabelo já caiu todo porque não tira o lenço, não tem autoestima, porque acha que “Ah meu cabelo duro, meu cabelo é um cabelo feio”. Então ele tem que ficar sempre escondido. Meu trabalho hoje como coordenadora das mulheres é bater em cima da questão da autoestima. Isso é um processo que a gente vem trabalhando porque eu mesma era uma pessoa que tinha um cabelo enorme, eu gostava de cor de vermelha e fio a fio grande, e depois que eu comecei a viajar, juntamente com a Sandra, comecei a conhecer as negras bonitas do movimento, aquelas mulheres com aqueles cabelos e parava com elas para conversar e pedia para pôr a mão nos cabelos, e elas diziam: “O seu também pode ficar”, E eu falava: “Ah, o meu não fica assim porque ele é liso”. Aí foram trabalhando, falando. É uma libertação! (JORDÂNIA, 2016).

As mulheres negras sofrem situações de opressão em vários níveis em toda a sociedade. E a fala de Jordânia demonstrou que políticas públicas precisam dialogar com essas questões. Para ela não adianta só se propor a política pública de desenvolvimento de renda. Mas é preciso olhar toda essa complexidade da mulher quilombola, da mulher negra. Para ela a renda traz autoestima, mas somente a renda não vai conseguir enfrentar as graves opressões.

Há uma relação forte, na fala de Jordânia, do protagonismo da mulher quilombola, com as mudanças e melhorias necessitadas pelas comunidades.

A visão que eu tenho é que para a gente conseguir melhorar, mudar a história das comunidades tradicionais quilombolas precisa dar incentivo à mulher quilombola. Porque é a mulher que controla a casa, a mulher está presente na igreja, ela está presente em todo lugar e ela tem voz ativa, com os seus. Eu quero dizer assim, ela tem voz ativa em sua casa, apesar de não ser tão valorizada, mas ela tem o empoderamento. A gente quer é exatamente esse projeto de sustentabilidade para as mulheres, porque se a gente ajudar a levar para as mulheres essa condição de autoestima e sobrevivência, ali vai mudar a casa dela. Se mudar a casa dela, muda tudo. Ela tem condições de comprar alimentos, coisas para as crianças, para ela mesma, ela vai ter tempo de pagar para fazer uma unha ou então quem sabe aprender

a fazer também e várias coisas. Eu ouvi de várias mulheres quilombolas que o sonho é ser costureira, é trabalhar para uma fábrica, isso já são coisas que existem, mas a gente tem que ter um apoio pra levar aos quilombos (JORDÂNIA, 2016).

Nas análises realizadas nessas entrevistas, foram identificadas poucas experiências de acesso direto às políticas públicas para as mulheres rurais implementadas pela DPMR/MDA. Dessa forma senti a necessidade de realizar outros caminhos de pesquisa que pudessem trazer alguns elementos de análise qualitativa sobre especificamente o acesso de mulheres rurais às políticas públicas.

Dessa forma, enquanto observadora participante fui a um encontro de pesquisadoras oriundas de alguns países como França, Palestina, Índia, Colômbia, Suíça e Brasil, que desenvolvem pesquisas na área da Economia Solidária e Feminista<sup>31</sup>, com grupos produtivos de mulheres rurais, no Vale do Ribeira, SP, que tiveram acesso à política pública ATER para Mulheres executada pela SOF – Sempre Viva Organização Feminista através da parceria com a DPMR/MDA. Esse encontro ocorreu no Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, no município de Barra do Turvo, SP, no dia 8/02/2017 e dele participaram as mulheres que são beneficiárias da política de ATER para Mulheres na Região atendida pela SOF, também de outros grupos produtivos. Foi realizada uma troca de experiências entre os grupos de mulheres e as pesquisadoras e a visita in loco nos quilombos citados. Minha participação se deu através do convite da SOF que é uma entidade que faz parte das relações que tenho no campo dos estudos e dos projetos relacionados com a economia feminista. Como forma de registro, utilizei o caderno de campo que serviu de base para propor as análises que se seguem:

São 240 mulheres do Vale do Ribeira, SP que são beneficiárias das políticas de ATER para Mulheres, executada pela SOF. No município de Barra do Turvo, existem 11 bairros rurais (Comunidades Quilombolas, em sua maioria, mas também comunidades de agricultura familiar e extrativista), dos quais 7 acessam a ATER para Mulheres. As outras comunidades atendidas localizam-se nos municípios Peruíbe, Cananéia, Itaóca, Miracatu, entre outros.

Durante as ações de ATER, a metodologia adotada nesse contrato, foi a de levantar de forma participativa, com as mulheres rurais, a caracterização de seu trabalho no interior das

---

<sup>31</sup> Trata-se do Projeto: “Análises feministas das práticas da economia social e solidária: visões da América Latina e Índia” que envolve pesquisadoras da Argentina, Bolívia, Brasil, França, Índia e Suíça e é coordenado pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais e Desenvolvimento (IHEID, Suíça). A participação da SOF se dá por meio de pesquisa-ação que busca criar as bases para uma economia solidária e feminista em comunidades rurais do Vale do Ribeira. A proposta é de que a pesquisa, como processo de reflexão e produção de conhecimento, faça parte da ação e dela se nutra (SOF, 2017).

Acessado em <http://www.sof.org.br/2016/10/21/sof-convida-para-bate-papo-com-christine-verschuur-sobre-pesquisa-acao-em-economia-solidaria-e-feminista/>

comunidades, dentro da perspectiva da economia feminista, e o planejamento dos caminhos e instrumentos necessários para que elas possam se organizar produtivamente e promover sua autonomia econômica.

Dessa forma, identificou-se que as mulheres dos quilombos não tinham a documentação necessária nem para acessar direitos básicos, os previdenciários, por exemplo, e nem para garantir sua organização produtiva a partir do trabalho que já realizavam como resistência nos quintais e nas florestas. Essa documentação que as identifica como agricultoras é a Declaração de Aptidão do Produtor – DAP, que nem no PNDTR não foi executada de forma a causar impacto social, como já foi demonstrado nessa pesquisa.

As mulheres não conseguiam acessar a DAP porque as entidades que emitiam esse documento, na região, exigiam o Termo de Posse da Terra para que fosse emitida, assim como uma série de documentos que burocratizam e tornam inacessível o documento. Os quilombos passam por um processo muito longo, de décadas, até conseguir emitir o documento de posse de terra, logo, não o tendo, não poderiam ser considerados como agricultores.

A SOF intercedeu junto ao MDA para se tornar uma entidade emissora de DAP, para as beneficiárias de ATER para Mulheres nos quilombos e em outras comunidades. Foi realizado um arranjo institucional, nesse sentido, para que o caminho de acesso aos instrumentos formais que possam garantir às mulheres formas de desenvolver sua autonomia econômica, de visibilizar seu trabalho e de causar transformações nas relações vividas por elas nas comunidades e nas famílias, fosse possível de ser trilhado. Criaram, assim, novas institucionalidades e já emitiram 40 DAPs das 240 mulheres atendidas pela ATER. Nessas DAPs foram inseridas as filhas e agregadas das mulheres que trabalham conjuntamente.

Essa emissão permitiu que as mulheres acessassem os direitos previdenciários, políticas de comercialização de alimentos, como o PNAE e o PAA, e que a ATER pudesse continuar seu trabalho com os grupos produtivos.

Hoje as mulheres beneficiárias praticam de forma organizada a produção e comercialização de alimentos agroecológicos e aos poucos vão sentindo o gosto de sua própria autonomia econômica.

Uma das mulheres que estava nesse encontro e que é beneficiária de ATER afirmou sobre como o seu trabalho valorizado e desenvolvido e seu acesso à renda mudou as relações familiares: “No começo meu marido duvidava de mim. Agora ele me ajuda a levar os doces para vender”!

Sobre quando as técnicas da SOF chegaram para atuar com as mulheres, uma outra companheira disse: “Muitas mulheres ficaram com medo, muitas vezes já fomos enganadas. A SOF nos deu certeza do trabalho. Acho que foi isso que nos conquistou”!

E ainda, outra companheira expressou uma relação entre a possibilidade das mulheres terem seu trabalho produtivo reconhecido e visibilizado, acesso à renda monetária, e o seu autorreconhecimento subjetivo das situações de opressão de gênero vividas e as mudanças necessárias para se considerarem como mulheres trabalhadoras autônomas: “Muitas mulheres ainda estão em casa, com medo, de tudo. Meu sonho era que a SOF continuasse para chegar nessas mulheres”.

As resistências e a luta contra-hegemônica de gênero, até para se implantar uma política pública, passa também pelas instituições e se mostra uma constante no trabalho com as mulheres rurais. Nesse caso foi uma articulação institucional que promoveu um rompimento com estruturas de negação de direitos de gênero.

A política pública, nesse caso, contribuiu sobremaneira para a conquista da autonomia econômica das mulheres rurais conforme suas premissas construídas em diálogos com os movimentos sociais feministas e do campo. Construiu também a possibilidade de que essas mulheres, subjetivamente, encontrassem forças para seguir enfrentando as situações de desigualdades no âmbito também das relações de gênero. Porém, para que a política pública chegasse a esse resultado qualitativo, várias resistências e enfrentamentos foram desencadeados, com uma teoria feminista forte, como pano de fundo e um compromisso visível de mulheres que trabalham nessas instituições e que se dispõe, de forma militante e consciente, a construir esses caminhos sempre pautadas na resistência ao modelo patriarcal e capitalista hegemônico.

### 5.5 Maria Lucivanda Rodrigo

*Alexandra: Como você se reconhece, como pequena agricultora?*

*Maria Lucivanda: Eu me reconheço como trabalhadora rural. Não pequena produtora, e esse pequena, eu não me sinto pequena.*

*Alexandra: É muito grande, né?*

*Maria Lucivanda: É, posso ser pequena no tamanho, mas eu me sinto grande. Eu acho que em momento algum devemos usar essa palavra: “Você é uma pequena agricultora?” Não. Eu sou uma agricultora!*

*Alexandra: Uma trabalhadora, né?!*

*Maria Lucivanda: É, eu sou uma trabalhadora rural. Mas não uma pequena agricultora. Eu sou uma agricultora, uma trabalhadora rural!*



Figura 37: Lucivanda em atividade no Curso “Feminismo e Agroecologia”, em Belo Horizonte, MG. Fonte: Arquivo de Pesquisa, 2016. Foto: Alexandra Filipak.

Uma mulher forte, livre e que traz em si com clareza a história da exploração do trabalho no sistema capitalista no campo e a luta pela sua autonomia nas relações patriarcais nas quais se viu inserida desde muito cedo. Assim falou Lucivanda durante a entrevista que realizamos em 21 de outubro de 2016, que aconteceu juntamente com a atividade de formação com mulheres rurais realizada em Belo Horizonte, MG.

Sua entrevista foi especial no sentido de que, contando em detalhes sua história, Lucivanda quis nos mostrar a importância da participação social e política das mulheres, nos movimentos feministas, para a construção de sua liberdade. Para ela, o Movimento de Mulheres Camponesas trouxe a possibilidade de entender as opressões que vivia e transformá-las. E a partir disso, construir sua autonomia econômica e a igualdade nas relações de gênero na sua família. Ela fala das políticas públicas como um aporte importante nessa construção. A história da Lucivanda mostra, claramente, as mudanças na divisão sexual do trabalho na família dela e as mudanças nas relações de gênero para uma situação de igualdade.

Filha de agricultores, nascida no Ceará e migrante enfrentou desde criança o trabalho explorado e escravo nas grandes fazendas no Pará:

Eu já sou filha de agricultora, então eu já nasci agricultora, desde pequena, seis anos de idade a gente já ia para roça, espantar passarinho, então a gente já nasceu na agricultura. Eu sempre falo, que se eu nascesse de novo eu gostaria de nascer agricultora de tanto que eu gosto de ser, e me orgulho de ser agricultora, não tenho vergonha disso. Eu sou cearense e eu fui do Ceará para o Pará em 1986, foram doze famílias em cima de um pau de Arara, eu tinha 11 anos, e eu falo que lá meu pai sempre trabalhou como escravo, porque quando fomos para o Pará, a passagem era para ter sido paga pelo fazendeiro, ele pagou a passagem desse pessoal para ir, e era para pagar a passagem dos filhos que tinham até 15 anos, porém, tinha meu pai, minha mãe e também uma irmã que tinha 15 anos, então o restante dos filhos não ia pagar. Porém, nunca terminou de pagar, porque quando os filhos completassem 15 anos lá, ele cobrava a passagem dos filhos, então teve que pagar de todos. Arroz, plantava muito arroz e o fazendeiro ia descontando. Colhíamos em torno de 100 sacos de arroz e todos os filhos lá trabalhando no arroz, cortando e plantando e ia ficando para ele e nunca pagou a dívida. E eu sempre fui uma pessoa que eu tinha muita dó de ver minha família daquele jeito e eu dizia que um dia eu iria conhecer os quatro cantos do mundo, procurando melhorias para a família (LUCIVANDA, 2016).

Lucivanda formou sua família numa busca de melhorar sua situação de vida, e a partir de uma necessidade criada na dura realidade a qual passou sua infância. A decisão de ir embora para Minas Gerais e levar à frente um relacionamento que desse estabilidade para ela e seu filho, inseriu-a nas relações patriarcais, agora não mais nas fazendas onde era explorada pelo fazendeiro, mas na família que por ora começava a formar.

Em 1996 eu fui trabalhar em uma casa que é do meu marido hoje, ele morava sozinho, ele tinha 53 anos, e eu tinha 19 anos e acabei me envolvendo com ele e também foi uma forma de aconchego, de sair daquela vida. Porém, eu passei por muita dificuldade, sofri muito. A família dele é daqui de Minas, ele veio embora, eu engravidei aí eu vim embora também para cá. Eu tive coragem e vim, mas eu não podia ir nem em uma festa de igreja que tinha, nada que você imagina, era aquela mulher presa (LUCIVANDA, 2016).

A história contada por ela tem as marcas dos enfrentamentos com os modelos patriarcais de família no campo. E tem um fato especial que a fez perceber-se dona de si, na força de seus filhos:

E aí eu fui me libertando, e a importância dos filhos da gente, eu sempre fui de conversar com meus filhos e eles viam que quando eu chegava, eu chegava outra pessoa. Eu não conhecia políticas públicas, não conhecia meus direitos, não conhecia nada, não sabia nem que eu tinha direito a um salário maternidade, não sabia nada, eu só trabalhava. E a horta grande, a gente jogava para as galinhas, a gente quer plantar, não importa para onde vai, mas você quer ver fatura. Quando foi um dia, eu já estava indo para um curso de formação... E aí o que ele fazia? Quando eu tinha alguma coisa para ir, ele saía de casa, ia mais para roça. E num dia era para eu vir num encontro aqui em Belo Horizonte, acho que eu fui convidada pelo Encontro da Marcha, eu sei que era de mulher, e quando eu saí de casa ele ficou de cara ruim para mim, sentou lá perto da porteira. Mas isso, eu entendo hoje, é uma forma dos homens controlarem as mulheres. Ele até pode não falar pra você mas fica de cara ruim, eles procuram uma coisa, procuram outra, para ver se a gente se sente mal. Aí eu peguei e voltei pra casa, eu não fui. Aí ele disse que me amava. Meu menino tinha uns 8 anos de idade e a menina tinha uns 6 e aí eles pegaram minha mala e disseram: “A senhora vai, a senhora vai”. Eles pegaram minha mala e eles dois foram pra BR comigo. E eu me lembro que eu tirei minha blusa de frio que estava na bolsa e dei para eles vestirem. E eu disse que achava que o ônibus já tinha passado, e meu filho disse que não tinha problema se já tivesse passado que era para eu pedir carona e ir. E daquele dia em diante, as únicas pessoas que eu devia satisfações era para os meus filhos. Nunca mais ninguém me segurou (LUCIVANDA, 2016).

Foi na luta, através do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, que ela entendeu que as dificuldades nas relações com seu companheiro, na sua vida, não era só suas. Que era das mulheres, e em especial, das camponesas que vivem as desigualdades de gênero nas relações na família, no trabalho familiar e nas comunidades a que pertencem.

Quando foi um dia eu vim pra cidade, eu conheci uma colega que era do movimento e a gente conversando. Nem éramos tão colegas e ela me convidou para ir a um encontro e não era nem encontro, era uma mobilização e aí eu fui. Só que quando eu cheguei na praça da cidade, era muita gente, aquela coisa que nós sabemos fazer mesmo. E eu achei aquilo estranho, perguntei o que era aquilo, aí ela foi me falar do movimento, era um encontro de todos movimentos juntos que era da Via Campesina e aí ela foi falando. Eu gostei, mas aí ela me mostrou uma forma diferente do que é o movimento das camponesas, que não era uma coisa grosseira, de você ser autoritária, de ser mais do que o marido. O movimento de mulheres camponesas não é isso. O movimento de mulheres camponesas é você trabalhar sua autonomia, a igualdade de gênero, então é isso. A história do movimento é muito bonita, mas mesmo assim eu agradeço a ela porque pelo menos eu me aprofundi na história do movimento e eu quis conhecer o movimento. Eu falo que eu carregue a bandeira do movimento, é como nós brasileiros falamos da bandeira do Brasil e a bandeira do movimento para mim é tudo (LUCIVANDA, 2016).

O fato de Lucivanda participar do movimento, resistindo e enfrentando as relações de poder estabelecidas em casa, na família, para poder sair, participar do espaço público e romper o papel social a ela atribuído, transformando desde sua relação subjetiva com o marido, até as materiais e, sobretudo, a divisão sexual do trabalho bem estabelecida até então.

E aí eu vim trabalhando essa transformação na família na nossa vida, e eu sempre mostrando que ia mudar, sempre mostrando isso pra ele. Hoje, ele é completamente diferente, por isso que eu falo que o movimento não é separar família, mas é unir a família, mostrar igualdade. Você trabalha o dinheiro é seu e o meu é meu, não, é nosso. Se temos despesa juntos, filhos juntos, tudo a gente gasta juntos. Hoje ele me ligou dizendo se ele podia colher os milhos e ir adiantando as pamonhas, eu disse que se ele desse conta. Quando eu saía de casa, era como um passarinho fora da

gaiola, a gente tem que ter felicidade em voltar para casa, eu não tinha. Porque eu sabia que se eu chegasse lá ele estava de cara ruim... Num curso de formação desse que eu estou tão bem, porque eu vou chegar em casa e uma pessoa vai me deixar em baixa? Não vai não. Eu estava até conversando com uma companheira para não deixar isso acontecer “Se ele está falando, está de cara ruim, ignora, não responde.” Tem muita coisa boa na minha vida que aconteceu, não é isso aqui que vai me destruir. E foi isso que eu fiz, fui ignorando, mostrando as coisas para ele, hoje em dia é completamente diferente.

Se foi na luta e participação política que Lucivanda construiu sua liberdade, foi também através do movimento que ela conheceu e acessou políticas públicas para a conquista de sua autonomia econômica.

O movimento veio me transformando. E eu criando minha autonomia, minha liberdade! Eu fui conhecendo as políticas públicas do PAA, PNAE, porque aí a gente participava nos encontros e eu fui me aprofundando. Faço a entrega do PNAE, participo da feirinha da agricultura familiar e sempre falando: “Nós estamos na feira, não foi simplesmente porque a barraca está aqui, foi uma conquista de passo-a-passo”. Isso tem a ver com políticas públicas, a conquista foi através de projeto. E eu estou aí até hoje, mas o movimento me libertou! Eu separei do meu marido, fiquei separada 6 meses e voltei. Mas voltei do meu jeito (LUCIVANDA, 2016)..

É possível analisar, a partir da fala de Lucivanda, que há uma relação forte entre participação nos movimentos sociais, libertação e acesso às políticas públicas. Essa percepção se repete nas outras entrevistas analisadas neste trabalho, mas de forma bastante enfática aparece aqui na narrativa de Lucivanda. Ela conta que está tendo acesso ao Fomento Mulher e dá detalhes de como está sendo a experiência no âmbito da família e para si mesma:

Agora estamos com um projeto de fomento mulher que é aqueles 2.400 reais. O pessoal da ATER foi lá em casa e sentamos na mesa, todos, ele e eu. E isso nunca aconteceu antes. Juntos, discutimos o que vamos comprar, o que é melhor. E ele ainda disse: “Hoje eu estou sentado aqui, mas anteriormente eu não acreditava que dava certo e essa mulher, que só é pequena de tamanho, mas não falta nada para ela.” Por isso que eu falo, num encontro desse aqui, trouxemos 50 mulheres, se uma mulher sair daqui transformada, nós já fizemos alguma coisa. É um ganho imenso que a gente faz, porque ela também vai sair, passar isso para frente e isso arrepia! (...) O processo de políticas públicas, isso é um passo muito grande em nossas vidas e o movimento trabalha muito isso, que é a autonomia da mulher e para nós que também temos nossa autonomia, também precisamos acessar essas políticas públicas. E isso é uma forma de você também ter o seu ganho, como eu te falei, foi através das políticas públicas, através do movimento que eu reconheci que o meu trabalho pode ser valorizado. Isso para mim é muito importante e é importante para as mulheres.

Lucivanda relaciona a importância das políticas públicas para a valorização do trabalho da mulher e as transformações nesse âmbito que ocorrem:

Por exemplo, do trabalho das mulheres. A cebolinha, quanto do que plantamos damos para os vizinhos, outros que moram na cidade vão lá e buscam e não levam nada em troca? As políticas públicas te mostram isso, porque desde o momento que você tem onde escoar os seus produtos o que você faz tem um retorno, isso é muito gratificante. O PAA, o PNAE, as feiras que são muito importantes. Mesmo se eu não posso ir sozinha. “Como faremos para entregar? Então vamos criar uma associação.” Isso é até uma transformação de organização das mulheres, através de associação, de

cooperativa, até para a gente acessar. Olha a importância das políticas públicas, através do PAA, o que preciso para entregar para a merenda escolar? Precisa de uma DAP, precisa ser sócio porque é muito difícil entregar individual, então tem que estar em uma associação. Mas como eu faço pra criar uma associação? Aí eu chego numa mulher e aquilo vai se transformando. Um grupo de mulheres, com o mesmo objetivo e aí se transforma. “Ah mas por que fulana recebe salário maternidade se ela é trabalhadora rural?” Não sabiam que era um direito dela. Mas aí como que eu faço? Você já tem uma documentação que é a sua DAP e pra ter a DAP precisa de um contrato ou então da minha terra, então é um vínculo, um conjunto que vai somando, aí você está documentada, você é reconhecida, porque uma DAP hoje é como se fosse um CPF e aí vai se transformando. Então há políticas públicas e isso é muito bom (LUCIVANDA, 2016).

As políticas públicas, em geral são planejadas a partir de uma perspectiva masculinizada do campo. Dessa forma, o MMC tem um papel protagonista em ajudar a pensar nas políticas públicas olhando para a realidade da mulher.

Até porque quem é que planta no fundo do quintal? É a mulher. E o que entregamos mais em política pública do PNAE e do PAA? A verdura. E quem é que planta? É a mulher. Então nós trabalhamos muito essas políticas públicas voltadas para as mulheres. E para podermos acessar essas políticas públicas para elas, precisam estar organizadas, aí a gente trabalha a organização também, a valorização delas. Porque sozinha você não consegue. Não consegue sair de casa, você tem que estar junto... A gente pode dizer que é a união de duas coisas: a participação da mulher, ela conseguir participar de grupos, participação política de movimentos, isso vai transformando o seu reconhecimento no trabalho e na vida (LUCIVANDA, 2016).

Lucivanda contou que no começo de sua vida como agricultora junto ao seu marido, trabalhava na horta, produzia muito, então entendi que ela tinha participação produtiva e acesso à renda antes ainda de participar do movimento. Quando perguntei a ela “Mesmo você tendo acesso ao trabalho, tendo acesso à renda, mesmo assim você acha que seria difícil transformar as relações vividas na família?” Lucivanda me respondeu com entonação: “Mas eu não tinha renda! Eu trabalhava, sempre trabalhei, mas a renda eu não tinha. O dinheiro não era meu. Era dele.” E continuou:

Mas movimento me fez eu ter, a entender que a renda também era minha. Eu trabalho, e como eu trabalho. Quando ele sai eu vou lá e prendo vaca, eu tiro o leite, eu faço o queijo e a gente ainda toma conta da casa. Tudo o que ele faz, a gente faz e ainda faz o nosso. Até isso o movimento me fez entender e transformar (LUCIVANDA, 2016)

O trabalho doméstico e de cuidados designado pela mulher cumpre um papel importante na manutenção do sistema capitalista, ou seja, o sistema necessita desse trabalho para uma agricultura de mercado. Na agricultura familiar isso se repete mesmo sem ter a característica de mercado hegemônico, mas contribui de forma intensa para essa forma de entender a economia. Essas relações são difíceis de serem transformadas e Lucivanda narra aspectos importantes com relação a essa questão:

Minha mãe até hoje coloca comida para o meu pai no prato, até hoje. Eu não concordo. Meu marido não fazia comida, se ele destampasse uma garrafa para

colocar o café, a tampa ficava fora e ele não colocava ela de volta. Tudo eu fazia! Com o movimento eu fui trabalhando isso. Hoje em dia ele levanta e faz café, se eu não estou bem ou estou cansada e não estou a fim, eu não vou lá fazer comida, ele faz para nós. Ou eu falo que eu estou mexendo com outra coisa e peço para ele fazer o almoço. Até quando eu comecei na feira ele não me ajudava, eu trabalhava até 1 hora da manhã, eu ia sozinha. Carregava as caixas, levantava de madrugada e ele ficava lá deitado. Hoje em dia não, eu até falo que hoje ele trabalha até mais do que eu. Na quinta-feira, as coisas se inverteram, na quinta ele já não tem compromisso nenhum com outras coisas por causa da feira. E hoje, ele chega e fala, que eu sou uma grande mulher, que eu transformei a vida dele, eu fiz ele enxergar o que ele achava que não tinha lucro nem nada e hoje eu que sustento a casa. Ele fala: “Eu trabalho o tempo todo e no final de semana o que eu ganho é 60 reais e um bolo.” Porque sempre que eu vou pra cidade eu compro um bolo do que ele gosta e aí eu dou uns 60, 50, mas às vezes eu nem dou. Não é que eu dou pra ele, é que nós temos filhos e os filhos da gente pedem: “Pai, me dá tanto...” Mas gastamos juntos... E isso é importante para a gente, entendeu? (LUCIVANDA, 2016).

Ela se orgulha das transformações que viveu no âmbito das relações de gênero na sua família. E, todavia, compreende as situações de desigualdades e opressões vividas na sua história como desigualdades de gênero e de classe. Reconhece que as políticas públicas tem um papel fundamental nessa transformação, mas atribui à sua participação no movimento feminista como eixo central do processo vivido por ela na conquista de sua liberdade e autonomia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esse trabalho se propôs analisar as políticas públicas para mulheres rurais no Brasil, a partir da percepção de movimentos sociais mistos e de mulheres rurais. Buscou observar a relação dessas políticas públicas com as perspectivas de gênero, de classe e feministas, considerando suas configurações, seus limites e possibilidades na redução das desigualdades de gênero através do desenvolvimento da autonomia das mulheres do campo.

A análise foi realizada a partir das políticas públicas de gênero específicas para as mulheres rurais, no seu conjunto, e a partir dos movimentos sociais mistos e da fala das mulheres rurais. Para a pesquisa foram consideradas enquanto questão central a capacidade dessas políticas em promover mudanças nas comunidades rurais e na vida das mulheres e de causar transformação nas relações desiguais de gênero vividas por elas em contextos rurais locais. Também foi utilizado como foco de análise as transformações sociais mais amplas que se relacionam com o conjunto de discussões sobre a construção de um desenvolvimento rural baseado na inclusão social, reconhecimento cultural, participação política, sustentabilidade, geração de trabalho e renda.

A caminhada de elaboração dessa tese compreende as pesquisas desenvolvidas e o processo de reflexão realizado numa história de relação social, política e pessoal envolvida. E nesse conjunto, esse trabalho tem seu caráter inconcluso, tanto no aspecto de que ainda está em elaboração, quando na perspectiva de que o conhecimento apresenta, em si, esse caráter dialógico e democrático de inconclusão. Assim, em termos de considerações finais, posso levantar alguns aspectos analisados até esse momento, aspectos esses passíveis de novas reflexões e reelaborações.

Percebeu-se a relação do pensamento e atuação feminista com as intervenções do Estado através dos governos analisados. Há, como se pode perceber nas análises realizadas sobre as políticas públicas de gênero para o rural, uma relação entre feminismo e o Estado. Essa relação apresenta-se tanto na reivindicação de políticas públicas com recorte de gênero, através dos movimentos sociais do campo em suas organizações de gênero, em diferentes contextos e agendas, quanto nos temas-alvo do planejamento das políticas.

No que se refere às trabalhadoras rurais, os movimentos sociais do campo, de mulheres ou mistos, são protagonistas das denúncias das desigualdades de gênero vividas pelas mulheres rurais e influenciam sobremaneira na agenda contemporânea feminista do chamado desenvolvimento rural.

No período analisado, as políticas públicas para mulheres rurais dialogam com muita proximidade com essas reivindicações dos movimentos sociais de mulheres rurais, que incluem pautas culturais e econômicas relacionadas com busca de acesso a direitos. Uma agenda feminista no desenvolvimento rural foi, portanto, pautada pelas mulheres organizadas em diferentes movimentos sociais de mulheres ou mistos. Esses movimentos ganharam força na década de 1980 e exercem influência na agenda pública nas perspectivas dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais a partir da compreensão e da necessidade de superação das desigualdades de gênero.

Em termos estruturais, foi a partir dessa influência feminista dos movimentos de mulheres rurais, e num contexto de governos de caráter progressista, no Brasil (2002-2016), que foi criada a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais no Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA). As relações sociedade civil organizada e Estado redesenharam as ações públicas e as institucionalidades arraigadas de hegemonias patriarcais (COUTINHO, 2007).

Esse recorte do rural na institucionalização das políticas de gênero faz parte de um contexto em que também foi instituída a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em 2002, que planejou, inicialmente, a intervenção pública voltada para a construção da igualdade de gênero. Essa possibilidade de se institucionalizar políticas feministas foi analisada nesse trabalho a partir do conceito gramsciano de Estado ampliado e de hegemonia (PASSOS, 2015; COUTINHO, 2007). Nessa perspectiva, há que se destacar que muitas das críticas feministas de busca por direitos das mulheres e transformações da cultura eram e são realizadas em interface com ações da estrutura. Ações promovidas enquanto contra-hegemônicas e que carregam em si um potencial de luta para despatriarcalizar o Estado (PARADIS, 2014).

Em torno dessas críticas, é possível afirmar que houve uma negação da diferença nas ações do Estado em toda sua história. Um silenciamento das desigualdades atravessadas pela questão de gênero. E uma reprodução nas estruturas do Estado das relações patriarcais e capitalistas presentes no âmbito da sociedade, de forma hegemônica.

Com relação ao rural, as políticas públicas, historicamente, não consideraram o trabalho da mulher trabalhadora rural, reafirmando a sua invisibilidade. Em geral, era reforçada, nas ações do Estado, a naturalização das desigualdades de gênero vividas pelas mulheres agricultoras.

Com a criação da SPM propôs-se a elaboração de uma política pública de promoção da igualdade de gênero e se estabeleceram espaços de diálogo com a sociedade civil que

incluem nas políticas os direitos econômicos e culturais emancipatórios das mulheres trabalhadoras rurais. No Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais executa as políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres rurais, integrando as ações do governo federal nas políticas de gênero.

Em termos teóricos, os programas e ações da DPMR/MDA têm como pano de fundo as discussões voltadas para a economia feminista na perspectiva da crítica à invisibilidade do trabalho da mulher rural e da necessidade de sua emancipação econômica (FERNANDEZ, 2008; CARRASCO, 2006, 2014; NEVES e MEDEIROS, 2013; LOPES e BUTTO, 2010; BUTTO et al, 2012; BUTTO, 2014; SCOTT et al, 2010; HIRATA, 2002; MELO e DI SABATO, 2006; MORENO, 2014) A economia feminista está presente e acompanha as intervenções através das diferentes políticas e programas.

A combinação da invisibilidade do trabalho da mulher com baixa participação política e o papel exercido por ela nos trabalhos domésticos e de cuidados são historicamente condicionantes das desigualdades de gênero no meio rural, na perspectiva da discussão teórico feminista de esquerda onde aparecem as bases das noções da divisão sexual do trabalho e das injustiças de gênero vividas no âmbito da economia e do trabalho (FRASER, 2009).

A crítica feminista do ponto de vista de classe, no recorte do trabalho no sistema capitalista já foi tratada por Saffioti (1992, 1999, 2000, 2013), e foram caminhos teóricos utilizados nessa pesquisa. Há, assim, uma combinação da crítica feminista do ponto de vista da classe social, com aspectos do apontamento das desigualdades de gênero no âmbito da família, do trabalho e da cultura no meio rural. A divisão sexual do trabalho na agricultura, nessa perspectiva, aparece como central na elaboração das políticas e dos temas recorrentes colocados em pauta pelos movimentos sociais e pelos estudos feministas apontando caminhos para essa agenda de gênero. Demonstrem que as mulheres ocupam uma posição subordinada e seu trabalho aparece como ajuda mesmo quando elas trabalham o mesmo tanto que os homens ou executam as mesmas atividades. São os papéis sociais atribuídos à mulher, e as relações de poder estabelecidas no âmbito da família que determinam a invisibilidade de seu trabalho.

Outros aspectos marcadamente presentes oriundos do feminismo e integrantes teóricos das ações de Estado referem-se às noções de que as tarefas de cuidados atribuem às mulheres uma condição na qual as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas. E que às mulheres são delegadas às atividades dos cuidados sem abrir qualquer possibilidade de autonomia nas relações de trabalho e familiares e nem de possibilidade de autonomia econômica. É, portanto,

no âmbito do trabalho reprodutivo que se reproduzem uma série de desigualdades e opressões vividas pelas mulheres agricultoras.

Essas perspectivas teóricas dialogam essencialmente com noções feministas já apontadas desde a luta pelo trabalho, a crítica ao capitalismo como um sistema patriarcal, assim como a luta pela mudança nos padrões das relações de gênero no âmbito da família, em contextos de intersubjetividades. Demarcadamente, a DPMR dialoga com essas perspectivas teóricas, sem perder a radicalidade tão marcada ao longo da história dos feminismos, para atuar de forma institucionalizada nas vidas e nos direitos das mulheres rurais do Brasil.

Em termos institucionais, é possível apontar que há, de fato, uma novidade construída de atuação institucional para o desenvolvimento rural feminista. Foram os excessivos diálogos reflexivos conquistados pelas mulheres rurais e suas organizações que ocuparam o lugar institucional. E nessa relação, influenciam sua gestão sobremaneira. As ações da DPMR, incluindo as pessoas que conduzem seus trabalhos, têm essa história e relação com as denúncias das desigualdades de gênero entrecruzadas com as do mundo rural.

A execução das políticas públicas pode ser considerada como a materialização dessa relação estabelecida entre os feminismos entendidos como produção de pensamento e luta social e as estruturas institucionalizadas por esses feminismos que ocupam um lugar de resistência. Disputa por hegemonia e promoção de mudanças estruturais no que se refere às ações e percepções do Estado brasileiro.

Ainda em termo de execuções das políticas há uma metodologia específica de gestão, chamada de gestão compartilhada e participativa, porém analiticamente uma proposta mais profunda de atuação do Estado, desconstruindo padrões centrais e marginalizadores, desumanizados de atuações das estruturas com relação às mulheres rurais e reconfigurando possibilidades de atuações feministas estatais.

As políticas públicas da DPMR/MDA vinculadas especialmente ao trabalho da mulher rural têm como foco a garantia da valorização econômica e subjetiva e reconhecimento do trabalho da mulher no campo, gerando autonomia segundo os princípios da economia feminista debatidos nos movimentos e organizações estudadas.

A importância dessas ações reside na possibilidade de alteração do quadro de desigualdade econômica vivido pelas mulheres rurais e, concomitante a isso, a transformação das relações sociais de gênero e da própria subjetividade da mulher.

Foi verificado que a execução das ações públicas, em casos específicos, incluem as mulheres no fluxo circular de renda, a partir de seu trabalho nas unidades de produção da agricultura familiar. Também produzem uma capacidade de questionamento da utilização que

o capitalismo faz do trabalho doméstico e de cuidados desenvolvido pela mulher e determinado pelo homem no exercício de seu poder, gerando outras formas de realização desse trabalho no âmbito das famílias.

Muitos dos resultados das políticas públicas têm uma interface com a perspectiva da economia solidária que propõe novas formas de se romper ciclos econômicos capitalistas subvertendo-os a partir das redes de comércio justo e a inclusão do trabalho das mulheres rurais em novos ciclos das economias locais. É nesse patamar que reside uma proposta de economia feminista e solidária no rural com viés anticapitalista e antipatriarcal.

Entretanto, também foi possível perceber durante a pesquisa que todos os aspectos de reivindicação, planejamento, criação, gestão e implementação das políticas públicas de gênero, podem ser considerados como ações de resistência e disputa por hegemonia constante.

As resistências e a luta contra-hegemônica de gênero, por exemplo, na implantação de uma política pública, passa também pelas instituições e se mostra uma constante no trabalho com as mulheres rurais. Em muitos casos há que se ter uma articulação institucional que promova rompimentos constantes com estruturas de negação de direitos de gênero.

Isso pôde ser verificado internamente nas estruturas do Estado; nos arranjos e institucionalidades criadas para execução das políticas; nas organizações da sociedade civil e internamente nas relações estabelecidas entre homens e mulheres nos movimentos sociais; nas comunidades rurais às quais as políticas públicas chegam; nas famílias das mulheres rurais.

Essa é uma forma de demonstrar que as estruturas sociais e as relações subjetivas são marcadas pelo poder patriarcal. Numa sociedade capitalista, esse alimenta e mantém o sistema. Porque nas relações estabelecidas no Estado ampliado, as propostas de gênero serão sempre acompanhadas por lutas e resistências feministas. Porque não é algo estabelecido, hegemônico. É algo a ser construído, transformado. E os feminismos, aqui, desenham-se necessários se pensamos uma sociedade igualitária em seus diversos aspectos, numa visão de crítica social.

Falar de autonomia econômica, ou emancipação, leva a uma discussão que passa pela produção material da vida através do trabalho, como também pelas subjetividades das mulheres que se encontram em situações frágeis e vulneráveis. Gênero e classe se (re)encontram nessa discussão, não sendo possível, nesse caso, separá-los de acordo com os resultados obtidos nesse trabalho.

A concepção institucional mostra alguns elementos de entendimento dessa complexidade. Concebe o desenvolvimento da autonomia econômica a partir da combinação de elementos voltados ao trabalho: cidadania, participação social, acesso aos meios de

produção como a terra, e inclusão econômica. Esses elementos, em combinação possuem capacidade de alterar relações subjetivas e promover o que chamamos de autorreconhecimento das mulheres sobre sua situação, podendo levar a atitudes de resistência para gerar as mudanças esperadas. De fato as subjetividades acompanham as condições materiais na importância para se causar mudanças e gerar autonomia econômica das mulheres.

No conjunto das concepções e experiências das políticas públicas, há uma expressão forte de condições estratégicas para a realização da disputa de hegemonia dentro do Estado ampliado e nas relações de gênero na sociedade civil. Certamente, as políticas de gênero, no formato em que foram planejadas, têm como meta a materialidade do acesso das mulheres aos direitos de cidadania. Mas, também apresentam potencial transformador do autorreconhecimento das mulheres, por elas mesmas na relação com as outras e com as instituições, das suas condições de submissão e dependência vividas no contexto da família e do trabalho. Esse autorreconhecimento tem um poder transformador das desigualdades que somente os dados e números do monitoramento das políticas públicas não são capazes de demonstrar.

O chamado essencialismo estratégico (CHANDLER e BURNS, 2015, p. 113) enquanto tentativa epistemológica de equilíbrio nesse trabalho cabe nessa análise feita. Tratamos de mulher rural e de políticas públicas, buscando a não fragmentação e a busca de uma análise também de estrutura, mas sem incorrer no equívoco das grandes narrativas, porém também sem o equívoco das injustificadas individualizações excessivas. A utilização da categoria gênero, cruzada com a de classe social, produção material da vida e economia, e o uso da especificidade do ser rural na categoria mulher e suas subjetividades tenta demonstrar isso.

As análises feitas a partir das falas das mulheres participantes dessa pesquisa demonstram percepções que corroboram conhecimentos já discutidos, assim como trazem elementos importantes para a construção de novas afirmações a respeito das políticas públicas e das relações de gênero no meio rural.

Do ponto de vista da autonomia econômica e da emancipação, que passa pela condição subjetiva das mulheres, elas demarcaram que em suas trajetórias que há uma ligação forte entre a produção material da vida e os processos subjetivos de libertação individual.

Elas mostram que a classe social trabalhadora do campo produzida no sistema capitalista tem gênero, raça, etnia, sexualidade, emoções, sonhos, tristezas, sofrimentos. As mulheres nos trazem, nesse sentido, a ideia de que a luta feminista é tão importante e estruturante como a luta de classes e a crítica de que essa última, sozinha, não consegue trazer

para o debate as cisões profundas criadas sistematicamente entre homens e mulheres trabalhadores no conjunto da sociedade. Então, é consenso da necessidade de uma luta de classes feminista.

As mulheres demonstram, em termos de síntese, que a autonomia econômica alcançada contribui para os processos de libertação e emancipação individual e que as políticas públicas as recolocam na condição de protagonistas de si mesmas em condições econômicas melhores.

A economia feminista não fecha as análises somente voltadas para a condição econômica da mulher. O desafio para o olhar para processos que não estão contemplados nos ciclos econômicos são complexos, porém necessários. Há um potencial teórico importante para o questionamento do patriarcado e do capitalismo nesses termos.

Com relação ao trabalho produtivo e reprodutivo, foi visto nas experiências analisadas que ele é resistente e invisível. Que a divisão sexual do trabalho aparece forte nas comunidades rurais de diferentes identidades e que essa divisão acarreta posições de subordinação e dependência das mulheres.

Em termos de participação política foi possível identificar uma relação fundamental entre a participação social e política das mulheres e acesso às políticas públicas e a conquista da autonomia. Se as mulheres exercem uma participação em suas comunidades, em instituições, em organizações populares, movimentos sociais ou em organizações fomentadas pelas políticas públicas, apresentam uma melhor condição de buscar acesso às demais políticas que garantem direitos a elas.

Sob outra perspectiva, a participação apresentou-se como uma condição necessária na disputa pelos espaços de construção do pensamento feminista, do enfrentamento das desigualdades de gênero nas suas vidas em família e na sociedade, e seu autorreconhecimento enquanto mulher trabalhadora e cidadã.

Sobre as políticas públicas, em específico, as mulheres demonstraram em suas falas que elas têm um potencial grande de transformar as relações sociais de gênero no campo, de mudar as condições subjetivas das mulheres e de gerar a autonomia econômica das mesmas.

Porém elas percebem também que, a partir de suas vivências, as políticas foram construídas com muitas lutas e envolvimento delas próprias como protagonistas desse processo e como resistência e denúncias realizadas por elas. Que se elas existem, é por conta desse protagonismo político feminista. E que ao longo da história, as políticas públicas de desenvolvimento rural foram pensadas e propostas de um ponto de vista masculinizado do

trabalho na agricultura familiar. E que os espaços criados de participação institucionalizada, são masculinizados sobremaneira.

Também afirmam que, sobre o tema das políticas públicas de gênero para as mulheres rurais, desde sua criação até sua implantação necessitam de participação política, luta contra hegemônica e protagonismo das mulheres e suas organizações para que de fato elas cumpram seu objetivo. Que as lutas feministas, portanto, são necessárias também na implantação dessas políticas e manutenção das mesmas.

Isso demonstra o caráter frágil que as políticas públicas para as mulheres rurais no Brasil apresentam. Fragilidade diante do conjunto de disputas por hegemonia no interior do Estado e no conjunto das relações Estado e sociedade civil. Mas, também uma fragilidade em vista dos retrocessos que elas sofreram no último ano de 2016 diante da situação de extinção dessas políticas públicas e retomada da narrativa conservadora na sociedade e na política. Dessa forma as ações políticas de Estado com caráter de efetivação de direitos das mulheres construídas até aqui retrocedem intensamente diante das estruturas patriarcais da sociedade e da conjuntura conservadora.

Essa percepção expressa uma chave de análise para as sínteses complexas que fomos capazes de produzir nesse estudo. Os direitos das mulheres rurais conquistados não são permanentes e nem as políticas públicas criadas e implantadas. Dessa forma as mulheres terão que se manter vigilantes por toda a vida, por toda a história.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O Marxismo e a questão feminina:** as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário. 2011. 210 f. (TESE) Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

ARCHER, Margareth. **Making our way through the world: human reflexivity and social mobility.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ASCOM/MDA. **Mulheres rurais discutem propostas e definem prioridades para desenvolvimento rural,** 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/mulheres-rurais-discutem-propostas-e-definem-prioridades-para-desenvolvimento-rural> Acessado em 14/02/2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Norma Conjunta de Execução n. 1, de 22 de Fevereiro de 2007.** Brasília: Imprensa Oficial, 2007.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 8.735, de 3 de maio de 2016.** Brasília: Imprensa Oficial, 2016.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria Interministerial nº 2 de 24/09/2008 / SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Imprensa Oficial, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER.** Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.

BRUMER, Anita e ANJOS, Gabriele dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana L. e BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2010.

BRUMER, Anita e FREIRE, Nádia Maria Schuch. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,** ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

BRUMER, Anita e PAULILO, Maria Ignez. As Agricultoras do Sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 12(1), p. 171-174, jan.-abr., 2004.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 360, jan.-abr., 2004.

BRUMER, Anita. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 8, p. 20-38, out., 1988.

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádia Maria Schuch. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

BRUMER, Anita; GIACOBBO, Elisa Olívia. A mulher na pequena agricultura modernizada. **Humanas, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 16, n. 1, p. 139-156, jan.,- jun.. 1993.

BUTTO, Andrea e HORA, Karla. Mulheres na Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L. e BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010.

BUTTO, Andrea. (org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

BUTTO, Andrea. **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília, MDA, 2014.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs). **Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. HORA, Karla. **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. Brasília: MDA, 2012.

BUTTO, Andrea; LOPES, Adriana L. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010.

CABRAL, Flávio José Gomes; MEDEIROS, Maria da Glória Dias; ARAÚJO, Antônio Henrique da Silva. Lugar de Mulher é na Revolução: confissões de uma clandestina. In: Colóquio de História, V, 2011, Campinas. **Anais...** Campinas, Unicamp, 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1205-1218.pdf>. Acessado em: 2 de janeiro de 2017.

CARRASCO, Cristina. **Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política**. Madrid: La Oveja Roja, 2014.

CARRASCO, Cristina. **La Economía Feminista: una apuesta por otra economía**. [s.l.:s.n.], 2006. Disponível em: <http://obela.org/system/files/CarrascoC.pdf> Acesso em 18 de novembro de 2016.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANDLER, Khatidja e BURNS, Diane. Metodologias Feministas. In: SOMEKH Bridget; LEWIN Cathy (orgs). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CINELLI, C. e JAHN, E. de F. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**, n.11, 2011.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. *Ser Social*, Brasília, v. 10, p. 69-96, jan./jun., 2008.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 28, p. 133-149, jul.- dez., 2014.

\_\_\_\_\_. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

CITELI, Maria Tereza. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001.

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. **Resolução nº 80**. Brasília: Imprensa Oficial, 2011.

CORNELIAN, Anderson Ricardo. **A concepção de economia solidária em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas**. 2006. (Dissertação) Mestrado - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1), p. 175-204, jan.-abr., 2004.

DEERE, Carmen & LÉON. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/carmen18.htm>  
Acesso em: 20/2/2015.

DELGADO, Guilherme C. Previdência rural: relatório de avaliação sócio-econômica. Avaliação Sócio-Econômica da Previdência Rural. **Projeto IPEA/MPAS**, 1991/1995. Brasília, 1997.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil**. São Paulo: Relume-Dumara, 1995.

DPMR/MDA. **Palestra Proferida**. Guararema: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2015. PowerPoint Apresentação

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. Ruídos com Marcas de Transgressões Acoradas em Mulheres Assentadas. In: LOPES, Adriana L. e BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. A Epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2), 440, maio-ago., 2008.

FISCHER, I. R. ; GEHLEN, V. **Reforma agrária: chão masculino, pão feminino**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

FRASER, Nancy. O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. **Revista Mediações**, v. 14, n. 2, 2º. Sem. 2009.

GADEA, Carlos A. O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n.2, mai.- ago., 2013.

GARFINKEL, Harold. **Estudios em etnometodologia**. Madri: Anthropos, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GONÇALVES, Renata. O Pioneirismo de A Mulher na Sociedade de Classes. In: SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (N.E.), p. 211-221, set.-dez., 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais do Campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUÉRIN, I. **Femmes et économie solidaire**. Paris: La Découverte, M.A.U.S.S, 2003.

GUÉRIN, Isabelle, HERSENT, Madeleine, FRAISSE, Laurent (orgs.) **Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale**. Paris: IRD Éditions, ERES, 2011.

HELLER, Agnes et al. **A crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HENRIQUEZ, Corina Rodrigues. Análisis económico para la equidad: los aportes de la economía feminista. **SaberEs**. N. 2, 2010.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire. **Revista de Economia Solidária da Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico**, ACEESA, Ponta Delgada, n. 7, p. 5-43., out. 2014.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set.- dez., 2007.

HOFLING, Eloísa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.21, n. 55, p. 30-41, nov., 2001.

HONNET, Axel. **A luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. Lutas sociais e relações de gênero: a participação das mulheres no MST. Simpósio Nacional de História, XXIII, 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005.

HORA, Karla et al. **Relatório Balanço 2011-2014**. Brasília, 2014. Mimeo

HORA, Karla. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais**. Brasília, 2015. Mimeo

HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: MDA, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2009.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Tabela 11.2.b1 e 11.2.b2**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_uso\\_tempo.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_uso_tempo.html) Acessado em: 20/12/2016.

IPOP/UNB – Universidade de Brasília. **Demodê**, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/Demodde.Ipol.UnB/posts/781029885357812> Acessado em 20 de dezembro de 2016.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições individuais e variações sociais**. Porto Alegre: Artemed, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LAW, John. **After Method: mess in social Science research**. New York: Routledge, 2004.

LOMBARDI, Maria Rosa. A ocupação no setor agropecuário período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: BUTTO, Andrea. (org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010.

LORENZO, Rocío A. e RICOLDI, Arlene. Etnografia dos mutirões de documentação: diversidade de práticas e lições aprendidas. In: RICOLDI, Arlene *et alli* (Orgs), **Documentação: cidadania para mulheres rurais**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário/Fundação Carlos Chagas. 2017. No prelo

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Sagrada Família: ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo, Boitempo, 2003.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir o feminismo a partir do Sul Global? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Um estudo histórico das relações gênero e classe. **Saber Acadêmico**, n. 07, p. 57-73, jun., 2009.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **CONDRAF**, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/condraf/apresenta%C3%A7%C3%A3o> \_Acessado em: 10 de outubro de 2016.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documento de Referência da II CNDRSS**. Brasília: MDA, 2013.

MDA. **Pesquisa sobre ausência de documentos No Brasil: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural**. Brasília, 2013. Mimeo

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília: MDA, 2014.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Seminário discute avanços e melhorias nas políticas públicas para mulheres do campo**, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/semin%C3%A1rio-discute-avan%C3%A7os-e-melhorias-nas-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-para-mulheres-do-campo>. Acesso em 10 de julho de 2016.

MEAD, George. **Espírito, persona y sociedad**. Barcelona: Paidós, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. Movimentos sociais no campo, luta por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. Formas de Organização e Representação Política das Mulheres do Campo. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABATO, Alberto. As mulheres rurais invisíveis e mal remuneradas. In: MDA. **Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul**. Brasília: MDA-NEAD, 2006.

\_\_\_\_\_. A Estrutura Econômica num Prisma de Gênero: PNAD/IBGE 2008. **Revista Gênero**, Niterói, v.12, n.1, p. 23-59, 2. sem., 2011.

\_\_\_\_\_. Gênero e Trabalho Rural 1993/2006. In: BUTTO, Andrea. (org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

MÉNDEZ, Natália Pietra. **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**. Mulher e Trabalho: Porto Alegre, 2006.

MENEZES, Elisangela Ferreira; GAMA, Andrea Nogueira. A busca pela visibilidade: a Marcha das Margaridas e a trajetória de conquistas para mulheres rurais. Colóquio Nacional do NEER, V, 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, [s.e], 2013.

MONTIEL, Edgar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUN, Antônio (org.). **Alteridade e Multiculturalismo**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003.

MORENO, Renata. **Feminismo, Economia e Política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2014.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

\_\_\_\_\_. **Entrevista Roda Viva**. 2010. Disponível em:

[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/49/entrevistados/edgar\\_morin\\_2000.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/49/entrevistados/edgar_morin_2000.htm) Acessado em: 20/08/2015

MORISAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **A questão da Mulher no MST**. São Paulo: MST, 1996.

MST. **Compreender e Construir Novas Relações de Gênero**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1998.

MST. **Documento Setor de Gênero**. [s.l.: s.n., s.d.] Disponível em: <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html> acessado em 10 de julho de 2015.

MST. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: MST, 2000.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvo. (Orgs). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói, Alternativa, 2013.

NOBRE, Miriam Pacheco et al.. **Economia Feminista e Soberania Alimentar: avanços e desafios**. São Paulo: SOF, 2016.

NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. HORA, Karla. **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. Brasília: MDA, 2012.

NOBRE, Miriam. Femmes et économie solidaire. In: LAVILLE, J.L.; CATTANI, A.D. (Coords) **Dictionnaire de l'autre économie**. Paris: Gallimard, 2006.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata, SAORI, Sheyla. **Experiências e Desafios na construção de Agendas Feministas nos Territórios da Cidadania**. São Paulo: SOF, 2015.

ONU/MULHERES. **Mais Igualdade para as Mulheres Brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. Brasília: ONU, 2016. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/08/encarte\\_mais\\_igualdade\\_para\\_as\\_mulheres\\_brasileiras.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/08/encarte_mais_igualdade_para_as_mulheres_brasileiras.pdf)  
Acessado em 10 de janeiro de 2017.

PARADIS, Clarisse. In: MORENO, Renata. **Feminismo, Economia e Política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2014.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Gramsci, hegemonia e feminismo: uma análise**. Marília, 2015. Mimeo

\_\_\_\_\_. Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: um esboço sobre o papel dirigente das classes e grupos sociais. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; VIEIRA, Noêmia Ramos. SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. **Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Marília: Oficina Universitária, 2014.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho Familiar: Uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PICCHIO, A. La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida. En: G. Cairó i Céspedes y M. Mayordomo Rico (Comps.). **Por una economía sobre la vida. Aportaciones desde un enfoque feminista**. Barcelona: Icaria, 2005.

\_\_\_\_\_. **Un enfoque macroeconómico ampliado de las condiciones de vida. Conferencia Inaugural de las Jornadas Tiempos, trabajos y género**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio. **Produto técnico contendo informações sobre o resultado da política de documentação, na qualidade de vida, no modo de produção, gestão e/ou comercialização de beneficiária(s) do programa**. Brasília: ONU/FAO, 2012. Mimeo

PRONER, Gisele Cittadino, TENENBAUM Marcio e FILHO Wilson Ramos. **A Resistência ao Golpe**. Bauru: Canal 6, 2016.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3), 312, set.-dez., 2009.

REZENDE, Raimer R.; MASCENA, Raimunda C. de. **Breve histórico da demanda por melhor educação infantil do e no campo**. Brasília, 2013. Mimeo

ROSA, Leonilde dos Santos et al. Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. **Rev. Bras. de Agroecologia**. v. 2, n.2, out., 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. Quem tem medo de esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**. São Paulo, n.11, p. 71-75, out. 2000.

\_\_\_\_\_. Violência de Gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 3, p. 143-161, 1999.

\_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e Classe. In COSTA. Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Elisabete; NÓBREGA, Lígia. Ensaio sobre o Feminismo Marxista Socialista. **Mneme – Revista Virtual de Humanidades**, v. 5, n. 11, jul.- set., 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 13-35, out., 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio. (orgs). **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo; MARQUES, Moruzzi Paulo Eduardo. (orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99. jul.- dez, 1995.

SCOTT, Parry. Et al. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SEDA – Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Histórico**, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico> Acesso em 2 de janeiro de 2017.

SEDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **O trabalho do Governo Federal para a afirmação e a defesa dos direitos de todas as brasileiras e brasileiros**. Brasília: SEDH/PR, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado) - Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, Maria Lúcia e TITO, Neuza (org.): **Trabalho doméstico e de cuidados**. São Paulo, SOF, 2008.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. **Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar**. São Paulo: SOF, 2014.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. **Estatísticas de Gênero do IBGE mostra dados relevantes sobre a autonomia econômica das mulheres**, 2015. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2015/06/12/publicacao-estatisticas-de-genero-do-ibge-mostra-dados-relevantes-sobre-a-autonomia-economica-das-mulheres/> Acessado em: 10 de agosto de 2016.

SOMEKH Bridget; LEWIN Cathy (orgs). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOMEKH Bridget; BURMAN, Erica; DELAMONT, Sara; MEYER, Julienne; PAYNE, Malcolm; THORPE, Richard. Pesquisa nas Ciências Sociais. In: SOMEKH Bridget; LEWIN Cathy (orgs). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, Marcelino de et al. Desenvolvimento rural e gênero: as ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais sul-rio-grandenses. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XVI, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu, [s.e.], 2008.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro; SÉRGIO, Frei. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

TAVARES, Ana Claudia Diogo; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. VI Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: percepções e vivências. In: NERI, Eveline Lucena; MARCHIONI, Alessandra. (Orgs) **Direitos, Gênero e Movimentos Sociais**. Florianópolis, CONPEDI, 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=233> Acesso em: 10/03/2015.

UEMA, Liza. **Relatório técnico contendo proposta metodológica e instrumentos de identificação e caracterização de grupos produtivos de mulheres rurais, beneficiárias e**

**potenciais beneficiárias do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.**  
Brasília: IICA, 2013. Mimeo

**5ª MARCHA DAS MARGARIDAS. Pauta de Reivindicações para o Governo Federal.**  
Brasília: [s.e], 2015.